



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº ...36.../2021, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PERNAMBUCO E A EMPRESA R.P.L  
ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE, Autarquia educacional vinculada ao Ministério da, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, na cidade de Recife /Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representado(a) pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da *Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019*, publicada no Diário Oficial da União nº 197, Seção 2, p. 1 de 10 de outubro de 2019, inscrito no CPF sob o nº 419.720.744-15, portador da Carteira de Identidade nº 2.680.490 SSP/PE, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **R.P.L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.781.573/0001-62, sediada na Rua São Caetano, 359, Campo Grande, Recife/PE, CEP: 52.031-070, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Miguel Portela Lima, Sócio Administrador, portador(a) da Carteira de Identidade nº 756.706, expedida pela SSP/PE, e CPF nº 038.742.064-91, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23076.021840/2020-50** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 13/2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de **Limpeza e conservação de áreas externas** abertas do Campus Recife, exceto Hospital das Clínicas e prédios externos (Faculdade de Direito do Recife; Anexo I da Faculdade de Direito do Recife; Anexo II da Faculdade de Direito do Recife; Centro Cultural Benfica; Memorial de Medicina da UFPE e Núcleo de Tv e Rádio Universitária); e **Manutenção de áreas ajardinadas**, Campus Recife exceto Hospital das Clínicas; e **Motorista de Caminhão (habilitação D) e Máquinas Agrícolas**, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão

prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo II deste Termo de Contrato, vinculado ao Pregão Eletrônico identificado no preâmbulo.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação está dimensionado em grupo único, com três itens:

Grupo	Item	Serviço	CATSER	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Mensal	Valor Máximo Global (anual)
1	1	Limpeza e Conservação de áreas externas abertas, mensal, com diversos postos e respectivas áreas, conforme descritivo constante no quadro do item 1.2 do TR.	25194	unid	12	R\$ 277.975,24	R\$ 3.335.702,88
	2	Manutenção de áreas ajardinadas, mensal, com diversos postos e respectivas áreas, conforme descritivo constante no quadro do item 1.2 do TR.	24325	unid	12	R\$ 40.501,54	R\$ 486.018,48
	3	Motorista de Caminhão (habilitação D) e Máquinas Agrícolas, mensal, com diversos postos, conforme descritivo constante do quadro do item 1.2 do TR.	15008	unid	12	R\$ 27.286,32	R\$ 327.435,84
<b>VALOR TOTAL</b>						R\$ 345.763,10	R\$ 4.149.157,20

1.3.1. O quantitativo de postos de cada item, com suas respectivas demandas/produtividade pode ser observado no quadro descritivo abaixo:

Grupo	Item	CATSER	Serviço	Descritivo do Posto	Demanda (m²)	Produtividade (m²)	Qtd Postos
1	1	25194	Limpeza e Manutenção de Áreas externas com diversos postos	Servente de Limpeza com insalubridade	225.000,00	9.000	25
	1	25194	Limpeza e Manutenção de Áreas externas com diversos postos	Servente de Limpeza sem insalubridade	577.903,27	11.000	53
	1	25194	Limpeza e Manutenção de Áreas externas com diversos postos	Encarregado	-	-	3
	2	24325	Manutenção áreas ajardinadas com diversos postos	Jardineiro	103.329,42	10.000	10
	2	24325	Manutenção áreas ajardinadas com diversos postos	Encarregado	-	-	1
	3	15008	Motorista de Caminhão (habilitação D) e Máquinas Agrícolas, mensal, com diversos postos	Operador de máquinas agrícolas	-	-	2
	3	15008	Motorista de Caminhão (habilitação D) e Máquinas Agrícolas, mensal, com diversos postos	Motorista, habilitação D	-	-	1
				Total Postos	-	-	95

\*Demais definições do objeto estão discriminadas no Termo de Referência e seus anexos, Anexo II deste Termo de Contrato;

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, **com início na data de 16/11/2021 e encerramento em 16/11/2022**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja

observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 345.763,10 (Trezentos e quarenta e cinco mil setecentos e sessenta e três reais e dez centavos), perfazendo o valor total anual estimado de: R\$ 4.149.157,20 (Quatro milhões cento e quarenta e nove mil cento e cinquenta e sete reais e vinte centavos)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados, da ocorrência dos fatos geradores e do IMR – Instrumento de Medição de Resultados – constante do Termo de Referência (Anexo II deste Termo de Contrato).

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15233 / 153095

Fonte: Tesouro/Próprio;

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado de Pernambuco;

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo II deste Termo de Contrato, e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, conforme itens abaixo:

5.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.5.1. o prazo de validade;

5.5.2. a data da emissão;

5.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.5.4. o período de prestação dos serviços;

5.5.5. o valor a pagar; e

5.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.7.1. não produziu os resultados acordados;

5.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.17. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

5.17.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

5.17.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

5.17.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

5.18. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

5.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo II deste Termo de Contrato, conforme itens abaixo:

6.2. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

6.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.4. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.4.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.4.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa transporte): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.4.3. Para os custos dos insumos diversos (módulo 05 das planilhas de custo e formação de preços): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.6. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de

mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.7. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.8.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa transporte);

6.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos dos insumos diversos (Módulo 5 das Planilhas de Custos e Formação de Preços), adotando-se o Índice IPCA/IBGE;

6.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos diversos – Módulo 5 das Planilhas), a CONTRATADA demonstrará o respectivo aumento por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando-se a aplicação do índice de reajustamento, indicado no subitem 20.7.3 acima, mediante a aplicação da seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):



$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

6.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como

condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.21. Justifica-se a adoção das regras do reajustamento de preços amplo (repactuação/reajuste) nesta licitação, por contemplar serviços de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos diversos (Módulo 5 das Planilhas de Custos e Formação de Preços). As repactuações envolvendo materiais serão efetuadas com base no IPCA/IBGE, índice setorial oficial específico para os insumos diversos empregados na execução contratual, tais como: uniformes, materiais de consumo, materiais de média e longa duração, equipamentos e outros.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, Anexo II deste Termo de Contrato, conforme itens abaixo:

7.2. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.3. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.5.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.12. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.13. Será considerada extinta a garantia:

7.13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.13.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.15. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

7.16. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.16.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

7.17. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **8. CLÁUSULA OITAVA –MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo II deste Termo de Contrato, conforme itens abaixo:

### **8.2. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.2.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**8.2.1.1.** A descrição dos postos, as tarefas a serem desenvolvidas pelos profissionais alocados e as respectivas rotinas de execução estão detalhados no anexo V – Rotinas do Termo de Referência.

**8.2.1.2.** A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira, e nos sábados de quatro horas. As escalas de horário de trabalho do efetivo devem atender as necessidades operacionais dos serviços, ou seja, distribuídas das 6h às 22h, não excedendo a carga horária semanal de 44 horas

**8.2.1.3.** Na gestão dos profissionais envolvidos nas atividades do objeto do Termo de Referência, a CONTRATADA deve oferecer treinamento e capacitação, através de profissional habilitado, com o seguinte conteúdo, no mínimo:

**8.2.1.3.1.** Prevenção e Combate a princípio de incêndio;

**8.2.1.3.2.** Diluição de produtos de limpeza;

**8.2.1.3.3.** Posturas para uso dos equipamentos de limpeza;

**8.2.1.3.4.** Redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução da geração de resíduos sólidos e coleta seletiva;

**8.2.1.3.5.** Manuseio e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

**8.2.1.3.6.** Nutrição e Saúde;

**8.2.1.3.7.** Ética e bom comportamento no ambiente de trabalho;

**8.2.1.3.8.** Comprometimento e bom desempenho nas atividades a serem executadas;

**8.2.1.3.9.** Procedimentos e rotinas adequadas às necessidades da UFPE, incluindo limpeza e gestão de resíduos sólidos e;

**8.2.1.3.10.** Realizar treinamento da NR 35 para os funcionários que forem realizar limpeza acima de 2 metros de altura.

**8.2.1.4.** Considerando que dentre as edificações onde serão prestados os serviços, encontra-se o prédio sede da Faculdade de Direito do Recife, tombado como monumento federal pelo Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o disposto na Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010, que dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, deve a contratada, em relação aos profissionais a serem alocados para prestação de serviços naquele edifício, incluir orientações visando ao trato com a edificação e os bens móveis históricos que são integrados à mesma (piso mosaico ladrilhado, piso em mármore, gradis, corrimões, mobiliário, quadros, esculturas, bustos, pedestais, ornatos etc.).

**8.2.1.5.** Os profissionais designados para a execução dos serviços deverão:

**8.2.1.5.1.** Atender às exigências de assiduidade e pontualidade, de modo a não comprometer a periodicidade estabelecida para a execução dos serviços contratados;

**8.2.1.5.2.** Participar de treinamento, capacitação e reciclagem oferecidos ao longo da execução contratual;

**8.2.1.5.3.** Fazer uso dos uniformes e Equipamentos de Proteção Individual quando da execução dos serviços, disponibilizados pela empresa contratada em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência;

**8.2.1.5.4.** Seguir as instruções contidas nas Fichas de Informação de Segurança dos Produtos Químicos aludidas no anexo VII - Laudo Técnico para Licitações – SESST nº 06/2020 do Termo de Referência, prevenindo riscos ao meio ambiente, à saúde e à segurança, atentando-se para as recomendações quanto às formas de utilização dos produtos porventura utilizados quando da execução dos serviços;

**8.2.1.5.5.** Evitar fazer uso de aparelho de comunicação (celular, tablete, smartphone, caixas de som portátil e similares, bem como outros porventura massificados ao longo da execução contratual) durante a execução dos serviços, visando a evitar acidentes e prejuízos à qualidade dos serviços. O uso de aparelho de comunicação será permitido aos profissionais durante o expediente laboral, para tratar de assuntos familiares urgentes;

**8.2.1.5.6.** Evitar uso de drogas lícitas (como cigarro e bebidas alcóolicas) ou ilícitas nas dependências da UFPE, inclusive nos intervalos de repouso;

**8.2.1.5.7.** Evitar danos de qualquer tipo ou natureza ao prédio-sede da Faculdade de Direito do Recife, inclusive aos bens que lhe são integrados (em relação aos profissionais ali alocados, inclusive aos que ali forem alocados temporariamente, por motivo de férias e/ou faltas dos permanentes). São consideradas ações danosas as elencadas pela Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010, as quais devem ser prevenidas mediante a coibição de: (i) produtos e equipamentos que acarretem desgaste de qualquer natureza (abrasão, riscos e/ou ranhuras, fissuras, manchas); (ii) práticas e ações que não primem pelo cuidado e zelo com os bens históricos;

**8.2.1.5.8.** Evitar atender ordens de servidores da UFPE, sobretudo as alheias à execução dos serviços a serem contratados, devendo se reportar única e exclusivamente ao preposto da empresa contratada com a qual mantém vínculo empregatício;

**8.2.1.5.9.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da UFPE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato a ser firmado.

**8.2.1.6.** São direitos dos profissionais alocados à execução dos serviços:

**8.2.1.6.1.** Executar estritamente os serviços inerentes à função para o qual foi contratado(a);

**8.2.1.6.2.** Recebimento das obrigações trabalhistas devidas em função das atividades profissionais exercidas, em conformidade com a legislação pertinente;

**8.2.1.6.3.** A obtenção dos direitos exigidos pelas alíneas “e”, “f” e “g” do Anexo VII-B da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

**8.2.1.7.** O cumprimento dos deveres e disciplina exigidos constará das obrigações da CONTRATADA, conforme cláusula 9ª deste Termo de Contrato

**8.2.1.8.** O cronograma de realização dos serviços apresenta como tarefas significativas às descritas na tabela apresentada no anexo V – Rotinas do Termo de Referência, as quais devem ser executadas na periodicidade ali elencadas.

**8.2.2.** O prazo para execução do objeto da contratação tem início a contar da assinatura do instrumento contratual.

**8.2.3.** Não serão admitidas subcontratação e/ou sub-rogação do objeto licitatório do contrato a ser firmado, nem a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio.

### **8.3. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

**8.3.1.** A gestão e fiscalização do contrato será indicada por portaria.

8.3.2. A gestão contratual caberá a servidora Edgleicy Maria Silva de Lima, SIAPE: 2175397, telefone: (081) 2126- 8076, e-mail: ggfc.dga@ufpe.br, lotada na Superintendência de Infraestrutura da UFPE, telefone: (81) 2126.8076; o qual será substituído, nas faltas e ausências, pelo servidor Luiz Carlos dos Prazeres Serpa Alfino, SIAPE 1134317, endereço eletrônico: luiz.alfino@ufpe.br, telefone: (81) 2126.8074.

8.3.3. As atribuições inerentes à fiscalização administrativa do contrato caberão a servidora Ana Paula de Araújo Souza, SIAPE 1733207, lotada na Superintendência de Infraestrutura da UFPE, telefone: (081) 2126.8694, e-mail: ana.asouza@hotmail.com; a qual será substituída, nas faltas e ausências, pelo servidor Leonardo Carréra Campos Leal, SIAPE 3077813.

8.3.4. A fiscalização técnica do contrato caberá aos servidores: Antônio Pedro da Silva, SIAPE: 1133682, telefone: (081) 2126-8076, e-mail: antoniosilvaufpe@gmail.com e Sebastião Soares de Oliveira, SIAPE 1133679, email: sebastiaoosoarespcu@gmail.com, telefone: (081) 2126-8074 os quais serão substituídos, nas faltas e ausências, por Arlindo Gerônimo da Silva, SIAPE 1729154, e-mail: arlindojeronimo47@gmail.com, telefone: 81 2126.8076, todos lotados na Superintendência de Infraestrutura da UFPE.

8.3.5. A fiscalização setorial caberá aos servidores indicados pelos diretores e/ou chefes de cada unidade organizacional, que também indicará seus substitutos para ausências eventuais.

8.3.6. A fiscalização setorial se reportará aos fiscais técnicos e estes ao gestor do Contrato.

8.3.7. A fiscalização setorial deverá entregar mensalmente aos fiscais técnicos relatório circunstanciado com pesquisa de satisfação dos serviços junto aos Centros, Departamentos, Órgãos Suplementares e demais setores de cada unidade organizacional. O modelo deste relatório será elaborado pela gestão e fiscalização do contrato e será disponibilizado aos respectivos fiscais no início da contratação e em no máximo 15 dias a partir da assinatura do contrato.

8.3.8. O público usuário a quem caberá a fiscalização a que se refere o inciso V do artigo 40 da IN SEGES/MP nº 05/2017, será o público acadêmico e administrativo demandante dos serviços, ao qual caberá responder questionário em formulário eletrônico, disponibilizado em link no sítio da Superintendência de Infraestrutura da UFPE, a ser concebido pela gestão contratual e pela mesma amplamente divulgado ao referido público.

8.3.9. Visando a evitar discontinuidades na execução dos serviços prestados, bem como atrasos na correção de eventuais falhas, as comunicações a serem estabelecidas entre a UFPE e a empresa contratada, por meio do preposto designado, dar-se-á preferencialmente por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (Artigo 44, § 2º, da IN SEGES/MP nº 05/2017).

8.3.10. Será adotada durante a vigência contratual, o Instrumento de Medição do Resultado (IMR), Anexo VIII do Termo de Referência, ao qual se refere o subitem 8.3.11 deste Termo de Contrato, contemplando 07 indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela equipe gestora do contrato, visando a garantir a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

8.3.11. Os indicadores definidos refletem fatores que estão sob o controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato e são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços, quais sejam:

**8.3.11.1. Uso dos EPI's e uniformes;**

**8.3.11.2.** Tempo de resposta às solicitações da contratante;

**8.3.11.3.** Atraso no pagamento de salários e outros benefícios;

**8.3.11.4.** Falta de materiais previstos em contrato;

**8.3.11.5.** Reposição de pessoal urgente;

**8.3.11.6.** Falta de equipamento de limpeza;

**8.3.11.7.** Falta de limpeza

8.3.12. A equipe gestora do contrato enviará à contratada o resultado da avaliação mensal dos indicadores até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para que a empresa prestadora dos serviços possa emitir a devida fatura mensal.

**8.3.12.1.** No primeiro mês do contrato o IMR terá caráter educativo, para adaptação da CONTRATADA ao instrumento, não tendo impacto financeiro nas adequações de pagamento.

8.3.13. A contratada deverá manter registro diário de frequência e desenvolver um programa de controle de qualidade visando a eliminar ou a minimizar as desconformidades porventura detectadas mensalmente ao longo da execução contratual.

8.3.14. Após o recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto nos artigos 49 e 50 da IN SEGES/MP nº 05, de 2017 e em conformidade com o anexo XI daquela Instrução Normativa, o gestor do contrato deve instruir o processo de pagamento com a Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços, encaminhando-os à Tesouraria do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF da UFPE, para pagamento, observadas as demais condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório.

8.3.15. O cumprimento das obrigações definidas para a fiscalização (técnica e administrativa) e para a gestão do contrato a ser firmado, constituir-se-á em procedimento de verificação do igual cumprimento da obrigação da contratada de manter, durante todo o período de execução do contrato, todas as condições de contratação atendidas pela mesma à época da assinatura contratual.

8.3.16. As sanções, glosas e condições para rescisão contratual, bem como as multas por atraso injustificado para início ou atraso durante a execução da prestação dos serviços, estão definidas na cláusula 10ª deste Termo de Contrato.

#### **8.4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

8.4.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela UFPE para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e encaminhamento da documentação pertinente à Coordenação de Gestão de Contratos da Diretoria de Licitações e Contratos – DLC da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa – PROGEST para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, eventual aplicação de sanções, extinção contratual, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

8.4.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, servidor indicado no subitem 8.2, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica,

administrativa, setorial, servidores indicados subitens 8.3 e 8.4, respectivamente, e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos, dando suporte aos fiscais técnicos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

8.4.4. A Contratante deverá designar representantes para atuarem como fiscais setoriais.

8.4.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.4.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

8.4.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e



a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados

8.4.7. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

8.4.8. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

8.4.9. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB)

8.4.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.

8.4.11. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

8.4.12. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

8.4.13. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

**8.4.13.1.** Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT); e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
  - g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
  - g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
  - g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

**8.4.13.2.** Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **8.4.13.3. Fiscalização diária:**

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

8.4.14. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

**8.4.14.1.** O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

8.4.15. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

**8.4.15.1.** Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

8.4.16. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

8.4.17. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VIII, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.4.18. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.4.19. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.4.20. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.4.21. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.4.22. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.4.23. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.4.24. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.4.25. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.4.26. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.27. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.4.28. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.29. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo

culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.30. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**8.4.30.1.** Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**8.4.30.2.** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

**8.4.30.3.** Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

8.4.31. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

8.4.32. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4.33. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, a verificação da ajustada alocação de pessoal durante a execução dos serviços conforme definido pela gestão e fiscalização técnica do contrato, bem como o cumprimento das tarefas e suas rotinas estabelecidas no anexo V – Rotinas, do Termo de Referência.

8.4.34. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII (DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA) da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo II deste Termo de Contrato, conforme itens abaixo:

### **9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

9.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.2.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.2.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

9.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.2.7. É vedado à Administração ou aos seus servidores conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como, recesso, ponto facultativo, entre outros (Inciso VII do art. 5º da IN SEGES/MP n. 5/2017). Caso a administração opte pela redução/suspensão dos serviços prestados, deverá ser observado o desconto do auxílio alimentação e transporte, quando o empregado alocado não labora em dias de ponto facultativo ou de recesso, sem prejuízo da sua remuneração (Nota Técnica nº 66/2018 – Delog/Seges/MP).

9.2.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como: exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas; promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.2.9. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente: a concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido; recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade; pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

9.2.10. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

9.2.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.2.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.2.13. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

9.2.14. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

9.2.15. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### **9.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.3.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e na proposta.

9.3.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.3.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

9.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à UFPE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.3.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.3.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

9.3.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.3.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

9.3.9. Responsabilizar-se pela fiscalização e bom uso do uso dos uniformes e dos Equipamentos de Proteção Individual listados no anexo VII - Laudo Técnico para Licitações – SESST nº 06/2020, acatando as orientações da UFPE quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, apresentando ao Serviço de Engenharia de Segurança do Trabalho – SESST da UFPE, nos 3 (três) primeiros meses do início da execução dos serviços, o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSONR7 e o Programa de Prevenção de Risco Ambiental – PPRA-NR9 nos termos da Lei nº 6.514/77, conforme o citado anexo, além das fichas de EPI's fornecidos aos profissionais e os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO).

9.3.10. A contratada, além de atender ao inciso V do artigo 6º da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, deverá oferecer treinamento, capacitação e reciclagem dos profissionais, preferencialmente em período de recesso acadêmico da UFPE, observada a indicação no anexo VII - Laudo Técnico para Licitações – SESST nº 06/2020 e na legislação pertinente,

apresentando à gestão contratual cópia, pelo menos anualmente, cópia dos respectivos certificados.

9.3.11. Conforme o disposto no referido Laudo Técnico, a empresa contratada fica obrigada a estabelecer uma CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme requisitos da NR-05 e disponibilizar a documentação atualizada para o gestor do contrato;

9.3.12. Em caso de acidentes ou doenças ocupacionais devem ser emitidas CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho e 01 (uma) cópia deverá ser entregue ao SESST, no prazo de até 24h após o acidente;

9.3.13. É imprescindível a observação das recomendações previstas na Avaliação Preliminar de Riscos constante do anexo VII, devendo a Contratada emitir laudo técnico de insalubridade e periculosidade, conforme ali se exige, num prazo máximo de 03 (três) meses após o início da execução do contrato.

9.3.14. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, no prazo de até dez dias úteis, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

**9.3.14.1.** relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

**9.3.14.2.** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

**9.3.14.3.** exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

**9.3.14.4.** declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

**9.3.14.5.** os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

9.3.15. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

9.3.16. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.



9.3.17. Substituir, no prazo de 4 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

9.3.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

**9.3.18.1.** Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.3.19. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.3.20. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**9.3.20.1.** Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

9.3.21. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.3.22. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.3.23. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

9.3.24. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.3.25. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

**9.3.25.1.** viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

**9.3.25.2.** viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

**9.3.25.3.** oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.3.26. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

9.3.27. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.3.28. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

**9.3.28.1.** A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**9.3.28.2.** Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**9.3.28.2.1.** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas

9.3.29. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.3.31. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.3.32. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

**9.3.32.1.** Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.3.33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.34. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.3.35. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

9.3.36. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.3.37. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.3.38. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.3.39. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.3.40. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes do Termo de Referência, anexo II deste Termo de Contrato.

9.3.41. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.3.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

9.3.43. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

9.3.44. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.3.45. Entregar à fiscalização administrativa quando por esta solicitado, no prazo de 15 (quinze) dias corridos:

**9.3.45.1.** extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer profissional, a critério da fiscalização administrativa;

**9.3.45.2.** cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomadora a UFPE, constando o número de profissionais previsto em contrato;

**9.3.45.3.** cópia dos contracheques dos profissionais relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia dos recibos de depósitos bancários;

**9.3.45.4.** comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros que venham a ser exigidos por Lei), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer profissional;

**9.3.45.5.** comprovantes de realização de cursos de treinamento e reciclagem exigidos neste Termo de Referência e dos que vierem a ser oferecidos aos profissionais por exigência legal.

**9.3.45.6.** Instrução de Trabalho, conforme Anexo X, sempre que seus funcionários forem admitidos ou mudarem de localização dentro do Campus Recife

9.3.46. Apresentar mensalmente o anexo IX – Planilha de Controle de Terceirizados devidamente preenchida.

9.3.47. Entregar à fiscalização administrativa, quando da extinção ou rescisão do contrato a ser firmado, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, como condição para pagamento:

**9.3.47.1.** termos de rescisão dos contratos de trabalho dos profissionais prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria ou, conforme art. 64 da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**9.3.47.2.** guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

**9.3.47.3.** extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada profissional dispensado; e

**9.3.47.4.** exames médicos demissionais dos profissionais dispensados

9.3.48. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

9.3.49. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos (inclusive EPI e EPC) e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**9.3.49.1.** Realizar treinamento dos profissionais envolvidos na execução do contrato sobre as normas de segurança da UFPE, bem como quanto à redução de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e, ainda, sobre o trato e zelo com o patrimônio histórico, considerando que um dos locais definidos para a prestação dos serviços é o prédio-sede da Faculdade de Direito do Recife, tombado como monumento histórico nacional;

**9.3.49.2.** Usar barreiras de isolamento no local dos serviços, as quais devem ser reutilizáveis para não gerar resíduos com fitas descartáveis;

**9.3.49.3.** Os bens devam ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**9.3.49.4.** As sobras dos produtos devem ser armazenadas com as embalagens lacradas para evitar o comprometimento da qualidade do produto, além de ficar sob condições ambientais favoráveis para que não ocorra deterioração. Essas sobras de produtos devem ser utilizadas para outros serviços;

**9.3.49.5.** Os materiais que forem classificados como rejeito, por não terem viabilidade econômica e/ou tecnologia para reaproveitamento ou reciclagem, devem ser destinados para Aterros Sanitários, conforme orientação da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;

**9.3.49.6.** Os materiais recicláveis que forem recolhidos deverão ser encaminhados à Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA que os destinará a uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, assim atendendo ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

**9.3.49.7.** Não gerar ou usar resíduos tóxicos;

**9.3.49.8.** Não desperdiçar materiais;

**9.3.49.9.** Não fazer lançamento de resíduos ou poluição atmosférica sem o devido monitoramento da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;

**9.3.49.10.** Descartar o recurso renovável sob a orientação da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;

**9.3.49.11.** Minimizar a emissão de ruído dos equipamentos diversos que forem utilizados nos serviços;

**9.3.49.12.** Não fazer a impermeabilização do solo sem a devida autorização da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;

**9.3.49.13.** Não lançar fragmentos ou material particulado no ambiente;

**9.3.49.14.** Não fazer a queima de combustíveis não renováveis, exceto imprescindível para a execução dos serviços;

**9.3.49.15.** Quando o serviço for realizado em áreas de grande fluxo, causar o mínimo de transtorno aos transeuntes;

**9.3.49.16.** Não realizar a supressão ou poda da vegetação;

**9.3.49.17.** Evitar o risco de geração de faíscas em locais de dispersão de gás. Quando usar, evitar o vazamento de CFC

**9.3.50.** Em relação ao pessoal para a execução dos serviços, a empresa contratada responsabilizar-se-á por:

**9.3.50.1.** cumprir e fazer cumprir todas as normas legais referentes à execução dos serviços e, em particular, à segurança do trabalho, de âmbito federal, estadual e municipal ou estabelecidas pela Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias;

**9.3.50.2.** tomar as medidas necessárias ao atendimento de seu pessoal, acidentado ou acometido de mal súbito;

**9.3.50.3.** manter seguro coletivo de vida contra riscos de acidentes de trabalho;

**9.3.50.4.** realizar exame admissional e demissional, assim como a realização de exames periódicos de caráter preventivo;

**9.3.50.5.** fornecer obrigatoriamente vale transporte e vale-alimentação aos seus empregados, envolvidos na prestação dos serviços, de acordo com a legislação vigente e Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias.

**9.3.50.6.** cumprir todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, pagando os salários dos seus empregados através de depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas no município de Recife, como exige disposto no anexo VII-B, subitem 1.2, alínea “b”, da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

**9.3.50.7.** observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

9.3.51. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo II deste Termo de Contrato, conforme itens abaixo:

10.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

10.2.1. não executar totalmente ou parcialmente de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.2.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.2.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.2.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

10.2.5. cometer fraude fiscal.

10.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.3.2. Multa de:

**10.3.2.1.** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**10.3.2.2.** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**10.3.2.3.** 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**10.3.2.4.** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

**10.3.2.5.** 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

**10.3.2.6.** as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

**10.3.4.1.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 do Termo de Referência

10.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. As sanções previstas nos subitens 10.3.1, 10.3.3, 10.3.4 e 10.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
<b>1</b>	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
<b>2</b>	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
<b>3</b>	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
<b>4</b>	1,6 % ao dia sobre o valor mensal do contrato
<b>5</b>	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
<b>1</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	<b>05</b>

<b>2</b>	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	<b>04</b>
<b>3</b>	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	<b>03</b>
<b>4</b>	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	<b>02</b>
<b>5</b>	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	<b>03</b>
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
<b>6</b>	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	<b>01</b>
<b>7</b>	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	<b>02</b>
<b>8</b>	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	<b>01</b>
<b>9</b>	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	<b>03</b>
<b>10</b>	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no	<b>01</b>



	edital/contrato;	
<b>11</b>	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	<b>01</b>

10.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo II deste Termo de Contrato;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo de até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Recife-PE, .....12 de.....novembro..... de 2021.

ALFREDO  
MACEDO  
GOMES:41  
972074415

Assinado de forma  
digital por  
ALFREDO MACEDO  
GOMES:419720744  
15  
Dados: 2021.11.12  
10:07:29 -03'00'

MIGUEL  
PORTELA  
LIMA:03874206  
491

Assinado de forma  
digital por MIGUEL  
PORTELA  
LIMA:03874206491  
Dados: 2021.11.11  
14:44:50 -03'00'

UFPE

Prof. Alfredo Macedo Gomes

Reitor

RG no 2.680.490 SSP/PE

CONTRATADA

Sr. Miguel Portela Lima

Sócio Administrador

RG nº 756.706 SSP/PE

TESTEMUNHAS:

1ª ..... – CPF .....

2ª ..... – CPF .....

## **ANEXO I DO TERMO DE CONTRATO**

### **PROPOSTA VENCEDORA**



#### ANEXO IV

#### PROPOSTA E PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – APÓS DILIGÊNCIA

À:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PROGEST  
PROPOSTA REFERENTE AO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2021**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **23076.021840/2020-50**

Apresentamos nossa proposta adequada ao último lance/lance negociado ofertado na sessão pública referente à licitação acima indicada, conforme abaixo:

OBJETO: Prestação de serviços de **Limpeza e conservação de áreas externas abertas** do Campus Recife, exceto Hospital das Clínicas e prédios externos (Faculdade de Direito do Recife; Anexo I da Faculdade de Direito do Recife; Anexo II da Faculdade de Direito do Recife; Centro Cultural Benfica; Memorial de Medicina da UFPE e Núcleo de Tv e Rádio Universitária); e **Manutenção de áreas ajardinadas**, Campus Recife exceto Hospital das Clínicas; e **Motorista de Caminhão (habilitação D) e Máquinas Agrícolas**. Em todos os itens estão inclusas a mão de obra e respectivos insumos materiais de consumo, materiais de média e longa duração, equipamentos e veículos abastecidos necessários para a execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.

**VALOR ANUAL: R\$ 4.149.157,20** (Quatro milhões, cento e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e sete reais e vinte centavos), obtido conforme **planilhas de custos e formação de preços em anexo**.

**DECLARAMOS** que consideramos, na formulação dos custos da proposta de preços: 1) Mão-de-obra utilizados na execução do objeto; 2) materiais de consumos, materiais de média e longa duração, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniformes, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços; 3) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 4) fretes; 5) seguros; 6) os encargos sociais e trabalhistas incidentes; 7) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço aqui ofertado.

**DECLARAMOS** que arcaremos com o ônus de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de nossa proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, os quais nos comprometemos de complementá-los, caso o previsto inicialmente em nossa proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**DECLARAMOS** que quando da formulação da nossa proposta levamos em consideração as regras de sustentabilidade exigidas no **Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão acima indicado**, as quais nos comprometemos em atender durante toda a execução do contrato a ser firmado.

**DECLARAMOS**, por fim, que a presente proposta foi formulada em completa anuência das regras e exigências do **Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2021**.

#### REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINA ESTA PROPOSTA E ASSINARÁ O CONTRATO:

Nome: MIGUEL PORTELA LIMA  
Nacionalidade: BRASILEIRA  
Estado civil: CASADO  
Função: SÓCIO ADMINISTRADOR  
Endereço residencial: Rua Caio Pereira, 64 – Aptº 2102 – Rosarinho – Recife - PE  
Cpf (com cópia): 038.742.064-91  
R.g./órgão expedidor (com cópia): 756.706 SSP-PE  
E-mail: Miguel.portela@rpl.eng.br

#### COMPROMISSO COM A QUALIDADE



**DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

Banco nº: Banco do Brasil

Nome do banco: 001

Agência nº: 3433-9

Nome da agência: BB Empresarial

Conta corrente nº: 123.123-5

Praça de pagamento: Recife-PE

Recife, 16 de setembro de 2021.

Atenciosamente,

---

**RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**

**Miguel Portela Lima**

**Sócio administrador**

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**



## ANEXO IV MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL: RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA		CNPJ: 01.781.573/0001-62	
ENDEREÇO: SÃO CAETANO, 359 - CAMPO GRANDE - RECIFE		UF: PE	CEP: 52.031-070
TELEFONE: 81 2101-7111			
EMAIL: rpl@rpl.eng.br			

TIPO DE ÁREA/POSTO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	QUANTD. M²	PREÇO UNITÁRIO POR M²	PREÇO MENSAL	PREÇO GLOBAL
ÁREA EXTERNA ABERTA SEM INSALUBRIDADE	Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas não Insalubres num total de 577.903,27m², onde adota-se a área de 11.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	577.903,27	R\$ 0,30	R\$ 173.498,10	R\$ 2.081.977,20
ÁREA EXTERNA ABERTA COM INSALUBRIDADE	Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas Insalubres num total de 225.000,00m², onde adota-se a área de 9.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	225.000,00	R\$ 0,46	R\$ 104.477,14	R\$ 1.253.725,68
CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL						3.335.702,8800

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO
CCT 2021/2022 - PE000021/2021.

QUANTIDADE DE PESSOAL	
Função	Quantidade
Servente de Limpeza - CBO 5143-20	78
Encarregado de Limpeza - CBO 4101-05	3

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação
CONFORME PLANILHA DE INSUMOS ANEXO IV - B		

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Recife/PE, 19 de agosto de 2021.

RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA  
MIGUEL PORTE LIMA  
Sócio Administrativo



**ANEXO IX - A****PREGÃO ELETRÔNICO Nº****MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Nº do Processo Nº 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia 19/08/2021 às 10:00 horas

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	19/08/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000021/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviço de Encarregado de Limpeza para fiscalizar a execução dos serviços, para atender ao campus Recife da UFPE, exceto o Hospital das Clínicas, correspondendo a uma área total de 906.233,69 m² em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	1 encarregado para 30 serventes	3

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

**1. MÓDULOS****Mão de Obra.****Mão de Obra vinculada à execução contratual.**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	4101-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.572,41
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

**MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.**

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.572,41
B	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 1.572,41

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 130,98
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 190,26
Total		R\$ 321,24

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 314,48
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 39,31
C	SAT	1,68%	R\$ 26,42
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 23,59
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 15,72
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,43
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,14
H	FGTS	8,00%	R\$ 125,79
Total		35,48%	R\$ 557,89



**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 100,66
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (utilizado PAT=20%)	R\$ 134,64
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros (especificar)	
Total		R\$ 235,30

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 321,24
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 557,89
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 235,30
Total		R\$ 1.114,43

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	2,52
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,20
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	54,56
D	Aviso prévio trabalhado	30,50
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	10,82
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,35
Total		R\$ 98,95

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 131,03
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4,25
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,31
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 2,36
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,47
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
Total		R\$ 138,42

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 44,73
B	Outros (especificar)	
Total		R\$ 44,73

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	0,75%	22,27
B	Lucro	1,00%	29,69
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	265,32
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	172,96
<b>Total</b>		<b>27,09%</b>	<b>R\$ 490,24</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor porempregado)</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.572,41
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.114,43
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 98,95
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 138,42
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 44,73
	<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>	<b>R\$ 2.968,94</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 490,24
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ 3.459,18</b>



*ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA*

---

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 – Campo Grande – Recife – PE – CEP: 52.031-070 – Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 – Inscrição Municipal: 279.506-0 – e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) – site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



*ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA*

---

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 – Campo Grande – Recife – PE – CEP: 52.031-070 – Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 – Inscrição Municipal: 279.506-0 – e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) – site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



*ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA*

---

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 – Campo Grande – Recife – PE – CEP: 52.031-070 – Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 – Inscrição Municipal: 279.506-0 – e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) – site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



*ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA*

---

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 – Campo Grande – Recife – PE – CEP: 52.031-070 – Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 – Inscrição Municipal: 279.506-0 – e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) – site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



**ANEXO IX - A - 1****PREGÃO ELETRÔNICO Nº****MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Nº do Processo Nº 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia 19/08/2021 às 10:00 horas

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	19/08/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000021/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida (m²)	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas não Insalubres num total de 577.903,27m², onde adota-se a área de 11.000 m² por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	577.903,27	53

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

**1. MÓDULOS****Mão de Obra.****Mão de Obra vinculada à execução contratual.**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.122,19
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Servente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2021

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

**MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.**

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.122,19
B	Outros (especificar)	R\$ -
Total de Remuneração		R\$ 1.122,19

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.****Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
-----	---	-------------



A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$	93,48
B	Férias e Adicional de Férias	R\$	135,78
Total		R\$	229,26

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 224,44
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 28,05
C	SAT	1,68%	R\$ 18,85
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 16,83
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 11,22
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 6,73
G	INCRA	0,20%	R\$ 2,24
H	FGTS	8,00%	R\$ 89,78
Total		35,48%	R\$ 398,15



**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 127,67
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (utilizado PAT=20%)	R\$ 134,64
C	Assistência médica e familiar	R\$ 62,40
D	Cesta Básica (CCT) (utilizado PAT=20%)	R\$ 83,14
<b>Total</b>		<b>R\$ 407,85</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 229,26
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 398,15
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 407,85
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.035,27</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	1,80
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,14
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	38,94
D	Aviso prévio trabalhado	21,77
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	7,72
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,25
<b>Total</b>		<b>R\$ 70,62</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 93,52
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 3,03
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,22
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 1,68
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,34
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 98,79</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 44,73
B	Materiais de Consumo	R\$ 138,40
C	Materia de Média e Longa Duração	R\$ 39,90
D	Equipamentos	R\$ 185,54
E	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ 408,57</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,75%	20,52
B	Lucro	1,00%	27,35
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	244,45
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	159,36
<b>Total</b>		<b>14,42%</b>	<b>R\$ 451,68</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	1.122,19
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	1.035,27
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	70,62
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	98,79
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	408,57
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		R\$	2.735,43
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	451,68
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$</b>	<b>3.187,11</b>

**ANEXO IX - A - 2****PREGÃO ELETRÔNICO Nº****MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Nº do Processo Nº 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia 19/08/2021 às 10:00 horas

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	19/08/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000021/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida (m²)	Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)
Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas Insalubres num total de 225.000,00m², onde adota-se a área de 9.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	225.000,00	25

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

**1. MÓDULOS****Mão de Obra.****Mão de Obra vinculada à execução contratual.**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.122,19
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Servente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2021

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

**MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.**

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.122,19
B	Adicional de Insalubridade - Grau Máximo ( 40% do salário Mínimo)	R\$ 440,00
C	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 1.562,19

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 130,13
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 189,02
Total		R\$ 319,16

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 312,44
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 39,05
C	SAT	1,68%	R\$ 26,24
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 23,43
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 15,62
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,37
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,12
H	FGTS	8,00%	R\$ 124,98
Total		35,48%	R\$ 554,27

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 127,67
B	Auxílio-Refeição/Alimentação - (utilizado PAT=20%)	R\$ 134,64
C	Assistência médica e familiar	R\$ 62,40
D	Cesta Básica - (utilizado PAT=20%)	R\$ 83,14
<b>Total</b>		<b>R\$ 407,85</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 319,16
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 554,27
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 407,85
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.281,27</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	2,50
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,20
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	54,21
D	Aviso prévio trabalhado	30,31
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	10,75
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,34
<b>Total</b>		<b>R\$ 98,31</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 130,18
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4,22
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,31
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 2,34
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,47
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 137,52</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 44,73
B	Materiais de Consumo	R\$ 138,40
C	Materia de Média e Longa Duração	R\$ 39,90
D	Equipamentos	R\$ 185,54
E	Outros (especificar)	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 408,57</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,75%	26,16
B	Lucro	1,00%	34,88
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	311,69
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	203,19
<b>Total</b>		<b>14,42%</b>	<b>R\$ 575,92</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.562,19
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.281,27
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 98,31
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 137,52
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 408,57
	<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>	<b>R\$ 3.487,86</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 575,92
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ 4.063,78</b>



**ANEXO IX - B****RELAÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA**

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportado, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do Servente de Limpeza sem Insalubridade, Servente de Limpeza Com Insalubridade ( Anexos IX - A - 1, IX - A - 2,) no Módulo 5 - Insumos Diversos - B- Material de Consumo Mensal; C - Materiais de Média e Longa Duração; D - Equipamentos

**A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI**

A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00	6	R\$ 10,00
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00	6	R\$ 6,67
3	BONE	Boné com aba e proteção traseira.	Unidade	1	R\$ 8,00	R\$ 8,00	6	R\$ 1,33
4	MEIAS	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	UNIDADE	3	R\$ 5,00	R\$ 15,00	7	R\$ 2,14
5	CAPA PARA CHUVA	Capa impermeável para chuva.	Unidade	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00	6	R\$ 2,00
6	BOTA	Botas de segurança em PVC cano longo.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
7	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
8	LUVA	Luvas de segurança com banho de látex natural sobre suporte têxtil 100% algodão, palma antiderrapante corrugada reforçada, comprimento mínimo de 30 cm, espessura mínima de 1,80 na palma.	Unidade	1	R\$ 5,50	R\$ 5,50	6	R\$ 0,92
9	LUVA	Luvas de segurança em borracha nitrílica, com revestimento interno; antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, comprimento mínimo de 45 cm e espessura mínima de 50 mm.	Unidade	1	R\$ 5,50	R\$ 5,50	6	R\$ 0,92
10	MASCARA	Máscara semi-facial PFF1 (Para poeiras).	Unidade	1	R\$ 3,50	R\$ 3,50	6	R\$ 0,58
11	MASCARA	Máscara com proteção antibacteriana.	Unidade	1	R\$ 5,00	R\$ 5,00	6	R\$ 0,83
12	OCULOS	Óculos de segurança com lentes incolores.	Unidade	1	R\$ 4,00	R\$ 4,00	6	R\$ 0,67
13	PERNEIRAS	Perneiras de proteção (Atividades com facão, foice e outros instrumentos cortantes).	Unidade	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00	6	R\$ 2,00
14	PROTETOR AURICULAR	Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NEEsf maior que 15 db (operação dos equipamentos).	Unidade	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00	6	R\$ 2,50
15	PROTETOR FACIAL	Protetor Facial (operação com cortador de grama).	Unidade	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00	6	R\$ 2,50
Total do Custo mensal com Uniforme e EPI								R\$ 44,73
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL DE 01 PROFISSIONAIL)								R\$ 44,73

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 - Campo Grande - Recife - PE - CEP: 52.031-070 - Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 - Inscrição Municipal: 279.506-0 - e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) - site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)

**B - RELAÇÃO MENSAL DE MATERIAIS DE CONSUMO**

B - RELAÇÃO MENSAL DE MATERIAIS DE CONSUMO								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	SACO PARA LIXO	Biodegradável, 08 MICRAS, capacidade 100 l, acondicionados em fardos com 100 peças, cor PRETA.	Fardo	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00	1	R\$ 900,00
2	SACO PARA LIXO	Biodegradável, 08 MICRAS, capacidade 100 l, acondicionados em fardos com 100 peças, cor AZUL.	Fardo	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00	1	R\$ 900,00
3	CAL HIDRATADA	Selada pela ABPC- NBR 7175, tipo CH-I.	Kg	300	R\$ 9,00	R\$ 2.700,00	1	R\$ 2.700,00
4	FITA ZEBRADA	Rolo na cor preto e amarelo, espessura entre 6,5 e 7,00cm de largura, com comprimento entre 180 e 200m.	Rolo	10	R\$ 11,00	R\$ 110,00	1	R\$ 110,00
5	TINTA PARA DEMARCAÇÃO DE TRÁFEGO	Cor amarela - ALQUÍDICA.	Latão de 18l	6	R\$ 250,00	R\$ 1.500,00	1	R\$ 1.500,00
6	TINTA PARA DEMARCAÇÃO DE TRÁFEGO	Cor branco - ALQUÍDICA.	Latão de 18l	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00	1	R\$ 750,00
7	THINNER	Com baixa emissão de VOC.	Galões de 5l	25	R\$ 55,00	R\$ 1.375,00	1	R\$ 1.375,00
8	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor Amarelo (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações das NBR's 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	5	R\$ 160,00	R\$ 800,00	1	R\$ 800,00
9	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor Azul (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações das NBR's 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	3	R\$ 160,00	R\$ 480,00	1	R\$ 480,00
10	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor Cinza (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	5	R\$ 160,00	R\$ 800,00	1	R\$ 800,00
11	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor verde (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações das NBR's 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	3	R\$ 160,00	R\$ 480,00	1	R\$ 480,00
Total do Custo mensal com materias								R\$ 10.795,00
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 78 PROFISSIONAIS)								R\$ 138,40

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 - Campo Grande - Recife - PE - CEP: 52.031-070 - Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 - Inscrição Municipal: 279.506-0 - e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) - site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)

**C - RELAÇÃO DE MATERIAIS DE MÉDIA E LONGA DURAÇÃO**

ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	ESTROVENGA	Em aço carbono especial de alta qualidade, temperado e com pintura eletrostática a pó na cor preta, com cabo em madeira resistente. Diâmetro do olho 35 mm e dimensões 215 x 60 mm.	Unid.	18	R\$ 32,90	R\$ 592,20	12	R\$ 49,35
2	ENXADA	Em aço carbono especial de alta qualidade, temperado e com pintura eletrostática a pó na cor preta, com cabo longo em madeira resistente (1,50 m). Dimensões do olho 42 x 32 mm e da lâmina 170 x 202 mm.	Unid.	36	R\$ 19,93	R\$ 717,48	12	R\$ 59,79
3	VASSOURA REGULÁVEL	Para folhas, com 22 palhetas redondas em aço SAE 1070. Dimensões 445 x 374 mm e cabo em madeira revestido com plástico (1,20 m).	Unid.	60	R\$ 12,50	R\$ 750,00	3	R\$ 250,00
4	PÁ QUADRADA	Material da Pá: aço. Material Cabo: madeira aparelhada. Referência: nº 04.	Unid.	36	R\$ 22,00	R\$ 792,00	12	R\$ 66,00
5	FORCADO CURVO	(gadanho) Em aço carbono especial de alta resistência, pintura eletrostática a pó na cor preta, com 04 dentes redondos (diâmetro 5/16" e comprimento 40 cm) e cabo em madeira resistente (1,50 m).	Unid.	16	R\$ 26,90	R\$ 430,40	12	R\$ 35,87
6	ANCINHO	(ciscador), em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor preta, com 12 dentes redondos. Diâmetro do olho 29 mm, dimensões 316 x 85 mm e espessura 4,75 mm. Cabo em madeira resistente (1,50 m).	Unid.	12	R\$ 18,90	R\$ 226,80	12	R\$ 18,90
7	SACHO	- Coração em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor laranja. Dimensões 267 x 95 mm e cabo em madeira resistente (43 cm).	Unid.	25	R\$ 15,00	R\$ 375,00	12	R\$ 31,25
8	FOICE RETA	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor verniz. Diâmetro do olho 28 mm, dimensões 230x 75 mm e cabo em madeira resistente (50 cm).	Unid.	6	R\$ 30,00	R\$ 180,00	12	R\$ 15,00
9	FACÃO	Lâmina fabricada em aço temperado carbono, garantindo alta durabilidade; cabo fabricado em polipropileno, formato anatômico e prático. Lâmina em aço carbono 16" com fio liso. Peso:0,35 Kg. Dimensões (LxAxP):10,5 x 2,4 x 61 cm.	Unid.	5	R\$ 13,57	R\$ 67,85	12	R\$ 5,65
10	MACHADO	Material: aço forjado, Peso: 2,0 kg (± 5%). Material Cabo: madeira aparelhada. Características Adicionais: parte metálica em pintura eletrostática na cor preta, cabo fixado com cunha.	Unid.	3	R\$ 45,00	R\$ 135,00	12	R\$ 11,25
11	CAVADOR ARTICULADO	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor preta. Dimensões 272 x 112 mm e cabo em madeira resistente (1,20).	Unid.	8	R\$ 25,77	R\$ 206,16	12	R\$ 17,18
12	CAVADEIRA RETA	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor verniz. Diâmetro do olho 350 mm, dimensões 363 x 106 mm e cabo em madeira resistente (1,20 m).	Unid.	8	R\$ 29,61	R\$ 236,88	12	R\$ 19,74
13	CARRO DE MÃO	Com estrutura de sustentação e braços metálicos, caçamba funda, medindo 181x120x122 cm, em ferro galvanizado 14, e pneus com câmara de ar.	Unid.	30	R\$ 145,00	R\$ 4.350,00	12	R\$ 362,50
14	LONA AUTOMOTIVA	Dimensão 3m x 2m, m PVC tipo Ionil/vinilona dupla face, bainha em costura dupla.	Unid.	20	R\$ 145,00	R\$ 2.900,00	6	R\$ 483,33

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 - Campo Grande - Recife - PE - CEP: 52.031-070 - Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 - Inscrição Municipal: 279.506-0 - e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) - site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



15	PODADOR	Para galhos altos (serrote) com os seguintes requisitos mínimos: serrote e guilhotina em aço temperado; cabo telescópico metálico extensível de 1,5 até 3 metros com fio de nylon incluso.	Unid.	6	R\$ 160,00	R\$ 960,00	12	R\$ 80,00
16	PICARETA CHIBANCA	Duas pontas, uma de corte e outra de cava. Características Adicionais: com um lado horizontal e outro vertical, com cabo de madeira.	Unid.	6	R\$ 50,00	R\$ 300,00	12	R\$ 25,00
17	PICARETA ALVIÃO	Com 02 (duas) pontas de corte. Características adicionais: um lado horizontal e outro vertical, com cabo de madeira.	Unid.	3	R\$ 40,00	R\$ 120,00	12	R\$ 10,00
18	BROCHA PARA PINTURA	- Em fibra longa de sisal de coco tratada, com cabo de madeira, no tamanho de 30cm.	Unid.	60	R\$ 9,50	R\$ 570,00	3	R\$ 190,00
19	ROLO DE LÃ	Para pintura 15 cm c/ cabo	Unid.	5	R\$ 18,00	R\$ 90,00	2	R\$ 45,00
20	ROLO DE LÃ	Para pintura 23 cm c/ cabo	Unid.	5	R\$ 22,00	R\$ 110,00	2	R\$ 55,00
21	TRINCHA	3".	Unid.	5	R\$ 6,00	R\$ 30,00	2	R\$ 15,00
22	TRINCHA	4".	Unid.	5	R\$ 7,00	R\$ 35,00	2	R\$ 17,50
23	CORDA	De seda com diâmetro de 3/4".	metro	100	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00	12	R\$ 291,67
24	BALDE	De polietileno de alta densidade, alça em aço galvanizado. Capacidade 10 litros.	Unid.	20	R\$ 8,86	R\$ 177,20	3	R\$ 59,07
25	TELA	De Proteção em Nylon, para serem utilizadas como barreiras protetoras durante o funcionamento de roçadeiras laterais e cortadores de grama.	metro	90	R\$ 20,00	R\$ 1.800,00	6	R\$ 300,00
26	EXTENSÃO ELÉTRICA	Cabo multipolar 4 vias - 6 mm²- tensão 1kV - isolamento pvc- com caixa de proteção com DR tetrapolar e tomadas industriais para uso externo - 30mA (32A) - 3P+T - 100m cada extensão.	unid.	2	R\$ 200,00	R\$ 400,00	12	R\$ 33,33
27	VASSOURA GARI	Para uso externo, base de plástico reciclado reta, medidas aproximadas de comprimento x largura x altura (40cm x 4,5cm x 3,5cm), com cerdas de plástico reciclado, altura de 8cm, com 41 tufo fixados na base, cabo de madeira 1,50 m com 22mm de espessura.	Unid.	60	R\$ 18,83	R\$ 1.129,80	2	R\$ 564,90
<b>Total do Custo mensal com materias de média e longa duração</b>								<b>R\$ 3.112,28</b>
<b>CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 78 PROFISSIONAIS)</b>								<b>R\$ 39,90</b>

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 - Campo Grande - Recife - PE - CEP: 52.031-070 - Telefone: (81) 2101.7111  
 CNPJ: 01.781.573/0001-62 - Inscrição Municipal: 279.506-0 - e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) - site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)

**D - RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Unidade	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	ROÇADEIRAS LATERAIS  Mecanismo Propulsor – Motor de 2 (dois) tempos monocilíndrico. Cilindradas – 35,2 cm³ a 39 cm³. Diâmetro do cilindro – 38 mm a 40 mm. Curso do Pistão – 31 mm. Potência – 1,7 kw a 2 kw. Número máximo de rotações – 12500 1/min. Número máximo de rotações na marcha lenta - 2800 1/min. Número máximo de rotações do eixo da transmissão (acionamento da ferramenta de corte) – 8930 1/min. Sistema de Ignição – Ignição magnética com módulo de ignição eletrônica (sem contato). Carburador – De diafragma multiposicionado com bomba de combustível incorporada. Capacidade do tanque de combustível – 580 cm³. Mistura do combustível – gasolina com óleo de dois tempos conforme recomendações dos fabricantes. Peso – 7,7 kg a 7,9 kg. Acessórios – Cabeçotes de corte para fio de nylon, lâmina de metal para capinação, Proteção com bainha e faca para ferramentas de corte, encosto para lâminas metálicas, cinta dupla para ombro e óculos de proteção. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, óleo de dois tempos, fio de nylon, lâminas de corte, manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada.	Unid.	30	R\$ 1.100,00	R\$ 33.000,00	60	R\$ 550,00
2	CORTADORES DE GRAMA  Motor – A gasolina de 4 (quatro) tempos, com potência de 5,0 HP. Sistema de partida e aceleração – Manual. Cabo – Dobrável revestido em PVC flexível, altamente isolante. Rodas – Revestidas com pneus em PVC. Número de alturas de corte – 5 (cinco) Lâminas de corte – Em aço com tempera por indução de fio de corte. Inclinação máxima de trabalho – 15°. Consumo de gasolina – 1 l/hora Rotação por minuto – 3200. Tanque de combustível – 0,85 litros. Faixa de corte – 48 cm a 60cm. Sem recolhedor. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, lâminas de corte, manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada.	Unid.	10	R\$ 1.250,00	R\$ 12.500,00	60	R\$ 208,33
3	CARRO INDUSTRIAL TIPO PLATAFORMA  Para transporte de resíduos. Plataforma metálica com 4 pneus com câmara de ar (dimensões 1,500mm x 800mm), acompanhado de acessório com estrutura metálica telada e porta basculante (1.500mm x 800mm – altura 1000mm). Pintura eletrostática na cor cinza. Personalizados com os dizeres: UFPE – SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.	Unid.	6	R\$ 650,00	R\$ 3.900,00	60	R\$ 65,00
4	CARRO COLETOR COM PEDAL  Para coleta de resíduos infectantes. Em Polietileno de alta densidade, resistente a alto impacto e raios UV, rodas de borracha maciça, pedal em aço com pintura eletrostática – Capacidade 240 litros e dimensões de 730mm x 590mm e altura 1100mm, na cor branca. Personalizados com os dizeres: UFPE – SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.	Unid.	18	R\$ 280,00	R\$ 5.040,00	60	R\$ 84,00

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 – Campo Grande – Recife – PE – CEP: 52.031-070 – Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 – Inscrição Municipal: 279.506-0 – e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) – site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



5	CARRINHO GARI	Para coleta de resíduos provenientes de varrição, com estrutura e caçamba em aço com pintura eletrostática na cor cinza, capacidade 100 litros com divisão para lixo orgânico e inorgânico, e pneus com câmara de ar. Personalizados com os dizeres: UFPE – SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.	Unid.	20	R\$ 140,00	R\$ 2.800,00	60	R\$ 46,67
6	CONE DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	Extraflexível, padrão NBR 15.071 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, dobrável totalmente ao meio, sem prejuízo do seu formato original. Cor laranja e resistente a intempéries, altura de 75 cm e peso mínimo de 3 KG. A base do cone deve ser composta por oito sapatas distribuídas uniformemente melhorando sua fixação ao solo e permitindo a passagem de água sob o mesmo, evitando deslocamentos involuntários. Deve possuir dois rebaixos que sirvam para evitar o desgaste provocado pelo atrito em tempo de empilhamento, e onde são colocados os anéis refletivos. Os anéis são retro-refletivos, microprismáticos, à base de PVC com forro plástico e refletividade mínima de 300 candelas/lux/m2, tendo cada anel 10 CM de altura com inscrição UFPE, na cor azul médio. Obs.: Na base do cone deverá vir gravado às inscrições: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.. cor preta.	Unid.	30	R\$ 25,00	R\$ 750,00	60	R\$ 12,50
7	MÁQUINA DE LAVAR DE ALTA PRESSÃO	Tensão (V) 220 /380 / 440 trifásico, Potência (KW) 6,0, Pressão 2610, Vazão (L/H) 1000, Dimensão (mm) 830x660x1060, peso (Kg) 60. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, óleo lubrificante, acessórios de corte, além de manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada.	Unid.	3	R\$ 650,00	R\$ 1.950,00	60	R\$ 32,50
8	MOTO SERRA	Cilindrada 72,2 cm³, Peso 6,6 kg Potência 3,9 kW/5,3 CV Relação peso/potência 1,7 kg/kW. Com todos acessórios. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, óleo lubrificante, acessórios de corte, além de manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada. E o equipamento deve ser registrado junto ao IBAMA.	Unid.	2	R\$ 750,00	R\$ 1.500,00	60	R\$ 25,00

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 – Campo Grande – Recife – PE – CEP: 52.031-070 – Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 – Inscrição Municipal: 279.506-0 – e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) – site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



9	MOTO SERRA	Cilindrada 30,1 cm³ Peso 3,1 kg Potência 1,3 kW/1,8 CV Relação peso/potência 2,4 kg/kW Com todos acessórios. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, óleo lubrificante, acessórios de corte, além de manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada. E o equipamento deve ser registrado junto ao IBAMA.	Unid.	2	R\$ 550,00	R\$ 1.100,00	60	R\$ 18,33
10	ESCADA DE ALUMÍNIO	Extensível. 2 X 11 degraus 3,60 X 6,30m. Fechada 3,60m, esticada 6,30m, largura dos degraus 31/37cm. Peso 16kg.	Unid.	3	R\$ 450,00	R\$ 1.350,00	60	R\$ 22,50
11	TRITURADOR	Triturador móvel com potência mínima de 85 HP, para troncos de até 30 cm de diâmetros, novo.	Unid.	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	60	R\$ 1.000,00
12	CONTAINER DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	Piso antiderrapante, sem pontos de ferrugem, livre de infiltração ou vazamentos, com fechadura ou dispositivo para colocação de cadeado, com no mínimo as seguintes medidas: 6m de comprimento; 2,30m de largura e 2,40m de altura.	Unid.	3	R\$ 3.500,00	R\$ 10.500,00	60	R\$ 175,00
13	BICICLETA CARGUEIRA	Usada para transporte para cargas leves até 80 kg. 2 Bagageiros reforçados na dianteira e na traseira. Aros aero nas duas rodas. Freios manuais a cabo Freio contra pedal. Roda 26 x 1,1/2 na traseira Roda 20 x 1,75 na dianteira. Suporte do guidão reforçado tipo bmx Selim anatômico.	Unid.	3	R\$ 450,00	R\$ 1.350,00	60	R\$ 22,50
14	COMBUSTIVEL	Custo de combustível para equipamentos para funcionamento durante a execução do serviços.	Litro	1045	R\$ 6,00	R\$ 6.270,00	1	R\$ 6.270,00
15	ÓLEO	Custo com óleo para os equipamentos	Litro	72	R\$ 20,00	R\$ 1.440,00	1	R\$ 1.440,00
16	MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	Custo com manutenção dos equipamentos	Unid.	1	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	1	R\$ 4.500,00
Total do Custo mensal com equipamentos								R\$ 14.472,33
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 78 PROFISSIONAIS)								R\$ 185,54

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 - Campo Grande - Recife - PE - CEP: 52.031-070 - Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 - Inscrição Municipal: 279.506-0 - e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) - site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



## ANEXO IV - C

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço		Valor Proposto por profissional	Quant. profissionais	Valor Proposto por Área (m²) ou Posto	Quant. de Área Total por Tipo de Serviço (m²) ou Posto	Valor Mensal por Tipo de Serviço
( A )		( B )	( C )	( D )	( E )	( F = D x E )
1	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Externa Abertas sem Insalubridade - Encarregado	R\$ 3.459,18	2	R\$ 0,0105	577.903,27	R\$ 6.057,7939
2	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Externa Abertas com Insalubridade Grau Máximo - Encarregado	R\$ 3.459,18	1	R\$ 0,0128	225.000,00	R\$ 2.882,6508
3	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Interna Abertas sem Insalubridade - Servente de Limpeza	R\$ 3.187,11	53	R\$ 0,2897	577.903,27	R\$ 167.440,3067
4	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Externa Abertas com Insalubridade Grau Máximo - Servente de Limpeza	R\$ 4.063,78	25	R\$ 0,4515	225.000,00	R\$ 101.594,4894
Valor Mensal dos Serviços						R\$ 277.975,2409

**Observações:**

- 1 - O Valor da coluna B é preenchida com os valores do Anexo IV - A ( 1 a 5 ) de cada categoria.
- 2 - A coluna D é preenchida com a transferência dos valores do subtotal do Anexo IV - D.
- 3 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço (coluna F) é obtido pela multiplicação do valor proposto por área (coluna D) pela quantidade de área por tipo de serviço (coluna E).
- 4 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço é o somatório das linhas da coluna F.
- 5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 - Campo Grande - Recife - PE - CEP: 52.031-070 - Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 - Inscrição Municipal: 279.506-0 - e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) - site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



**ANEXO IV - D**  
**COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

**I - PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR METRO QUADRADO (m²)**
**A - ÁREAS EXTERNAS ABERTAS SEM INSALUBRIDADE**

MÃO-DE-OBRA	PRODUTIVIDADE	PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	( 1 / m² )	( R\$ )	(R\$ / m² )
	( 1 )	( 2 )	(3 = 1 x 2)
Encarregado	1 / (30** x 11000*)	3.459,18	0,0105
Servente de Limpeza	1 / 11000*	3.187,11	0,2897
<b>TOTAL DA ÁREA INTERNA SEM INSALUBRIDADE</b>			<b>0,3002</b>

**B - ÁREAS EXTERNAS ABERTAS COM INSALUBRIDADE GRAU MÁXIMO**

MÃO-DE-OBRA	PRODUTIVIDADE	PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	( 1 / m² )	( R\$ )	(R\$ / m² )
	( 1 )	( 2 )	(3 = 1 x 2)
Encarregado	1 / (30** x 9000*)	3.459,18	0,0128
Servente de Limpeza	1 / 9000*	4.063,78	0,4515
<b>TOTAL DA ÁREA INTERNA SEM INSALUBRIDADE</b>			<b>0,4643</b>

**II - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO	ÁREA	SUBTOTAL
	(R\$ / m²)	( m² )	(R\$)
Áreas Externas Abertas sem insalubridade	0,3002	577.903,27	173.498,1007
Áreas Externas Abertas com insalubridade	0,4643	225.000,00	104.477,1402
<b>TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS</b>			<b>277.975,2409</b>

**Observação:** Os valores do subtotal de cada categoria ( encarregado, servente, operador e motorista) deverá ter quatro casa decimais.

ANEXO V  
MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL: RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA		CNPJ: 01.781.573/0001-62	
ENDEREÇO: SÃO CAETANO, 359 - CAMPO GRANDE - RECIFE		UF: PE	CEP: 52.031-070
TELEFONE: 81 2101-7111			
EMAIL: rpl@rpl.eng.br			

TIPO DE ÁREA	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/M ESES	QUANTD. M²	PREÇO UNITÁRIO POR M²	PREÇO MENSAL	PREÇO GLOBAL
AREA AJARDINADA	Serviço de jardinagem numa área de 103.329,423 m², com 10 (dez) Posto de jardineiro em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	R\$ 103.329,42	R\$ 0,3920	R\$ 40.501,54	R\$ 486.018,48
TOTAL						R\$ 486.018,48

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO
CCT 2021/2022 - PE000021/2021

QUANTIDADE DE PESSOAL	
Função	Quantidade
Jardineiro - CBO 6220-10	10
Encarregado - CBO 4101-05	1

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação
CONFORME PLANILHA DE INSUMOS ANEXO V - B		

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Recife/PE, 19 de agosto de 2021.

RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA  
MIGUEL PORTE LIMA  
Sócio Administrativo

**ANEXO IX - A****PREGÃO ELETRÔNICO Nº****MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Nº do Processo 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021

Dia: 19/08/2021 às 10:00 horas

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	19/08/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000021/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)
Serviço de Encarregado para fiscalizar a execução dos serviços de áreas ajardinadas, para atender ao campus Recife da UFPE, exceto o Hospital das Clínicas, correspondendo a uma área total de 103.329,42 m² em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	1 encarregado para 30 serventes	1

**Nota 1:** Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

**1. MÓDULOS****Mão de Obra.****Mão de Obra vinculada à execução contratual.**

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Jardinagem
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	4101-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.572,41
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2021



**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.572,41
B	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 1.572,41

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

## MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.

### Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 130,98
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 190,26
Total		R\$ 321,24

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 314,48
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 39,31
C	SAT	1,68%	R\$ 26,42
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 23,59
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 15,72
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,43
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,14
H	FGTS	8,00%	R\$ 125,79
Total		35,48%	R\$ 557,89

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 100,66
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (- PAT=20%)	R\$ 134,64
C	Assistência médica e familiar	R\$ 62,40
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ 297,70</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 321,24
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 557,89
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 297,70
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.176,83</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	2,52
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,16
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	54,56
D	Aviso prévio trabalhado	30,50
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	10,82
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,43
<b>Total</b>		<b>R\$ 99,00</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 131,03
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4,25
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,31
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 2,36
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,47
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 138,42</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 44,73
B	Outros (especificar)	
Total		R\$ 44,73

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,75%	22,74
B	Lucro	1,00%	30,31
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	270,90
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	176,60
Total		27,09%	R\$ 500,55

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor porempregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.572,41
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.176,83
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 99,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 138,42
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 44,73
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 3.031,39
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 500,55
Valor Total por Empregado		R\$ 3.531,94

## ANEXO IX - A - 1

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia: 19/08/2021 às 10:00 horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	23/07/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000021/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviço de jardinagem numa área de 103.329,423 m², com 10 (dez) jardineiros em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	Posto	10

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Jardineiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	6220-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.180,96
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Jardineiro
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2021

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.180,96
B	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 1.180,96

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

## MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 98,37
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 142,90
Total		R\$ 241,27

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.



**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 236,19
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 29,52
C	SAT	1,68%	R\$ 19,84
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 17,71
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 11,81
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 7,09
G	INCRA	0,20%	R\$ 2,36
H	FGTS	8,00%	R\$ 94,48
<b>Total</b>		<b>35,48%</b>	<b>R\$ 419,00</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 124,14
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (- PAT = 20%)	R\$ 134,64
C	Assistência médica e familiar	R\$ 62,40
D	Cesta Básica (- PAT = 20%)	R\$ 83,14
<b>Total</b>		<b>R\$ 404,32</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 241,27
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 419,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 404,32
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.064,60</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	1,89
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,15
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	40,98
D	Aviso prévio trabalhado	22,91
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	8,13
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,33
<b>Total</b>		<b>R\$ 74,38</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 98,41
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 3,19
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,24
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 1,77
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,35
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 103,96</b>



**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 44,73
B	Materiais de Consumo	R\$ 164,75
C	Materia de Média e Longa Duração	R\$ 189,54
D	Equipamentos	R\$ 440,18
E	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ 839,20</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,75%	24,47
B	Lucro	1,00%	32,63
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	291,61
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	190,10
<b>Total</b>		<b>27,09%</b>	<b>R\$ 538,81</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.180,96
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.064,60
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 74,38
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 103,96
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 839,20
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>		<b>R\$ 3.263,11</b>
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 538,81
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ 3.801,92</b>

[illegible]

**ANEXO V - C**
**QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

Tipo de Serviço		Valor Proposto por profissional	Quant. profissionais	Valor Proposto por Área (m²) ou Posto	Quant. de Área Total por Tipo de Serviço (m²) ou Posto	Valor Mensal por Tipo de Serviço
( A )		( B )	( C )	( D )	( E )	( F = D x E )
1	Serviços de Jardim - Encarregado	R\$ 3.531,94	1	R\$ 0,0118	103.329,423	R\$ 1.216,51
2	Serviços de Jardim - jardineiro	R\$ 3.801,92	10	R\$ 0,3802	103.329,423	R\$ 39.285,03
<b>Valor Mensal dos Serviços 1+2</b>						<b>R\$ 40.501,54</b>

**Observações:**

- 1 - O Valor da coluna B é preenchida com os valores do Anexo V - A ( 1 a 2 ) de cada categoria.
- 2 - A coluna D é preenchida com a transferência dos valores do subtotal do Anexo V - D.
- 3 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço (coluna F) é obtido pela multiplicação do valor proposto por área (coluna D) pela quantidade de área por tipo de serviço (coluna E).
- 4 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço é o somatório das linhas da coluna F.
- 5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.

**ANEXO V - D**  
**COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

**I - PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR METRO QUADRADO (m²)**

<b>A - ÁREAS AJARDINADAS</b>			
<b>MÃO-DE-OBRA</b>	<b>PRODUTIVIDADE</b>	<b>PREÇO HOMEM-MÊS</b>	<b>SUBTOTAL</b>
	<b>( 1 / m² )</b>	<b>( R\$ )</b>	<b>(R\$ / m² )</b>
	<b>( 1 )</b>	<b>( 2 )</b>	<b>( 3 = 1 x 2 )</b>
Encarregado	1 / (30** x 10000*)	3.531,94	0,0118
Jardineiro	1 / 10000*	3.801,92	0,3802
<b>TOTAL DA ÁREA AJARDINADA</b>			<b>0,3920</b>

**II - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

<b>TIPO DE ÁREA</b>	<b>PREÇO MENSAL UNITÁRIO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>SUBTOTAL</b>
	<b>(R\$ / m²)</b>	<b>( m² )</b>	<b>(R\$)</b>
Áreas Ajardinadas	0,3920	103.329,42	40.501,54
<b>TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS</b>			<b>40.501,54</b>

**Observação:** Os valores do subtotal de cada categoria ( encarregado, servente, operador e motorista) deverá ter quatro casa decimais.



## ANEXO IV MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL: RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA		CNPJ: 01.781.573/0001-62	
ENDEREÇO: SÃO CAETANO, 359 - CAMPO GRANDE - RECIFE		UF: PE	CEP: 52.031-070
TELEFONE: 81 2101-7111			
EMAIL: rpl@rpl.eng.br			

TIPO DE ÁREA/POSTO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇO MENSAL	PREÇO GLOBAL
Posto de Operador de Máquina Agrícola	Serviço de operação de Máquinas Agrícolas para apoio às rotinas dos itens 1 e 2 desta contratação, composto por 2 operadores de máquinas agrícolas em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas. Incluindo Trator, insumos, combustível e manutenção	12	R\$ 15.307,72	R\$ 183.692,64
Posto de Motorista de Caminhão Caçamba	Serviço de Transporte de resíduos por caminhão caçamba para apoio às rotinas dos itens 1 e 2 desta contratação, composto por 1 motorista com habilitação "D" em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas. Incluindo Caminhão, insumos, combustível e manutenção	12	R\$ 11.978,60	R\$ 143.743,20
CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL				R\$ 327.435,84

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO
CCT'S CCT PE000963/2021 (OPERADOR DE MÁQUINAS - MOTORISTA)

QUANTIDADE DE PESSOAL	
Função	Quantidade
Operador de Maq. Agrícola CBO 6410-15	2
Motorista CBO 7825-10	1

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação
CONFORME PLANILHA DE INSUMOS ANEXO IV - B		

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Recife/PE, 16 de setembro de 2021.

RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA  
MIGUEL PORTE LIMA  
Sócio Administrativo



## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia 19/08/2021 às 10:00 horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	16/09/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000963/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida (m²)	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviço de Operador de Máquinas Agrícolas para apoio ao serviço de limpeza de áreas Externas Abertas em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	Posto	2

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Operador de Máquina
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	6410-15
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.072,90
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Operador de Máquina
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/07/2021

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 2.072,90
B	Adicional de Insalubridade - Grau Médio ( 20% do salário Mínimo)	R\$ 220,00
C	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 2.292,90

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.****Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 191,00
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 277,44
Total		R\$ 468,44

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 458,58
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 57,32
C	SAT	1,68%	R\$ 38,52
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 34,39
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 22,93
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 13,76
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,59
H	FGTS	8,00%	R\$ 183,43
Total		35,48%	R\$ 813,52

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 70,63
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 330,00
C	Auxílio Funeral	R\$ 10,00
D	Seguro de Vida	R\$ 10,00
Total		R\$ 420,63

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 468,44
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 813,52
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 420,63
Total		R\$ 1.702,59

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	3,67
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,29
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	79,56
D	Aviso prévio trabalhado	44,48
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	15,78
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,63
<b>Total</b>		<b>R\$ 144,42</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 191,08
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 6,19
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,46
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 3,44
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,69
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 201,85</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 39,56
B	Equipamentos	R\$ 2.249,75
C	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ 2.289,31</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,30%	19,89
B	Lucro	0,50%	33,16
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	587,05
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	382,69
<b>Total</b>		<b>13,47%</b>	<b>R\$ 1.022,79</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.292,90
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.702,59
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 144,42
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 201,85
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 2.289,31
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ 6.631,07</b>
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.022,79
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ 7.653,86</b>





## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia 19/08/2021 às 10:00 horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	16/09/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000963/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviço de Transporte (motorista com habilitação "D") para apoio ao limpeza de áreas Externas Abertas em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro hora.	Posto	1

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Motorista
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	7825-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.250,14
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Motorista
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/07/2021

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 2.250,14
B	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 2.250,14

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários.**
**Submódulo 2.1 - 13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13ª (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 187,44
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 272,27
	<b>Total</b>	<b>R\$ 459,70</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 450,03
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 56,25
C	SAT	1,68%	R\$ 37,80
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 33,75
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 22,50
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 13,50
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,50
H	FGTS	8,00%	R\$ 180,01
	<b>Total</b>	<b>35,48%</b>	<b>R\$ 798,35</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 59,99
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 330,00
C	Auxílio Funeral	R\$ 10,00
D	Seguro de Vida	R\$ 10,00
	<b>Total</b>	<b>R\$ 409,99</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 459,70
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 798,35
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 409,99
	<b>Total</b>	<b>R\$ 1.668,04</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	3,60
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,29
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	78,08
D	Aviso prévio trabalhado	43,65
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	15,49
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,62
<b>Total</b>		<b>R\$ 141,73</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 187,51
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 6,08
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,45
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 3,38
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,68
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 198,09</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 23,93
B	Equipamentos	R\$ 6.307,17
C	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ 6.331,10</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,30%	31,77
B	Lucro	0,50%	52,95
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	937,46
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	367,33
<b>Total</b>		<b>13,47%</b>	<b>R\$ 1.389,50</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.250,14
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.668,04
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 141,73
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 198,09
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 6.331,10
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ 10.589,10</b>
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.389,50
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ 11.978,60</b>



ANEXO VI - B - 1

RELAÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportados, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do operador de máquina (Anexo VI - A 1) no Módulo 5 - Insumos Diversos - A - Uniforme e B - Equipamentos.

A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00	6	R\$ 10,00
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00	6	R\$ 6,67
3	BONE	Boné com aba e proteção traseira.	Unidade	1	R\$ 8,00	R\$ 8,00	6	R\$ 1,33
4	MEIA	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	UNIDADE	3	R\$ 5,00	R\$ 15,00	7	R\$ 2,14
5	CAPA PARA CHUVA	Capa impermeável para chuva.	Unidade	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00	6	R\$ 2,00
6	BOTA	Botas de segurança em PVC cano longo.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
7	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
8	PROTETOR AUDITIVO	Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NEEsf maior que 15 db.	Unidade	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00	6	R\$ 2,50
9	OCULOS DE SEGURANÇA	Óculos de segurança com lentes incolores.	Unidade	1	R\$ 4,00	R\$ 4,00	6	R\$ 0,67
10	LUVA	Luvas de Vaqueta.	Unidade	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00	6	R\$ 2,00
11	MASCARA	Máscara semi-facial PFF1 (Para poeiras).	Unidade	1	R\$ 3,50	R\$ 3,50	6	R\$ 0,58
Total do Custo mensal com Uniforme e EPI								R\$ 39,56
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAL)								R\$ 39,56

B - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	TRATOR AGRÍCOLA	Potencia máxima: 55CV; Rotação máxima 2.400 rpm; Numero de Velocidades 9 x 3/ 12 x 4 com redutor; Engate de 3 pontos; direção hidrostática; tanque de combustível de 19,6L; comprimento: 4000 mm; largura máxima: 2050 mm; Altura 2510 mm, tração 4x4.	Unidade	1	R\$ 90.010,00	R\$ 90.010,00	60	R\$ 1.500,17
2	ROÇADEIRA PARA TRATOR	Nº de facas: 2; Largura de corte 1300mm; Comprimento do cardan 750mm; Peso aproximado: 400 Kg; altura do corte: 50 - 200 mm; RPM das facas 1038	Unidade	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	60	R\$ 333,33

COMPROMISSO COM A QUALIDADE

Rua São Caetano, 359 - Campo Grande - Recife - PE - CEP: 52.031-070 - Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 - Inscrição Municipal: 279.506-0 - e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) - site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



**ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**

2	TRATOR CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA 22 HP	Motor Briggs&Stratton: 22 hp - 724 cc - 4T, Capacidade cárter: 1,8 L, Transmissão: hidrostática automática, Facas: 2, Peso: 180 kg, Lubrificante: Óleo 5W30 Sintético, Combustível: Gasolina comum (s/ chumbo e aditivos), Cap. tanque combustível: 5,5 L, Regulagem altura de corte: 5 alturas: 3,0 cm a 9,5	Unidade	1	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00	60	R\$ 350,00
3	COMBUSTIVEL	Custo de combustível para funcionamento durante a execução do serviços.	Litro	179	R\$ 5,00	R\$ 895,00	1	R\$ 895,00
4	MANUTENÇÃO DOS TRATORES	Custo com manutenção	Unid.	1	R\$ 1.421,00	R\$ 1.421,00	1	R\$ 1.421,00
Total do Custo mensal com Equipamentos								R\$ 4.499,50
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 02 PROFISSIONAIS)								R\$ 2.249,75

**COMPROMISSO COM A QUALIDADE**

Rua São Caetano, 359 – Campo Grande – Recife – PE – CEP: 52.031-070 – Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 – Inscrição Municipal: 279.506-0 – e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) – site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



ANEXO VI - B - 2

RELAÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE (MOTORISTA)

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportado, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do jardineiro ( Anexo VI - B 1) no Módulo 5 - Insumos Diversos - A - Uniforme e B - Equipamentos.

A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI

ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00	6	R\$ 10,00
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00	6	R\$ 6,67
	MEIA	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2	R\$ 5,00	R\$ 10,00	7	R\$ 1,43
3	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
Total do Custo mensal com Uniforme e EPI								R\$ 23,93
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAIL)								R\$ 23,93

B - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMINHÃO	Caminhão caçamba; cor branca; potência 250 cv; protetor de cárter; transmissão com 6 marchas; ar condicionado; freios ABS; direção regulável; Equipado com carroceria basculante, com capacidade mínima de 12,0 m³; direção hidráulica. No máximo com 5 anos de uso.	Unidade	1	R\$ 236.830,00	R\$ 236.830,00	60	R\$ 3.947,17
2	COMBUSTIVEL	Custo de combustível para funcionamento durante a execução do serviços.	Litro	182	R\$ 5,00	R\$ 910,00	1	R\$ 910,00
3	MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO	Custo com manutenção	Unid.	1	R\$ 1.450,00	R\$ 1.450,00	1	R\$ 1.450,00
Total do Custo mensal com Equipamentos								R\$ 6.307,17
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAL)								R\$ 6.307,17

COMPROMISSO COM A QUALIDADE

Rua São Caetano, 359 - Campo Grande - Recife - PE - CEP: 52.031-070 - Telefone: (81) 2101.7111  
CNPJ: 01.781.573/0001-62 - Inscrição Municipal: 279.506-0 - e-mail: [rpl@rpl.eng.br](mailto:rpl@rpl.eng.br) - site: [www.rpl.eng.br](http://www.rpl.eng.br)



ANEXO IV - C

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL: RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA		CNPJ: 01.781.573/0001-62	
ENDEREÇO: SÃO CAETANO, 359 - CAMPO GRANDE - RECIFE		UF: PE	CEP: 52.031-070
TELEFONE: 81 2101-7111			
EMAIL: rpl@rpl.eng.br			
QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS			
ITEM	TIPO DE SERVIÇO	VALOR POSTO	QTD POSTO
1	Posto de Operador de Máquina Agrícola	R\$ 7.653,86	2
2	Posto de Motorista de Caminhão Caçamba	R\$ 11.978,60	1
Valor Mensal dos Serviços			R\$ 27.286,3200

Observações:

- 1 - O Valor da coluna B é preenchida com os valores do Anexo VI - A ( 1 a 2 ) de cada categoria.
- 2 - A coluna C é preenchida com a transferência dos valores da quantidade de profissionais por posto Anexo VI - A ( 1 a 2 ) de cada categoria.
- 3 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço (coluna D) é obtido pela multiplicação das colunas B e C.
- 5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.
- 5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PE000021/2021  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 13/01/2021  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR070225/2020  
NÚMERO DO PROCESSO: 13623.100072/2021-11  
DATA DO PROTOCOLO: 12/01/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

### TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

**Processo nº:** 14021152549202188e **Registro nº:** PE000527/2021

SINDICATO DOS TRAB. NAS EMP. DE ASSEIO E CONS., LIMP. URB., LOC. DE MAO DE OBRA, ADM. DE IMOV., COND. DE EDIF., RESID. E COM. DO EST. DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 04.072.540/0001-31, neste ato representado(a) por seu ;

E

SIND EMP DE ASSEIO E CONSERVACAO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ n. 24.163.511/0001-92, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos empregados em empresas de asseio, conservação, limpeza urbana, locação de mão de obra e prestação de serviços terceirizados**, com abrangência territorial em Abreu e Lima/PE, Agrestina/PE, Água Preta/PE, Águas Belas/PE, Alagoinha/PE, Aliança/PE, Altinho/PE, Amaraji/PE, Angelim/PE, Araçoiaba/PE, Arcoverde/PE, Barra de Guabiraba/PE, Barreiros/PE, Belém de Maria/PE, Belo Jardim/PE, Bezerros/PE, Bom Conselho/PE, Bom Jardim/PE, Bonito/PE, Brejão/PE, Brejo da Madre de Deus/PE, Buenos Aires/PE, Buíque/PE, Cabo de Santo Agostinho/PE, Cachoeirinha/PE, Caetés/PE, Calçado/PE, Camaragibe/PE, Camocim de São Félix/PE, Camutanga/PE, Canhotinho/PE, Capoeiras/PE, Carpina/PE, Caruaru/PE, Casinhas/PE, Catende/PE, Chã de Alegria/PE, Chã Grande/PE, Condado/PE, Correntes/PE, Cortês/PE, Cumarú/PE, Cupira/PE, Custódia/PE, Escada/PE, Feira Nova/PE, Fernando de Noronha/PE, Ferreiros/PE, Frei Miguelinho/PE, Gameleira/PE, Garanhuns/PE, Glória do Goitá/PE, Goiana/PE, Gravatá/PE, Iati/PE, Ibirajuba/PE, Igarassu/PE, Ilha de Itamaracá/PE, Ipojuca/PE, Itaíba/PE, Itambé/PE, Itapissuma/PE, Itaquitinga/PE, Jaboatão dos Guararapes/PE, Jaqueira/PE, Jataúba/PE, João Alfredo/PE, Joaquim Nabuco/PE, Jucati/PE, Jupi/PE, Jurema/PE, Lagoa de Itaenga/PE, Lagoa do Carro/PE, Lagoa do Ouro/PE, Lagoa dos Gatos/PE, Lajedo/PE, Limoeiro/PE, Macaparana/PE, Machados/PE, Maraial/PE, Moreno/PE, Nazaré da Mata/PE, Olinda/PE, Orobó/PE, Palmares/PE, Palmeirina/PE, Panelas/PE, Paranatama/PE, Passira/PE, Paudalho/PE, Paulista/PE, Pedra/PE, Pesqueira/PE, Poção/PE, Pombos/PE, Primavera/PE, Quipapá/PE, Recife/PE, Riacho das Almas/PE, Ribeirão/PE, Rio Formoso/PE, Sairé/PE, Salgadinho/PE, Saloá/PE, Sanharó/PE, Santa Cruz do Capibaribe/PE, Santa Maria do Cambucá/PE, São Benedito do Sul/PE, São Bento do Una/PE, São Caitano/PE, São João/PE, São Joaquim do Monte/PE, São José da Coroa Grande/PE, São Lourenço da Mata/PE, São Vicente Férrer/PE, Sirinhaém/PE, Surubim/PE, Tacaimbó/PE, Tamandaré/PE, Taquaritinga do Norte/PE, Terezinha/PE,



Timbaúba/PE, Toritama/PE, Tracunhaém/PE, Tupanatinga/PE, Venturosa/PE, Vertente do Lério/PE, Vertentes/PE, Vicência/PE, Vitória de Santo Antão/PE e Xexéu/PE.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

Convencionam as partes que a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2021, o Piso da Categoria enquadrada na representação patronal, será de R\$ 1.122,19 (um mil cento e vinte e dois reais e dezenove centavos).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Farão jus ao piso determinado no *caput* todos os empregados que exercem funções decorrentes de contratos de terceirização de serviços, cujas funções guardem similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego e que se enquadrem nas atividades fins, idênticas, correlatas, similares e conexas desenvolvidas pelas empresas da representação da categoria econômica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O piso salarial diferenciado para os empregados que exercem as funções de Porteiro e Recepcionista, a partir de 1º de janeiro de 2021, será de R\$ 1.203,71 (um mil duzentos e três reais e setenta e um centavos)

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O piso salarial diferenciado para os empregados que exercem a função de **Motorista lotados em contratantes dos serviços decorrentes de terceirização de serviços quer seja público ou privado**, não se aplicando, pois, aos motoristas lotados diretamente na empresa, será de R\$ 2.277,27 (dois mil duzentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos)

**PARÁGRAFO QUARTO:** Fica certo e acordado que independente da nomenclatura que seja adotada, como por exemplo, as de: auxiliar de portaria, recepcionista, atendente, bilheteiro ou qualquer outra que seja dada, desde que o empregado exerça suas funções em portaria que objetive o controle de circulação de pessoas e/ou materiais, as empresas se obrigam a pagar o piso salarial dos porteiros. Não tendo a responsabilidade sobre a segurança e/ou vigilância do local, quando o mesmo estiver fechado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Fica certo e acordado que as funções do Porteiro/Vigia, além das descritas no parágrafo terceiro, consiste também em observar atentamente a área do posto de serviço, não confundido, contudo, com as atividades exercidas pelos vigilantes, que são definidas pelo Art. 15, da Lei 7.102/83.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Independente da nomenclatura utilizada integram a representação obreira, todas as funções existentes nas empresas enquadradas na representação patronal, desde que não sejam consideradas como categoria diferenciada, a exemplo das funções que constam no Anexo II, como também aquelas constantes do Anexo III, que tratam dos pisos salariais diferenciados estabelecidos para as funções neles indicadas

#### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES SALARIAIS**

Fica concedido e/ou garantido aos empregados que percebem os pisos da categoria profissional, um reajuste salarial a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2021, no percentual de 5,26% (cinco vírgula vinte e seis por cento), exceto as funções integrantes do Anexo III, que tiveram os pisos estabelecidos e reajustados de forma diferenciada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica concedido e/ou garantido aos empregados que percebe salários superiores ao piso da categoria, até o limite de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), reajuste no percentual de 3,93% (três vírgula noventa e três por cento), aplicado sobre o salário praticado no mês de janeiro de 2020.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica garantido que em caso de modificação da política salarial do Governo ou perdas salariais, as partes convenientes poderão a qualquer tempo, voltarem a negociar objetivando a reposição dessas perdas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Ficam autorizadas as empresas que concederam antecipações salariais, descontarem os percentuais respectivamente concedidos no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Nos reajustes acima estabelecidos, incluem-se as antecipações, perdas e outras demais correções salariais, decorrentes da legislação oficial e Acordos adotados no período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Os empregados que percebem salários superiores a 4.000,00 (quatro mil reais) e suas funções não estão na relação de Pisos Salariais anexa, terão seus salários reajustados por negociação direta entre eles e os respectivos empregadores, não se aplicando automaticamente, por conseguinte, os percentuais de reajustes acima concedidos.

**PARÁGRAFO SEXTO–** Todos os aumentos, legais ou espontâneos, bem como os adiantamentos ou abono concedidos pelas empresas a partir de 1º de janeiro de 2021, serão deduzidos dos reajustes salariais previstos nesta cláusula, ressalvadas, entretanto, as exceções decorrentes do término de aprendizagem, promoção por merecimento e antiguidade, transferência de cargo, função estabelecimento ou de localidade, bem como de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

**PARÁGRAFO SÉTIMO –** Os empregados cujas funções encontram-se relacionadas no Anexo II, bem como as atividades conexas que tenham similitude com as exercidas pela empresa independente de nomenclatura, na forma estabelecida no art. 570 e seguintes da CLT, notadamente os que exercem funções administrativas, manutenção, manobrista e os que percebem salários superiores a R\$ 1.122,19 (um mil cento vinte e dois reais e dezenove centavos), terão seus salários também reajustados em 3,93% (três vírgula noventa e três por cento), sendo certo, contudo, que as funções relacionadas no Anexo III, cujos pisos foram estabelecidos na presente norma, já estão devidamente atualizados.

**PARÁGRAFO OITAVO –** O Sindicato dos trabalhadores se obriga a denunciar aos órgãos fiscalizadores, sempre que a empresa não cumpra com o pagamento dos salários, devidamente corrigidos, nos prazos legalmente estabelecidos para este fim, como também os encargos sociais.

#### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamento salarial, discriminando títulos pagos e seus respectivos valores, bem como descontos

efetuados, podendo tal fornecimento ocorrer de forma eletrônica, através de site, e-mail e/ou qualquer outro meio de comunicação virtual.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Ficam autorizadas as empresas a procederem descontos de falta ao serviço e/ou os pagamentos das horas extras realizadas em um mês na folha do mês subsequente.

**Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

As empresas que efetuam pagamento de verbas salariais por meio de depósito bancário, ficam isentas de colher a assinatura do empregado no respectivo recibo de pagamento, servindo como prova cabal e suficiente o comprovante de depósito bancário, na conta do empregado, devendo sempre ser fornecida obrigatoriamente a discriminação.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** No caso de pagamento de férias com 13º salário é obrigatória a assinatura do empregado no recibo.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

##### **Adicional de Insalubridade**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Fica assegurado o pagamento do adicional de insalubridade nos percentuais estabelecidos na legislação em vigor, desde que apurada as condições de trabalho, por meio de laudos periciais, sendo apenas devido enquanto perdurarem as condições particulares de trabalho.

## CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE/MAQUEIRO

Considerando as peculiaridades do exercício da função de Maqueiro nos hospitais da rede pública e privada, fica estabelecido que o percentual devido a título de insalubridade a esses profissionais será de 40% (quarenta por cento), percentual esse que será devido ao trabalhador.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Em caso de não cumprimento da obrigação prevista no *caput* pelo contratante dos serviços, as respectivas representações se obrigam a fazer gestões perante os órgãos/entidades licitantes e contratantes no sentido de atenderem a este dispositivo, inclusive impugnando os atos convocatórios que, porventura, não contemplem essa previsão, bem como tomando todas as medidas necessárias à preservação do respectivo direito.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Empresa se obriga a comunicar aos sindicatos convenientes a situação descrita no parágrafo segundo, bem como que oficiou ao contratante as obrigações descritas no presente, os quais promoverão as medidas necessárias objetivando o cumprimento da obrigação descrita no *caput*.

**PARÁGRAFO TERCEIRO—** A empresa poderá reduzir o percentual do indicado no *caput*, sempre que o empregado deixe de exercer essa função, sem que isso seja considerado redução de direito, tendo em vista o Princípio da Preservação do Emprego, bem como em razão de que o adicional será apenas enquanto o trabalhador esteja sujeito as condições insalubres.

### Auxílio Alimentação

## CLÁUSULA NONA - DO VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

As empresas se obrigam a fornecer vale refeição ou alimentação no valor de R\$ 7,65 (sete reais e sessenta e cinco centavos), por dia efetivamente trabalhado, para obreiros lotados em contratos privados e públicos, inclusive os contratos em regime temporários.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica assegurado o direito aos empregados que, por liberalidade ou exigência contratual, percebem valores superiores ao estabelecido no *caput*, sem que isso seja considerado violação as regras do PAT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O valor previsto no *caput* não integra o salário para qualquer fim de direito, não tendo natureza salarial conforme estabelecido na Lei nº. 6.321/76, que instituiu o Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas poderão substituir o benefício que trata o *caput* pela concessão de alimentação *in natura*, fornecida ou na própria empresa ou em estabelecimento conveniado ou pelo próprio tomador de serviço, não podendo, contudo, esse benefício ser substituído pelo café da manhã concedido por liberalidade do empregador.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As empresas poderão reduzir o valor do vale refeição ou alimentação para o valor estabelecido no *caput*, no caso do empregado ser removido do contrato que paga valor superior a esse título, sem tal fato ser considerado infração as regras do PAT, vez que o objetivo é a manutenção do emprego.

**PARÁGRAFO QUINTO:** As empresas concederão a devida alimentação para os empregados que laboram mais de 04 horas diárias.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As empresas não poderão conceder o benefício de forma de alimentos *in natura*, salvo na hipótese no parágrafo terceiro, ou seja, fornecimento no local da prestação de serviço de refeição que atenda aos requisitos calóricos estabelecidos na legislação vigente, sob pena de ser entendido como não concessão do benefício.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAT**

As empresas inscritas no Programa de Alimentação do Trabalhador e que forneçam alimentação aos seus trabalhadores, descontarão dos mesmos o percentual autorizado a título de participação no citado programa, independentemente do valor de face estabelecido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESTA BÁSICA**

As empresas concederão cesta básica no valor mínimo de R\$ 103,93 (cento e três reais e noventa e três centavos) por mês, para obreiros que exercem, independentemente da nomenclatura, as funções que recebem o piso salarial, bem como as funções de porteiros/recepcionista ou percebem salários equivalentes ao piso salarial estabelecido na presente norma para as aludidas

funções acrescido do valor de R\$ 100,00, lotados em contratos públicos ou privados (inclusive os contratos em regime temporário).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica assegurado o direito aos empregados lotados em contratos que já recebem esse benefício, quer por liberalidade, exigência contratual e/ou previsão normativa anterior, quer em valores iguais ou superiores sem que isso seja considerado violação as regras do PAT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O valor previsto no caput não integra o salário para qualquer fim de direito, não tendo natureza salarial e seguem as regras estabelecidas na Lei nº. 6.321/76, que instituiu o Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em caso de não cumprimento da obrigação prevista no *caput* pelo contratante dos serviços, as respectivas representações se obrigam a fazer gestões perante os órgãos/entidades licitantes e contratantes no sentido de atenderem a este dispositivo, inclusive impugnando os atos convocatórios que, porventura, não contemplem essa previsão, bem como tomando todas as medidas necessárias à preservação do respectivo direito.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A Empresa se obriga a comunicar aos sindicatos convenientes a situação descrita no parágrafo terceiro, bem como que oficiou ao contratante as obrigações descritas no presente, os quais promoverão as medidas necessárias objetivando o cumprimento da obrigação descrita no *caput*, tendo em vista que o pagamento será devido a partir do recebimento desse valor pela contratada.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O benefício estabelecido no *caput* só poderá ser concedido em vale alimentação, sendo, por conseguinte, vetado o fornecimento de alimentos na forma *in natura*, sob pena de ser desconsiderado, em favor do empregado prejudicado, o pagamento porventura realizado.

**PARAGRAFO SEXTO:** Os trabalhadores que se enquadram nas hipótese estabelecidas no caput, farão jus ao benefício independente que estejam lotados nos postos de serviços externos ou internos, isto é, na sede da empresa.

#### Auxílio Transporte

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VALE TRANSPORTE

Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências previstas no art.7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus

empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

**PARÁGRAFO QUARTO** – No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

**PARÁGRAFO QUINTO** – No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

#### **Outros Auxílios**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS AS COBERTURAS SOCIAIS**

Os beneficiários da presente norma coletiva, independentemente da situação de adimplência ou não da empresa para com o sistema, terão asseguradas as coberturas sociais estabelecidas na presente norma, devendo observar as empresas rigor no cumprimento das obrigações estabelecidas nos parágrafos seguintes, tudo na conformidade do ajuste firmado perante o Ministério Público do Trabalho da 6ª Região.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Sem ônus de quaisquer espécies para os representados da entidade profissional e a título de contribuição para o sistema, as empresas do segmento empresarial, inclusive aquelas que contratam por período temporário, recolherão em favor da empresa gestora contratada para gerir esse



benefício, a importância mensal de R\$ 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos) por cada trabalhador, sendo essa a única e exclusiva obrigação financeira da empresa para com a empresa gestora.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Sindicato Obreiro e o Sindicato Patronal acompanharão os procedimentos realizados pela gestora contratada, que apresentará relatórios mensais de atendimentos médicos ambulatoriais, consultas por suas especialidades e dos tratamentos de: Fonoaudiologia, Psicologia, bem como dos benefícios sociais e as providências necessárias para o atendimento dos eventos, por mês.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A empresa gestora se responsabilizará pelos benefícios sociais e as providências necessárias para o atendimento dos laborantes, sendo certo que os valores obtidos mediante o pagamento da referida taxa pelas empresas abrangidas pela presente convenção coletiva de trabalho, destinam-se ao custeio dos seguintes benefícios: Clínica Médica; Ginecologista, Ortopedia, Cardiologia, Pediatria, Psicólogos; Odontologia; Auxílio funerário limitado a R\$. 1.000,00 (mil reais); para o do funeral, além de uma ajuda financeira de no mínimo no valor de R\$. 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais durante o período de 12 meses ao dependente do falecido devidamente comprovado mediante declaração emitida pelo INSS. Sendo certo que os serviços limitam-se aos atendimentos ambulatoriais, por conseguinte, nesses benefícios não estão incluídos os procedimentos hospitalares e exames de grande complexidades.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A empresa gestora prestará assistência social diretamente ao beneficiário da presente norma e, na hipótese de falecimento, aos seus familiares, observando para essa situação o que determina a legislação previdenciária, devidamente acompanhada pela representação obreira.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Os sindicatos convenientes fiscalizarão a concessão dos benefícios concedidos aos trabalhadores, bem como as receitas previstas no parágrafo primeiro, se comprometendo, conjuntamente, a promover as ações necessárias objetivando o repasse dos recursos por parte das empresas, não respondendo, contudo, em caso de eventuais falhas na prestação dos serviços e/ou descumprimento por obrigações financeiras eventualmente inadimplidas.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Em caso de descumprimento dessa obrigação por parte das empresas, os sindicatos se comprometem a não fornecer Declaração de Regularidade Sindical e Convencional, além de que caracterizará ilícito de apropriação indébita o não repasse do valor recebido do contratante.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Os sindicatos comprometem-se a fazer gestões perante os entes públicos, no sentido de que constem de todas as planilhas de custos de editais de licitações a provisão financeira para cumprimento desta assistência social e de

saúde, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O presente benefício social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

**PARÁGRAFO NONO:** Sempre que necessário à comprovação do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho, o Sindicato obreiro poderá solicitar a comprovação do pagamento da obrigação estabelecida nessa cláusula.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O sindicato obreiro obriga-se a denunciar aos tomadores de serviços, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data prevista para cumprimento da obrigação, o descumprimento da norma por parte da empresa prestadora, bem como promover as ações necessárias ao recebimento do valor devido. No caso de descumprimento dessa regra, a representação dos trabalhadores responderá diretamente perante a empresa contratada pelos valores inadimplidos pelas empresas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO:** O sindicato obreiro promoverá ação de cumprimento, na hipótese de descumprimento da presente avença, ficando desde já acordado que, nesse caso, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o montante devido e incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, contados da data do inadimplemento, devendo a entidade laboral repassar esse valor no prazo de 72 (setenta e duas) horas à gestora do plano de assistência. No mesmo prazo, a entidade obreira oficializará ao ente patronal dos valores e providências tomadas, ainda que na seara administrativa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO**– Na hipótese de descumprimento do parágrafo primeiro da presente avença, a empresa gestora da prestação dos serviços estabelecidos no caput, adotará medidas de proteção ao crédito, ações cartoriais e judiciais necessárias, independentemente das medidas judiciais ajuizadas pela representação laboral. Sendo certo que os convenentes não respondem perante a operadora, por nenhuma obrigação por ventura inadimplidas pelas empresas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO** – Em face ao estipulado no parágrafo décimo segundo, a empresa contratada obriga-se a entregar mensalmente relatório das medidas tomadas e da prestação de serviços realizados, inclusive, comunicando aos convenentes, no prazo de 10 (dez) dias do vencimento da obrigação, qualquer irregularidade no pagamento por parte das empresas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-QUARTO** – A empresa gestora no prazo de 30 (trinta dias) emitirá e entregará a carteira de identificação aos beneficiários do sistema.

**PARÁGRAFO DÉCIMO - QUINTO** - Objetivando um melhor controle e estatística do absenteísmo, a empresa gestora fornecerá ao Sindicato Patronal a relação, por

empresa, de todos os atendimentos realizados e da concessão de atestado médico com os respectivos dias de dispensa ao trabalho. A empresa, por sua vez, poderá solicitar ao sindicato patronal cópias dos documentos a ela relativos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO - SEXTO** - A gestora poderá suspender o atendimento dos empregados da empresa que esteja inadimplente para com o sistema, por prazo superior a 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para o cumprimento da obrigação prevista nessa cláusula. Fica garantido ao empregado o direito de buscar atendimento particular dos idênticos benefícios fornecido pelo sistema, arcando a empresa devedora com os pagamentos decorrentes desses atendimentos, desde que preço esteja compatível com os praticados pelas clínicas populares, sem prejuízo das parcelas vencidas e vincendas devidas em favor da empresa gestora.

**PARÁGRAFO DÉCIMO - SÉTIMO** - O sindicato laboral promoverá ação de cumprimento, em caso de inadimplemento desta cláusula, independente das medidas administrativas e judiciais que venham a ser tomadas pela empresa gestora.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-OITAVO:** O não recolhimento do valor devido no prazo legal, acarretará o pagamento do principal acrescido da multa prevista no parágrafo décimo primeiro, sendo que de 5% (cinco por cento), mais de juros e correção monetária dessa multa será revertida em favor dos empregados prejudicados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-NONO:** As empresas que concederem plano de assistência médica hospitalar, ficam desobrigadas ao pagamento do valor estipulado no *caput*, mediante comprovação ao sindicato dos trabalhadores.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Em face das dificuldades para contratação pessoas com deficiência, seja pela falta dessas pessoas no mercado de trabalho, seja pela desnecessidade de formação profissional, pelos baixos salários e pelas especificidades das funções do setor de asseio e conservação (limpeza e circulação nos ambientes) além da necessidade de, em muitos casos, ter que operar equipamentos, bem como pelo fato das atividades de prestação de serviços serem executadas na sede do contratante (tomador de serviço), impossibilitando assim, que a empresa prestadora propicie condições adequadas de trabalho para os portadores de deficiência, habilitada ou reabilitada, o parâmetro para incidência do percentual legal será o dimensionamento em relação

as atividades. Entretanto, as empresas se comprometem a contratar durante a vigência da CCT o máximo quantitativo possível, se comprometendo ainda, a cada 06 (seis) meses encaminhar para as representações laborais a relação de empregados e justificativas no caso do não atingimento da cota legal.

Parágrafo Único – As empresas se comprometem a envidar esforços na realização da busca ativa, objetivando, alcançar a máxima contratação possível de pessoas portadoras de deficiência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO APRENDIZ**

O percentual de aprendizagem de no mínimo 5%, previsto no art. 429 da CLT - que deve ser o aplicado em relação às funções que demandam formação profissional - no caso das empresas signatárias da presente norma coletiva serão excluídas da base de cálculo as funções de auxiliar de serviços gerais, auxiliar de higiene (e assemelhados), porteiro, zelador, motoqueiro, servente, copeira, jardineiro, merendeira, recepcionista, almoxarife, motorista e demais funções que não careçam de uma formação regular. Em contrapartida as empresas se obrigam a reservar o restante das vagas sobejante para a contratação regular de trabalhadores na faixa etária de 18 a 24 anos.

#### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PAGAMENTO DE RESCISÃO**

O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado no prazo da lei vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DISPENSA POR JUSTA CAUSA**

As empresas se obrigam, em caso de dispensa por justa causa, fornecer aos empregados comunicação contendo os motivos ensejadores do afastamento, sob pena de não o fazendo, por presunção, ser caracterizada a dispensa imotivada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

Em conformidade da Lei nº. 9.958/2000, poderá ser celebrada Convenção Coletiva de Trabalho, normatizando o funcionamento da Comissão de Conciliação Prévia Intersindical.

### **Outros grupos específicos**

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS ENCARGOS SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS**

Em decorrência de estudos realizados no segmento de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco, as empresas utilizarão na composição de preços de serviços de Asseio e Conservação encargos sociais e trabalhistas a tabela em anexo calculado sobre o total da remuneração da mão-de-obra, objetivando com isso garantir o provisionamento mínimo das verbas sociais, trabalhistas, previdenciárias e indenizatórias, evitando assim a sonegação de direito dos trabalhadores.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O percentual de encargos sociais e trabalhistas estabelecido no caput desta cláusula, tanto para os dos postos de 12x36, como também para os demais discriminados no Anexo, poderá ser majorado em função das peculiaridades de cada serviço contratado.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA TRANSFERÊNCIA**

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, as mudanças de local de trabalho do empregado, desde que implique em mudança do local de sua residência.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Normas Disciplinares**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA AUSÊNCIA PARA RECEBIMENTO DO PIS**

As empresas que não possuem convênio com a Caixa Econômica Federal, para pagamento das contas do PIS, diretamente aos seus empregados, deverão propiciar aos mesmos, sem prejuízo algum, tempo necessário ao recebimento do mesmo.

#### Outras normas de pessoal

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA REVISTA

As empresas que adotarem o sistema de revista nos seus empregados, deverão fazê-la em local adequado e sem promover constrangimento aos mesmos, consoante as decisões do T.S.T.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO CONVÊNIO/FARMÁCIA/ÓTICA/CLUBE DE CAMPO

Convencionam as partes, que o sindicato obreiro poderá firmar Convênio com Farmácia ou Ótica, ficando as empresas, mediante autorização prévia e expressa do empregado, obrigadas a efetuarem os descontos nos respectivos salários, sob a rubrica de convênio/farmácia/ótica/clube de campo, desde que a empresa conveniada encaminhe, oficialmente, por protocolo, até 5 (cinco) dias úteis que antecede o fechamento da folha.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os descontos previstos no **caput**, não poderão exceder mensalmente, em hipótese alguma, ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do salário do empregado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Obriga-se o Sindicato Profissional ao celebrar convênio com óticas, drogarias e/ou farmácias, observar aquelas que apresentarem melhores condições de preço e prazo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Caberá a empresa gestora dos benefícios sociais a contratação da Farmácia, a qual terá prioridade na contratação pelas empresas para fins de atendimentos aos representados dos sindicatos profissionais.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FERIADO DO CONTRATANTE

O empregado ficará dispensado do cumprimento da jornada de trabalho, nos dias que for feriado para o tomador de serviço (contratante).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - RETORNO DA PREVIDÊNCIA**

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta, recebendo protocolo de apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego.

**Parágrafo Único** - Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa também no dia útil imediatamente subsequente a alta, que fornecerá contra recibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA JORNADA DE TRABALHO**

Para a fixação do horário de trabalho dos empregados atingidos pela presente norma, será observado o que estabelece o art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, ficando desde já autorizado a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com a representação profissional, objetivando a prorrogação e compensação de jornada, bem como utilização de escalas e Banco de Horas, sendo certo que as horas não compensadas serão pagas com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese da inobservância do previsto no *caput* fica instituída multa por descumprimento da norma no percentual de 10% (dez por cento),

por mês, ao ser calculado sobre o valor do piso salarial da categoria e revertido em favor do empregado prejudicado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Independentemente da escala de trabalho utilizada, a jornada de trabalho será de 192 horas mensais efetivamente trabalhadas, as quais adicionadas ao repouso semanal remunerado perfaz o total de 220 (duzentos e vinte) horas por mês.

#### Controle da Jornada

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO CONTROLE DO REGISTRO DE HORÁRIO

Para fins de fechamento do ponto, apuração e pagamento das horas extraordinárias e noturnas, as empresas poderão optar pelo fechamento da folha em data anterior ao último dia do mês sem que isso implique em atraso de pagamento previsto no Art. 459 §1º da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso de a empresa optar pelo fechamento do ponto, em data anterior ao último dia do mês, pagará as horas extras e noturnas remanescentes em valores atualizados pelo salário do mês do efetivo pagamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O controle de jornada poderá ser feito através de qualquer meio de registro, inclusive eletrônico / digital, aplicativos de celular, documento físico, ou qualquer outro meio que melhor satisfazer a viabilidade operacional do empregador, conforme art. 1º da Portaria 373/2011 do Ministério do Trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica autorizada, ainda, a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados, como poderão facultativamente adotar o sistema alternativo de controle de jornada de trabalho por exceção, para os empregados subordinados a horário de trabalho, onde serão registradas apenas as exceções ocorridas durante a jornada normal de trabalho, nos termos do Artigo 74, § 4º, da CLT, incluído pela Lei Nº 13.874/2019.



## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO UNIFORME, FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS**

As empresas asseguram o fornecimento gratuito de uniformes, fardamentos e equipamentos de proteção individual de trabalho, sempre que exigidos ou de uso obrigatório.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Na hipótese de mau uso ou extravio do uniforme, fardamentos e equipamentos, devidamente comprovado, antes de período estabelecido para as suas depreciações, a empresa fornecerá tais itens e promoverá o desconto do valor correspondente no salário do empregado, o que desde logo fica autorizado.

### **Exames Médicos**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO ATESTADO MÉDICO**

Obrigam-se as empresas em acatar os atestados médicos justificativos de ausência ao serviço, emitidos pelo INSS e seus conveniados, assim como pelos profissionais credenciados e/ou prestadores de serviços da empresa gestora contratada para gerir as coberturas sociais, desde que devidamente apresentado, no prazo de 72 (setenta e duas) horas da sua emissão, ao Departamento Médico da empresa.

### **Relações Sindicais**

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO LIVRE ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL À EMPRESA**

Assegura-se o livre acesso dos dirigentes sindicais, nos intervalos relativos ao descanso e alimentação, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de material Político-Partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

### Contribuições Sindicais

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

Com fundamento no art. 8º da Constituição Federal e na decisão emanada da Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada por edital com esses objetivos, as empresas descontarão, mensalmente, a partir da folha de janeiro de 2021, de todos os seus empregado, inclusive aqueles que exercem funções administrativas e operacionais, importância de R\$ 30,00 (trinta reais).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O recolhimento que trata o parágrafo retro, para sua validade, será realizado único exclusivamente, por meio de boleto bancário emitido pela entidade profissional.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica assegurado o direito do empregado em manifestar, a qualquer tempo, oposição ao desconto previsto no **caput**, desde que o faça de maneira individual e por escrito, perante a secretaria da entidade laboral, a qualquer tempo, perdendo assim a condição de associado do ente sindical e, por conseguinte, perdendo os seus dependentes os benefícios oferecidos pela representação laboral.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O desconto efetuado em favor do Sindicato Profissional constará na folha de pagamento do empregado com denominação “**DESCONTO SINDICAL**”, sendo este desconto, bem como as demais contribuições destinada ao sindicato laboral previstas na presente norma, são de exclusiva responsabilidade da Assembleia do Sindicato Profissional, convocada para deliberar sobre celebração de Convenção e ou Acordo Coletivo, comprometendo-se a representação dos trabalhadores a ressarcir as empresas em caso de demandas para fins de devolução de qualquer valor. .

**PARÁGRAFO QUARTO:** O prazo para recolhimento das importâncias previstas, por parte das empresas, não poderá exceder ao dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A responsabilidade por esse desconto é exclusivamente do sindicato laboral, o qual se compromete a ressarcir a representação patronal em caso de eventual cobrança.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O não recolhimento da mensalidade dessa cláusula no prazo estabelecido acarretará em multa de R\$ 30,00 (trinta reais) por mês e por trabalhador, enquanto perdurar a inadimplência.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** As empresas fornecerão, obrigatoriamente, a relação nominal de todos os seus empregados.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL LABORAL**

Nos termos estabelecidos na assembleia da categoria, as empresas descontarão de todos trabalhadores beneficiários desse instrumento o valor mensal de R\$ 15,00 (quinze reais) a título de contribuição negocial laboral.

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** Fica certo e aprovado que os trabalhadores associados ou aqueles que passarem a ser sócio ficam isento do referido desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica assegurado o direito do empregado em manifestar oposição ao desconto previsto no *caput*, desde que o faça de maneira individual e por escrito, até a data do efetivo do desconto da empresa.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

As empresas abrangidas pela representação patronal recolherão a título de Contribuição Confederativa o valor correspondente a 1,0 % (um por cento) do valor do capital social da empresa, ficando esse valor limitado ao mínimo de R\$ 1.040,00 (hum mil e quarenta reais) e ao máximo de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais). O valor da contribuição será recolhido por boleto bancário em duas parcelas iguais, nos meses de maio/2021 e Setembro/2021 tudo de acordo com o Art. 8º, Inciso IV, da Constituição Federal e demais normas legais.

**Parágrafo Único-** Os atrasos no prazo de recolhimento dessa contribuição, ensejará no pagamento de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL E ASSOCIATIVA PATRONAL**

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B;

Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato das empresas de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco, recolherão em favor do Sindicato Patronal, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido na seguinte tabela:

1. Empresas com capital social de até R\$ 100.000,00 - 1 Piso da categoria;
2. Empresas com capital social de até R\$ 101.000,00 a R\$ 200.000,00 - 2 Pisos da categoria;
3. Empresas com capital social de até R\$ 201.000,00 a R\$ 300.000,00 - 3 Pisos da categoria;
4. Empresas com capital social de até R\$ 301.000,00 a R\$ 400.000,00 - 4 Pisos da categoria;
5. Empresas com capital social de até R\$ 401.000,00 a R\$ 500.000,00 - 5 Pisos da categoria;
6. Empresas com capital social acima de R\$ 501.000,00 - 10 Pisos da categoria;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os pagamentos relativos à Contribuição Negocial deverão ser efetuados até o dia 30 de julho do corrente ano.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Além da contribuição negocial as empresas associadas pagarão a título de contribuição associativa o equivalente a 2 (dois) pisos salariais da categoria.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O atraso no pagamento desta contribuições ensejará em multa moratória de 2% (dois por cento) e juros mensal de 1% calculados *pro rata die*.

**Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DOS BENEFICIÁRIOS**

São beneficiários deste negócio jurídico os empregados, independente da nomenclatura da função, abrangidos nas representações sindicais, na base territorial dos Sindicatos dos Empregados, na conformidade do disposto no art. 611 da CLT, que trabalham para as Empresas cuja classe econômica é representada pelo Sindicato Conveniente Empregador, excetuados aqueles que, embora laborando para elas, pertencem a outras categorias profissionais diferenciadas (art. 511 da CLT), ou nelas exerçam ainda que como empregados, atividades correspondente a profissão liberal (Lei nº 7.316/85).

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO QUADRO DE AVISOS**

As empresas afixarão, em seu quadro de avisos, comunicações oficiais do Sindicato, que não versem sobre assuntos políticos ou tentem a empresa, seu funcionamento ou seus prepostos os quais serão encaminhados ao setor competente da empresa, incumbindo-se esta da afixação em até 24 (vinte e quatro) horas de seu recebimento.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os comunicados deverão ser efetuados em papel timbrado do Sindicato e assinado por seu Presidente, e os cartazes deverão vir acompanhados de ofício, solicitando sua fixação.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SINDICAL**

Obrigam-se os sindicatos convenientes, expedirem, em conjunto, desde que solicitados oficialmente, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, declarações para as empresas, que se encontra em situação regular para com as entidades, onde farão constar a seguinte expressão: “ENCONTRA-SE NOS TERMOS DA ATUAL CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO-2021 E DA ANTERIOR, COM SUAS OBRIGAÇÕES SINDICAIS REGULARIZADAS”.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A declaração prevista no caput só terá validade quando emitida e assinada conjuntamente pelos respectivos representantes dos sindicatos

convenientes, devendo ser apresentada por ocasião das homologações dos haveres rescisórios dos trabalhadores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Na referida declaração os sindicatos farão constar à regularidade no cumprimento das obrigações de entregas das guias do INSS e FGTS, pagamento de salário, auxílio-alimentação e transporte, através de vale-transporte, comprovante de Contribuição Patronal e Laboral e benefícios sociais, na forma prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho, fornecida pelos Sindicatos Patronal e laboral.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Ficam os sindicatos expressamente proibidos de darem publicidade as quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de responder por perdas e danos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A comprovação dos itens relacionados no caput desta cláusula será feita até o dia 10 do mês subsequente.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Os sindicatos se comprometem a envidarem esforços no sentido de fazer constar à apresentação desse atestado em todos os certames licitatórios.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A certidão terá validade de 30 dias.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA SUCESSÃO DO CONTRATO**

As empresas, que por ventura, venham a assumir em decorrência de processo de licitação pública, contrato de prestação de serviço de uma outra empresa, obriga-se a contratar, pelo menos 70% (setenta por cento) dos efetivos lotados naquele contrato, desde que esse efetivo haja sido colocado a sua disposição, por escrito, pela empresa remanescente, no prazo de 30 (trinta) dias anteriores ao início do novo contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O percentual previsto no *caput*, poderá deixar de ser atendido nas seguintes hipóteses:

- a) que não haja recusa do empregado em ser contratado pela nova empresa;
- b) que as verbas rescisórias não estejam devidamente homologadas na forma da lei e que o empregado seja devidamente aprovado nos exames adimensionais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As empresas que absorverem trabalhadores, na conformidade do previsto no *caput*, não responderão por nenhuma obrigação trabalhista, administrativa ou judicial, decorrentes de acordos preexistentes e poderão efetivar acordos coletivos de trabalho regulando o processo desta sucessão.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - PROCEDIMENTOS EM CERTAMES LICITATÓRIOS**

Deverão os sindicatos convenientes acompanhar os certames licitatórios, verificando se as empresas participantes apresentaram prova de quitação da contribuição sindical e do recolhimento da contribuição sindical descontada dos respectivos empregados, uma vez que assim determina o art. 607 da CLT, sob pena de nulidade do certame.

#### **Outras disposições sobre representação e organização**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA LEGITIMIDADE DO SINDICATO PATRONAL**

Os sindicatos dos trabalhadores reconhecem o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco, como a única, legítima e competente entidade sindical, que representa a classe patronal constituída pelas empresas do segmento de Asseio, Conservação, locação de mão de obra, de limpeza pública e que executa atividades correlatas de terceirização, as quais são por ele representadas ativa e passivamente.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONVENÇÃO COLETIVA NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS OU ADMINISTRATIVAS**

Em virtude dos processos licitatórios serem públicos, os Sindicatos Laboral e Patronal se comprometem a remeter representantes qualificados nas aberturas para entregar cópia da Convenção Coletiva de Trabalho, bem como, sugerir a exigência da Regularidade Sindical dentro dos parâmetros do Art. 607 da C.L.T., que veda a formalização de contratos com empresas inadimplentes com seus sindicatos.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA REVOGAÇÃO**

Na forma do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, todas as cláusulas previstas nos anteriores acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas de trabalho existentes entre as partes ora acordantes devem consideradas revogadas, sendo substituídas pelas presentes cláusulas deste instrumento coletivo em virtude da plena negociação delas o que resulta no estabelecimento de novas condições de trabalho aqui ajustadas por mútuo consenso.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL**

Os empregados vinculados nas empresas enquadradas na representação da categoria econômica, inclusive, coletores, agentes de limpeza urbana, ou qualquer outra denominação que venham a ser dadas as funções decorrentes de contratos de terceirização de serviços, que não estejam expressamente enquadradas em outra representação sindical, farão jus aos benefícios estabelecidos na presente avença, ressalvadas as categorias diferenciadas com norma coletiva firmada pelo ente patronal.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL**

As partes ajustam que na vigência desta convenção coletiva não será instituída a Comissão de Representantes dos Empregados nas Empresas, prevista nos artigos 510-A, 510-B, 510-C e 510-D e seus parágrafos, da Lei nº 13.467/2017, ficando mantida a representação dos empregados pelo Sindicato Laboral, conforme autoriza o artigo 611-A, VII, do mesmo diploma legal.

Parágrafo Único: Caberá, portanto, ao Sindicato Laboral representar os empregados, tendo em vista que hoje já se encontra estruturado e executa as atividades atribuídas à Comissão de Representantes dos Empregados pela nova legislação.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DO RECONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO**

O sindicato laboral reconhece a representatividade do sindicato patronal como único



representante das funções existentes nas empresas, enquadradas nas hipóteses estabelecidas no art. 570 e seguintes da CLT.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO**

Pelo presente instrumento coletivo de trabalho , fica assegurado ao Sindicato obreiro, com a devida ciência a representação patronal, a faculdade de renovar/ firmar com as empresas da categoria Acordos Coletivos de Trabalho , instituindo e regulamentando: Banco de horas; Escala de trabalho respeitadas as jornadas legais, Redução de Jornada de trabalho ; Redução do intervalo intrajornadas para refeição e descanso para 30 minutos, substituição do vale transporte pelo pagamento em espécie.

#### **Disposições Gerais**

#### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO, REVISÃO, RENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, renúncia ou revogação total ou parcial, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficará subordinada as normas estabelecidas no art. 615 da CLT.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DO JUÍZO COMPETENTE - CONTROVÉRSIAS**

Compete a Justiça Especializada do Trabalho, com fundamento no art. 7º, inciso XXVI, e **“caput”** do art. 114, da Constituição da República Federativa do Brasil, dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive para julgamento das Ações de Cumprimento de correntes.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - SOLUÇÃO DE ONTROVÉRSIAS**

Quaisquer dúvidas, controvérsias, ou litígios, resultantes da interpretação ou aplicação desta Convenção Coletiva de Trabalho, serão processadas e julgadas pela Justiça do Trabalho, respeitada a sua competência constitucional.

#### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DOS ACORDOS COLETIVOS**

Os Acordos Coletivos de Trabalho serão firmados com assistência das entidades convenientes, sob pena de nulidade.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA MULTA**

Fica estabelecido, multa no valor do piso da categoria, sem cumulatividade, na hipótese de descumprimento de quaisquer das cláusulas da presente avença.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - IMPACTO ECONÔMICO FINANCEIRO SOBRE OS CONTRATOS**

O custo dos contratos de prestação de serviços vigentes sofrerá um impacto econômico financeiro de acordo com o percentual de acréscimo que será divulgado através de correspondência circular do SEAC/PE, considerando o custo da mão de obra utilizada na realização dos serviços.

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - COMPATILHAMENTO DE DADOS - LGPD**

Em face da Lei n. 13709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposições contidas nos artigos 7º, inciso I, 11, inciso I, c/c 9º, § 3º, que os dados pessoais dos trabalhadores, tais como nome, CPF, endereço residencial, certificado de formação/reciclagem e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviço, poderão ser compartilhados sempre que necessário e quando autorizados por determinação legal, assim entendida largo senso, ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços.

**ARTUR FERNANDES ALVES DE LIMA**

Presidente

**SINDICATO DOS TRAB. NAS EMP. DE ASSEIO E CONS., LIMP. URB., LOC. DE MAO DE OBRA,  
ADM. DE IMOV., COND. DE EDIF., RESID. E COM. DO EST. DE PERNAMBUCO**

**AGOSTINHO ROCHA GOMES**

Presidente

**SIND EMP DE ASSEIO E CONSERVACAO ESTADO DE PERNAMBUCO**

### **ANEXOS**

#### **ANEXO I - ATA DA AGE**

[Anexo \(PDF\)](#)

#### **ANEXO II - RELAÇÃO DE FUNÇÕES**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO III - PISOS SALARIAIS DIFERENCIADOS ANEXO III**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO IV - ENCARGOS SOCIAIS**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**PISOS SALÁRIOS DIFERENCIADOS 2021 - SEAC**

<b>TABELA SALARIAL - 2021</b>		
<b>ANEXO III</b>		
<b>ITEM</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>PISO</b>
1	ADMINISTRADOR DE CONDOMINIO	R\$1.849,18
2	AJUDANTE DE COZINHA/COPA	R\$1.122,20
3	AJUDANTE DE MANUTENÇÃO	R\$1.265,77
4	ALMOXARIFE PROJETOS IRRIGADOS DO RIO SÃO FRANCISCO	R\$1.257,93
5	ANALISTA AMBIENTAL SÊNIO	R\$6.354,09
6	ANALISTA DE SERV, EM ADMINIST. DE TERM. INTEGRADOS	R\$3.011,44
7	ARRAES DE EMBARCAÇÃO	R\$1.403,09
8	ARTIFICE	R\$1.265,77
9	ASCENSORISTA	R\$1.122,20
10	ASG LÍDER	R\$1.191,69
11	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	R\$2.488,31
12	ASSESSOR TÉC.EM ROTINAS OPER.DE TERM. INTEGRADOS	R\$1.138,01
13	ASSESSOR TÉCNICO	R\$2.886,89
14	AUX ADMINISTRATIVO II (projetos irrigados do Rio São Francisco)	R\$1.466,99
15	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$1.122,20
16	AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$1.122,20
17	AUXILIAR DE ARQUIVO	R\$1.198,67
18	AUXILIAR DE CARREGO E DESCARREGO	R\$1.122,20
19	AUXILIAR DE DETETIZAÇÃO	R\$1.159,68
20	AUXILIAR DE ELETRICISTA	R\$1.122,20
21	AUXILIAR DE ENCANADOR	R\$1.122,20
22	AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$1.122,20
23	AUXILIAR DE MECÂNICO	R\$1.122,20
24	AUXILIAR DE PEDREIRO	R\$1.265,77
25	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$1.122,20
26	BOMBEIRO CIVIL ESCALA 12X36 (jornada Cláusula 26ª da CCT)	R\$1.395,68
27	CALDEREIRO	R\$2.038,95
28	CAMAREIRA	R\$1.122,20
29	CANALEIRO	R\$1.315,55
30	COADJUNTOR TÉCNICO OPERACIONAL	R\$1.707,02
31	CONTROLADOR OPERACIONAL DE TERMINAIS INTEGRADOS	R\$2.254,55

32	COORDENADOR DE O & M	R\$3.637,55
33	COPEIRA	R\$1.122,20
34	COSTUREIRA	R\$1.218,54
35	COVEIRO	R\$1.228,67
36	COZINHEIRO	R\$1.206,13
37	ELETRICISTA	R\$1.683,40
38	EMPACOTADOR	R\$1.187,42
39	ENCANADOR	R\$1.683,40
40	ENCARREGADO	R\$1.395,68
42	ENTREGADOR DE CONTAS	R\$1.196,07
43	GARÇON	R\$1.122,20
44	GARI	R\$1.122,20
46	INSPETOR DE IRRIGAÇÃO / CANALETAS	R\$1.122,20
47	INSPETOR DE SERV. MANUT. PRÉD.ADM. E TERM. INTEGRADOS	R\$3.011,44
48	JARDINEIRO	R\$1.180,96
49	LEITURISTA	R\$1.180,96
50	MANOBRISTA	R\$1.662,88
51	MAQUEIRO	R\$1.122,20
52	MARCENEIRO	R\$1.610,40
53	MATEIRO	R\$1.122,20
54	MECÂNICO DE BOMBAS	R\$1.683,40
55	MERENDEIRA	R\$1.206,13
56	MONITOR DE SERV. OPERAC.EM TERMINAIS INTEGRADOS	R\$1.610,40
57	MOTORISTA (D) (apenas para aqueles de Cláus. 3ª,§3º desta CCT)	R\$2.248,50
58	MOTORISTA II (projetos irrigados do Rio São Francisco)	R\$2.562,75
59	OPERADOR DE CFTV	R\$1.247,16
60	OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$1.797,84
61	OPERADOR DE ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO	R\$1.122,20
62	OPERADOR DE MAQUINA PULVERIZAÇÃO	R\$1.122,20
63	OPERADOR DE MÁQUINAS E TRATORES DIVERSOS	R\$2.654,53
64	OPERADOR DE SUPORTE OPER.EM TERMINAIS INTEGRADOS	R\$2.125,72
65	OPERADOR MAQUINA DIRIGÍVEL	R\$1.288,32
66	OPERADOR SERV.DE INTEG. DE ROTINAS EM TRANSPORTE	R\$2.249,19
67	PINTOR	R\$1.683,40
68	PISCINEIRO	R\$1.122,20
69	PORTEIRO	R\$1.203,71

70	PROGRAMADOR SERV.DE SUP.OPE. EM TERM.INTEGRADOS	R\$4.068,93
71	PROMOTOR DE VENDAS	R\$1.198,67
72	RECEPCIONISTA	R\$1.203,71
73	SERRALHEIRO	R\$1.683,40
74	SOLDADOR	R\$1.610,40
75	SUPERVISOR	R\$1.717,76
76	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	R\$2.099,28
77	TÉCNICO ELETROTÉCNICO	R\$3.528,47
78	TÉCNICO MECÂNICO	R\$3.528,47
79	TELEFONISTA	R\$1.203,71
80	VIGIA / AGENTE DE PORTARIA	R\$1.203,71

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PE000963/2021  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 29/07/2021  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR039039/2021  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 14022.100901/2021-90  
**DATA DO PROTOCOLO:** 29/07/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS TRAB EM TRANSP ROD CARGA DO RECIFE E DA REGIAO METROP E M SUL E NORTE DE PE, CNPJ n. 03.007.997/0001-08, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSP. DE CARGAS, ARMAZ. E LOG. DO RECIFE E DA REGIAO METROP. MATA NORTE, MATA SUL E AGRESTE DO ESTADO DE PE-SETCEPE, CNPJ n. 08.033.821/0001-36, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e a data-base da categoria em 01º de julho.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e logística em geral**, com abrangência territorial em Abreu e Lima/PE, Água Preta/PE, Aliança/PE, Amaraji/PE, Araçoiaba/PE, Barreiros/PE, Belém de Maria/PE, Buenos Aires/PE, Cabo de Santo Agostinho/PE, Camaragibe/PE, Camutanga/PE, Carpina/PE, Catende/PE, Chã de Alegria/PE, Condado/PE, Cortês/PE, Escada/PE, Ferreiros/PE, Gameleira/PE, Goiana/PE, Igarassu/PE, Ilha de Itamaracá/PE, Ipojuca/PE, Itambé/PE, Itapissuma/PE, Itaquitinga/PE, Jaboatão dos Guararapes/PE, Jaqueira/PE, Joaquim Nabuco/PE, Lagoa de Itaenga/PE, Lagoa do Carro/PE, Lagoa dos Gatos/PE, Macaparana/PE, Maraial/PE, Moreno/PE, Olinda/PE, Palmares/PE, Paudalho/PE, Paulista/PE, Pombos/PE, Primavera/PE, Recife/PE, Ribeirão/PE, Rio Formoso/PE, São Benedito do Sul/PE, São José da Coroa Grande/PE, São Lourenço da Mata/PE, Sirinhaém/PE, Tamandaré/PE, Timbaúba/PE, Tracunhaém/PE, Vicência/PE, Vitória de Santo Antão/PE e Xexéu/PE.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

A partir de 1º de julho de 2021 o piso salarial dos motoristas, ajudantes, de escritório, operadores de empilhadeira e os da logística de cargas em geral e demais funcionários da categoria será aumentado em 4% (quatro por cento) sobre o piso de janeiro de 2021.

Os motoristas que dirigem veículos de até 7(sete) toneladas a partir 1º de julho de 2021 até 31/10/2021 o piso salarial será de R\$2.072,90 (dois mil e setenta e dois reais e noventa centavos) mensais; Os motoristas que dirigem veículos acima de 7(sete) toneladas a partir 1º de julho de 2021 até 31/10/2021 o piso salarial será de R\$2.250,14 (dois mil duzentos e cinquenta reais e catorze centavos) mensais.

A partir de 1º de novembro de 2021 o piso salarial dos motoristas, ajudantes, de escritório, operadores de empilhadeira e os da logística de cargas em geral e demais da categoria será aumentado em 3% (três por cento) sobre piso de janeiro de 2021.



Os motoristas que dirigem veículos de até 7(sete) toneladas a partir 1º de novembro de 2021 o piso salarial será de R\$2.132,70 (dois mil cento e trinta e dois reais e setenta centavos) mensais; Os motoristas que dirigem veículos acima de 7(sete) toneladas a partir 1º de novembro de 2021 o piso salarial será de R\$2.315,05(dois mil trezentos e quinze reais e cinco centavos) mensais.

Os motoristas demitidos nos meses de julho a outubro de 2021 receberão o aumento integral de 7% ( sete por cento) nas suas verbas rescisórias.

## **REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

### **CLÁUSULA QUARTA - AUMENTO SALARIAL**

Os motoristas, ajudantes, de escritório, operadores de empilhadeira e os da logística de cargas em geral terão reajuste de 7% (sete por cento) sobre o piso atual, o qual será aplicado escalonadamente. Sendo 4% ( quatro por cento) no dia primeiro de julho de 2021 e 3% (três por cento) em primeiro de novembro de de 2021, sobre os salários atualmente praticados.

O percentual ajustado será aplicado aos demais salários até R\$5.000,00(cinco mil reais);

Os salários superiores a R\$5.000,00(cinco mil reais),será de livre negociação entre empresa e trabalhador a partir de 1º de julho de 2021.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS**

As empresas adiantarão aos seus empregados na quinzena o equivalente a 40% (quarenta por cento) do salário mensal.

## **DESCONTOS SALARIAIS**

### **CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS POR PREJUÍZOS**

As empresas que exploram o comércio e a distribuição de bebidas, não poderão responsabilizar os motoristas e os ajudantes pela ocorrência de prejuízos resultantes de estouro de vasilhames.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS POR INTERRUPÇÃO DO TRABALHO**

As interrupções do Trabalho em casos fortuitos ou força maior, ou quando da responsabilidade do empregador, não serão descontados do salário do obreiro.

### **CLÁUSULA OITAVA - DESCONTO POR PREJUÍZOS OU DANOS À EMPRESA**

Não será permitido nenhum desconto do salário do motorista a título de dano ou prejuízo causado à empresa, inclusive sob a classificação de peças quebradas, se não for comprovada a culpa ou dolo do empregado, ressalvada a hipótese do descumprimento do empregado motorista às seguintes normas:

A) Obriga-se pela segurança do veículo e da carga devendo efetuar diariamente nos veículos sob a sua guarda à inspeção dos componentes que impliquem em segurança como: calibragem e verificação dos pneus, freios, luz, sinaleiras, limpadores de para brisas, nível de combustível, de água e de óleo;

B) Zelar pela observância das normas de trânsito, cabendo-lhe a responsabilidade de infração comprovadamente cometida pelo motorista;

C) Deverá providenciar no local do acidente a realização da perícia do órgão competente;

Qualquer desconto parcial ou integral nos salários do obreiro não poderá exceder o previsto no Art.462, § 1º da CLT.

D) É vedado aos motoristas o Transporte indevido de mercadorias e/ou pessoas, não autorizadas pela empresa.

E) O motorista é responsável pela guarda dos equipamentos de uso obrigatório pertencentes ao veículo, tais como: extintor, ferramentas, pneus suporte e demais acessórios, bem como a observar a manutenção de calibragem dos pneus.

F) Constitui dever do motorista, quando em viagem, a comunicação à empresa de qualquer acidente, defeito ou irregularidade verificada com o veículo e a carga.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA NONA - RESSARCIMENTO DE MULTAS**

O motorista obriga-se no cumprimento de suas tarefas, no zelo ao veículo a que estiver designado, a trafegar com estrita obediência às normas e regulamento do trânsito, dentro dos limites de velocidade, responsabilizando-se por infrações às normas de trânsito, desde que comprovada sua culpa ou dolo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - REEMBOLSO DE DESPESAS**

As partes estabelecem, a título de pagamento de despesas de refeições e pernoites, os seguintes valores :

A) ALMOÇO: Será adiantado aos motoristas e cada ajudante na importância de R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos), quando em serviços externos, num raio de até 100 (cem) quilômetros da sede da empresa, sendo a eles facultado o pagamento da despesa, sob a forma de Vale-Refeição ou Ticket Alimentação onde poderá ser pago em espécie.

B) JANTAR: Será adiantado aos motoristas e cada ajudante, além do valor do almoço, na importância de R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos), em viagem a serviço da empresa em percurso que ultrapasse um raio de 100(cem) quilômetros da sede da empresa, facultada o pagamento da despesa sob a forma de Vale-Refeição ou Ticket Alimentação onde poderá ser pago em espécie.

C) PERNOITE: Incluído o café da manhã, será adiantado o pagamento aos motoristas e cada ajudante no valor de R\$ 31,50(trinta e um reais e cinquenta centavos) com pagamento em espécie, quando em viagem a serviço da empresa, que em razão de sua natureza e limitação da jornada de trabalho, implique em retorno posterior.

D) As empresas que possuem em seus caminhões cabine leito, que fica atrás do banco do motorista e que sejam equipados com INTERCLIMA, ficam isentas de pagar o pernoite, pagando apenas o café da manhã no valor de R\$ 10,00 (dez reais)

E) Os valores pagos a título de diárias não poderão ter nenhum desconto (reembolso de despesa), almoço, jantar e pernoite dos motoristas e ajudantes e os demais colaboradores considera-se verba indenizatória, não integra a remuneração para fins de direito, o mesmo ocorrendo com o café da manhã previsto na letra D.

F) Os valores acima fixados serão reajustados nas mesmas datas e patamares em que ocorrer aumento real de salário durante o período de vigência da presente Convenção.

G) Fica assegurado um ticket alimentação ou vale refeição de no mínimo R\$15,00(Quinze reais) para empregados administrativos e escritórios, operacionais e os demais. Os motoristas e ajudantes, quando em trabalho interno, farão jus ao ticket alimentação ou vale refeição de no mínimo R\$15,00 (Quinze reais). O valor do Ticket/vale refeição também poderá ser pago em espécie. As empresas que mantenham convênio com empresas ou restaurantes que forneçam refeição ficam dispensadas do fornecimento do Ticket-Refeição ou pagamento do valor da refeição fornecida. O empregador caso forneça no começo do mês os Tickets referentes a todo o período, a seu critério poderá descontar os Tickets dos empregados que faltarem ao serviço nesse mês, logo no mês seguinte.

H) Fica também autorizada antecipação do pagamento da diária, almoço ou jantar. As empresas ainda poderão pagar a referida verba mediante recibo no qual deve discriminar o que está sendo adiantado. O referido recibo serve de quitação da obrigação prevista no Caput dessa Cláusula.

I) Concluída a viagem, obriga-se o motorista logo no dia posterior a sua chegada à apresentação das notas de despesas de viagem e necessária prestação de contas. (exceto despesas de alimentação e pernoite).

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS**

### **13º SALÁRIO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIREITO A FÉRIAS E 13º SALÁRIO**

O afastamento do empregado resultante de Acidente de Trabalho, por período inferior ou igual a 06 (seis) meses, não prejudicará a aquisição do direito a férias e ao recebimento do 13º salário.

### **ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS**

A) As duas primeiras horas extras para motoristas e ajudantes serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

B) A terceira e a quarta horas extras para os motoristas será remunerada com o adicional de 75% (setenta e cinco por cento) e para os ajudantes será remunerada com o adicional de 70% (Setenta por cento);

C) Para os demais trabalhadores beneficiados da CCT 2021/2022, as duas primeiras horas extras serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento). As horas que extrapolarem este limite de 02 (duas) horas extras serão acrescidas do adicional de 70% (setenta por cento).

D) As Horas Extras Trabalhadas em dias de folga, domingos e feriados serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento).

E) Conforme convencionado o motorista profissional seguirá o artigo 235-C da Lei 13.103/2015 (A jornada diária do motorista profissional será de 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias, podendo prolongar-se mais duas, totalizando-se um total de 4 (quatro) horas extraordinárias).

F) O tempo de espera será remunerado com o percentual de 30%, do salário-hora normal. Considera tempo de espera as horas em que o motorista ficar aguardando a carga ou a descarga do veículo nas dependências do embarcador ou do destinatário e o período gasto com a fiscalização em postos fiscais, não sendo computados como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias. (§º e 9º do art.235 C da CLT).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - COMPUTO DE HORAS EXTRAS**

Horas extras habitualmente trabalhadas integrarão o salário para fins de pagamento das verbas rescisórias, tomando-se como base os últimos 12 (doze) meses.

### **ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO**

A) O PTS (Prêmio por Tempo de Serviço) contemplará todo o empregado que já tenha completado 02 (dois) anos de efetivo serviço à sua empregadora e corresponderá a 5%(cinco por cento) sobre o salário mínimo

em vigor no mês de benefício.

B) O PTS não tem natureza salarial para fins de equiparação, sendo devido a partir do mês seguinte àquele em que o empregado completar o biênio aquisitivo, não sendo, porém, devido, cumulativamente.

O empregado não poderá acumular dois biênios aquisitivos, somente fará jus a um biênio durante todo seu contrato de trabalho, salvo em alteração posteriores em CCT.

## **ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ADICIONAL NOTURNO**

O empregado fará jus ao recebimento de adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as horas efetivamente trabalhadas no horário compreendido entre 22:00(vinte duas) horas e 05:00(cinco) horas da manhã do dia seguinte, calculado o referido adicional noturno sobre o seu salário base.

## **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

As empresas de resíduos sólidos e de limpeza e coleta urbana que seguem esta Convenção Coletiva de Trabalho estão obrigadas a pagar aos motoristas o adicional de insalubridade no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo, em virtude da natureza do serviço desempenhado.

## **OUTROS ADICIONAIS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO**

Quando a jornada de trabalho diária, exceder das 10(dez) horas, sendo 08 (oito) horas normais e 02(duas) suplementares aos trabalhadores ficará assegurado o fornecimento de refeição compatível.

## **AUXÍLIO TRANSPORTE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORNECIMENTO DE VALE**

Os trabalhadores somente assinarão vales se estes forem elaborados em duas vias, uma das quais, deverá ser entregue ao beneficiário e contendo discriminadamente as importâncias recebidas e a origem do pagamento.

Os vales transportes poderão ser pagos em espécie, no mesmo valores das passagens.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO FUNERAL**

As empresas pagarão aos dependentes do empregado que falecer por morte natural ou por acidente do trabalho, a título de Auxílio Funeral, o valor equivalente à época do evento 01 (um) salário mínimo mediante a apresentação do Atestado de óbito. No caso de a empresa possuir seguro de vida com cláusula de auxílio funeral de valor igual ou superior previsto nessa cláusula fica isenta da obrigação de indenizar.

## **SEGURO DE VIDA**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - SEGURO**

Conforme lei 12.619, 30 de abril de 2012 - art. 2º parágrafo único. Aos profissionais motoristas empregados referidos nesta Lei é assegurado o benefício do seguro obrigatório, custeado pelo empregador, destinado à cobertura dos riscos pessoais inerentes às suas atividades no valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial de sua categoria.

**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES  
AVISO PRÉVIO****CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO SALARIAL**

O empregado com mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e que trabalhe há mais de 05 (cinco) anos na empresa e, despedido sem justa causa, fará jus a um abono pecuniário no valor de 1(um) salário base, sendo que o acréscimo não integra o tempo de serviço.

**MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA/TERCEIRIZAÇÃO****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AGREGADOS AUTÔNOMOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS DE CARGAS**

O profissional autônomo que, contrato na forma prevista no art. 5º da Lei 11.442, de 05 de janeiro de 2007, mediante contrato específico, se agregar à empresa de transporte de cargas para realizar, com seu próprio veículo, operação de transportes de cargas, assumindo os riscos desta atividade e arcando com os gastos dela decorrentes (combustível, manutenção, peças, desgastes, avaria do veículo etc.), não será considerado empregado para qualquer efeito legal.

**OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS****CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamento com discriminação das verbas pagas e dos descontos efetuados, além da identificação da empresa e do empregado.

**OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE  
CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONCILIAÇÃO NAS RECLAMATÓRIAS**

Nas reclamações trabalhistas que tenham tido origem através do Sindicato Obreiro; as empresas só firmarão acordo ou conciliação com os ex-empregados com a assistência da entidade, ficando, porém, a critério da Vara do Trabalho, a que estiver afeto o processo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REGULAMENTO INTERNO**

Empresas que possuem regulamento interno deverão fornecer cópia ao empregado no ato da admissão.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PROCEDIMENTO DO SINDICATO PROFISSIONAL NAS RESCISÕES**

Fica obrigado o Sindicato Profissional ao fornecimento de protocolo de entrega dos documentos necessários à homologação da Rescisão do Contrato de Trabalho dos empregados do setor de cargas.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS**

Em caso de dispensa sem justa causa, as verbas rescisórias deverão ser pagas até o décimo dia posterior à referida dispensa, ou no término do Aviso Prévio sob pena de na falta de tal procedimento a empregadora arcar com o pagamento da multa prevista no Art. 477, § 6º da CLT.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES E DA COM. INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

1-As empresas de transporte rodoviário de cargas abrangidas pela CCT, ficam obrigadas a homologar as rescisões de contrato de trabalho de seus empregados que contarem mais de (01)um ano de trabalho, perante o Sindicato Profissional. As empresas associadas ao SETCEPE, ficam isentos da taxa de conferência das homologações.

2-Faculta-se as empresas encaminharem os empregados demitidos com mais de um ano de serviço diretamente à Comissão Intersindical de Conciliação Prévia da categoria, no prazo de 05(cinco) dias, após a comunicação da rescisão do contrato de trabalho, por iniciativa da empresa ou do empregado, facultando-se o encaminhamento dos que contem com menos de um ano de serviço na empresa.

3-Na hipótese de o trabalhador ser encaminhado no prazo previsto, não haverá a incidência da multa prevista no art. 477, §8º, da CLT, mesmo que a homologação ou a audiência de conciliação ultrapasse os dez dias legalmente previstos, desde que o empregador efetive o depósito das verbas incontroversas no prazo legal.

4-A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia homologará a rescisão do contrato de trabalho, dando a devida quitação ou mediará o conflito individual com vistas a promover a conciliação, preferencialmente, mediante audiência una ou, nos casos necessários, através da remarcação para outra data no menor espaço de tempo possível.

5- Aplica-se às homologações efetivadas pela CACP a eficácia liberatória prevista no parágrafo único do art. 625-E da CLT.

a) Sindicato Patronal: Na base territorial da Região Metropolitana, Matas Sul e Mata Norte -Abreu e Lima, Água Preta, Aliança, Amaraji, Araçoiaba, Barreiros, Belém de Maria, Buenos Aires, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Camutanga, Carpina, Catende, Chã de Alegria, Condado, Cortês, Escada, Ferreiros, Gameleira, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Jaboatão dos Guararapes, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Lagoa dos Gatos, Macaparana, Maraial, Moreno, Nazaré da Mata, Olinda, Palmares, Paudalho, Paulista, Pombos, Primavera, Quipapá, Recife, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, São Lourenço da Mata, Sirinhaém, Tamandaré, Timbaúba, Tracunhaém, Vicência, Vitória de Santo Antão e Xexéu.

b) Sindicato Profissional: Na base territorial do Recife Metropolitano, compreendendo os Municípios de Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Escada, Igarassu, Ipojuca, Itapissuma, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Ponte dos Carvalhos, Recife, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão; na base territorial da Região da Mata Sul, compreendendo os Municípios de Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Gameleira, Catende, Cortês, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Lagoa dos Gatos, Maraial, Palmares, Primavera, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré e Xexéu e na base territorial da Região da Mata Norte, compreendendo os Municípios de Aliança, Araçoiaba, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Macaparana, Paudalho, Pombos, Timbaúba, Tracunhaém e Vicência;

c) Sindicato Profissional: Categorias de Motoristas, Logística de Cargas em geral, Ajudantes, Carregadores e Outros. De acordo com a Certidão passada pela Secretaria de Relações do Trabalho, com fundamento na Instrução Normativa 01/97, foi concedido no despacho publicado no DOU em 07/06/00, seção I, p.22, referente ao processo de nº 46000.014067/99. A referida Certidão foi tomada definitiva a partir de 31/01/02, de acordo com a Portaria de nº 50 do Ministério do Trabalho e Emprego. Categorias abrangidas: Representante da Categoria dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Logística em Geral, inclusive Ajudantes, Carregadores, Escritórios e Todos Aqueles Diretamente ligados à Atividade, nas Empresas de Transporte de Cargas; Motoristas que Trabalham nas

Empresas Prestadoras de Serviços, na Coleta de Lixo das Prefeituras do Recife Metropolitano, das Regiões das Matas Sul e Norte de Pernambuco; dos Motoristas das Indústrias e no Comércio, inclusive, os que Trabalham em Farmácias, Indústrias de Panificação, Supermercados, Distribuidoras de Bebidas, Distribuidoras de Combustíveis, na Área Petrolífera, Distribuidoras de Gás Liquefeitos, Construção Civil Pesada, Serviços de Terraplenagem e Tratoristas, Mineradoras e Distribuidoras de Água Potável, Os Motoristas da CELPE, COMPESA, TELPE e CHESF; Empresas Públicas e Privadas de Energia, de Água, Saneamento e Telefonia; Motoristas que trabalham na Rede Bancária; Motoristas nas Empresas Administradoras de Bens e Imóveis; Nas Indústrias Açucareiras e do Alcool, Engenhos, Fornecedores de Cana e Destilarias, Motoristas nas Indústrias de Olaria, Cerâmica e fabricação de Cimento, Pedreiras, Indústrias de Gesso, Indústria Agropecuária, de Cargas em Geral; Empresas de Radiodifusão, Jornalismo, Televisão, Propaganda e Comunicação; Empresas de Transportes Aéreos; e os que Trabalham em Empresas que prestam Serviços as Empresas de Transportes Aéreos, com abrangência intermunicipal.

2) Fica estabelecido que o valor das custas processuais será fixado em R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), a partir do mês de julho de 2021, podendo ser reajustado mediante acordo entre os Sindicatos Convenientes.

3) As empresas que exigirem o Curso de Direção Defensiva ou de Condutores de Veículos de Transportes de Produtos Perigosos – Resolução 168 CONTRAN (Antigo MOPPE), ficam obrigadas a custeá-lo, aplicando-se este dispositivo também na renovação ou atualização, vedado desconto no salário do trabalhador a este título.

4) Fica estabelecido que o Termo de Quitação Anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, poderão ser firmados perante a Comissão Intersindical de Conciliação Prévia /mediação, pelo Sindicato Laboral, com a anuência do Sindicato Patronal.

5) O Termo de Quitação previsto no item 4 discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas, inclusive dará a quitação anual na forma estabelecida no art. 507-B.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - USO DO CRACHÁ**

Os empregados ficam obrigados, quando exigidos pelas empresas, ao uso do crachá de identificação e a devolvê-lo quando dispensado.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - MARCAÇÃO DE PONTO - TOLERÂNCIA**

As empresas com até 50 (cinquenta) empregados, quando da apuração das horas trabalhadas pelos mesmos em Cartões de Ponto ou Folhas de Ponto, poderão ser desprezados até 10(dez) minutos de registros de tempo excedente no início e no fim da jornada, considerando-se tal período como tempo necessário para registro da jornada nos respectivos controles. Tratando-se de empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados, tal tolerância será de 15 (quinze) minutos no início e no fim da jornada.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - FIXAÇÃO DE AVISOS**

As empresas permitirão a fixação de avisos e divulgações do Sindicato Obreiro em seus quadros de avisos ou outro local previamente determinado pela empresa, vedado a publicação de assuntos de natureza política partidária e religiosa, ficando também, permitido o acesso de membros da Diretoria do Sindicato Obreiro, nas empresas para trato de assuntos ligados aos interesses dos trabalhadores.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CARTA DE REFERÊNCIA**

As empresas fornecerão aos seus empregados, desde que solicitado, e ocorrendo dispensa imotivada, Carta de Referência com indicação do período de trabalho.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA DO EMPREGO PARA O EMPREGADO PRESTES A SE APOSENTAR**

Aos funcionários, que contarem com 10(dez) anos ou mais de efetivo serviço na mesma empresa e que faltarem 02(dois) anos para completar o direito à aposentadoria, por tempo de serviço, de contribuição, ou ainda pelo fator previdenciário, comprovado por documento emitido pelo INSS, terá direito a estabilidade até a data de aquisição do direito à aposentadoria, independentemente de sua opção pela mesma.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - HORÁRIO DE TRABALHO**

A) Será computado como tempo de serviço para efeito de apuração da carga horária do administrativo, todo o período à disposição do empregador desde o início até o final da jornada, admitindo-se, um intervalo para refeição e descanso nunca superior a 02 (duas) horas, sendo desnecessária sua marcação no Cartão ou Livro de Ponto.

B) Para o motorista e o ajudante será considerado como trabalho efetivo o tempo em que o motorista empregado e seu ajudante estiverem à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso e descanso e tempo de espera (§1º do art. 235-C), alterado pela 13.103/2015.

C) O motorista é o responsável por controlar o seu tempo de direção conforme estabelecido na Lei 13.103/2015, através de diário de bordo, papeleta de serviço externo ou qualquer meio eletrônico idôneo fornecido pela empresa.

## **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO**

Fica estabelecida que a jornada de trabalho, de segunda a sexta-feira, tanto para os empregados do sexo masculino como feminino, a critério da empresa poderá ser prorrogado além das 08 (oito) horas estabelecidas pela Constituição Federal Art. 7º INCISO XIII, desde que observado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ou 8.48 (oito ponto quarenta e oito) horas diárias. As horas excedentes serão consideradas extras.

As empresas que trabalharem de segunda a sábado a jornada de segunda a sexta feira será de 8 (oito) horas e as sábados a jornada será de 4 (quatro) horas para complementar as 44(quarenta e quatro) horas semanais.

Fica autorizado a realização de escala de revezamento 12 x 36, para motorista, ajudantes, porteiros e vigias das empresas de transportes de cargas. No caso do motorista e do ajudante, se aplica a Lei 13.103/2015.

Fica convencionado o artigo 235 c da Lei 13.103/2015 motorista profissional poderá fazer até 4 horas extraordinárias.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DISPENSA DE ESTUDANTE**

O empregado estudante de qualquer grau, será liberado do seu trabalho às 18:00 horas, nos dias de prova, inclusive no vestibular, desde que, seja pré-avisado o empregador, por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.



## **JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO PARA AMAMENTAÇÃO**

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 06 (seis) meses de idade, a mãe terá direito durante a jornada de trabalho a (02) dois intervalos especiais de meia hora cada um, consecutivos ou não.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DIAS TRABALHADOS AOS DOMINGOS E FERIADOS**

As empresas reconhecerão os feriados nacionais, estaduais e municipais em que estiverem instaladas suas bases. Havendo necessidade de trabalho por motivo de contrato da empresa, as partes ajustam que, para as empresas que utilizarem mão de obra de empregados em domingos e feriados, fica estabelecido que:

Parágrafo Único: O trabalho prestado em domingos e feriados deverá ser pago o dia em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal, salvo se o empregador determinar outro dia de folga, de acordo com a súmula 146 do TST (Tribunal Superior do Trabalho)

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - VISTORIA EM LOCAL DE TRABALHO**

As empresas se comprometem a respeitar integralmente as normas previstas de Acidentes de Trabalho, promovendo, inclusive periodicamente, vistorias nos locais de trabalho na forma das disposições legais sobre a matéria.

## **EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - NORMAS DE SEGURANÇA**

Ficam os empregados obrigados ao cumprimento das normas administrativas e de segurança previstas na legislação e no regulamento interno da empresa e às orientações da CIPA, bem como no uso dos E.P.I., quando exigidos em Lei, recebidos da empresa mediante recibo.

## **UNIFORME**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME DE TRABALHO**

A) As empresas fornecerão anualmente a seus empregados, 02 (dois) uniformes e 01 (hum) par de sapatos, quando exigidos pelos empregadores ou obrigados pela legislação pertinente. Os exemplares excedentes serão cobrados do empregado, ficando, porém obrigados àqueles que receberam tais favores e, se dispensados antes dos 06 (seis) meses do recebimento dos referidos bens, a devolverem os mesmos à empresa, sob pena de se responsabilizarem pelo ressarcimento pecuniário das peças recebidas.

B) Os equipamentos de proteção individual ( EPI ) quando exigidos pelas normas legais e suas condições insalubres de trabalho, serão fornecidos aos empregados mediante recibo, que se obrigam a usá-los e a devolvê-los quando removidos dos setores insalubres ou dispensados da empresa e a comunicar ao empregador a necessidade de substituição ou reparação dos mesmos em decorrência do uso ou de danos.

C) Os empregados se obrigam a usar os uniformes de trabalho e os equipamentos individuais de proteção ( EPI ), quando fornecidos pela empresa, constituído em falta grave a não obediência ao preceito.

## **READAPTAÇÃO DO ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA AO EMPREGADO ACIDENTADO**

O empregado afastado do serviço, por acidente de trabalho recebendo o benefício previdenciário respectivo, terá a garantia do emprego após a alta médica, pelo período de 12 (doze) meses, além do Aviso Prévio, previsto na CLT.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO NAS EMPRESAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO**

Em caso de fiscalização às empresas por parte dos Agentes do Ministério do trabalho por denúncia do Sindicato Obreiro, poderão, caso desejem, se fazer acompanhar por membro da Diretoria do Sindicato Profissional.

## **REPRESENTANTE SINDICAL**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DELEGADOS SINDICAIS**

Para cada empresa representada pelo Sindicato Patronal Conveniente o Sindicato Profissional poderá indicar um Delegado, nomeado pela Diretoria da Entidade Obreira, que gozaram da garantia do emprego durante o prazo da vigência do mandato da diretoria do sindicato, salvo por justa causa comprovada ou sua destituição sindical pela diretoria do órgão competente.

## **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTA A DIRETORES DO SINDICATO**

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, as empresas concederão abono de 04 (quatro) faltas mensais ao empregado que pertença a Diretoria, Conselho fiscal e Delegado Sindical do Sindicato Obreiro para comparecimento ou missões sindicais ficando-lhes asseguradas às diárias correspondentes, limitando tal concessão ao máximo de dois empregados por empresa, podendo ser ampliado o número de delegados mediante acordo coletivo.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE SOCIAL**

As empresas descontarão em folha de pagamento dos seus empregados, associados ao Sindicato Obreiro, desde que por eles autorizados, as mensalidades sociais no valor de 3,2 (três vírgula dois por cento) do salário base, e desde que seja fornecida antecipadamente a relação dos empregados sócios, cujo valor deverá ter sido devidamente aprovado em Assembleia Geral.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - TAXA ASSISTENCIAL / CONFEDERATIVA PATRONAL**

TAXA ASSISTENCIAL PATRONAL – Por decisão unânime da Assembleia Geral extraordinária da categoria econômica, as empresas representadas pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO – SETCEPE, associados a entidade, ficam obrigadas ao pagamento de uma Taxa Assistencial no valor equivalente a 01 salário mínimo no ano de 2020, sendo dividido em 03 (três) parcelas iguais de R\$348,33 (trezentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos), com vencimento para os dias 27/08/2021, 30/09/2021 e 29/10/2021 com pagamento no Banco indicado na Guia a ser enviada pelo SETCEPE. O não

pagamento da contribuição ora instituída no prazo acima indicado, implicará no pagamento com aplicação da atualização monetária pelo INPC, mais juros de 1% (um por cento) ao mês e uma multa de 2% (dois por cento) despesas judiciais, honorários advocatícios caso pagamento seja feito através de ação judicial.

**TAXA CONFEDERATIVA PATRONAL** - A assembleia Geral extraordinária da Categoria econômica autorizou a cobrança da TAXA CONFEDERATIVA. De acordo inciso IV. Art 8º da C.F. Correspondente a R\$1.045,00 (hum mil e quarenta e cinco reais) dividido em 03(três) parcelas iguais de R\$348,33 (trezentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos), com vencimento para os dias 25/03/2022, 27/04/2022 e 26/05/2022 respectivamente. A cobrança será enviada mediante boleto bancário.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONFEDERATIVA SINTRACARGAS**

Devidamente autorizado pela assembleia geral, o empregado sindicalizado ou não terá descontado mensalmente em folha de pagamento, percentual de 1% (um por cento) do salário base, cujas guias estarão à disposição das empresas em nosso site.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - TAXA ASSISTENCIAL SINTRACARGAS**

A empresa descontará dos seus empregados sindicalizados ou não, uma Taxa Assistencial em valor equivalente a 1(um) dia de trabalho no mês de Setembro de 2021, desde que estejam beneficiados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, e respeitados os casos de expressa discordância do empregado – o que deverá ser feito por escrito diretamente ao Sindicato, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da homologação pelo ministério do trabalho da presente convenção coletiva através do sistema mediador. A referida cláusula visa permitir a fiscalização e manutenção do cumprimento da presente Norma Coletiva de Trabalho, bem como as atividades sociais e Jurídicas da entidade. O não pagamento da contribuição ora instituída no prazo acima indicado, implicará no pagamento com aplicação da atualização monetária pelo INPC, mais juros de 1% (um por cento) ao mês e uma multa de 2% (dois por cento) despesas judiciais, honorários advocatícios caso pagamento seja feito através de ação judicial.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO**

Do plano de saúde e odontológico, acordam os Sindicatos os seguintes termos: as empresas contratarão plano de saúde médico ou odontológico, de modo a assegurar assistência médica aos seus empregados, para isso, arcará com 10% do valor do plano de saúde ofertado em favor de seus empregados. O custo do Plano de saúde que será custeado pelo funcionário, estará autorizado o desconto em sua folha de pagamento, daqueles que desejarem fazer a adesão, por meio dessa Convenção Coletiva. O Convênio será firmado entre o SETCEPE, SINTRACARGAS e a Operadora do Plano de Saúde. A adesão ao Plano de Saúde não gera qualquer custo financeiro para a empresa, além do pagamento dos 10% do valor das mensalidades, apenas o repasse do desconto à Operadora do Plano.

§ 1º. Na conformidade do Enunciado 342, do C. TST será facultado ao empregado, por liberalidade expressa da Empresa, sua inclusão em Convênio Médico de Seguro Saúde. Essa faculdade convencional não constituirá em salário de qualquer espécie, nem se configurará em ganhos habituais sob a forma de utilidade, pois o empregado somente eventualmente usará o seguro saúde, não se constituindo, portanto, em salário "utilidade" ou "In natura".

§ 2º. Fica ressalvado que a qualquer tempo poderá ser rescindido o Convênio por incompatibilidade técnica ou financeira da empresa.

§ 3º. Igualmente ficam ressalvadas as condições preexistentes dos Convênios Médicos de Seguro Saúde, praticado e aceitas com autorização prévia e por escrito do empregado (E. 342 C. TST).

## **DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - MANUTENÇÃO DAS CLÁUSULAS ANTERIORES**

Aos empregados serão asseguradas as conquistas anteriores desde que não modificadas, alteradas ou suprimidas da presente Convenção Coletiva e que não venham de encontro à legislação vigente.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - MULTA**

Fica estipulada uma multa no valor de 01 (hum) dia de salário do empregado prejudicado pela obrigação de fazer das partes contratantes, revertidos em favor do Obreiro quando a infração for cometida pela empresa.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ABRANGENCIA I**

O Município de Nazaré da mata e Quipapá está em nossa base territorial, por este motivo seguirá esta convenção coletiva.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - RATIFICAÇÃO**

Os Sindicatos Ratificam a aplicabilidade dos dispositivos da Lei 12.619/2012 e 13.103/2015, bem como a Medida Provisória 936 e a lei 14.020/2020 e o Decreto Presidencial 14.022/2020.

**LOURIVAL FORMIGA DE SOUSA  
PRESIDENTE**

**SIND DOS TRAB EM TRANSP ROD CARGA DO RECIFE E DA REGIAO METROP E M SUL E NORTE DE PE**

**MOACYR RIBEIRO COSTA  
PRESIDENTE**

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSP. DE CARGAS, ARMAZ. E LOG. DO RECIFE E DA REGIAO METROP. MATA NORTE, MATA SUL E AGRESTE DO ESTADO DE PE-SETCEPE**

## **ANEXOS ANEXO I - ATA SINTRACARGAS**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

ANEXO IV  
MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL: RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA		CNPJ: 01.781.573/0001-62	
ENDEREÇO: SÃO CAETANO, 359 - CAMPO GRANDE - RECIFE		UF: PE	CEP: 52.031-070
TELEFONE: 81 2101-7111			
EMAIL: rpl@rpl.eng.br			

TIPO DE ÁREA/POSTO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	QUANTD. M²	PREÇO UNITÁRIO POR M²	PREÇO MENSAL	PREÇO GLOBAL
ÁREA EXTERNA ABERTA SEM INSALUBRIDADE	Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas não Insalubres num total de 577.903,27m², onde adota-se a área de 11.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	577.903,27	R\$ 0,30	R\$ 173.498,10	R\$ 2.081.977,20
ÁREA EXTERNA ABERTA COM INSALUBRIDADE	Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas Insalubres num total de 225.000,00m², onde adota-se a área de 9.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	225.000,00	R\$ 0,46	R\$ 104.477,14	R\$ 1.253.725,68
CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL						3.335.702,8800

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO
CCT 2021/2022 - PE000021/2021.

QUANTIDADE DE PESSOAL	
Função	Quantidade
Servente de Limpeza - CBO 5143-20	78
Encarregado de Limpeza - CBO 4101-05	3

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação
CONFORME PLANILHA DE INSUMOS ANEXO IV - B		

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Recife/PE, 19 de agosto de 2021.



RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA  
MIGUEL PORTE LIMA  
Sócio Administrativo

## ANEXO IX - A

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo Nº 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia 19/08/2021 às 10:00 horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	8/19/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000021/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)
Serviço de Encarregado de Limpeza para fiscalizar a execução dos serviços, para atender ao campus Recife da UFPE, exceto o Hospital das Clínicas, correspondendo a uma área total de 906.233,69 m² em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	1 encarregado para 30 serventes	3

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	4101-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.572,41
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.572,41
B	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 1.572,41

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 130,98
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 190,26
<b>Total</b>		<b>R\$ 321,24</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 314,48
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 39,31
C	SAT	1,68%	R\$ 26,42
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 23,59
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 15,72
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,43
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,14
H	FGTS	8,00%	R\$ 125,79
<b>Total</b>		<b>35,48%</b>	<b>R\$ 557,89</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 100,66
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (utilizado PAT=20%)	R\$ 134,64
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ 235,30</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 321,24
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 557,89
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 235,30
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.114,43</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	2,52
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,20
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	54,56
D	Aviso prévio trabalhado	30,50
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	10,82
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,35
<b>Total</b>		<b>R\$ 98,95</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositores/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 131,03
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4,25
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,31
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 2,36
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,47
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 138,42</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**



5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 44,73
B	Outros (especificar)	
Total		R\$ 44,73

Nota: Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,75%	22,27
B	Lucro	1,00%	29,69
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	265,32
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	172,96
<b>Total</b>		<b>27,09%</b>	<b>R\$ 490,24</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.572,41
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.114,43
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 98,95
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 138,42
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 44,73
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>R\$ 2.968,94</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 490,24
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ 3.459,18</b>

## ANEXO IX - A - 1

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo Nº 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia 19/08/2021 às 10:00 horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	8/19/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000021/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida (m²)	Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)
Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas não Insalubres num total de 577.903,27m², onde adota-se a área de 11.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	577.903,27	53

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.122,19
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Servente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2021

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.122,19
B	Outros (especificar)	R\$ -
Total de Remuneração		R\$ 1.122,19

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.****Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 93,48
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 135,78
Total		R\$ 229,26

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 224,44
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 28,05
C	SAT	1,68%	R\$ 18,85
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 16,83
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 11,22
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 6,73
G	INCRA	0,20%	R\$ 2,24
H	FGTS	8,00%	R\$ 89,78
Total		35,48%	R\$ 398,15

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

#### Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 127,67
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (utilizado PAT=20%)	R\$ 134,64
C	Assistência médica e familiar	R\$ 62,40
D	Cesta Básica (CCT) (utilizado PAT=20%)	R\$ 83,14
<b>Total</b>		<b>R\$ 407,85</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

#### Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 229,26
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 398,15
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 407,85
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.035,27</b>

#### Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	1,80
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,14
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	38,94
D	Aviso prévio trabalhado	21,77
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	7,72
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,25
<b>Total</b>		<b>R\$ 70,62</b>

#### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

#### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 93,52
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 3,03
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,22
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 1,68
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,34
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 98,79</b>

#### Módulo 5 - Insumos Diversos.

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 44,73
B	Materiais de Consumo	R\$ 138,40
C	Materia de Média e Longa Duração	R\$ 39,90

D	Equipamentos	R\$	185,54
E	Outros (especificar)		
Total		R\$	408,57

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,75%	20,52
B	Lucro	1,00%	27,35
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	244,45
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	159,36
Total		14,42%	R\$ 451,68

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	1.122,19
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	1.035,27
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	70,62
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	98,79
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	408,57
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$	2.735,43
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	451,68
Valor Total por Empregado		R\$	3.187,11

## ANEXO IX - A - 2

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo Nº 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia 19/08/2021 às 10:00 horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	8/19/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000021/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida (m²)	Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)
Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas Insalubres num total de 225.000,00m², onde adota-se a área de 9.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	225.000,00	25

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.122,19
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Servente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2021

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.122,19
B	Adicional de Insalubridade - Grau Máximo ( 40% do salário Mínimo)	R\$ 440,00
C	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 1.562,19



**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 130,13
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 189,02
<b>Total</b>		<b>R\$ 319,16</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 312,44
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 39,05
C	SAT	1,68%	R\$ 26,24
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 23,43
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 15,62
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,37
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,12
H	FGTS	8,00%	R\$ 124,98
<b>Total</b>		<b>35,48%</b>	<b>R\$ 554,27</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 127,67
B	Auxílio-Refeição/Alimentação - (utilizado PAT=20%)	R\$ 134,64
C	Assistência médica e familiar	R\$ 62,40
D	Cesta Básica - (utilizado PAT=20%)	R\$ 83,14
<b>Total</b>		<b>R\$ 407,85</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 319,16
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 554,27
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 407,85
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.281,27</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	2,50
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,20
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	54,21
D	Aviso prévio trabalhado	30,31
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	10,75
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,34
<b>Total</b>		<b>R\$ 98,31</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 130,18
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4,22
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,31
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 2,34
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,47
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 137,52</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 44,73
B	Materiais de Consumo	R\$ 138,40
C	Materia de Média e Longa Duração	R\$ 39,90
D	Equipamentos	R\$ 185,54

E	Outros (especificar)	
TOTAL		R\$ 408,57

Nota: Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,75%	26,16
B	Lucro	1,00%	34,88
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	311,69
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	203,19
<b>Total</b>		<b>14,42%</b>	<b>R\$ 575,92</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.562,19
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.281,27
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 98,31
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 137,52
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 408,57
	<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>	<b>R\$ 3.487,86</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 575,92
	<b>Valor Total por Empregado</b>	<b>R\$ 4.063,78</b>

## ANEXO IX - B

## RELAÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportado, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do Servente de Limpeza sem Insalubridade, Servente de Limpeza Com Insalubridade ( Anexos IX - A - 1, IX - A - 2,) no Módulo 5 - Insumos Diversos - B- Material de Consumo Mensal; C - Materiais de Média e Longa Duração; D - Equipamentos

A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00	6	R\$ 10,00
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00	6	R\$ 6,67
3	BONE	Boné com aba e proteção traseira.	Unidade	1	R\$ 8,00	R\$ 8,00	6	R\$ 1,33
4	MEIAS	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	UNIDADE	3	R\$ 5,00	R\$ 15,00	7	R\$ 2,14
5	CAPA PARA CHUVA	Capa impermeável para chuva.	Unidade	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00	6	R\$ 2,00
6	BOTA	Botas de segurança em PVC cano longo.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
7	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
8	LUVA	Luvras de segurança com banho de látex natural sobre suporte têxtil 100% algodão, palma antiderrapante corrugada reforçada, comprimento mínimo de 30 cm, espessura mínima de 1,80 na palma.	Unidade	1	R\$ 5,50	R\$ 5,50	6	R\$ 0,92
9	LUVA	Luvras de segurança em borracha nitrílica, com revestimento interno; antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, comprimento mínimo de 45 cm e espessura mínima de 50 mm.	Unidade	1	R\$ 5,50	R\$ 5,50	6	R\$ 0,92
10	MASCARA	Máscara semi-facial PFF1 (Para poeiras).	Unidade	1	R\$ 3,50	R\$ 3,50	6	R\$ 0,58
11	MASCARA	Máscara com proteção antibacteriana.	Unidade	1	R\$ 5,00	R\$ 5,00	6	R\$ 0,83
12	OCULOS	Óculos de segurança com lentes incolores.	Unidade	1	R\$ 4,00	R\$ 4,00	6	R\$ 0,67
13	PERNEIRAS	Perneiras de proteção (Atividades com facão, foice e outros instrumentos cortantes).	Unidade	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00	6	R\$ 2,00
14	PROTETOR AURICULAR	Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NEEsf maior que 15 db (operação dos equipamentos).	Unidade	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00	6	R\$ 2,50
15	PROTETOR FACIAL	Protetor Facial (operação com cortador de grama).	Unidade	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00	6	R\$ 2,50
Total do Custo mensal com Uniforme e EPI								R\$ 44,73
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL DE 01 PROFISSIONAIL)								R\$ 44,73

B - RELAÇÃO MENSAL DE MATERIAIS DE CONSUMO								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	SACO PARA LIXO	Biodegradável, 08 MICRAS, capacidade 100 l, acondicionados em fardos com 100 peças, cor PRETA.	Fardo	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00	1	R\$ 900,00
2	SACO PARA LIXO	Biodegradável, 08 MICRAS, capacidade 100 l, acondicionados em fardos com 100 peças, cor AZUL.	Fardo	30	R\$ 30,00	R\$ 900,00	1	R\$ 900,00
3	CAL HIDRATADA	Selada pela ABPC- NBR 7175, tipo CH-I.	Kg	300	R\$ 9,00	R\$ 2.700,00	1	R\$ 2.700,00
4	FITA ZEBRADA	Rolo na cor preto e amarelo, espessura entre 6,5 e 7,00cm de largura, com comprimento entre 180 e 200m.	Rolo	10	R\$ 11,00	R\$ 110,00	1	R\$ 110,00
5	TINTA PARA DEMARCAÇÃO DE TRÁFEGO	Cor amarela - ALQUÍDICA.	Latão de 18l	6	R\$ 250,00	R\$ 1.500,00	1	R\$ 1.500,00
6	TINTA PARA DEMARCAÇÃO DE TRÁFEGO	Cor branco - ALQUÍDICA.	Latão de 18l	3	R\$ 250,00	R\$ 750,00	1	R\$ 750,00
7	THINNER	Com baixa emissão de VOC.	Galões de 5l	25	R\$ 55,00	R\$ 1.375,00	1	R\$ 1.375,00
8	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor Amarelo (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações das NBR's 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	5	R\$ 160,00	R\$ 800,00	1	R\$ 800,00
9	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor Azul (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações das NBR's 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	3	R\$ 160,00	R\$ 480,00	1	R\$ 480,00
10	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor Cinza (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	5	R\$ 160,00	R\$ 800,00	1	R\$ 800,00
11	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor verde (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações das NBR's 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	3	R\$ 160,00	R\$ 480,00	1	R\$ 480,00
Total do Custo mensal com materias								R\$ 10.795,00
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 78 PROFISSIONAIS)								R\$ 138,40

## C - RELAÇÃO DE MATERIAIS DE MÉDIA E LONGA DURAÇÃO

ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	ESTROVENGA	Em aço carbono especial de alta qualidade, temperado e com pintura eletrostática a pó na cor preta, com cabo em madeira resistente. Diâmetro do olho 35 mm e dimensões 215 x 60 mm.	Unid.	18	R\$ 32,90	R\$ 592,20	12	R\$ 49,35
2	ENXADA	Em aço carbono especial de alta qualidade, temperado e com pintura eletrostática a pó na cor preta, com cabo longo em madeira resistente (1,50 m). Dimensões do olho 42 x 32 mm e da lâmina 170 x 202 mm.	Unid.	36	R\$ 19,93	R\$ 717,48	12	R\$ 59,79
3	VASSOURA REGULÁVEL	Para folhas, com 22 palhetas redondas em aço SAE 1070. Dimensões 445 x 374 mm e cabo em madeira revestido com plástico (1,20 m).	Unid.	60	R\$ 12,50	R\$ 750,00	3	R\$ 250,00
4	PÁ QUADRADA	Material da Pá: aço. Material Cabo: madeira aparelhada. Referência: nº 04.	Unid.	36	R\$ 22,00	R\$ 792,00	12	R\$ 66,00
5	FORCADO CURVO	(gadanho) Em aço carbono especial de alta resistência, pintura eletrostática a pó na cor preta, com 04 dentes redondos (diâmetro 5/16" e comprimento 40 cm) e cabo em madeira resistente (1,50 m).	Unid.	16	R\$ 26,90	R\$ 430,40	12	R\$ 35,87
6	ANCINHO	(ciscador), em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor preta, com 12 dentes redondos. Diâmetro do olho 29 mm, dimensões 316 x 85 mm e espessura 4,75 mm. Cabo em madeira resistente (1,50 m).	Unid.	12	R\$ 18,90	R\$ 226,80	12	R\$ 18,90
7	SACHO	- Coração em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor laranja. Dimensões 267 x 95 mm e cabo em madeira resistente (43 cm).	Unid.	25	R\$ 15,00	R\$ 375,00	12	R\$ 31,25
8	FOICE RETA	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor verniz. Diâmetro do olho 28 mm, dimensões 230x 75 mm e cabo em madeira resistente (50 cm).	Unid.	6	R\$ 30,00	R\$ 180,00	12	R\$ 15,00
9	FACÃO	Lâmina fabricada em aço temperado carbono, garantindo alta durabilidade; cabo fabricado em polipropileno, formato anatômico e prático. Lâmina em aço carbono 16" com fio liso. Peso:0,35 Kg. Dimensões (LxAxP):10,5 x 2,4 x 61 cm.	Unid.	5	R\$ 13,57	R\$ 67,85	12	R\$ 5,65
10	MACHADO	Material: aço forjado, Peso: 2,0 kg (± 5%). Material Cabo: madeira aparelhada. Características Adicionais: parte metálica em pintura eletrostática na cor preta, cabo fixado com cunha.	Unid.	3	R\$ 45,00	R\$ 135,00	12	R\$ 11,25
11	CAVADOR ARTICULADO	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor preta. Dimensões 272 x 112 mm e cabo em madeira resistente (1,20).	Unid.	8	R\$ 25,77	R\$ 206,16	12	R\$ 17,18
12	CAVADEIRA RETA	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor verniz. Diâmetro do olho 350 mm, dimensões 363 x 106 mm e cabo em madeira resistente (1,20 m).	Unid.	8	R\$ 29,61	R\$ 236,88	12	R\$ 19,74
13	CARRO DE MÃO	Com estrutura de sustentação e braços metálicos, caçamba funda, medindo 181x120x122 cm, em ferro galvanizado 14, e pneus com câmara de ar.	Unid.	30	R\$ 145,00	R\$ 4.350,00	12	R\$ 362,50
14	LONA AUTOMOTIVA	Dimensão 3m x 2m, m PVC tipo lonil/vinilona dupla face, bainha em costura dupla.	Unid.	20	R\$ 145,00	R\$ 2.900,00	6	R\$ 483,33
15	PODADOR	Para galhos altos (serrote) com os seguintes requisitos mínimos: serrote e guilhotina em aço temperado; cabo telescópio metálico extensível de 1,5 até 3 metros com fio de nylon incluso.	Unid.	6	R\$ 160,00	R\$ 960,00	12	R\$ 80,00
16	PICARETA CHIBANCA	Duas pontas, uma de corte e outra de cava. Características Adicionais: com um lado horizontal e outro vertical, com cabo de madeira.	Unid.	6	R\$ 50,00	R\$ 300,00	12	R\$ 25,00

17	PICARETA ALVIÃO	Com 02 (duas) pontas de corte. Características adicionais: um lado horizontal e outro vertical, com cabo de madeira.	Unid.	3	R\$ 40,00	R\$ 120,00	12	R\$ 10,00
18	BROCHA PARA PINTURA	- Em fibra longa de sisal de coco tratada, com cabo de madeira, no tamanho de 30cm.	Unid.	60	R\$ 9,50	R\$ 570,00	3	R\$ 190,00
19	ROLO DE LÃ	Para pintura 15 cm c/ cabo	Unid.	5	R\$ 18,00	R\$ 90,00	2	R\$ 45,00
20	ROLO DE LÃ	Para pintura 23 cm c/ cabo	Unid.	5	R\$ 22,00	R\$ 110,00	2	R\$ 55,00
21	TRINCHA	3".	Unid.	5	R\$ 6,00	R\$ 30,00	2	R\$ 15,00
22	TRINCHA	4".	Unid.	5	R\$ 7,00	R\$ 35,00	2	R\$ 17,50
23	CORDA	De seda com diâmetro de 3/4".	metro	100	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00	12	R\$ 291,67
24	BALDE	De polietileno de alta densidade, alça em aço galvanizado. Capacidade 10 litros.	Unid.	20	R\$ 8,86	R\$ 177,20	3	R\$ 59,07
25	TELA	De Proteção em Nylon, para serem utilizadas como barreiras protetoras durante o funcionamento de roçadeiras laterais e cortadores de grama.	metro	90	R\$ 20,00	R\$ 1.800,00	6	R\$ 300,00
26	EXTENSÃO ELÉTRICA	Cabo multipolar 4 vias - 6 mm²- tensão 1kV - isolamento pvc- com caixa de proteção com DR tetrapolar e tomadas industriais para uso externo - 30mA (32A) - 3P+T - 100m cada extensão.	unid.	2	R\$ 200,00	R\$ 400,00	12	R\$ 33,33
27	VASSOURA GARI	Para uso externo, base de plástico reciclado reta, medidas aproximadas de comprimento x largura x altura (40cm x 4,5cm x 3,5cm), com cerdas de plástico reciclado, altura de 8cm, com 41 tufos fixados na base, cabo de madeira 1,50 m com 22mm de espessura.	Unid.	60	R\$ 18,83	R\$ 1.129,80	2	R\$ 564,90
Total do Custo mensal com materias de média e longa duração								R\$ 3.112,28
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 78 PROFISSIONAIS)								R\$ 39,90



D - RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Unidade	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	ROÇADEIRAS LATERAIS	Mecanismo Propulsor – Motor de 2 (dois) tempos monocilíndrico. Cilindradas – 35,2 cm³ a 39 cm³. Diâmetro do cilindro – 38 mm a 40 mm. Curso do Pistão – 31 mm. Potência – 1,7 kw a 2 kw. Número máximo de rotações – 12500 1/min. Número máximo de rotações na marcha lenta - 2800 1/min .Número máximo de rotações do eixo da transmissão (acionamento da ferramenta de corte) – 8930 1/min. Sistema de Ignição – Ignição magnética com módulo de ignição eletrônica (sem contato). Carburador – De diafragma multiposicionado com bomba de combustível incorporada. Capacidade do tanque de combustível – 580 cm³. Mistura do combustível – gasolina com óleo de dois tempos conforme recomendações dos fabricantes. Peso – 7,7 kg a 7,9 kg. Acessórios – Cabeçotes de corte para fio de nylon, lâmina de metal para capinação, Proteção com bainha e faca para ferramentas de corte, encosto para lâminas metálicas, cinta dupla para ombro e óculos de proteção. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, óleo de dois tempos, fio de nylon, lâminas de corte, manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada.	Unid.	30	R\$ 1.100,00	R\$ 33.000,00	60	R\$ 550,00
2	CORTADORES DE GRAMA	Motor – A gasolina de 4 (quatro) tempos, com potência de 5,0 HP. Sistema de partida e aceleração – Manual. Cabo – Dobrável revestido em PVC flexível, altamente isolante. Rodas – Revestidas com pneus em PVC. Número de alturas de corte – 5 (cinco) Lâminas de corte – Em aço com tempera por indução de fio de corte. Inclinação máxima de trabalho – 15º. Consumo de gasolina – 1 l/hora Rotação por minuto – 3200. Tanque de combustível – 0,85 litros. Faixa de corte – 48 cm a 60cm. Sem recolhedor. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, lâminas de corte, manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada.	Unid.	10	R\$ 1.250,00	R\$ 12.500,00	60	R\$ 208,33
3	CARRO INDUSTRIAL TIPO PLATAFORMA	Para transporte de resíduos. Plataforma metálica com 4 pneus com câmara de ar (dimensões 1,500mm x 800mm), acompanhado de acessório com estrutura metálica telada e porta basculante (1.500mm x 800mm – altura 1000mm). Pintura eletrostática na cor cinza. Personalizados com os dizeres: UFPE – SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.	Unid.	6	R\$ 650,00	R\$ 3.900,00	60	R\$ 65,00
4	CARRO COLETOR COM PEDAL	Para coleta de resíduos infectantes. Em Polietileno de alta densidade, resistente a alto impacto e raios UV, rodas de borracha maciça, pedal em aço com pintura eletrostática – Capacidade 240 litros e dimensões de 730mm x 590mm e altura 1100mm, na cor branca. Personalizados com os dizeres: UFPE – SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.	Unid.	18	R\$ 280,00	R\$ 5.040,00	60	R\$ 84,00

5	CARRINHO GARI	Para coleta de resíduos provenientes de varrição, com estrutura e caçamba em aço com pintura eletrostática na cor cinza, capacidade 100 litros com divisão para lixo orgânico e inorgânico, e pneus com câmara de ar. Personalizados com os dizeres: UFPE – SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTURA.	Unid.	20	R\$ 140,00	R\$ 2.800,00	60	R\$ 46,67
6	CONE DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	Extraflexível, padrão NBR 15.071 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, dobrável totalmente ao meio, sem prejuízo do seu formato original. Cor laranja e resistente a intempéries, altura de 75 cm e peso mínimo de 3 KG. A base do cone deve ser composta por oito sapatas distribuídas uniformemente melhorando sua fixação ao solo e permitindo a passagem de água sob o mesmo, evitando deslocamentos involuntários. Deve possuir dois rebaixos que sirvam para evitar o desgaste provocado pelo atrito em tempo de empilhamento, e onde são colocados os anéis refletivos. Os anéis são retro-refletivos, microprismáticos, à base de PVC com forro plástico e refletividade mínima de 300 candelas/lux/m2, tendo cada anel 10 CM de altura com inscrição UFPE, na cor azul médio. Obs.: Na base do cone deverá vir gravado às inscrições: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTURA.. cor preta.	Unid.	30	R\$ 25,00	R\$ 750,00	60	R\$ 12,50
7	MÁQUINA DE LAVAR DE ALTA PRESSÃO	Tensão (V) 220 /380 / 440 trifásico, Potência (KW) 6,0, Pressão 2610, Vazão (L/H) 1000, Dimensão (mm) 830x660x1060, peso (Kg) 60. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, óleo lubrificante, acessórios de corte, além de manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada.	Unid.	3	R\$ 650,00	R\$ 1.950,00	60	R\$ 32,50
8	MOTO SERRA	Cilindrada 72,2 cm³, Peso 6,6 kg Potência 3,9 kW/5,3 CV Relação peso/potência 1,7 kg/kW. Com todos acessórios. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, óleo lubrificante, acessórios de corte, além de manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada. E o equipamento deve ser registrado junto ao IBAMA.	Unid.	2	R\$ 750,00	R\$ 1.500,00	60	R\$ 25,00

9	MOTO SERRA	Cilindrada 30,1 cm³ Peso 3,1 kg Potência 1,3 kW/1,8 CV Relação peso/potência 2,4 kg/kW Com todos acessórios. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, óleo lubrificante, acessórios de corte, além de manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada. E o equipamento deve ser registrado junto ao IBAMA.	Unid.	2	R\$ 550,00	R\$ 1.100,00	60	R\$ 18,33
10	ESCADA DE ALUMÍNIO	Extensível. 2 X 11 degraus 3,60 X 6,30m. Fechada 3,60m, esticada 6,30m, largura dos degraus 31/37cm. Peso 16kg.	Unid.	3	R\$ 450,00	R\$ 1.350,00	60	R\$ 22,50
11	TRITURADOR	Triturador móvel com potência mínima de 85 HP, para troncos de até 30 cm de diâmetros, novo.	Unid.	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	60	R\$ 1.000,00
12	CONTAINER DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	Piso antiderrapante, sem pontos de ferrugem, livre de infiltração ou vazamentos, com fechadura ou dispositivo para colocação de cadeado, com no mínimo as seguintes medidas: 6m de comprimento; 2,30m de largura e 2,40m de altura.	Unid.	3	R\$ 3.500,00	R\$ 10.500,00	60	R\$ 175,00
13	BICICLETA CARGUEIRA	Usada para transporte para cargas leves até 80 kg. 2 Bagageiros reforçados na dianteira e na traseira. Aros aero nas duas rodas. Freios manuais a cabo Freio contra pedal. Roda 26 x 1,1/2 na traseira Roda 20 x 1,75 na dianteira. Suporte do guidão reforçado tipo bmx Selim anatômico.	Unid.	3	R\$ 450,00	R\$ 1.350,00	60	R\$ 22,50
14	COMBUSTIVEL	Custo de combustível para equipamentos para funcionamento durante a execução do serviços.	Litro	1045	R\$ 6,00	R\$ 6.270,00	1	R\$ 6.270,00
15	ÓLEO	Custo com óleo para os equipamentos	Litro	72	R\$ 20,00	R\$ 1.440,00	1	R\$ 1.440,00
16	MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	Custo com manutenção dos equipamentos	Unid.	1	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	1	R\$ 4.500,00
Total do Custo mensal com equipamentos								R\$ 14.472,33
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 78 PROFISSIONAIS)								R\$ 185,54

ANEXO IV - C

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço		Valor Proposto por profissional	Quant. profissionais	Valor Proposto por Área (m²) ou Posto	Quant. de Área Total por Tipo de Serviço (m²) ou Posto	Valor Mensal por Tipo de Serviço
( A )		( B )	( C )	( D )	( E )	( F = D x E )
1	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Externa Abertas sem Insalubridade - Encarregado	R\$ 3.459,18	2	R\$ 0,0105	577.903,27	R\$ 6.057,7939
2	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Externa Abertas com Insalubridade Grau Máximo - Encarregado	R\$ 3.459,18	1	R\$ 0,0128	225.000,00	R\$ 2.882,6508
3	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Interna Abertas sem Insalubridade - Servente de Limpeza	R\$ 3.187,11	53	R\$ 0,2897	577.903,27	R\$ 167.440,3067
4	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Externa Abertas com Insalubridade Grau Máximo - Servente de Limpeza	R\$ 4.063,78	25	R\$ 0,4515	225.000,00	R\$ 101.594,4894
Valor Mensal dos Serviços						R\$ 277.975,2409

<b>Observações:</b>
1 - O Valor da coluna B é preenchida com os valores do Anexo IV - A ( 1 a 5 ) de cada categoria. 2 - A coluna D é preenchida com a transferência dos valores do subtotal do Anexo IV - D. 3 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço (coluna F) é obtido pela multiplicação do valor proposto por área (coluna D) pela quantidade de área por tipo de serviço (coluna E). 4 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço é o somatório das linhas da coluna F. 5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.

**ANEXO IV - D**  
**COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

**I - PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR METRO QUADRADO (m²)**

<b>A - ÁREAS EXTERNAS ABERTAS SEM INSALUBRIDADE</b>			
<b>MÃO-DE-OBRA</b>	<b>PRODUTIVIDADE</b>	<b>PREÇO HOMEM-MÊS</b>	<b>SUBTOTAL</b>
	<b>( 1 / m² )</b>	<b>( R\$ )</b>	<b>(R\$ / m² )</b>
	<b>( 1 )</b>	<b>( 2 )</b>	<b>(3 = 1 x 2)</b>
Encarregado	1 / (30** x 11000*)	3.459,18	0,0105
Servente de Limpeza	1 / 11000*	3.187,11	0,2897
<b>TOTAL DA ÁREA INTERNA SEM INSALUBRIDADE</b>			<b>0,3002</b>

<b>B - ÁREAS EXTERNAS ABERTAS COM INSALUBRIDADE GRAU MÁXIMO</b>			
<b>MÃO-DE-OBRA</b>	<b>PRODUTIVIDADE</b>	<b>PREÇO HOMEM-MÊS</b>	<b>SUBTOTAL</b>
	<b>( 1 / m² )</b>	<b>( R\$ )</b>	<b>(R\$ / m² )</b>
	<b>( 1 )</b>	<b>( 2 )</b>	<b>(3 = 1 x 2)</b>
Encarregado	1 / (30** x 9000*)	3.459,18	0,0128
Servente de Limpeza	1 / 9000*	4.063,78	0,4515
<b>TOTAL DA ÁREA INTERNA SEM INSALUBRIDADE</b>			<b>0,4643</b>

<b>II - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS</b>			
<b>TIPO DE ÁREA</b>	<b>PREÇO MENSAL UNITÁRIO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>SUBTOTAL</b>
	<b>(R\$ / m²)</b>	<b>( m² )</b>	<b>(R\$)</b>
Áreas Externas Abertas sem insalubridade	0,3002	577.903,27	173.498,1007
Áreas Externas Abertas com insalubridade	0,4643	225.000,00	104.477,1402
<b>TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS</b>			<b>277.975,2409</b>

Observação: Os valores do subtotal de cada categoria ( encarregado, servente, operador e motorista) deverá ter quatro casa decimais.

ANEXO V  
MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL: RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	CNPJ: 01.781.573/0001-62		
ENDEREÇO: SÃO CAETANO, 359 - CAMPO GRANDE - RECIFE		UF: PE	CEP: 52.031-070
TELEFONE: 81 2101-7111			
EMAIL: rpl@rpl.eng.br			

TIPO DE ÁREA	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	QUANTD. M²	PREÇO UNITÁRIO POR M²	PREÇO MENSAL	PREÇO GLOBAL
AREA AJARDINADA	Serviço de jardinagem numa área de 103.329,423 m², com 10 (dez) Posto de jardineiro em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	R\$ 103.329,42	R\$ 0,3920	R\$ 40.501,54	R\$ 486.018,48
TOTAL						R\$ 486.018,48

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO
CCT 2021/2022 - PE000021/2021

QUANTIDADE DE PESSOAL	
Função	Quantidade
Jardineiro - CBO 6220-10	10
Encarregado - CBO 4101-05	1

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação
CONFORME PLANILHA DE INSUMOS ANEXO V - B		

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Recife/PE, 19 de agosto de 2021.



RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA  
MIGUEL PORTE LIMA  
Sócio Administrativo

**ANEXO IX - A****PREGÃO ELETRÔNICO Nº****MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

<b>Nº do Processo 23076.021840/2020-50</b>
<b>Licitação nº 13/2021</b>

Dia: 19/08/2021 às 10:00 horas

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

<b>A</b>	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	8/19/2021
<b>B</b>	Município/UF	Recife/PE
<b>C</b>	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000021/2021
<b>D</b>	<b>Nº de meses de execução contratual</b>	<b>12</b>

**IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>TIPO DE SERVIÇO</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)</b>
Serviço de Encarregado para fiscalizar a execução dos serviços de áreas ajardinadas, para atender ao campus Recife da UFPE, exceto o Hospital das Clínicas, correspondendo a uma área total de 103.329,42 m² em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	1 encarregado para 30 serventes	1

**Nota 1:** Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

**1. MÓDULOS****Mão de Obra.****Mão de Obra vinculada à execução contratual.**

<b>Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra</b>		
<b>1</b>	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	<b>Serviço de Jardinagem</b>
<b>2</b>	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	<b>4101-05</b>
<b>3</b>	Salário Normativo da Categoria Profissional	<b>R\$ 1.572,41</b>
<b>4</b>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	<b>Encarregado</b>
<b>5</b>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	<b>1/1/2021</b>

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

**MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.**

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.572,41
B	Outros (especificar)	
<b>Total de Remuneração</b>		<b>R\$ 1.572,41</b>

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 130,98
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 190,26
<b>Total</b>		<b>R\$ 321,24</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 314,48
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 39,31
C	SAT	1,68%	R\$ 26,42
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 23,59
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 15,72
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,43
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,14
H	FGTS	8,00%	R\$ 125,79
<b>Total</b>		<b>35,48%</b>	<b>R\$ 557,89</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.



**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 100,66
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (- PAT=20%)	R\$ 134,64
C	Assistência médica e familiar	R\$ 62,40
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ 297,70</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 321,24
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 557,89
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 297,70
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.176,83</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	2,52
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,16
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	54,56
D	Aviso prévio trabalhado	30,50
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	10,82
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,43
<b>Total</b>		<b>R\$ 99,00</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 131,03
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 4,25

C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$	0,31
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	2,36
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	0,47
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total		R\$	138,42

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 44,73
B	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ 44,73</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,75%	22,74
B	Lucro	1,00%	30,31
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	270,90
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	176,60
<b>Total</b>		<b>27,09%</b>	<b>R\$ 500,55</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.572,41
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.176,83
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 99,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 138,42
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 44,73
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>R\$ 3.031,39</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 500,55
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ 3.531,94</b>

## ANEXO IX - A - 1

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia: 19/08/2021 às 10:00 horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	7/23/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000021/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)
Serviço de jardinagem numa área de 103.329,423 m², com 10 (dez) jardineiros em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	Posto	10

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Jardineiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	6220-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.180,96
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Jardineiro
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2021

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.180,96
B	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 1.180,96

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

## MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 98,37
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 142,90
Total		R\$ 241,27

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 236,19
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 29,52
C	SAT	1,68%	R\$ 19,84
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 17,71
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 11,81
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 7,09
G	INCRA	0,20%	R\$ 2,36
H	FGTS	8,00%	R\$ 94,48
Total		35,48%	R\$ 419,00

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 124,14
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (- PAT = 20%)	R\$ 134,64
C	Assistência médica e familiar	R\$ 62,40
D	Cesta Básica (- PAT = 20%)	R\$ 83,14
Total		R\$ 404,32

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 241,27
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 419,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 404,32
Total		R\$ 1.064,60

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	1,89
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,15
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	40,98
D	Aviso prévio trabalhado	22,91
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	8,13
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,33
Total		R\$ 74,38

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 98,41

B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$	3,19
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$	0,24
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	1,77
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	0,35
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total		R\$	103,96

Módulo 5 - Insumos Diversos.

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 44,73
B	Materiais de Consumo	R\$ 164,75
C	Materia de Média e Longa Duração	R\$ 189,54
D	Equipamentos	R\$ 440,18
E	Outros (especificar)	
Total		R\$ 839,20

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,75%	24,47
B	Lucro	1,00%	32,63
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	291,61
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	190,10
Total		27,09%	R\$ 538,81

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.180,96
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.064,60
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 74,38
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 103,96
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 839,20
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 3.263,11
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 538,81
Valor Total por Empregado		R\$ 3.801,92

## ANEXO IX - B

RELAÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE JARDIM

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportado, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do jardim no Anexo IX - A – 1) no Módulo 5 - Insumos Diversos - A - Uniforme e EPI, B- Material de Consumo Mensal, C - Materiais

A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL	
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00	6	R\$ 10,00
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00	6	R\$ 6,67
3	BONÉ	Bonê com aba e proteção traseira.	Unidade	1	R\$ 8,00	R\$ 8,00	6	R\$ 1,33
4	MEIAS	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	UNIDADE	3	R\$ 5,00	R\$ 15,00	7	R\$ 2,14
5	CAPA PARA CHUVA	Capa impermeável para chuva.	Unidade	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00	6	R\$ 2,00
6	BOTA	Botas de segurança em PVC cano longo.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
7	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
8	LUVA	Luvas de segurança com banho de látex natural sobre suporte têxtil 100% algodão, palma antiderrapante	Unidade	1	R\$ 5,50	R\$ 5,50	6	R\$ 0,92
9	LUVA	Luvas de segurança em borracha nitrílica, com revestimento interno; antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, comprimento mínimo de 45 cm e espessura mínima de 50 mm.	Unidade	1	R\$ 5,50	R\$ 5,50	6	R\$ 0,92
10	MASCARA	Máscara semi-facial PFF1 (Para poeiras).	Unidade	1	R\$ 3,50	R\$ 3,50	6	R\$ 0,58
11	MASCARA	Máscara com proteção antibacteriana.	Unidade	1	R\$ 5,00	R\$ 5,00	6	R\$ 0,83
12	OCULOS	Oculos de segurança com lentes incolores.	Unidade	1	R\$ 4,00	R\$ 4,00	6	R\$ 0,67
13	PERNEIRAS	Perneiras de proteção (Atividades com facão, foice e outros instrumentos cortantes).	Unidade	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00	6	R\$ 2,00
14	DETETOR AURICULAR	Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NEEsf maior que 15 db (operação dos equipamentos).	Unidade	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00	6	R\$ 2,50
15	PROTETOR FACIAL	Protetor Facial (operação com cortador de grama).	Unidade	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00	6	R\$ 2,50
Total do Custo mensal com Uniforme e EPI							R\$ 44,73	
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAL)							R\$ 44,73	

B - RELAÇÃO MENSAL DE MATERIAIS DE CONSUMO								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTL (MESES)	CUSTO MENSAL	
1	SACO PARA LIXO	Biodegradável, 08 MICRAS, capacidade 100 acondicionados em fardos com 100 peças. cor PRETA.	Fardos	15	R\$ 30,00	R\$ 450,00	1	R\$ 450,00
2	SACO PARA LIXO	Biodegradável, 08 MICRAS, capacidade 100 acondicionados em fardos com 100 peças. cor AZUL.	Fardos	5	R\$ 30,00	R\$ 150,00	1	R\$ 150,00
3	ADUBO QUÍMICO	NPK 10 10 10. (sacos com 25 Kg)	Unidades	5	R\$ 99,50	R\$ 497,50	1	R\$ 497,50
4	BARRO DE JARDIM	Barro preparado para jardim.	M³	10	R\$ 55,00	R\$ 550,00	1	R\$ 550,00
Total do Custo mensal com materiais							R\$ 1.647,50	
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 10 PROFISSIONAIS)							R\$ 164,75	

C- RELAÇÃO DE MATERIAIS DE MÉDIA DURAÇÃO								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDA DE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTL (MESES)	CUSTO MENSAL	
1	TELA	De Proteção em Nylon, para serem utilizadas como barreiras protetoras durante o funcionamento de roçadeiras laterais e cortadores de grama.	Metro	30	R\$ 20,00	R\$ 600,00	6	R\$ 100,00
2	MANGUEIRA	PVC flexível para jardim, na cor cristal, diâmetro 1/2", resistente à pressão de 6 bar, espessura da parede 2,00mm. (Valor Por Metro)	Metro	400	R\$ 12,00	R\$ 4.800,00	6	R\$ 800,00
3	ASPERSORES	De baixa vazão, com dispersores externos e pulverização à jato. Conector macho de 1/2". Jardim.	Unid.	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00	12	R\$ 208,33
4	EXTENSÕES ELÉTRICAS	2 cabos PP diâmetro de cada fio, sendo duas de 100m de comprimento e duas de 50m de comprimento, tomada triangular para ligar qualquer máquina doméstica, semiprofissional ou profissional de 220 volts.	Metro	300	R\$ 12,50	R\$ 3.750,00	12	R\$ 312,50
5	VASSOURA GARRA	Para uso externo, base de plástico reciclado reta, medidas aproximadas de comprimento x largura x altura 480cm x 4,5cm x 3,5cm), com cerdas de plástico reciclado, altura de 8cm, com 41 tufo fixados na base, cabo de madeira 1,50 m com 22mm de espessura.	Unid.	10	R\$ 18,83	R\$ 188,30	3	R\$ 62,77
6	ENXADA	Em aço carbono especial de alta qualidade, temperado e com pintura eletrolítica a pó na cor preta, com cabo longo em madeira resistente (1,50 m). Dimensões do alho 42 x 32 mm e da lâmina 170 x 202 mm.	Unid.	10	R\$ 19,93	R\$ 199,30	12	R\$ 16,61
7	VASSOURA REGULÁVEL	Para folhas, com 22 palhetas redondas em aço SAE 1070. Dimensões 445 x 374 mm e cabo em madeira revestido com plástico (1,20 m).	Unid.	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00	6	R\$ 20,83
8	PÁ QUADRADA	Material da Pá: aço. Material Cabo: madeira aparelhada Referência: m04.	Unid.	10	R\$ 22,00	R\$ 220,00	12	R\$ 18,33
9	SACHO	Caração em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrolítica a pó na cor laranja. Dimensões 267 x 95 mm e cabo em madeira resistente (43 cm).	Unid.	10	R\$ 15,00	R\$ 150,00	12	R\$ 12,50
10	FOICE RETA	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrolítica a pó na cor verniz. Diâmetro do olho 28 mm, dimensões 230x 75 mm e cabo em madeira resistente (50 cm).	Unid.	2	R\$ 30,00	R\$ 60,00	12	R\$ 5,00
11	SERROTE PODADOR	De galhos altos (serrote) com os requisitos mínimos: serrote e guilhotina em aço temperado; cabo telescópio metálico extensível de 1,5 até 3 metros com fio de nylon incluso.	Unid.	2	R\$ 96,25	R\$ 192,50	12	R\$ 16,04



12	ENXADECO	Forjado em aço carbono especial de alta qualidade; pintura eletrostática a pó, que tem uma melhor apresentação visual e maior proteção contra oxidação;Cabo de madeira de 150 cm.	Unid.	2	R\$ 45,00	R\$ 90,00	12	R\$ 7,50
13	CARRO DE MÃO	Com estrutura de sustentação e braços metálicos, caçamba funda, medindo 181x120x122 cm, em ferro galvanizado 14, e pneus com câmara de ar.	Unid.	10	R\$ 145,00	R\$ 1.450,00	12	R\$ 120,83
14	TESOURAS PARA JARDINAGEM	Lâmina em aço carbono, temperado, cabo produzido em nylon termoplástico. Comprimento total: 355,0mm. Comprimento da lâmina: 109,0 mm Altura: 105,0mm. Peso: 305 gramas.	Unid.	10	R\$ 29,00	R\$ 290,00	6	R\$ 48,33
15	TESOURÃO DE PODA	Dentes travados com precisão, cabo em madeira pau-marfim tratada de fácil empunhadura, 6 dentes por polegada, espessura da lâmina 0,9 mm , comprimento total da ponta do cabo até a ponta da lâmina - 442 mm, Comprimento total somente da lâmina - 302 mm.	Unid.	10	R\$ 55,00	R\$ 550,00	12	R\$ 45,83
16	LONA AUTOMOTIVA	Dimensão 3m x 2m, m PVC tipo lonil/vinilona dupla face, bainha em costura dupla.	Unid.	4	R\$ 150,00	R\$ 600,00	6	R\$ 100,00
Total do Custo mensal com materias de média e longa duração								R\$ 1.895,42
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 10 PROFISSIONAIS)								R\$ 189,54

D- RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDA DE	QUANTID ADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTL (MESES)	CUSTO MENSAL	
1	ROÇADEIRAS LATERAIS	Unid.	5	R\$ 1.250,00	R\$ 6.250,00	60	R\$ 104,17	
2	CORTADORES DE GRAMA	Unid.	5	R\$ 1.250,00	R\$ 6.250,00	60	R\$ 104,17	
3	APARADOR DE GRAMA ELÉTRICO	Unid.	5	R\$ 550,00	R\$ 2.750,00	60	R\$ 45,83	
4	CARRO INDUSTRIAL TIPO PLATAFORMA	Unid.	4	R\$ 750,00	R\$ 3.000,00	60	R\$ 50,00	
5	ESCALADA TESOURA	Unid.	4	R\$ 550,00	R\$ 2.200,00	60	R\$ 36,67	
6	CONTAINER DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	Unid.	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	60	R\$ 100,00	
8	BICICLETA CARGUEIRA	Unid.	2	R\$ 450,00	R\$ 900,00	60	R\$ 15,00	
9	COMBUSTIVEL	Litro	197	R\$ 6,00	R\$ 1.182,00	1	R\$ 1.182,00	
10	ÓLEO	Litro	13	R\$ 20,00	R\$ 260,00	1	R\$ 260,00	
11	MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	Unid.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 2.504,00	1	R\$ 2.504,00	
Total do Custo mensal com equipamentos								R\$ 4.401,83
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 10 PROFISSIONAIS)								R\$ 440,18

ANEXO V - C

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Tipo de Serviço		Valor Proposto por profissional	Quant. profissionais	Valor Proposto por Área (m²) ou Posto	Quant. de Área Total por Tipo de Serviço (m²) ou Posto	Valor Mensal por Tipo de Serviço
( A )		( B )	( C )	( D )	( E )	( F = D x E )
1	Serviços de Jardim - Encarregado	R\$ 3.531,94	1	R\$ 0,0118	103.329,423	R\$ 1.216,51
2	Serviços de Jardim - jardineiro	R\$ 3.801,92	10	R\$ 0,3802	103.329,423	R\$ 39.285,03
Valor Mensal dos Serviços 1+2						R\$ 40.501,54

Observações:	
1 - O Valor da coluna B é preenchida com os valores do Anexo V - A ( 1 a 2 ) de cada categoria.	
2 - A coluna D é preenchida com a transferência dos valores do subtotal do Anexo V - D.	
3 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço (coluna F) é obtido pela multiplicação do valor proposto por área (coluna D) pela quantidade de área por tipo de serviço (coluna E).	
4 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço é o somatório das linhas da coluna F.	
5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.	

**ANEXO V - D**  
**COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

**I - PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR METRO QUADRADO (m²)**

<b>A - ÁREAS AJARDINADAS</b>			
<b>MÃO-DE-OBRA</b>	<b>PRODUTIVIDADE</b>	<b>PREÇO HOMEM-MÊS</b>	<b>SUBTOTAL</b>
	<b>( 1 / m² )</b>	<b>( R\$ )</b>	<b>(R\$ / m² )</b>
	<b>( 1 )</b>	<b>( 2 )</b>	<b>(3 = 1 x 2)</b>
Encarregado	1 / (30** x 10000*)	3.531,94	0,0118
Jardineiro	1 / 10000*	3.801,92	0,3802
<b>TOTAL DA ÁREA AJARDINADA</b>			<b>0,3920</b>

**II - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

<b>TIPO DE ÁREA</b>	<b>PREÇO MENSAL UNITÁRIO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>SUBTOTAL</b>
	<b>(R\$ / m²)</b>	<b>( m² )</b>	<b>(R\$)</b>
Áreas Ajardinadas	0,3920	103.329,42	40.501,54
<b>TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS</b>			<b>40.501,54</b>

**Observação:** Os valores do subtotal de cada categoria ( encarregado, servente, operador e motorista) deverá ter quatro casa decimais.

**ANEXO IV**  
**MODELO DE PROPOSTA**

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL: RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA		CNPJ: 01.781.573/0001-62	
ENDEREÇO: SÃO CAETANO, 359 - CAMPO GRANDE - RECIFE		UF: PE	CEP: 52.031-070
TELEFONE: 81 2101-7111			
EMAIL: rpl@rpl.eng.br			

TIPO DE ÁREA/POSTO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇO MENSAL	PREÇO GLOBAL
<b>Posto de Operador de Máquina Agrícola</b>	Serviço de operação de Máquinas Agrícolas para apoio às rotinas dos itens 1 e 2 desta contratação, composto por 2 operadores de máquinas agrícolas em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas. Incluindo Trator, insumos, combustível e manutenção	12	R\$ 15.307,72	<b>R\$ 183.692,64</b>
<b>Posto de Motorista de Caminhão Caçamba</b>	Serviço de Transporte de resíduos por caminhão caçamba para apoio às rotinas dos itens 1 e 2 desta contratação, composto por 1 motorista com habilitação "D" em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas. Incluindo Caminhão, insumos, combustível e manutenção	12	R\$ 11.978,60	<b>R\$ 143.743,20</b>
<b>CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>				<b>R\$ 327.435,84</b>

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO
CCT'S CCT PE000963/2021 (OPERADOR DE MÁQUINAS - MOTORISTA)

QUANTIDADE DE PESSOAL	
Função	Quantidade
Operador de Maq. Agrícola CBO 6410-15	2
Motorista CBO 7825-10	1

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação
CONFORME PLANILHA DE INSUMOS ANEXO IV - B		

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Recife/PE, 16 de setembro de 2021.



**RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**  
**MIGUEL PORTE LIMA**  
Sócio Administrativo

## ANEXO IX - A - 1

Ajuste Diligência

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia 19/08/2021 às 10:00 horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	9/16/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000963/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida (m²)	Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)
Serviço de Operador de Máquinas Agrícolas para apoio ao serviço de limpeza de áreas Externas Abertas em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	Posto	2

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Operador de Máquina
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	6410-15
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.072,90
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Operador de Máquina
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	7/1/2021

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 2.072,90
B	Adicional de Insalubridade - Grau Médio ( 20% do salário Mínimo)	R\$ 220,00
C	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 2.292,90

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários.****Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 191,00
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 277,44
<b>Total</b>		<b>R\$ 468,44</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 458,58
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 57,32
C	SAT	1,68%	R\$ 38,52
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 34,39
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 22,93
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 13,76
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,59
H	FGTS	8,00%	R\$ 183,43
<b>Total</b>		<b>35,48%</b>	<b>R\$ 813,52</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 70,63
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 330,00
C	Auxílio Funeral	R\$ 10,00
D	Seguro de Vida	R\$ 10,00
<b>Total</b>		<b>R\$ 420,63</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 468,44
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 813,52
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 420,63
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.702,59</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	3,67
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,29
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	79,56
D	Aviso prévio trabalhado	44,48
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	15,78
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,63
<b>Total</b>		<b>R\$ 144,42</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 191,08
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 6,19
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,46
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 3,44
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,69
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 201,85</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 39,56
B	Equipamentos	R\$ 2.249,75
C	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ 2.289,31</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,30%	19,89
B	Lucro	0,50%	33,16
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	587,05
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	382,69
<b>Total</b>		<b>13,47%</b>	<b>R\$ 1.022,79</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.292,90
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.702,59
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 144,42
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 201,85
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 2.289,31
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>R\$ 6.631,07</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.022,79
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ 7.653,86</b>



7653,94

- 0,08

## ANEXO IX - A - 2

Ajuste Diligência

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo 23076.021840/2020-50
Licitação nº 13/2021
Dia 19/08/2021 às 10:00 horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	9/16/2021
B	Município/UF	Recife/PE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PE000963/2021
D	Nº de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)
Serviço de Transporte ( motorista com habilitação "D") para apoio ao limpeza de áreas Externas Abertas em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro hora.	Posto	1

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Motorista
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	7825-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.250,14
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Motorista
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	7/1/2021

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 2.250,14
B	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ 2.250,14

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários.****Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	R\$ 187,44
B	Férias e Adicional de Férias	R\$ 272,27
<b>Total</b>		<b>R\$ 459,70</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 450,03
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 56,25
C	SAT	1,68%	R\$ 37,80
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 33,75
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 22,50
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 13,50
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,50
H	FGTS	8,00%	R\$ 180,01
<b>Total</b>		<b>35,48%</b>	<b>R\$ 798,35</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 59,99
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 330,00
C	Auxílio Funeral	R\$ 10,00
D	Seguro de Vida	R\$ 10,00
<b>Total</b>		<b>R\$ 409,99</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 459,70
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 798,35
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 409,99
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.668,04</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	3,60
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,29
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	78,08
D	Aviso prévio trabalhado	43,65
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	15,49
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,62
<b>Total</b>		<b>R\$ 141,73</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$ 187,51
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	R\$ 6,08
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	R\$ 0,45
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$ 3,38
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$ 0,68
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$ -
<b>Total</b>		<b>R\$ 198,09</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 23,93
B	Equipamentos	R\$ 6.307,17
C	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ 6.331,10</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,30%	31,77
B	Lucro	0,50%	52,95
C	Tributos	12,67%	-
	C.1. Tributos Federais (especificar)	7,67%	937,46
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	367,33
<b>Total</b>		<b>13,47%</b>	<b>R\$ 1.389,50</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.250,14
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.668,04
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 141,73
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 198,09
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 6.331,10
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>R\$ 10.589,10</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	<b>R\$ 1.389,50</b>

Valor Total por Empregado	R\$	11.978,60
---------------------------	-----	-----------

R\$ 11.978,61

- 0,01

ANEXO VI - B - 1

RELAÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportado, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do operador de máquina ( Anexo VI - A 1) no Módulo 5 - Insumos Diversos - A - Uniforme e B - Equipamentos.

A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00	6	R\$ 10,00
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00	6	R\$ 6,67
3	BONE	Boné com aba e proteção traseira.	Unidade	1	R\$ 8,00	R\$ 8,00	6	R\$ 1,33
4	MEIA	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	UNIDADE	3	R\$ 5,00	R\$ 15,00	7	R\$ 2,14
5	CAPA PARA CHUVA	Capa impermeável para chuva.	Unidade	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00	6	R\$ 2,00
6	BOTA	Botas de segurança em PVC cano longo.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
7	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
8	PROTETOR AUDITIVO	Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NEEsf maior que 15 db.	Unidade	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00	6	R\$ 2,50
9	OCULOS DE SEGURANÇA	Óculos de segurança com lentes incolores.	Unidade	1	R\$ 4,00	R\$ 4,00	6	R\$ 0,67
10	LUVA	Luvas de Vaqueta.	Unidade	1	R\$ 12,00	R\$ 12,00	6	R\$ 2,00
11	MASCARA	Máscara semi-facial PFF1 (Para poeiras).	Unidade	1	R\$ 3,50	R\$ 3,50	6	R\$ 0,58
Total do Custo mensal com Uniforme e EPI								R\$ 39,56
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAL)								R\$ 39,56

B - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	TRATOR AGRICOLA	Potencia máxima: 55CV; Rotação máxima 2.400 rpm; Numero de Velocidades 9 x 3/ 12 x 4 com redutor; Engate de 3 pontos; direção hidrostática; tanque de combustível de 19,6L; comprimento: 4000 mm; largura máxima: 2050 mm; Altura 2510 mm, tração 4x4.	Unidade	1	R\$ 90.010,00	R\$ 90.010,00	60	R\$ 1.500,17
2	ROÇADEIRA PARA TRATOR	Nº de facas: 2; Largura de corte 1300mm; Comprimento do cardan 750mm; Peso aproximado: 400 Kg; altura do corte: 50 - 200 mm; RPM das facas 1038	Unidade	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	60	R\$ 333,33

2	TRATOR CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA 22 HP	Motor Briggs&Stratton: 22 hp - 724 cc - 4T, Capacidade cárter: 1,8 L, Transmissão: hidrostática automática, Facas: 2, Peso: 180 kg, Lubrificante: Óleo 5W30 Sintético, Combustível: Gasolina comum (s/ chumbo e aditivos). Cap. tanque combustível: 5,5 L. Regulagem altura de corte: 5 alturas: 3,0 cm a	Unidade	1	R\$ 21.000,00	R\$ 21.000,00	60	R\$ 350,00
3	COMBUSTIVEL	Custo de combustível para funcionamento durante a execução do serviços.	Litro	179	R\$ 5,00	R\$ 895,00	1	R\$ 895,00
4	MANUTENÇÃO DOS TRATORES	Custo com manutenção	Unid.	1	R\$ 1.421,00	R\$ 1.421,00	1	R\$ 1.421,00
Total do Custo mensal com Equipamentos								R\$ 4.499,50
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 02 PROFISSIONAIS)								R\$ 2.249,75

TRATOR CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA  
TRAPP LT4622 22HP



ANEXO VI - B - 2

RELAÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE (MOTORISTA )

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportado, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do jardineiro ( Anexo VI - B 1) no Módulo 5 - Insumos Diversos - A - Uniforme e B - Equipamentos.

A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00	6	R\$ 10,00
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00	6	R\$ 6,67
	MEIA	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2	R\$ 5,00	R\$ 10,00	7	R\$ 1,43
3	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1	R\$ 35,00	R\$ 35,00	6	R\$ 5,83
Total do Custo mensal com Uniforme e EPI								R\$ 23,93
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAIL)								R\$ 23,93

B - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMINHÃO	Caminhão caçamba; cor branca; potência 250 cv; protetor de cárter; transmissão com 6 marchas; ar condicionado; freios ABS; direção regulável; Equipado com carroceria basculante, com capacidade mínima de 12,0 m³; direção hidráulica. No máximo com 5 anos de uso.	Unidade	1	R\$ 236.830,00	R\$ 236.830,00	60	R\$ 3.947,17
2	COMBUSTIVEL	Custo de combustível para funcionamento durante a execução do serviços.	Litro	182	R\$ 5,00	R\$ 910,00	1	R\$ 910,00
3	MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO	Custo com manutenção	Unid.	1	R\$ 1.450,00	R\$ 1.450,00	1	R\$ 1.450,00
Total do Custo mensal com Equipamentos								R\$ 6.307,17
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAIL)								R\$ 6.307,17

ANEXO IV - C

IDENTIFICAÇÃO				
RAZÃO SOCIAL: RPL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA		CNPJ: 01.781.573/0001-62		
ENDEREÇO: SÃO CAETANO, 359 - CAMPO GRANDE - RECIFE			UF: PE	CEP: 52.031-070
TELEFONE: 81 2101-7111				
EMAIL: rpl@rpl.eng.br				
QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS				
ITEM	TIPO DE SERVIÇO	VALOR POSTO	QTD POSTO	VALOR MENSAL
1	Posto de Operador de Máquina Agrícola	R\$ 7.653,86	2	R\$ 15.307,72
2	Posto de Motorista de Caminhão Caçamba	R\$ 11.978,60	1	R\$ 11.978,6000
Valor Mensal dos Serviços				R\$ 27.286,3200

<b>Observações:</b>				
1 - O Valor da coluna B é preenchida com os valores do Anexo VI - A ( 1 a 2 ) de cada categoria.				
2 - A coluna C é preenchida com a transferência dos valores da quantidade de profissionais por posto Anexo VI - A ( 1 a 2 ) de cada categoria.				
3 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço (coluna D) é obtido pela multiplicação das colunas B e C.				
5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.				
5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.				



---

*Emitido em 17/09/2021*

**PROPOSTA COMERCIAL Nº 246/2021 - CL (12.69.10)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 17/09/2021 14:49 )*  
**SERGIO MARCELO ARAUJO BARROS DE OLIVEIRA**  
*PREGOEIRO*  
*1506561*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:  
**246**, ano: **2021**, tipo: **PROPOSTA COMERCIAL**, data de emissão: **17/09/2021** e o código de verificação:  
**5307398b35**

## **ANEXO II DO TERMO DE CONTRATO**

### **TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

PREGÃO Nº ...../20...  
(Processo Administrativo n.º 23076.021840/2020-50)

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de: **Limpeza e conservação de áreas externas abertas** do Campus Recife, exceto Hospital das Clínicas e prédios externos (Faculdade de Direito do Recife; Anexo I da Faculdade de Direito do Recife; Anexo II da Faculdade de Direito do Recife; Centro Cultural Benfica; Memorial de Medicina da UFPE e Núcleo de Tv e Rádio Universitária); e **Manutenção de áreas ajardinadas**, Campus Recife exceto Hospital das Clínicas; e **Motorista de Caminhão (habilitação D) e Máquinas Agrícolas**. A licitação será realizada na modalidade pregão eletrônico, pelo critério de julgamento menor preço global por grupo e adotará o regime de execução empreitada por preço global. Em todos os itens estão inclusas a mão de obra e respectivos insumos materiais de consumo, materiais de média e longa duração, equipamentos e veículos abastecidos necessários para a execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Grupo	Item	Serviço	CATSER	Unid	Qtd	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Global
1	1	Limpeza e Conservação de áreas externas abertas, mensal, com diversos postos e respectivas áreas, conforme descritivo constante no quadro do item 1.2	25194	unid	12	R\$ 388.451,72	R\$ 4.661.420,64
	2	Manutenção de áreas ajardinadas, mensal, com diversos postos e respectivas áreas, conforme descritivo constante no quadro do item 1.2	24325	unid	12	R\$ 66.455,63	R\$ 797.467,56
	3	Motorista de Caminhão (habilitação D) e Máquinas Agrícolas, mensal, com diversos postos, conforme descritivo constante do quadro do item 1.2	15008	Unid	12	R\$ 72.217,34	R\$ 866.608,08

Valor Total	R\$ 527.124,69	R\$ 6.325.496,28
-------------	-------------------	---------------------

1.2. O quantitativo de cada área que compõe os respectivos itens, com suas respectivas demandas/produzitividade pode ser observado no quadro descritivo abaixo:

Item	TIPO DE ÁREA/POSTO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE /MESES	QUANTD. M²	PREÇO UNIT./M²	PREÇO MENSAL	PREÇO GLOBAL
1a	Área Externa Sem Insalubridade	Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas não Insalubres num total de 577.903,27m², onde adota-se a área de 11.000 m² por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	577.903,27	R\$ 0,4232708	R\$ 244.609,61	R\$ 2.935.315,3200000
1b	Área Externa Com Insalubridade	Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas Insalubres num total de 225.000,00m², onde adota-se a área de 9.000 m² por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	225.000,00	R\$ 0,6392983	R\$ 143.842,11	R\$ 1.725.105,3200000

Item	TIPO DE ÁREA	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/MES ES	QUANTD. M²	PREÇO UNIT./M²	PREÇO MENSAL	PREÇO GLOBAL
2	Área Ajardinada	Serviço de jardinagem numa área de 103.329,423 m², com 10 (dez) Posto de Jardineiro em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	103329,423	R\$ 0,6431433	R\$ 66.455,63	R\$ 797.467,5600000

Item	TIPO DE ÁREA/POSTO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE /MESES	PREÇO MENSAL	PREÇO GLOBAL
3a	Posto de Operador de Máquina Agrícola	Serviço de operação de Máquinas Agrícolas para apoio às rotinas dos itens 1 e 2 desta contratação, composto por 2 operadores de máquinas agrícolas em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas. Incluindo Trator, insumos, combustível e manutenção	12	R\$ 44.218,44	R\$ 530.621,28
3b	Posto de Motorista de Caminhão Caçamba	Serviço de Transporte de resíduos por caminhão caçamba para apoio às rotinas dos itens 1 e 2 desta contratação, composto por 1 motorista com habilitação "D" em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas. Incluindo Caminhão, insumos, combustível e manutenção	12	R\$ 27.998,90	R\$ 335.986,80

1.3 Ressaltamos que para compor o quadro acima foram observados os limites mínimos e máximos relacionados no anexo VI-B, IN SEGES/MPDG nº 05/2017, a contratação anterior (Contrato 10/2014), o Estudo Técnico Preliminar, as informações relatadas no despacho nº 18734/2021 – DGA/SINFRA (documento 170 do processo 23076.021840/2020-50), o contrato nº30/2014, e o contrato nº02/2021.

1.4 Considerou-se também a discriminação dos tipos e frequências dos serviços (ANEXO XIV – Rotinas), bem como os quantitativos relativos a materiais, insumos, equipamentos e EPIs) necessários na prestação do serviço.

1.5 Estimativa de materiais de segurança, equipamentos e insumos foi realizada com base no levantamento da área demandante, incluídos itens pontuais, cuja falta foi observada pela gestão e fiscalização do contrato anterior bem como pelos colaboradores da empresa atualmente contratada, itens estes necessários e não previstos

anteriormente. Ressaltamos que todos os itens descritos, foram discutidos nas reuniões da equipe de planejamento da contratação.

1.6 Com relação aos encarregados, seguiu-se normativo do Anexo VI-B, item 4 da IN SLTI/MP nº 05, de 25 de maio de 2017, que determina adotar a relação de um encarregado para cada trinta serventes ou fração.

1.7 Com relação ao posto de operador de máquinas agrícolas, o quantitativo foi definido em função da análise das contratações anteriores, conforme descrito no item 09 do Estudo Técnico Preliminar. Já o posto de motorista foi definido em virtude da análise do contrato nº30/2014, de prestação de serviços de motorista com dedicação de mão de obra exclusiva, também citado no item 09 do ETP.

1.8 Índices de produtividade adotados para a contratação:

- 1.8.1 Áreas externas abertas sem insalubridade: adota-se a área de 11.000m<sup>2</sup> por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.
- 1.8.2 Áreas externas abertas com insalubridade: adota-se a área de 9.000m<sup>2</sup> por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.
- 1.8.3 Áreas externas de jardinagem: adota-se a área de 10.000m<sup>2</sup> por jardineiro, utilizando do valor médio entre os cargos de servente de limpeza com e sem insalubridade, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.
- 1.8.4 As referidas produtividades encontram respaldo nas informações produzidas no Estudo Técnico Preliminar bem como no despacho nº18734/2021 – DGA/SINFRA.

1.9 As áreas externas abertas da UFPE – Campus Joaquim Amazonas - Recife, solo natural (625.577,82m<sup>2</sup>) e áreas pavimentadas (177.325,45 m<sup>2</sup> de ruas e estacionamentos), perfazem uma metragem de 802.903,27m<sup>2</sup> (cujo somatório é obtido pela metragem de 577.903,27m<sup>2</sup> de área sem insalubridade e 225.000m<sup>2</sup> de área com insalubridade, conforme quadro descritivo no item 1.2), conforme detalhamento no Estudo Preliminar. Também detalhado no ETP e no despacho nº18734/2021 – DGA SINFRA encontra-se a metragem de 103.329,423m<sup>2</sup> para as áreas ajardinadas. Os serviços ora pleiteados serão prestados nos endereços abaixo relacionados:

1.9.1 Limpeza de áreas Externas Abertas e manutenção de áreas ajardinadas:

- 1.9.1.1 Campus Joaquim Amazonas, Recife: av. Professor Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife, PE (endereço da Reitoria). Coordenadas geográficas: <https://maps.google.com/?q=-8.051957,-34.947010>.
- 1.9.1.2 Antiga sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE: avenida Professor Moraes Rego, 634, Engenho do Meio, Recife, PE. Coordenadas geográficas: -8.048883, -34.944831.

1.9.2 Serviços de Manutenção de áreas ajardinadas também serão prestados nas unidades dos prédios abaixo listados:

- 1.9.2.1 Faculdade de Direito do Recife (prédio-sede): Praça Dr. Adolpho Cirne, s/n, Boa Vista, Recife, PE. Coordenadas geográficas: <https://maps.google.com/?q=-8.058344,-34.882469>.
- 1.9.2.2 Centro Cultural Benfica: Rua Benfica, 157, Madalena. Coordenadas geográficas: <https://maps.google.com/?q=-8.060549,-34.901592>.
- 1.9.2.3 Memorial de Medicina da UFPE: Rua Amaury de Medeiros, 206, Derby, Recife. Coordenadas geográficas: <https://maps.google.com/?q=-8.058335,-34.900196>.

1.9.3 Serviços de Motorista de Caminhão e Operador de Máquinas Agrícolas serão prestados nas áreas abaixo:

- 1.9.3.1 Campus Joaquim Amazonas, Recife: av. Professor Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife, PE (endereço da Reitoria). Coordenadas geográficas: <https://maps.google.com/?q=-8.051957,-34.947010>.
- 1.9.3.2 Antiga sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE: avenida Professor Moraes Rego, 634, Engenho do Meio, Recife, PE. Coordenadas geográficas: -8.048883, -34.944831.

1.10 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de limpeza e conservação de áreas externas, de manutenção de áreas ajardinadas e de motorista, sendo composto pelos seguintes códigos CATSER: 25194, 24325 e 15008.

1.11 A presente contratação adota o regime de execução empreitada por preço global.

1.12 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.13 Considerando o disposto na Instrução Normativa 05/2017, o objeto da licitação será a contratação de serviços por grupo único, devido à natureza do serviço, o mesmo não deve ser parcelado entre fornecedores distintos, pois o parcelamento poderá inviabilizar a execução contratual. Pretende-se realizar a referida contratação dos serviços em grupo único por valor global, pois entende-se que nesta formatação há ganho de eficiência na gestão das equipes de trabalho. Por muitas vezes o serviço de limpeza e conservação das áreas externas será realizado em paralelo ao serviço de manutenção das áreas ajardinadas, com a formação de equipes heterogêneas para acelerar as atividades e concluir as metragens propostas com êxito e economia de tempo. Além disso, a formatação em grupo único facilita a comunicação dos gestores e fiscais do futuro contrato com os prestadores do serviço, otimizando assim a execução do contrato, aproximando a gestão pública dos princípios da administração pública gerencial. Desse modo, entendemos que o parcelamento poderia inviabilizar a execução contratual, podendo vir a ocasionar além do baixo rendimento operacional, conflitos na execução dos serviços, ocasionando possíveis prejuízos à Administração.

## **2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.3 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados no tópico referente à Descrição das Necessidades, Análise de Contratações Anteriores e Estimativa das Quantidades a serem Contratadas, dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo III deste Termo de Referência.

2.4 A modalidade de pagamento da contratação em tela se dará pela metodologia do fato gerador, conforme previsão na Instrução Normativa 05/2017 do MPOG. A adoção da metodologia de pagamento pelo Fato Gerador traz em seu fluxo operacional maior celeridade e menos atividades nos subprocessos se compararmos com o fluxo operacional da Conta vinculada, além de termos apenas agentes da própria administração envolvidos na liberação dos pagamentos, não necessitando de Termo de Cooperação Técnica com instituição financeira para execução do processo de liberação dos pagamentos dos provisionamentos previstos.

## **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo III deste Termo de Referência, abrangendo a prestação dos serviços de Limpeza e Conservação de áreas externas abertas, áreas ajardinadas, operador de máquinas agrícolas e motorista, inclusa a mão de obra, materiais de consumos, materiais de média e longa duração, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios, veículos e equipamentos necessários à execução dos serviços.

## **4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 O objeto deste Termo de Referência se enquadra no conceito de serviço comum, por envolver técnica conhecida, dominada e disponível no mercado, com especificações usuais, padrões de desempenho e qualidade objetivamente aqui definidos, assim como estabelece o parágrafo único do art. 1º da lei 10.520, de 2002, bem como art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.



4.3A justificativa para o não parcelamento do objeto consta no item 11 do Estudo Preliminar que norteou a elaboração deste Termo de Referência.

4.4Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. Ainda para registro, foi realizada consulta à PROGEPE quanto à existência de servidores em cargos similares ao que se pretende nesta contratação, cuja resposta foi obtida no despacho nº 24941/2021 – DTICOM PROGEPE. No entendimento da Diretoria de Gestão Ambiental, exarado no despacho nº18734/2021 – DGA SINFRA, “o efetivo de serventes de limpeza do quadro da UFPE exerce serviço apenas em ambientes internos, não realizando quaisquer outros serviços de limpeza no âmbito de áreas externas.”

4.5A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.6Ademais, os serviços ora pleiteados podem ser utilizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da IN 05/2017 pois a contratada deve possibilitar a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos. De igual modo, tais serviços se caracterizam por modelo de execução contratual que exige, dentre outros requisitos, que os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços bem como exige que a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos, conforme a IN 05/2017.

4.7Trata-se também da contratação de serviços eminentemente acessórios e não ligados diretamente à atividade-fim da Universidade, conforme termos do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e como disposto no artigo 74 da IN 05/2017 e dos arts. 13 e 67 da Lei nº 8.666/93, não havendo nenhum impedimento legal.

## **5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Será celebrado Contrato de natureza continuada com a empresa vencedora da licitação; contrato este que terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93, em virtude da caracterização contínua e ininterrupta da demanda pelos serviços de limpeza em áreas externas abertas na UFPE, que não podem ser suspensos, sob pena de prejudicar o andamento das atividades fins da universidade.

5.2 Os termos inerentes à prestação de garantia pela Contratada serão aqueles previstos na Lei nº 8.666/93 e sistemática praticada na PROGEST/DLC.

5.3 O Laudo Técnico Pericial pela Secção de Saúde e Segurança do Trabalho da UFPE-SESST, está presente neste Termo de Referência em seu anexo VII.

5.4 A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato, uniformes (compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado), observando o disposto na legislação vigente, bem como equipamentos de segurança em quantidade e especificações condizentes com a atividade a ser desempenhada nesta UFPE, observando o disposto na legislação vigente, e em consonância aos padrões e laudos estabelecidos pelo Secção de Saúde e Segurança do Trabalho da UFPE-SESST, nos quais deverão se guiar todos os requisitos de segurança para operacionalização dos serviços objetos deste ETP, em conformação à legislação de segurança vigente.

5.5 Os indicadores de avaliação, mensuração de efetividade e medição finalística para pagamento da contratação serão realizados a partir do Instrumento de Medição de Resultados-IMR, conforme previsão na Instrução Normativa 05/2017 do MPOG. O respectivo IMR consta como anexo VIII deste Termo de Referência

5.6 O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

<b>Categoria Profissional</b>	<b>CBO</b>
Servente de Limpeza	5143-20
Jardineiro	6220-10
Encarregado	4101-05
Operador de Máquinas Agrícolas	6410-15
Motorista	7825-10

5.7 Visando atender aos preceitos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, a empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, em harmonia com o disposto no subitem 2.4.7 (Boas Práticas Sustentáveis para contratação de Serviços de Limpeza) do Caderno de Logística para Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação, versão 1.0, abril de 2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (disponível em: <[www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)> Gestor Público > Cadernos > Cadernos de Logística > Limpeza):

- 5.7.1 As máquinas que serão utilizadas para os serviços devem obedecer ao Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- 5.7.2 Observar, no que couber, Resoluções do CONAMA, quanto aos serviços objeto deste ETP;
- 5.7.3 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança (EPI e ECP) que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 5.7.4 Os profissionais envolvidos nos serviços objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA devem realizar um treinamento sobre as normas de segurança da UFPE, bem como quanto à redução de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 5.7.5 Causar menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 5.7.6 Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 5.7.7 Ter maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 5.7.8 Proporcionar maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local domiciliada na Região Metropolitana do Recife;
- 5.7.9 Usar barreiras de isolamento no local dos serviços, as quais devem ser reutilizáveis para não gerar resíduos com fitas descartáveis;
- 5.7.10 Os bens devam ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 5.7.11 As sobras dos produtos devem ser armazenadas com as embalagens lacradas para evitar o comprometimento da qualidade do produto, além de ficar sob condições ambientais favoráveis para que não ocorra deterioração;
- 5.7.12 As sobras de produtos devem ser utilizadas para outros serviços;

- 5.7.13 Os materiais que forem classificados como rejeito, por não terem viabilidade econômica e/ou tecnologia para reaproveitamento ou reciclagem, devem ser destinados para Aterros Sanitários, deve ser solicitada orientação a Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;
- 5.7.14 Os materiais recicláveis que forem recolhidos deverão ser encaminhados para a Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA que deverá destinar para uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, assim atendendo ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.
- 5.7.15 Não gerar ou usar resíduos tóxicos;
- 5.7.16 Não desperdiçar materiais;
- 5.7.17 Não fazer lançamento de resíduos ou poluição atmosférica sem o devido monitoramento da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;
- 5.7.18 Descartar o recurso renovável sob a orientação da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;
- 5.7.19 Minimizar a emissão de ruído dos equipamentos diversos que forem utilizados nos serviços;
- 5.7.20 Não fazer a impermeabilização do solo sem a devida autorização da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;
- 5.7.21 Não lançar fragmentos ou material particulado no ambiente;
- 5.7.22 Não fazer a queima de combustíveis não renováveis, exceto imprescindível para a execução dos serviços;
- 5.7.23 Quando o serviço for realizado em áreas de grande fluxo, causar o mínimo de transtorno aos transeuntes;
- 5.7.24 Evitar o risco de geração de faíscas em locais de dispersão de gás. Quando usar, evitar o vazamento de CFC.
- 5.7.25 Fornecer todos os equipamentos de proteção individual e coletiva para evitar a contaminação por vírus;

5.8 Visando a atender aos critérios de sustentabilidade estabelecidos exigidos para a contratação, a empresa CONTRATADA deverá atender ao Anexo II - Plano de Gestão Ambiental para Licitações de Limpeza – deste Termo de Referência

5.9 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

5.10 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas nos itens 12 e 13 deste TR.

## **6 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.**

- 6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, a qual será assinada pelo servidor responsável, conforme condições previstas no subitem 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017. O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, devendo realizar o agendamento prévio com a Diretoria de Gestão Ambiental – DGA da Superintendência de Infraestrutura – SINFRA das 8h às 12h e das 14h às 16h, em dias úteis, através do telefone: 81 21268076 ou do e-mail: [dga.sinfra@ufpe.br](mailto:dga.sinfra@ufpe.br);
- 6.2 Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, com documento de identidade civil e documento comprobatório expedido pela empresa para habilitá-lo para a realização da vistoria.
- 6.3 Deve-se evitar agendamento de vistoria para mais de um licitante em horários coincidentes, de modo a coibir quaisquer tramas de conluio favorecidas por negligência ou desídia administrativas. No entanto, em virtude da urgência para a conclusão do processo licitatório, não se deve vislumbrar prazo superior ao mínimo exigido pela legislação para a abertura do certame após a divulgação do mesmo.
- 6.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.5 Independentemente de ter realizado a vistoria, a empresa licitante deverá declarar formalmente que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **7.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

- 7.1.1 A descrição dos postos, as tarefas a serem desenvolvidas pelos profissionais alocados e as respectivas rotinas de execução estão detalhados no anexo XIV – Rotinas deste Termo de Referência.
- 7.1.2 A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira, e nos sábados de quatro horas. As escalas de horário de trabalho do efetivo devem atender as necessidades operacionais dos serviços, ou seja, distribuídas das 6h às 22h, não excedendo a carga horária semanal de 44 horas
- 7.1.3 Na gestão dos profissionais envolvidos nas atividades do objeto deste Termo de Referência, a CONTRATADA deve oferecer treinamento e capacitação, através de profissional habilitado, com o seguinte conteúdo, no mínimo:
- 7.1.3.1 Prevenção e Combate a princípio de incêndio;
  - 7.1.3.2 Diluição de produtos de limpeza;
  - 7.1.3.3 Posturas para uso dos equipamentos de limpeza;
  - 7.1.3.4 Redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução da geração de resíduos sólidos e coleta seletiva;
  - 7.1.3.5 Manuseio e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
  - 7.1.3.6 Nutrição e Saúde;
  - 7.1.3.7 Ética e bom comportamento no ambiente de trabalho;

- 7.1.3.8 Comprometimento e bom desempenho nas atividades a serem executadas;
- 7.1.3.9 Procedimentos e rotinas adequadas às necessidades da UFPE, incluindo limpeza e gestão de resíduos sólidos e;
- 7.1.3.10 Realizar treinamento da NR 35 para os funcionários que forem realizar limpeza acima de 2 metros de altura.
- 7.1.4 Considerando que dentre as edificações onde serão prestados os serviços, encontra-se o prédio-sede da Faculdade de Direito do Recife, tombado como monumento federal pelo Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o disposto na Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010, que dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, deve a contratada, em relação aos profissionais a serem alocados para prestação de serviços naquele edifício, incluir orientações visando ao trato com a edificação e os bens móveis históricos que são integrados à mesma (piso mosaico ladrilhado, piso em mármore, gradis, corrimões, mobiliário, quadros, esculturas, bustos, pedestais, ornatos etc.).
- 7.1.5 Os profissionais designados para a execução dos serviços deverão:
  - 7.1.5.1 Atender às exigências de assiduidade e pontualidade, de modo a não comprometer a periodicidade estabelecida para a execução dos serviços contratados;
  - 7.1.5.2 Participar de treinamento, capacitação e reciclagem oferecidos ao longo da execução contratual;
  - 7.1.5.3 Fazer uso dos uniformes e Equipamentos de Proteção Individual quando da execução dos serviços, disponibilizados pela empresa contratada em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência;
  - 7.1.5.4 Seguir as instruções contidas nas Fichas de Informação de Segurança dos Produtos Químicos aludidas no anexo VII - Laudo Técnico para Licitações – SESST nº 06/2020 deste Termo de Referência, prevenindo riscos ao meio ambiente, à saúde e à segurança, atentando-se para as recomendações quanto às formas de utilização dos produtos porventura utilizados quando da execução dos serviços;
  - 7.1.5.5 Evitar fazer uso de aparelho de comunicação (celular, tablete, smartphone, caixas de som portátil e similares, bem como outros porventura massificados ao longo da execução contratual) durante a execução dos serviços, visando a evitar acidentes e prejuízos à qualidade dos serviços. O uso de aparelho de comunicação será permitido aos profissionais durante o expediente laboral, para tratar de assuntos familiares urgentes;
  - 7.1.5.6 Evitar uso de drogas lícitas (como cigarro e bebidas alcóolicas) ou ilícitas nas dependências da UFPE, inclusive nos intervalos de repouso;
  - 7.1.5.7 Evitar danos de qualquer tipo ou natureza ao prédio-sede da Faculdade de Direito do Recife, inclusive aos bens que lhe são integrados (em relação aos profissionais ali alocados, inclusive aos que ali forem alocados temporariamente, por motivo de férias e/ou faltas dos permanentes). São consideradas ações danosas as elencadas pela Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010, as quais devem ser prevenidas mediante a coibição de: (i) produtos e equipamentos que acarretem desgaste de qualquer natureza (abrasão, riscos e/ou ranhuras, fissuras, manchas); (ii) práticas e ações que não primem pelo cuidado e zelo com os bens históricos;
  - 7.1.5.8 Evitar atender ordens de servidores da UFPE, sobretudo as alheias à execução dos serviços a serem contratados, devendo se reportar única e exclusivamente ao preposto da empresa contratada com a qual mantém vínculo empregatício;
  - 7.1.5.9 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da UFPE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato a ser firmado.
- 7.1.6 São direitos dos profissionais alocados à execução dos serviços:
  - 7.1.6.1 Executar estritamente os serviços inerentes à função para o qual foi contratado(a);
  - 7.1.6.2 Recebimento das obrigações trabalhistas devidas em função das atividades profissionais exercidas, em conformidade com a legislação pertinente;

7.1.6.3 A obtenção dos direitos exigidos pelas alíneas “e”, “f” e “g” do Anexo VII-B da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

7.1.7 O cumprimento dos deveres e disciplina exigidos constará das obrigações da CONTRATADA, item 13 deste Termo

7.1.8 O cronograma de realização dos serviços apresenta como tarefas significativas às descritas na tabela apresentada no anexo XIV – Rotinas deste Termo de Referência, as quais devem ser executadas na periodicidade ali elencadas.

7.2 O prazo para execução do objeto da contratação tem início a contar da assinatura do instrumento contratual.

7.3 Não serão admitidas subcontratação e/ou sub-rogação do objeto licitatório do contrato a ser firmado, nem a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio.

## **8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

8.1 A gestão e fiscalização do contrato será indicada por portaria.

8.2 A gestão contratual caberá a servidora Edgleicy Maria Silva de Lima, SIAPE: 2175397, telefone: (081) 2126-8076, e-mail: [ggfc.dga@ufpe.br](mailto:ggfc.dga@ufpe.br), lotada na Superintendência de Infraestrutura da UFPE, telefone: (81) 2126.8076; o qual será substituído, nas faltas e ausências, pelo servidor Luiz Carlos dos Prazeres Serpa Alfino, SIAPE 1134317, endereço eletrônico: [luiz.alfino@ufpe.br](mailto:luiz.alfino@ufpe.br), telefone: (81) 2126.8074.

8.3 As atribuições inerentes à fiscalização administrativa do contrato caberão a servidora Ana Paula de Araújo Souza, SIAPE 1733207, lotada na Superintendência de Infraestrutura da UFPE, telefone: (081) 2126.8694, e-mail: [ana.asouza@hotmail.com](mailto:ana.asouza@hotmail.com); a qual será substituída, nas faltas e ausências, pelo servidor Leonardo Carrera Campos Leal, SIAPE 3077813.

8.4 A fiscalização técnica do contrato caberá aos servidores: Antônio Pedro da Silva, SIAPE: 1133682, telefone: (081) 2126-8076, e-mail: [antoniosilvaufpe@gmail.com](mailto:antoniosilvaufpe@gmail.com) e Sebastião Soares de Oliveira, SIAPE 1133679, e-mail: [sebastiao Soarespcu@gmail.com](mailto:sebastiao Soarespcu@gmail.com), telefone: (081) 2126-8074 os quais serão substituídos, nas faltas e ausências, por Arlindo Gerônimo da Silva, SIAPE 1729154, e-mail: [arlindojeronimo47@gmail.com](mailto:arlindojeronimo47@gmail.com), telefone: 81 2126.8076, todos lotados na Superintendência de Infraestrutura da UFPE.

8.5 A fiscalização setorial caberá aos servidores indicados pelos diretores e/ou chefes de cada unidade organizacional, que também indicará seus substitutos para ausências eventuais.

8.6 A fiscalização setorial se reportará aos fiscais técnicos e estes ao gestor do Contrato.

8.7 A fiscalização setorial deverá entregar mensalmente aos fiscais técnicos relatório circunstanciado com pesquisa de satisfação dos serviços junto aos Centros, Departamentos, Órgãos Suplementares e demais setores de cada unidade organizacional. O modelo deste relatório será elaborado pela gestão e fiscalização do contrato e será disponibilizado aos respectivos fiscais no início da contratação e em no máximo 15 dias a partir da assinatura do contrato.

8.8 O público usuário a quem caberá a fiscalização a que se refere o inciso V do artigo 40 da IN SEGES/MP nº 05/2017, será o público acadêmico e administrativo demandante dos serviços, ao qual caberá responder questionário em formulário eletrônico, disponibilizado em link no sítio da Superintendência de Infraestrutura da UFPE, a ser concebido pela gestão contratual e pela mesma amplamente divulgado ao referido público.

8.9 Visando a evitar descon continuidades na execução dos serviços prestados, bem como atrasos na correção de eventuais falhas, as comunicações a serem estabelecidas entre a UFPE e a empresa contratada, por meio do preposto designado, dar-se-á preferencialmente por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (Artigo 44, § 2º, da IN SEGES/MP nº 05/2017).

8.10 Será adotada durante a vigência contratual, o Instrumento de Medição do Resultado (IMR), Anexo VIII deste Termo, ao qual se refere o subitem 8.11 deste Termo de Referência, contemplando 07 indicadores e respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela equipe gestora do contrato, visando a garantir a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

- 8.11 Os indicadores definidos refletem fatores que estão sob o controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato e são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços, quais sejam:
- 8.11.1 Uso dos EPI's e uniformes;
  - 8.11.2 Tempo de resposta às solicitações da contratante;
  - 8.11.3 Atraso no pagamento de salários e outros benefícios;
  - 8.11.4 Falta de materiais previstos em contrato;
  - 8.11.5 Reposição de pessoal urgente;
  - 8.11.6 Falta de equipamento de limpeza;
  - 8.11.7 Falta de limpeza.
- 8.12 A equipe gestora do contrato enviará à contratada o resultado da avaliação mensal dos indicadores até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para que a empresa prestadora dos serviços possa emitir a devida fatura mensal.
- 8.12.1 No primeiro mês do contrato o IMR terá caráter educativo, para adaptação da CONTRATADA ao instrumento, não tendo impacto financeiro nas adequações de pagamento.
- 8.13 A contratada deverá manter registro diário de frequência e desenvolver um programa de controle de qualidade visando a eliminar ou a minimizar as desconformidades porventura detectadas mensalmente ao longo da execução contratual.
- 8.14 Após o recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto nos artigos 49 e 50 da IN SEGES/MP nº 05, de 2017 e em conformidade com o anexo XI daquela Instrução Normativa, o gestor do contrato deve instruir o processo de pagamento com a Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços, encaminhando-os à Tesouraria do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF da UFPE, para pagamento, observadas as demais condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório.
- 8.15 O cumprimento das obrigações definidas para a fiscalização (técnica e administrativa) e para a gestão do contrato a ser firmado, constituir-se-á em procedimento de verificação do igual cumprimento da obrigação da contratada de manter, durante todo o período de execução do contrato, todas as condições de contratação atendidas pela mesma à época da assinatura contratual.
- 8.16 As sanções, glosas e condições para rescisão contratual, bem como as multas por atraso injustificado para início ou atraso durante a execução da prestação dos serviços, estão definidas no item 22 deste Termo de Referência

## **9 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na planilha de insumos constante das planilhas de custo e formação de preços, anexo ao edital, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2 O veículo e as máquinas agrícolas disponibilizados pela empresa para execução dos serviços poderão ser inspecionados pela fiscalização a qualquer tempo, sendo solicitados reparos ou a substituição, caso julgue necessário.

9.3 A CONTRATADA deverá providenciar logomarcas nas portas laterais dianteiras e na traseira, para a identificação da finalidade do veículo, aprovado pela UFPE, com os seguintes dizeres:

9.4 A logomarca a ser aplicada nos veículos e equipamentos deve ser em versão 2D, com os nomes e dizeres na forma vertical, preferencialmente na cor preto/padrão

9.5 As medidas limites para as logomarcas e dizeres são: 500mm x 400mm, podendo ser ajustadas conforme situações excepcionais.



9.6 É de responsabilidade da contratada manter os condutores com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, na categoria compatível com a tarefa que irão desempenhar, e constantemente atualizados.

9.7 Caso a contratante opte por manter os veículos necessários à prestação dos serviços nas dependências da contratada, em período integral, estes ficarão em local a ser definido pela fiscalização.

9.8 Os custos dos veículos e dos equipamentos, assim como impostos, seguros possíveis, taxas, manutenção e combustível são de responsabilidade da contratada e devem compor os custos dos serviços, observado os quantitativos previstos neste TR, no edital e seus anexos.

9.9 A contratada é responsável por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasione a pessoas ou a bens da contratante, sob sua responsabilidade ou não, ou ainda de terceiros, nas áreas de execução dos serviços contratados ou em decorrência de sua realização, para tanto, sugere-se providenciar apólice de seguro de seus veículos, com cobertura total contra danos pessoais, colisão, incêndio, roubo e terceiros, compreendendo cobertura em caso de perda parcial ou total do veículo.

9.10 A empresa deverá fornecer os EPI's necessários à perfeita execução dos serviços, conforme disposto no anexo VII – Laudo Técnico para Licitações – SESST nº06/2020;

9.11 Os insumos previstos na Planilha de Custos no Módulo 5 – Insumos diversos discriminados no Termo Contratual terão seus preços reajustados, quando das prorrogações contratuais, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE acumulado no período dos 12 (doze) meses anteriores à data da prorrogação (alínea “b” do item 7 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017).

## 10 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1 As áreas externas abertas da UFPE – Campus Joaquim Amazonas - Recife, solo natural e áreas pavimentadas (ruas e estacionamentos), perfazem uma metragem de 802.903,27m<sup>2</sup>; e as áreas ajardinadas totalizam 103.329,423m<sup>2</sup> conforme detalhamento no item 9 do Estudo Preliminar e na fundamentação apresentada pela Diretoria de Gestão Ambiental no despacho nº18734/2021 DGA SINFRA;



- 10.1.2 A limpeza de áreas externas e manutenção de áreas ajardinadas serão realizadas: Campus Joaquim Amazonas, Recife: av. Professor Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife, PE (endereço da Reitoria). Coordenadas geográficas: <https://maps.google.com/?q=-8.051957,-34.947010>; Antiga sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE: avenida Professor Moraes Rego, 634, Engenho do Meio, Recife, PE. Coordenadas geográficas: -8.048883, -34.944831
- 10.1.3 Os serviços de manutenção de áreas ajardinadas também serão prestados nas unidades dos seguintes prédios: Faculdade de Direito do Recife (prédio-sede): Praça Dr. Adolpho Cirne, s/n, Boa Vista, Recife, PE. Coordenadas geográficas: <https://maps.google.com/?q=-8.058344,-34.882469>; Centro Cultural Benfica: Rua Benfica, 157, Madalena. Coordenadas geográficas: <https://maps.google.com/?q=-8.060549,-34.901592>; Memorial de Medicina da UFPE: Rua Amaury de Medeiros, 206, Derby, Recife. Coordenadas geográficas: <https://maps.google.com/?q=-8.058335,-34.900196>.
- 10.1.4 Os serviços de motorista de caminhão e operador de máquinas agrícolas serão realizados em apoio aos serviços de limpeza de áreas externas e manutenção de áreas ajardinadas, dessa forma, podem ser executados nas respectivas áreas supracitadas.
- 10.1.5 Mais informações sobre a estrutura física-administrativa do campus Recife da UFPE: <[www.ufpe.br](http://www.ufpe.br)>.

## 11 UNIFORMES

- 11.1 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto neste item.
- 11.2 Os uniformes, com logomarca da empresa, e seus complementos deverão ser fornecidos pela contratada à mão de obra empregada no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após comunicação da UFPE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.
- 11.3 No caso da profissional gestante, os uniformes deverão ser adequados à estrutura corpórea da profissional, evitando-lhe desconfortos, devendo, por isso, serem substituídos sempre que estiverem apertados ou folgados em demasia.
- 11.4 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, condizentes com o clima da região Nordeste do Brasil e mais especificamente da Região Metropolitana do Recife, bem como com o local de exercício das atividades, e em tamanhos compatíveis com a altura e peso dos profissionais, apresentando como parâmetros mínimos:

Item	Quant	Unid	Especificação
01	2	unid	Calça
02	3	unid	Camisa
03	1	par	Bota de segurança impermeável
04	3	par	Meias
05	1	unid	Boné ou touca

- 11.5 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização técnica do contrato

## 12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

12.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

12.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7 É vedado à Administração ou aos seus servidores conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como, recesso, ponto facultativo, entre outros (Inciso VII do art. 5º da IN SEGES/MP n. 5/2017). Caso a administração opte pela redução/suspensão dos serviços prestados, deverá ser observado o desconto do auxílio alimentação e transporte, quando o empregado alocado não labora em dias de ponto facultativo ou de recesso, sem prejuízo da sua remuneração (Nota Técnica nº 66/2018 – Delog/Seges/MP).

12.8 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como: exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas; promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.9 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente: a concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido; recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade; pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.10 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

12.11 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.12 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

12.13 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

12.14 Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

12.15 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.16 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### **13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e na proposta.

13.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

13.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à UFPE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

13.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

13.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

13.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

13.9 Responsabilizar-se pela fiscalização e bom uso do uso dos uniformes e dos Equipamentos de Proteção Individual listados no anexo VII - Laudo Técnico para Licitações – SESST nº 06/2020, acatando as orientações da UFPE quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, apresentando ao Serviço de Engenharia de Segurança do Trabalho – SESST da UFPE, nos 3 (três) primeiros meses do início da execução dos serviços, o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO-NR7 e o Programa de Prevenção de Risco Ambiental – PPRA-NR9 nos termos da Lei nº 6.514/77, conforme o citado anexo, além das fichas de EPI's fornecidos aos profissionais e os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO).

13.10 A contratada, além de atender ao inciso V do artigo 6º da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, deverá oferecer treinamento, capacitação e reciclagem dos profissionais, preferencialmente em período de recesso acadêmico da UFPE, observada a indicação no anexo VII - Laudo Técnico para Licitações – SESST nº 06/2020 e na legislação pertinente, apresentando à gestão contratual cópia, pelo menos anualmente, cópia dos respectivos certificados.

13.11 Conforme o disposto no referido Laudo Técnico, a empresa contratada fica obrigada a estabelecer uma CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme requisitos da NR-05 e disponibilizar a documentação atualizada para o gestor do contrato;

13.12 Em caso de acidentes ou doenças ocupacionais devem ser emitidas CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho e 01 (uma) cópia deverá ser entregue ao SESST, no prazo de até 24h após o acidente;

13.13 É imprescindível a observação das recomendações previstas na Avaliação Preliminar de Riscos constante do anexo VII, devendo a Contratada emitir laudo técnico de insalubridade e periculosidade, conforme ali se exige, num prazo máximo de 03 (três) meses após o início da execução do contrato.

13.14 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, no prazo de até dez dias úteis, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

13.14.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.14.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

13.14.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

13.14.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.14.5 os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.15 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.16 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.17 Substituir, no prazo de 4 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

13.18 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.19 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.20 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores,

bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.21 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.22 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.23 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.24 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.25 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.25.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.25.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.25.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.26 Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

13.27 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.28 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.28.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.28.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas

- 13.29 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.30 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 13.31 Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.32 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.32.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 13.33 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.34 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.35 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 13.36 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.37 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.38 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.39 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.40 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 13.41 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 13.42 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 13.43 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

- 13.44 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.45 Entregar à fiscalização administrativa quando por esta solicitado, no prazo de 15 (quinze) dias corridos:
- 13.45.1 extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer profissional, a critério da fiscalização administrativa;
  - 13.45.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomadora a UFPE, constando o número de profissionais previsto em contrato;
  - 13.45.3 cópia dos contracheques dos profissionais relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia dos recibos de depósitos bancários;
  - 13.45.4 comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros que venham a ser exigidos por Lei), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer profissional;
  - 13.45.5 comprovantes de realização de cursos de treinamento e reciclagem exigidos neste Termo de Referência e dos que vierem a ser oferecidos aos profissionais por exigência legal.
  - 13.45.6 Instrução de Trabalho, conforme Anexo X, sempre que seus funcionários forem admitidos ou mudarem de localização dentro do Campus Recife
- 13.46 Apresentar mensalmente o anexo IX – Planilha de Controle de Terceirizados devidamente preenchida.
- 13.47 Entregar à fiscalização administrativa, quando da extinção ou rescisão do contrato a ser firmado, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, como condição para pagamento:
- 13.47.1 termos de rescisão dos contratos de trabalho dos profissionais prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria ou, conforme art. 64 da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
  - 13.47.2 guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - 13.47.3 extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada profissional dispensado; e
  - 13.47.4 exames médicos demissionais dos profissionais dispensados
- 13.48 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 13.49 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos (inclusive EPI e EPC) e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.49.1 Realizar treinamento dos profissionais envolvidos na execução do contrato sobre as normas de segurança da UFPE, bem como quanto à redução de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e, ainda, sobre o trato e zelo com o patrimônio histórico, considerando que um dos locais definidos para a prestação dos serviços é o prédio-sede da Faculdade de Direito do Recife, tombado como monumento histórico nacional;
  - 13.49.2 Usar barreiras de isolamento no local dos serviços, as quais devem ser reutilizáveis para não gerar resíduos com fitas descartáveis;

- 13.49.3 Os bens devam ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 13.49.4 As sobras dos produtos devem ser armazenadas com as embalagens lacradas para evitar o comprometimento da qualidade do produto, além de ficar sob condições ambientais favoráveis para que não ocorra deterioração. Essas sobras de produtos devem ser utilizadas para outros serviços;
- 13.49.5 Os materiais que forem classificados como rejeito, por não terem viabilidade econômica e/ou tecnologia para reaproveitamento ou reciclagem, devem ser destinados para Aterros Sanitários, conforme orientação da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;
- 13.49.6 Os materiais recicláveis que forem recolhidos deverão ser encaminhados à Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA que os destinará a uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, assim atendendo ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.
- 13.49.7 Não gerar ou usar resíduos tóxicos;
- 13.49.8 Não desperdiçar materiais;
- 13.49.9 Não fazer lançamento de resíduos ou poluição atmosférica sem o devido monitoramento da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;
- 13.49.10 Descartar o recurso renovável sob a orientação da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;
- 13.49.11 Minimizar a emissão de ruído dos equipamentos diversos que forem utilizados nos serviços;
- 13.49.12 Não fazer a impermeabilização do solo sem a devida autorização da Diretoria de Gestão Ambiental/SINFRA;
- 13.49.13 Não lançar fragmentos ou material particulado no ambiente;
- 13.49.14 Não fazer a queima de combustíveis não renováveis, exceto imprescindível para a execução dos serviços;
- 13.49.15 Quando o serviço for realizado em áreas de grande fluxo, causar o mínimo de transtorno aos transeuntes;
- 13.49.16 Não realizar a supressão ou poda da vegetação;
- 13.49.17 Evitar o risco de geração de faíscas em locais de dispersão de gás. Quando usar, evitar o vazamento de CFC
- 13.50 Em relação ao pessoal para a execução dos serviços, a empresa contratada responsabilizar-se-á por:
  - 13.50.1 cumprir e fazer cumprir todas as normas legais referentes à execução dos serviços e, em particular, à segurança do trabalho, de âmbito federal, estadual e municipal ou estabelecidas pela Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias;
  - 13.50.2 tomar as medidas necessárias ao atendimento de seu pessoal, acidentado ou acometido de mal súbito;
  - 13.50.3 manter seguro coletivo de vida contra riscos de acidentes de trabalho;
  - 13.50.4 realizar exame admissional e demissional, assim como a realização de exames periódicos de caráter preventivo;
  - 13.50.5 fornecer obrigatoriamente vale transporte e vale-alimentação aos seus empregados, envolvidos na prestação dos serviços, de acordo com a legislação vigente e Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias.
  - 13.50.6 cumprir todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, pagando os salários dos seus empregados através de depósito bancário, na



conta dos empregados, em agências situadas no município de Recife, como exige disposto no anexo VII-B, subitem 1.2, alínea “b”, da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.50.7 observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho

13.51 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **14 DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **16 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela UFPE para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e encaminhamento da documentação pertinente à Coordenação de Gestão de Contratos da Diretoria de Licitações e Contratos – DLC da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa – PROGEST para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, eventual aplicação de sanções, extinção contratual, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto

16.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, servidor indicado no subitem 8.2, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, servidores indicados subitens 8.3 e 8.4, respectivamente, e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos, dando suporte aos fiscais técnicos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

16.4 A Contratante deverá designar representantes para atuarem como fiscais setoriais.

16.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

- a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
  - a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
  - a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
- b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
  - b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
  - b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
  - b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
  - b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
  - c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
  - c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

- c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 16.9 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.
- 16.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB)
- 16.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 16.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 16.13 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 16.14 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:
- 16.14.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.14.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.14.3 Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.15 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.15.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.16 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.16.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.17 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.18 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VIII, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.19 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.20 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.21 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.22 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.23 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.24 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.25 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.26 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.27 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.28 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.29 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.30 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.31 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.31.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.31.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.31.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

16.32 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.33 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.34 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, a verificação da ajustada alocação de pessoal durante a execução dos serviços conforme definido pela gestão e fiscalização técnica do contrato, bem como o cumprimento das tarefas e suas rotinas estabelecidas no anexo XIV – Rotinas, deste Termo de Referência.

16.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII (DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA) da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

## **17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço,

com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório (IMR), que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório circunstanciado a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório circunstanciado que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), e comprovação de ocorrências do fato gerador.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **18. DO PAGAMENTO**

- 18.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 18.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.4.1 o prazo de validade;
- 18.4.2 a data da emissão;
- 18.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.4.4 o período de prestação dos serviços;
- 18.4.5 o valor a pagar; e
- 18.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.6.1 não produziu os resultados acordados;
- 18.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como



quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

18.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 19. DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

19.1 Adota-se o Pagamento pelo Fato Gerador, observados os seguintes procedimentos:

a) Serão objeto de pagamento mensal pela Administração à contratada o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo IV:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;
2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;

3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
  4. Submódulo 4.2: Substituto na Intra jornada;
  5. Módulo 5: Insumos; e
  6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.
- b) Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais à contratada, devendo ser pagos pela Administração à contratada somente na ocorrência do seu fato gerador;
- c) As verbas discriminadas na forma da alínea “b” acima somente serão liberadas nas seguintes condições:
- c.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
  - c.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
  - c.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;
  - c.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e
  - c.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

19.2 A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para a contratada das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas neste termo de referência e demais anexos do edital.

## **20 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REACTUAÇÃO/REAJUSTE)**

- 20.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 20.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 20.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 20.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
  - 20.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa transporte): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
  - 20.3.3 Para os custos dos insumos diversos (módulo 05 das planilhas de custo e formação de preços): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 20.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 20.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria

profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

- 20.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 20.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 20.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
  - 20.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa transporte);
  - 20.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos dos insumos diversos (Módulo 5 das Planilhas de Custos e Formação de Preços), adotando-se o Índice IPCA/IBGE;
- 20.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 20.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 20.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 20.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 20.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 20.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos diversos – Módulo 5 das Planilhas), a CONTRATADA demonstrará o respectivo aumento por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando-se a aplicação do índice de reajustamento, indicado no subitem 20.7.3 acima, mediante a aplicação da seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;
- Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 20.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença

correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

20.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

20.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

20.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.20 Justifica-se a adoção das regras do reajustamento de preços amplo (repactuação/reajuste) nesta licitação, por contemplar serviços de natureza contínua com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos diversos (Módulo 5 das Planilhas de Custos e Formação de Preços). As repactuações envolvendo materiais serão efetuadas com base no IPCA/IBGE, índice setorial oficial específico para os insumos diversos empregados na execução contratual, tais como: uniformes, materiais de consumo, materiais de média e longa duração, equipamentos e outros.

## **21. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

21.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

- 21.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 21.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 21.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 21.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 21.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 21.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 21.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 21.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 21.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 21.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 21.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 21.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 21.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 21.12 Será considerada extinta a garantia:
- 21.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 21.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 21.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 21.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.
- 21.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1 não executar totalmente ou parcialmente de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5 cometer fraude fiscal.

22.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2 **Multa de:**

22.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

22.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

- 22.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência
- 22.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



- 22.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **23 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

- 23.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 23.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 23.3.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público e/ou privado.
- 23.3.2 Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
- a) Gestão de mão de obra; e
  - b) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 23.3.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;
- 23.3.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 23.3.5 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;
- 23.3.6 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

- a) O licitante deverá comprovar, quanto aos quantitativos compatíveis, prestação de serviço relativo à gestão de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) postos de serviços, correspondente a 50% do total de 95 postos de serviços da contratação;
- b) Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017

**23.3.7** Declaração de que instalará escritório na Região Metropolitana do Recife, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório na Região Metropolitana do Recife, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

23.4 Durante toda a execução contratual, os serviços serão executados nos locais indicados no **item 10**, os quais, não obstante se tratem de edificações não próximas uma das outras, inclusive o campus Joaquim Amazonas em relação a suas unidades descentralizadas, serão as sedes habituais da prestação do serviço, não havendo, portanto, previsão de que ocorram em localidades distintas. Desse modo, não cabe estimar quantidade de deslocamentos, necessidade de hospedagem e respectivas despesas dos profissionais envolvidos.

23.5 Não será admitida a participação de:

- 23.5.1 empresa em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 23.5.2 empresa temporariamente suspensa de participar de licitação com a União, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, e com a UFPE, com fundamento no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93 ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, que ainda não tenham logrado reabilitação;
- 23.5.3 empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no inciso V do artigo 6º da Lei nº 8.666/1993;
- 23.5.4 empresa que não tenha sede no País;
- 23.5.5 cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela alínea "a" da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o MPT e a União, conforme anexo a constar do edital a ser elaborado.
- 23.5.6 quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/1993.
- 23.6 O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$ 6.325.496,28
- 23.7 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 23.8 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 24 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo de **R\$ 6.325.496,28 (seis milhões e trezentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos)** e preço mensal estimado de **R\$ 527.124,69 (quinhentos e vinte e sete mil cento e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos)**, cuja estimativa encontra-se justificada no item 10 do Estudo Técnico Preliminar.

24.2 Tal valor foi obtido a partir de pesquisa junto a fornecedores do ramo, conforme permite o inciso IV do artigo 2º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 20 de abril de 2017, atentando-se para a periodicidade máxima entre orçamentos exigida naquele inciso, optando-se pelo menor valor como metodologia para obtenção do preço referencial aqui definido, em conformidade com o § 2º do citado artigo. Destaca-se que as cotações obtidas junto aos fornecedores sofreram análise da equipe de contadores da Diretoria de Licitações e Contratos – PROGEST, cujo parecer determinou diligências junto aos fornecedores para ajustes. Após atualização das cotações, em virtude do parecer, os valores global máximo e mensal foram atualizados apenas neste Termo de Referência, sendo assim, o valor constante no item 10 e demais itens do Estudo Técnico Preliminar não contemplam essa atualização, tendo em vista terem sido realizados após sua elaboração. A legislação pertinente possibilita a alteração e ajustes apenas no Termo de Referência nessa fase do processo e assim foi feito.

## 25 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

25.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15233 / 153095

Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio;

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado de Pernambuco;

Natureza de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, de acordo com a LOA 2021 – Lei nº14.144, de 22/04/2021 (DOU de 23/04/2021).

As despesas que porventura ultrapassem o exercício em que ocorra a contratação, estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

Recife, 29/07/2021

Área demandante:

Manoel Heleno de Castro -SIAPE 1748801

Diretoria de Gestão Ambiental

Área Administrativa:

Daniela Lira Tavares -SIAPE 22085433  
Coordenação Administrativa e Financeira

**DESPACHO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA REF. AO PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 23076.021840/2020-50.**

Em atendimento ao recomendado pelo Tribunal de Contas da União, mediante *Acórdão nº 963/2011-2ª Câmara, item 9.2.1*, **DELIBERO** pela não aceitação de: **(i)** entidades empresariais reunidas em consórcio visando à participação no certame convocatório sob a justificativa de que o objeto convocado não apresenta grande vulto, nem alta complexidade técnica, não se maculando, portanto, a competitividade do certame; e **(ii)** sociedades cooperativas, considerando que os serviços a serem contratados implicam em tarefas que não são passíveis de execução com autonomia por cooperados, exigindo relação de subordinação e habitualidade.

Nos termos do *artigo 41, caput e § 2º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017*, **INDICO** os servidores elencados no item 8 deste TERMO DE REFERÊNCIA para exercerem as funções ali indicadas. Os servidores que substituirão os titulares, nas ocasiões previstas no *§ 1º do art. 42 da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017*, são os indicados acima para as respectivas funções, aos quais deverá ser dado ciência pelo setor demandante, responsável por sua indicação.

**DECLARO** que os dados da dotação orçamentária que atenderá as despesas oriundas da contratação almejada serão especificados em formulário específico, a ser expedido pela Diretoria de Orçamento – DORC da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN, devendo ser juntado ao processo administrativo a que se refere este Termo de Referência.

**DECLARO**, ainda, que as despesas que porventura ultrapassem o exercício em que ocorra a contratação, estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

Isto posto, nos termos do *artigo 9º do §1º do Decreto n. 5.450, de 2005*, **APROVO**, como ordenador de despesa, este Termo de Referência, indicando como elementos técnicos fundamentais que o apoiam e necessários a orientar a elaboração do instrumento convocatório e do Termo Contratual, os anexos a seguir elencados:

- ANEXO I – Área Física da UFPE – Campus Recife
- ANEXO II – Plano de Gestão Ambiental para Licitações de Limpeza;
- ANEXO III – Estudo Preliminar;
- ANEXO IV – Planilha de Custos e Formação de Preços Limpeza de Áreas Externas
- ANEXO V – Planilha de Custos e Formação de Preços Manutenção de Áreas Ajardinadas
- ANEXO VI - Planilha de Custos e Formação de Operador de Máquinas e Motorista
- ANEXO VII – Ordem de Serviço;
- ANEXO VIII - Laudo Técnico para Licitações – SESST nº 06/2020;
- ANEXO IX – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- ANEXO X – Planilha de Controle de Terceirizados;
- ANEXO XI – Instrução de Trabalho
- ANEXO XII – Modelo de Proposta
- ANEXO XIII – Declaração de Conhecimento do Objeto
- ANEXO XIV - Rotinas;

Recife, 29 de Julho de 2021.

REBECA CAMPOS CAVALCANTI  
SIAPE 2572519  
Superintendente de Infraestrutura

**AUTORIZO.**

ALFREDO MACEDO GOMES  
Reitor  
SIAPE 1171268



---

Emitido em 29/07/2021

**TERMO DE REFERENCIA Nº 37/2021 - CAF SINFRA (11.97.06)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 17:08 )*

**ALFREDO MACEDO GOMES**

*REITOR*

*1171268*

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 16:22 )*

**DANIELA LIRA TAVARES**

*COORDENADOR*

*2085433*

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 16:31 )*

**MANOEL HELENO DE CASTRO**

*DIRETOR*

*1748801*

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 16:24 )*

**REBECA CAMPOS CAVALCANTI**

*ASSESSOR*

*2572519*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **37**, ano: **2021**, tipo: **TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **29/07/2021** e o código de verificação: **4315a13479**

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
Área Física da UFPE – Campus Recife



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL

**PARECER/ESTIMATIVAS SOBRE ÁREAS EXTERNAS ABERTAS PARA PROCESSO LICITATÓRIO**

A Diretoria de Gestão Ambiental, no uso de suas atribuições institucionais, na qualidade de Unidade Demandante do processo licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Limpeza e conservação de áreas externas abertas** do Campus Recife, incluindo a SUDENE e, exceto Hospital das Clínicas e prédios externos (Faculdade de Direito do Recife; Anexo I da Faculdade de Direito do Recife; Anexo II da Faculdade de Direito do Recife; Centro Cultural Benfica; Memorial de Medicina da UFPE e Núcleo de Tv e Rádio Universitária) e **Áreas ajardinadas**, Campus Recife exceto Hospital das Clínicas, **inclusa a mão de obra e respectivos insumos (materiais de consumo, materiais de média e longa duração e equipamentos)**.

Vem por meio deste documento apresentar seu parecer sobre as áreas para a contratação dos respectivos serviços de limpeza, tendo como referência, a Planilha com áreas ajardinadas dos prédios localizados no Campus Joaquim Amazonas, informada pela CCBI -Coordenação de Cadastro de Bens Imóveis/SINFRA – Processo 23076.026061/2018-56 (fl.53), totalizando um montante de R\$ 856.810,45m<sup>2</sup>, mas que, após reavaliação das áreas a serem prestados os respectivos serviços, passou a ser de **802.903,27m<sup>2</sup>**, pela supressão de áreas internas abertas, que foram alocadas para a prestação dos serviços de limpeza, asseio e conservação predial (contrato de limpeza interna), para a efetivação de uma logística mais adequada na execução dos serviços e melhorias na qualidade dos serviços prestados com menos custos para a Administração.

Recife, 12 de novembro de 2020

Manoel Heleno de Castro  
Siape 1748801

Diretor da DGA/SINFRA

Luiz Carlos dos Prazeres Serpa Alfino  
Siape 1134317

Coordenador da CGFC/DGA/SINFRA

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL PARA LICITAÇÕES DE LIMPEZA**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL**



**PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL  
SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

O presente plano tem como objetivo, nortear a execução de atividades objeto dos contratos de limpeza e conservação, adequando-as às ações de gestão ambiental implantadas ou em vias de implantação na UFPE, através da Diretoria de Gestão Ambiental (DGA) da Superintendência de Infraestrutura (SINFRA).

**1. Resíduos Sólidos**

O gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos centros acadêmicos e administrativos que compõem a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), envolve diretamente as contratadas para execução de serviços de limpeza e conservação. O seu adequado manejo envolve atividades que compõem as rotinas dos serviços contratados, bem como a capacitação de pessoal envolvido.

As recomendações foram baseadas na Lei nº 12.305 (BRASIL, 2010), que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como o Decreto nº 5940 (BRASIL, 2006), que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) apresenta os procedimentos a serem adotados com o intuito de reduzir na fonte a sua geração, definir as etapas de coleta nas instalações da UFPE, encaminhamento dos resíduos para o armazenamento temporário, doação dos resíduos recicláveis para associações de catadores através de termo de compromisso e posterior encaminhamento para empresas de reciclagem, além de tratamento e destinação final adequada aos resíduos não recicláveis.

**2. Classificação dos Resíduos e Recomendações**

**2.1. Resíduos Não Recicláveis (Rejeitos).**

Os resíduos não recicláveis são os materiais que, por alguma limitação em sua composição ou pela dificuldade de processamento e/ou comercialização, não apresentam viabilidade para reciclagem. Os resíduos não recicláveis devem ser descartados em coletores



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL**

com símbolo indicativo de descarte de não recicláveis. Os coletores/lixeiros devem apresentar sacos na cor preta que facilitam a identificação do tipo de resíduos acondicionado.

A equipe de limpeza é responsável pelo abastecimento dos coletores de rejeitos com sacos pretos, coleta diária e armazenamento nos abrigos temporários, possibilitando a coleta externa.

**Recomendações para minimização da geração e controle do desperdício:**

- Utilizar materiais duráveis;
- Repensar hábitos de consumo evitando a geração desnecessária de resíduos sólidos;
- Evitar a utilização de embalagens ou produtos não recicláveis.

**2.2 . Resíduos Recicláveis.**

Os resíduos recicláveis são todos aqueles que tem a possibilidade de serem novamente inseridos nas cadeias produtivas através da sua comercialização com empresas recicladoras.

A equipe de limpeza é responsável pelo abastecimento dos coletores de resíduos recicláveis com sacos azuis, coleta diária e armazenamento nos abrigos temporários ou pontos de coleta, possibilitando a coleta externa.

**Papel e Papelão**

Os resíduos de papéis e papelões recicláveis devem ser depositados em coletores específicos distribuídos nas áreas externas, salas ou circulações dos centros acadêmicos e administrativos que compõem os Campi da UFPE. Os coletores para recicláveis devem ser abastecidos com sacos na cor azul para facilitar a identificação do tipo de resíduo acondicionado.

Será necessário promover a sensibilização quanto ao descarte correto de papéis e papelões, e o controle do desperdício.

Os resíduos de papel proveniente de documentos sigilosos podem ser encaminhados para coleta seletiva ou triturados caso haja disponibilidade de trituradores, sempre obedecendo orientação dos respectivos responsáveis.

Quanto aos papelões, quando não for possível serem colocados em coletores devem ser enviados para os abrigos temporários imediatamente após o descarte.

**Recomendações para minimização da geração e controle do desperdício:**

- Usar frente e verso nas impressões e cópias de documentos, imprimindo somente o necessário;
- Aproveitar os papéis para rascunho, reutilizando o verso das folhas. Os rascunhos com dados pessoais de funcionários devem ser triturados;

Av. Prof. Luiz Freire s/n Cidade Universitária - Recife – PE CEP: 50670-420

Fone: (81) 2126-8076 – e-mail: [dga.s.infra@ufpe.br](mailto:dga.s.infra@ufpe.br)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL**

- Dar preferência ao uso da comunicação eletrônica. Utilizar a intranet para comunicados internos.

#### **Plástico**

Os resíduos de plástico devem ser depositados em coletores específicos distribuídos nas áreas externas, salas ou circulações dos centros acadêmicos e administrativos que compõem os Campi da UFPE. Os coletores para recicláveis devem apresentar sacos na cor azul para facilitar a identificação do tipo de resíduo acondicionado.

Os plásticos não recicláveis podem ser descartados nos coletores que apresentarem a indicação de não recicláveis.

**Será necessário promover a sensibilização quanto ao descarte correto de plásticos e o controle do desperdício.**

#### **Recomendações para minimização da geração e controle do desperdício:**

- Estimular o uso de caneca ou garrafa individual, evitando a utilização de copos descartáveis.
- Usar copos e xícaras de vidro ou porcelana para servir água e café para os visitantes ou em reuniões;
- Caso seja inevitável o uso de copos descartáveis, o uso de informativos para adoção de somente um copo durante o dia pode ser uma alternativa para redução do consumo.

#### **Metal e Vidro**

Os resíduos de metal e vidro devem ser depositados em coletores específicos distribuídos nas áreas externas, salas ou circulações dos centros acadêmicos e administrativos que compõem os Campi da UFPE. Os coletores para recicláveis devem apresentar sacos na cor azul para facilitar a identificação do tipo de resíduo acondicionado.

Os **metais** não recicláveis podem ser descartados nos coletores que apresentarem a indicação de não recicláveis.

Os **vidros** devem ter manuseio cuidadoso, evitando acidentes.

**Vidraria contaminada** com produtos químicos ou material infectante deve ter descarte específico como resíduos químico ou infectante.

**Será necessário promover a sensibilização dos frequentadores dos Campi quanto ao descarte correto de metais e vidros, além do controle do desperdício.**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL**

### **2.3 Biomassa Residual**

A biomassa residual é constituída de resíduos vegetais provenientes das atividades de limpeza manual e mecânica de áreas externas ajardinadas ou não, além de poda e manutenção de jardins, como também de restos alimentares e óleo de fritura gerados nas unidades alimentares ou disponibilizados nos pontos de coleta dos Campi da UFPE.

Esses resíduos são recicláveis com possibilidade de utilização como matéria prima em pátios de compostagem e para geração de energia, biogás ou biodiesel. Devem ser acondicionados em pontos de coleta específicos definidos nos Campi da UFPE, nas áreas comuns abertas ou próximo aos abrigos temporários dos centros acadêmicos e administrativos institucionais, disponibilizados para coleta diária ou programada.

A equipe de limpeza é responsável pelo transporte acondicionamento da biomassa, possibilitando a coleta externa.

**Será necessário promover a sensibilização dos funcionários das empresas contratadas quanto ao descarte correto da biomassa residual e controle do desperdício.**

### **2.4. Resíduos Perigosos**

Os resíduos perigosos são provenientes das atividades acadêmicas, laboratoriais e de pesquisa, além de administrativas da UFPE. Coletores específicos para cada tipo de resíduos perigosos gerado estão disponíveis nas instalações de seus Campi.

Resíduos perigosos gerados:

- Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) ou infectantes.
- Resíduos Químicos.
- Pilhas e Baterias.
- Lâmpadas Inservíveis.
- Medicamentos.
- Toners e cartuchos de impressora.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por meio da RDC 306/04, juntamente com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), através da lei 358/05, define como resíduos de serviços de saúde (RSS), todo aquele gerado por prestadores de assistência médica, odontológica, laboratorial, farmacêutica e instituições de ensino e pesquisa médica, relacionados tanto à população humana quanto veterinária que, possuindo potencial de risco, em função da presença de materiais biológicos, sejam capazes de causar infecção; produtos químicos perigosos (entre eles os farmacêuticos, devido alto grau de agentes mutagênicos e reativos, os tóxicos, corrosivos, inflamáveis, genotóxicos, os quimioterápicos entre outros); objetos perfuro-cortantes efetivos e potencialmente contaminados.

Av. Prof. Luiz Freire s/n Cidade Universitária - Recife – PE CEP: 50670-420

Fone: (81) 2126-8076 – e-mail: dga.s.infra@ufpe.br



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL**

A equipe de limpeza é responsável pelo abastecimento de coletores para resíduos infectantes, com sacos brancos leitosos, transporte e acondicionamento, em casas coletoras específicas, possibilitando a coleta externa.

Também será responsável pelo suporte operacional necessário à coleta dos demais tipos de resíduos perigosos gerados.

**Será necessário promover a sensibilização quanto ao descarte ambientalmente correto de resíduos perigosos.**

## **2.5 Resíduos Eletroeletrônicos e de Mobiliário.**

Os resíduos eletroeletrônicos e de mobiliário são constituídos de bens móveis inservíveis acumulados nas dependências da UFPE sem possibilidade de reutilização.

Após avaliados pela Diretoria de Gestão de bens e Serviços (DGBS) da PROGEST e declarados resíduos, deverão ser acondicionados e organizados em área específica de cada unidade administrativa ou acadêmica da UFPE, avaliados pela DGA/SINFRA e classificados como recicláveis ou não recicláveis (rejeitos).

A equipe de limpeza é responsável pela segregação orientada, possibilitando posterior coleta, transporte e destinação final adequadas de acordo com a sua classificação.

Será necessário treinamento para a equipe designada para tais serviços bem como a utilização constante de equipamentos de proteção individual ou coletiva.

## **3 Manejo dos Resíduos Gerados**

Na UFPE são gerados diversos tipos de resíduos que devem ser acondicionados, coletados, armazenados temporariamente, transportados e destinados adequadamente de acordo com a legislação vigente.

Todo manejo de resíduos sólidos, perigosos ou não, deve ser realizado com a utilização rigorosa de equipamentos de proteção individuais ou coletiva (EPIs ou EPCs), conforme laudo técnico de insalubridade para licitações, expedido pelo Serviço de Engenharia e Segurança no Trabalho (SEST).

Os procedimentos para acondicionamento, coleta, armazenamento temporário, transporte, tratamento e destinação final adequada dos resíduos gerados, definidos pela DGA, devem seguir as etapas descritas abaixo:

### **3.1. Acondicionamento**

O acondicionamento dos resíduos sólidos será efetuado em coletores compatíveis com o tipo e a quantidade de resíduos gerados e serve para preparar os resíduos para a coleta de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL**

forma adequada, além de minimizar o impacto visual e olfativo, evitar acidentes e a proliferação de vetores.

Resíduos eletroeletrônicos e de mobiliário, terão acondicionamento em área específica de cada unidade administrativa e acadêmica designada pelo seu responsável, para tal finalidade.

Para facilitar a separação dos resíduos e posterior encaminhamento dos mesmos para reciclagem/tratamento e destinação final, a DGA, com participação da Comissão de Coleta Seletiva, estabeleceu identificações diferentes, para materiais recicláveis, não recicláveis (rejeitos) e infectantes ou biológicos (resíduos perigosos):

- Coletores azuis revestidos com sacos azuis para resíduos recicláveis.
- Coletores cinza revestidos com sacos pretos para resíduos não recicláveis (rejeitos).
- Coletores marrons revestidos com sacos marrons para resíduos orgânicos gerados nas copas das unidades administrativas ou acadêmicas (biomassa residual).
- Pontos de coleta com identificação própria para biomassa residual de origem vegetal.
- Coletores brancos revestidos com sacos brancos leitosos dotados de identificação para resíduos infectantes.
- Coletores brancos revestidos com sacos brancos leitosos, identificados, para medicamentos vencidos ou que precisem de descarte.
- Coletores específicos identificados, para pilhas e baterias.
- Coletores específicos identificados, para toners e cartuchos de impressoras.
- Coletores específicos para lâmpadas inservíveis, na cor laranja, devidamente identificados.
- Pontos específicos em cada unidade geradora, de acondicionamento para coleta de resíduos eletroeletrônicos e de mobiliário.

### **3.2 Coleta**

A coleta consiste no recolhimento diário dos resíduos no ponto de acondicionamento e removidos, mediante transporte adequado, para abrigos temporários vinculados aos centros acadêmicos e administrativos da UFPE.

As coletas serão realizadas por uma equipe de serventes de limpeza, treinados e designados para tal função.

A coleta resíduos de serviços de saúde (RSS) ou infectantes, será realizada em carros coletores na cor branca, devidamente identificados.

A coleta dos resíduos recicláveis será realizada em carros coletores azuis dotados de identificação própria para coleta seletiva.

As coletas dos demais resíduos perigosos, eletroeletrônicos e de mobiliário, terão agendamento específico com os encarregados de cada setor e serão realizadas com o auxílio dos serventes de limpeza designados para tal função.

Av. Prof. Luiz Freire s/n Cidade Universitária - Recife – PE CEP: 50670-420

Fone: (81) 2126-8076 – e-mail: dga.s.infra@ufpe.br



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL**

Toda coleta de resíduos sólidos, perigosos ou não, deve ser realizado com a utilização rigorosa de equipamentos de proteção individuais ou coletiva (EPIs ou EPCs), conforme laudo técnico de insalubridade para licitações, expedido pelo Serviço de Engenharia e Segurança no Trabalho (SEST).

### **3.3 Armazenamento Temporário**

O armazenamento temporário é a contenção temporária dos resíduos em área específica com a finalidade de aguardar o transporte ou coleta externa.

Os centros acadêmicos e administrativos da UFPE, bem como as áreas externas, devem ser dotados de abrigos temporários ou pontos de armazenamento, adequados aos diversos tipos de resíduos gerados em suas atividades. Nos abrigos temporários os resíduos coletados na fase interna, aguardam a coleta externa e transporte.

Todos os encarregados e serventes de limpeza envolvidos, deverão ser informados e receber treinamento adequado a este procedimento.

### **3.4 Transporte**

O transporte dos resíduos armazenados nos abrigos temporários ou pontos de acondicionamento específicos, será realizado por veículos da Superintendência de Infraestrutura/UFPE, para ponto central de confinamento de resíduos.

### **3.5 Armazenamento e Destinação Final**

No ponto central de confinamento, os resíduos devem ser segregados por serventes de limpeza disponibilizados e treinados para tal finalidade e armazenados para aguardar coleta de destinação final ambientalmente adequada.

Os resíduos recicláveis serão coletados por Cooperativa de Catadores, previamente selecionadas por edital público conforme recomendações do Decreto nº 5.940/2006, conforme termo de compromisso firmado.

As cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis tem a catação como única fonte de renda e não possuem fins lucrativos. Devem possuir infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados e apresentar o sistema de rateio entre os associados e cooperados. Os resíduos recicláveis devem ter como destinação final as empresas recicladoras entrando novamente como matéria prima na cadeia produtiva.

A biomassa residual deverá ser disponibilizada no pátio de compostagem da UFPE, sendo utilizada como matéria prima para produção de composta (adubo) e no Galpão da BERSO, Biorrefinaria de Resíduos Sólidos Orgânicos, situado em terreno anexo ao Departamento de

Av. Prof. Luiz Freire s/n Cidade Universitária - Recife – PE CEP: 50670-420

Fone: (81) 2126-8076 – e-mail: [dga.s.infra@ufpe.br](mailto:dga.s.infra@ufpe.br)





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL**

Energia Nuclear para ser utilizada como matéria prima para geração de energia, biogás ou biodiesel.

Os resíduos não recicláveis devem ser armazenados em caçambas ou compactadores disponíveis para tal finalidade e posteriormente transportados para aterro sanitário, por veículos adequados, pertencentes a empresa especializada contratada.

Os resíduos Perigosos gerados são coletados e tem destinação final ambientalmente adequada através de contratação de empresas especializadas em tratamento e destinação final ou sistemas de logística reversa.

Todos os resíduos disponibilizados para destinação final devem ser pesados ou contados/registrados e ter os valores informados à Diretoria de Gestão Ambiental (DGA) da Superintendência de Infraestrutura (SINFRA), nas periodicidades abaixo definidas:

- Resíduos Recicláveis – Semanalmente.
- Resíduos não recicláveis (rejeitos) – Diariamente.
- Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) ou infectantes – Diariamente.
- Resíduos químicos – Em cada coleta agendada.
- Pilhas e baterias – Em cada coleta agendada.
- Lâmpadas Inservíveis – Contadas em cada coleta.
- Toners e cartuchos de impressora – Em cada coleta agendada.
- Biomassa residual (vegetal ou orgânica) – Diariamente.
- Óleo de fritura – Em cada coleta agendada.
- Eletroeletrônicos e de mobiliário – Em cada coleta agendada.

#### **4 Programa de Redução na Fonte**

Educação ambiental e sensibilização da comunidade universitária e funcionários das empresas contratadas são processos fundamentais para o sucesso da Gestão Ambiental institucional. O funcionamento correto de todo o planejamento depende dos atores envolvidos e cumprimento das responsabilidades assumidas.

Ações indispensáveis de responsabilidade da contratante:

- Divulgação do PGRS a todos os técnicos administrativos, professores, alunos e funcionários de empresas contratadas, através de programas de informação e educação ambiental;
- Treinamento contínuo para equipes envolvidas, terceirizadas ou não, no manejo dos resíduos sólidos gerados na UFPE;
- Construção ou recuperação das instalações de armazenamento temporário dos resíduos;
- Aquisição de equipamentos necessários para a gestão dos resíduos gerados nas atividades administrativas e acadêmicas da UFPE, recicláveis ou não recicláveis;
- Ações de educação ambiental e sensibilização sobre o manejo dos resíduos gerados, redução da geração e legislação ambiental;

Av. Prof. Luiz Freire s/n Cidade Universitária - Recife – PE CEP: 50670-420

Fone: (81) 2126-8076 – e-mail: dga.s.infra@ufpe.br





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL**

- Orientação no uso de equipamentos de proteção individuais ou coletivos (EPIs e EPCs) através do SEST/UFPE;
- Acompanhamento das ações de gestão ambiental e monitoramento constante dos indicadores referentes ao PGRS para identificação de pontos a serem melhorados, pela DGA/SINFRA

Como exemplo, podemos utilizar os indicadores abaixo:

- Minimização dos impactos ambientais;
- Conscientização e sensibilização em relação às questões ambientais;
- Redução do número de acidentes de trabalho no manejo dos resíduos sólidos;
- Redução dos custos de manejo dos resíduos sólidos;
- Aproveitamento para reciclagem de 100% dos resíduos recicláveis gerados, incluindo biomassa residual;
- Geração de renda com a Coleta Seletiva Solidária.
- Percentual de tratamento e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos perigosos gerados na UFPE.

**5. Responsabilidade da Contratada com relação a Gestão Ambiental**

É de responsabilidade da contratada, manter o estabelecido neste **Plano de Gestão Ambiental para serviços de limpeza e conservação, no tocante ao manejo dos resíduos gerados na UFPE e disponibilização de pessoal treinado para exercer tais atividades.**

ANEXO IV  
RESUMO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL:	CNPJ:		
ENDEREÇO:		UF	CEP
TELEFONE:	(    )		
EMAIL:			

TIPO DE ÁREA/POSTO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/M ESSES (A)	QUANTD. M² MENSAL (B)	PREÇO UNITÁRIO POR M² (C)	PREÇO MENSAL (D) (D= BxC)	PREÇO GLOBAL (E) (E= Ax D)
ÁREA EXTERNA ABERTA SEM INSALUBRIDADE	Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas não Insalubres num total de 577.903,27m², onde adota-se a área de 11.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	577.903,27	R\$ -	R\$ -	R\$ -
ÁREA EXTERNA ABERTA COM INSALUBRIDADE	Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas Insalubres num total de 225.000,00m², onde adota-se a área de 9.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	12	225.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CUSTOS DECORRENTES DA						-

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTIDADE DE PESSOAL	
Função	Quantidade
Servente de Limpeza - CBO 5143-20	78
Encarregado de Limpeza - CBO 4101-05	3

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação
CONFORME PLANILHA DE INSUMOS ANEXO IV - B		

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

## ANEXO IV - A - 1

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo
Licitação nº

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviço de Encarregado de Limpeza para fiscalizar a execução dos serviços, para atender ao campus Recife da UFPE, exceto o Hospital das Clínicas, correspondendo a uma área total de 802.903,27m² em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	1 encarregado para 30 serventes	3

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	4101-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ -

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: O Módulo 1 Letra B, caso considerem gratificação para o Encarregado deve ser o percentual máximo de 40,12% como gratificação sobre os salários dos serventes de limpeza

## MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total</b>			

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	

<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
--------------	------------	----------

#### Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

##### Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

#### Módulo 5 - Insumos Diversos.

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	R\$ -
B	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

#### Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

#### 2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.

<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor porempregado)</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>R\$ -</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ -</b>

## ANEXO IV - A - 2

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo
Licitação nº
Dia ____/____/____ às ____:____ horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida (m²)	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas não Insalubres num total de 577.903,27m², onde adota-se a área de 11.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	577.903,27	53

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Servente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Outros (especificar)	R\$ -
Total de Remuneração		R\$ -

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

## MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
-----	---	-------------

A	13º (Décimo Terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Materiais de Consumo	R\$ -
C	Materia de Média e Longa Duração	R\$ -
D	Equipamentos	R\$ -
E	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>R\$ -</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ -</b>



## ANEXO IV - A - 3

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

<b>Nº do Processo</b>
<b>Licitação nº</b>
Dia ____/____/____ às ____:____ horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

<b>A</b>	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
<b>B</b>	Município/UF	
<b>C</b>	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
<b>D</b>	<b>Nº de meses de execução contratual</b>	

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida (m²)	Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)
Serviço de Limpeza de Áreas Externas Abertas Insalubres num total de 225.000,00m², onde adota-se a área de 9.000 m2 por Servente de Limpeza, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	225.000,00	25

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
<b>1</b>	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	<b>Serviço de Limpeza</b>
<b>2</b>	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	<b>5143-20</b>
<b>3</b>	Salário Normativo da Categoria Profissional	
<b>4</b>	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	<b>Servente de Limpeza</b>
<b>5</b>	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário Base	
B	Adicional de Insalubridade - Grau Máximo ( 40% do salário Mínimo)	
C	Outros (especificar)	
<b>Total de Remuneração</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

## MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		R\$ -

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou Sesi	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			R\$ -

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros (especificar)	
Total		R\$ -

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		R\$ -

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	
Total		R\$ -

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Materiais de Consumo	R\$ -
C	Materia de Média e Longa Duração	R\$ -
D	Equipamentos	R\$ -
E	Outros (especificar)	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>R\$ -</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ -</b>

**ANEXO IV - B - 1**

**RELAÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA**

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportado, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do Servente de Limpeza sem Insalubridade, Servente de Limpeza Com Insalubridade ( Anexos IV - A - 1, IV - A - 2,) no Módulo 5 - Insumos Diversos - B- Material de Consumo Mensal; C - Materiais de Média e Longa Duração; D - Equipamentos

<b>A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI - ENCARREGADO</b>								
<b>ITEM</b>		<b>DESCRIÇÃO DO MATERIAL</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADES</b>	<b>VALOR DE MERCADO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>	<b>VIDA ÚTIL (MESES)</b>	<b>CUSTO MENSAL</b>
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3		R\$ -	6	R\$ -
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2		R\$ -	6	R\$ -
3	BONE	Boné com aba e proteção traseira.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
4	MEIAS	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	UNIDADE	3		R\$ -	6	R\$ -
5	CAPA PARA CHUVA	Capa impermeável para chuva.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
6	BOTA	Botas de segurança em PVC cano longo.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
7	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
8	LUVA	Luvas de segurança com banho de látex natural sobre suporte têxtil 100% algodão, palma antiderrapante corrugada reforçada, comprimento mínimo de 30 cm, espessura mínima de 1,80 na palma.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
9	LUVA	Luvas de segurança em borracha nitrílica, com revestimento interno; antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, comprimento mínimo de 45 cm e espessura mínima de 50 mm.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
10	MASCARA	Máscara semi-facial PFF1 (Para poeiras).	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
11	MASCARA	Máscara com proteção antibacteriana.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
12	OCULOS	Óculos de segurança com lentes incolores.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
13	PERNEIRAS	Perneiras de proteção (Atividades com facão, foice e outros instrumentos cortantes).	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
14	PROTETOR AURICULAR	Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NEEsf maior que 15 db (operação dos equipamentos).	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
15	PROTETOR FACIAL	Protetor Facial (operação com cortador de grama).	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
<b>Total do Custo mensal com Uniforme e EPI</b>								<b>R\$ -</b>
<b>CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL DE 01 PROFISSIONAL)</b>								<b>R\$ -</b>

<b>B - RELAÇÃO MENSAL DE MATERIAIS DE CONSUMO - SERVENTES DE LIMPEZA</b>								
<b>ITEM</b>		<b>DESCRIÇÃO DO MATERIAL</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADES</b>	<b>VALOR DE MERCADO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>	<b>VIDA ÚTIL (MESES)</b>	<b>CUSTO MENSAL</b>
1	SACO PARA LIXO	Biodegradável, 08 MICRAS, capacidade 100 l, acondicionados em fardos com 100 peças, cor PRETA.	Fardo	30		R\$ -	1	R\$ -
2	SACO PARA LIXO	Biodegradável, 08 MICRAS, capacidade 100 l, acondicionados em fardos com 100 peças, cor AZUL.	Fardo	30		R\$ -	1	R\$ -
3	CAL HIDRATADA	Selada pela ABPC- NBR 7175, tipo CH-I.	Kg	300		R\$ -	1	R\$ -

4	FITA ZEBRADA	Rolo na cor preto e amarelo, espessura entre 6,5 e 7,00cm de largura, com comprimento entre 180 e 200m.	Rolo	10		R\$ -	1	R\$ -
5	TINTA PARA DEMARCAÇÃO DE TRÁFEGO	Cor amarela - ALQUÍDICA.	Latão de 18l	6		R\$ -	1	R\$ -
6	TINTA PARA DEMARCAÇÃO DE TRÁFEGO	Cor branco - ALQUÍDICA.	Latão de 18l	3		R\$ -	1	R\$ -
7	THINNER	Com baixa emissão de VOC.	Galões de 5l	25		R\$ -	1	R\$ -
8	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor Amarelo (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações das NBR's 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	5		R\$ -	1	R\$ -
9	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor Azul (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações das NBR's 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	3		R\$ -	1	R\$ -
10	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor Cinza (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	5		R\$ -	1	R\$ -
11	TINTA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM	(acabamento fosco) - cor verde (PARA PISO) - Fabricada de acordo com as especificações das NBR's 11702; 15079:2011; 14942:2003.	Latão de 18l	3		R\$ -	1	R\$ -
Total do Custo mensal com materias								R\$ -
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 78 PROFISSIONAIS)								R\$ -

C - RELAÇÃO DE MATERIAIS DE MÉDIA E LONGA DURAÇÃO - SERVENTES DE LIMPEZA								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	ESTROVENG	Em aço carbono especial de alta qualidade, temperado e com pintura eletrostática a pó na cor preta, com cabo em madeira resistente. Diâmetro do olho 35 mm e dimensões 215 x 60 mm.	Unid.	18		R\$ -	12	R\$ -
2	ENXADA	Em aço carbono especial de alta qualidade, temperado e com pintura eletrostática a pó na cor preta, com cabo longo em madeira resistente (1,50 m). Dimensões do olho 42 x 32 mm e da lâmina 170 x 202 mm.	Unid.	36		R\$ -	12	R\$ -
3	VASSOURA REGULÁVEL	Para folhas, com 22 palhetas redondas em aço SAE 1070. Dimensões 445 x 374 mm e cabo em madeira revestido com plástico (1,20 m).	Unid.	60		R\$ -	3	R\$ -
4	PÁ QUADRADA	Material da Pá: aço. Material Cabo: madeira aparelhada. Referência: nº 04.	Unid.	36		R\$ -	12	R\$ -
5	FORCADO CURVO	(ganhão) Em aço carbono especial de alta resistência, pintura eletrostática a pó na cor preta, com 04 dentes redondos (diâmetro 5/16" e comprimento 40 cm) e cabo em madeira resistente (1,50 m).	Unid.	16		R\$ -	12	R\$ -
6	ANCINHO	(ciscador), em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor preta, com 12 dentes redondos. Diâmetro do olho 29 mm, dimensões 316 x 85 mm e espessura 4,75 mm. Cabo em madeira resistente (1,50 m).	Unid.	12		R\$ -	12	R\$ -
7	SACHO	- Coração em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor laranja. Dimensões 267 x 95 mm e cabo em madeira resistente (43 cm).	Unid.	25		R\$ -	12	R\$ -
8	FOICE RETA	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor verniz. Diâmetro do olho 28 mm, dimensões 230x 75 mm e cabo em madeira resistente (50 cm).	Unid.	6		R\$ -	12	R\$ -
9	FACÃO	Lâmina fabricada em aço temperado carbono, garantindo alta durabilidade; cabo fabricado em polipropileno, formato anatômico e prático. Lâmina em aço carbono 16" com fio liso. Peso:0,35 Kg. Dimensões (LxAxP):10,5 x 2,4 x 61 cm.	Unid.	5		R\$ -	12	R\$ -
10	MACHADO	Material: aço forjado, Peso: 2,0 kg (± 5%). Material Cabo: madeira aparelhada. Características Adicionais: parte metálica em pintura eletrostática na cor preta, cabo fixado com cunha.	Unid.	3		R\$ -	12	R\$ -
11	CAVADOR ARTICULADO	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor preta. Dimensões 272 x 112 mm e cabo em madeira resistente (1,20).	Unid.	8		R\$ -	12	R\$ -
12	CAVADEIRA RETA	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor verniz. Diâmetro do olho 350 mm, dimensões 363 x 106 mm e cabo em madeira resistente (1,20 m).	Unid.	8		R\$ -	12	R\$ -

13	CARRO DE MÃO	Com estrutura de sustentação e braços metálicos, caçamba funda, medindo 181x120x122 cm, em ferro galvanizado 14, e pneus com câmara de ar.	Unid.	30		R\$ -	12	R\$ -
14	LONA AUTOMOTIVA	Dimensão 3m x 2m, m PVC tipo lonil/vinilona dupla face, bainha em costura dupla.	Unid.	20		R\$ -	6	R\$ -
15	PODADOR	Para galhos altos (serrote) com os seguintes requisitos mínimos: serrote e guilhotina em aço temperado; cabo telescópio metálico extensível de 1,5 até 3 metros com fio de nylon incluso.	Unid.	6		R\$ -	12	R\$ -
16	PICARETA CHIBANCA	Duas pontas, uma de corte e outra de cava. Características Adicionais: com um lado horizontal e outro vertical, com cabo de madeira.	Unid.	6		R\$ -	12	R\$ -
17	PICARETA ALVIÃO	Com 02 (duas) pontas de corte. Características adicionais: um lado horizontal e outro vertical, com cabo de madeira.	Unid.	3		R\$ -	12	R\$ -
18	BROCHA PARA PINTURA	- Em fibra longa de sisal de coco tratada, com cabo de madeira, no tamanho de 30cm.	Unid.	60		R\$ -	3	R\$ -
19	ROLO DE LÃ	Para pintura 15 cm c/ cabo	Unid.	5		R\$ -	2	R\$ -
20	ROLO DE LÃ	Para pintura 23 cm c/ cabo	Unid.	5		R\$ -	2	R\$ -
21	TRINCHA	3".	Unid.	5		R\$ -	2	R\$ -
22	TRINCHA	4".	Unid.	5		R\$ -	2	R\$ -
23	CORDA	De seda com diâmetro de 3/4".	metro	100		R\$ -	12	R\$ -
24	BALDE	De polietileno de alta densidade, alça em aço galvanizado. Capacidade 10 litros.	Unid.	20		R\$ -	3	R\$ -
25	TELA	De Proteção em Nylon, para serem utilizadas como barreiras protetoras durante o funcionamento de roçadeiras laterais e cortadores de grama.	metro	90		R\$ -	6	R\$ -
26	EXTENSÃO ELÉTRICA	Cabo multipolar 4 vias - 6 mm²- tensão 1kV - isolamento pvc- com caixa de proteção com DR tetrapolar e tomadas industriais para uso externo - 30mA (32A) - 3P+T - 100m cada extensão.	unid.	2		R\$ -	12	R\$ -
27	VASSOURA GARI	Para uso externo, base de plástico reciclado reta, medidas aproximadas de comprimento x largura x altura (40cm x 4,5cm x 3,5cm), com cerdas de plástico reciclado, altura de 8cm, com 41 tufo fixados na base, cabo de madeira 1,50 m com 22mm de espessura.	Unid.	60		R\$ -	2	R\$ -
Total do Custo mensal com materias de média e longa duração								R\$ -
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 78 PROFISSIONAIS)								R\$ -

D - RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS							
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Unidade	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL

1	ROÇADEIRAS LATERAIS	Mecanismo Propulsor – Motor de 2 (dois) tempos monocilíndrico. Cilindradas – 35,2 cm³ a 39 cm³. Diâmetro do cilindro – 38 mm a 40 mm. Curso do Pistão – 31 mm. Potência – 1,7 kw a 2 kw. Número máximo de rotações – 12500 1/min. Número máximo de rotações na marcha lenta - 2800 1/min. Número máximo de rotações do eixo da transmissão (acionamento da ferramenta de corte) – 8930 1/min. Sistema de Ignição – Ignição magnética com módulo de ignição eletrônica (sem contato). Carburador – De diafragma multiposicionado com bomba de combustível incorporada. Capacidade do tanque de combustível – 580 cm³. Mistura do combustível – gasolina com óleo de dois tempos conforme recomendações dos fabricantes. Peso – 7,7 kg a 7,9 kg. Acessórios – Cabeçotes de corte para fio de nylon, lâmina de metal para capinação, Proteção com bainha e faca para ferramentas de corte, encosto para lâminas metálicas, cinta dupla para ombro e óculos de proteção. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, óleo de dois tempos, fio de nylon, lâminas de corte, manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada.	Unid.	30		R\$ -	60	R\$ -
2	CORTADORES DE GRAMA	Motor – A gasolina de 4 (quatro) tempos, com potência de 5,0 HP. Sistema de partida e aceleração – Manual. Cabo – Dobrável revestido em PVC flexível, altamente isolante. Rodas – Revestidas com pneus em PVC. Número de alturas de corte – 5 (cinco) Lâminas de corte – Em aço com tempera por indução de fio de corte. Inclinação máxima de trabalho – 15º. Consumo de gasolina – 1 l/hora Rotação por minuto – 3200. Tanque de combustível – 0,85 litros. Faixa de corte – 48 cm a 60cm. Sem recolhedor. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, lâminas de corte, manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada.	Unid.	10		R\$ -	60	R\$ -
3	CARRO INDUSTRIAL TIPO PLATAFORMA	Para transporte de resíduos. Plataforma metálica com 4 pneus com câmara de ar (dimensões 1,500mm x 800mm), acompanhado de acessório com estrutura metálica telada e porta basculante (1.500mm x 800mm – altura 1000mm). Pintura eletrostática na cor cinza. Personalizados com os dizeres: UFPE – SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.	Unid.	6		R\$ -	60	R\$ -
4	CARRO COLETOR COM PEDAL	Para coleta de resíduos infectantes. Em Polietileno de alta densidade, resistente a alto impacto e raios UV, rodas de borracha maciça, pedal em aço com pintura eletrostática – Capacidade 240 litros e dimensões de 730mm x 590mm e altura 1100mm, na cor branca. Personalizados com os dizeres: UFPE – SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.	Unid.	18		R\$ -	60	R\$ -
5	CARRINHO GARI	Para coleta de resíduos provenientes de varrição, com estrutura e caçamba em aço com pintura eletrostática na cor cinza, capacidade 100 litros com divisão para lixo orgânico e inorgânico, e pneus com câmara de ar. Personalizados com os dizeres: UFPE – SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.	Unid.	20		R\$ -	60	R\$ -
6	CONE DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	Extraflexível, padrão NBR 15.071 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, dobrável totalmente ao meio, sem prejuízo do seu formato original. Cor laranja e resistente a intempéries, altura de 75 cm e peso mínimo de 3 KG. A base do cone deve ser composta por oito sapatas distribuídas uniformemente melhorando sua fixação ao solo e permitindo a passagem de água sob o mesmo, evitando deslocamentos involuntários. Deve possuir dois rebaixos que sirvam para evitar o desgaste provocado pelo atrito em tempo de empilhamento, e onde são colocados os anéis refletivos. Os anéis são retro-refletivos, microprismáticos, à base de PVC com forro plástico e refletividade mínima de 300 candelas/lux/m2, tendo cada anel 10 CM de altura com inscrição UFPE, na cor azul médio. Obs.: Na base do cone deverá vir gravado às inscrições: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA.. cor preta.	Unid.	30		R\$ -	60	R\$ -

[illegible]



## ANEXO IV - C

## QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço		Valor Proposto por profissional	Quant. profissionais	Valor Proposto por Área (m²) ou Posto	Quant. de Área Total por Tipo de Serviço (m²) ou Posto	Valor Mensal por Tipo de Serviço
( A )		( B )	( C )	( D )	( E )	( F = D x E )
1	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Externa Abertas sem Insalubridade - Encarregado	R\$ -	2	R\$ -	577.903,27	R\$ -
2	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Externa Abertas com Insalubridade Grau Máximo - Encarregado	R\$ -	1	R\$ -	225.000,00	R\$ -
3	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Externa Abertas sem Insalubridade - Servente de Limpeza	R\$ -	53	R\$ -	577.903,27	R\$ -
4	Serviços de Limpeza e Conservação - Área Externa Abertas com Insalubridade Grau Máximo - Servente de Limpeza	R\$ -	25	R\$ -	225.000,00	R\$ -
Valor Mensal dos Serviços						R\$ -

## Observações:

- 1 - O Valor da coluna B é preenchida com os valores do Anexo IV - A ( 1 a 3 ) de cada categoria.
- 2 - A coluna D é preenchida com a transferência dos valores do subtotal do Anexo IV - D.
- 3 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço (coluna F) é obtido pela multiplicação do valor proposto por área (coluna D) pela quantidade de área por tipo de serviço (coluna E).
- 4 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço é o somatório das linhas da coluna F.
- 5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.

ANEXO IV - D  
COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

I - PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR METRO QUADRADO (m²)

A - ÁREAS EXTERNAS ABERTAS SEM INSALUBRIDADE			
MÃO-DE-OBRA	PRODUTIVIDADE	PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	( 1 / m² )	( R\$ )	(R\$ / m² )
	( 1 )	( 2 )	(3 = 1 x 2)
Encarregado	1 / (30** x 11000*)	-	-
Servente de Limpeza	1 / 11000*	-	-
TOTAL DA ÁREA INTERNA SEM INSALUBRIDADE			-

B - ÁREAS EXTERNAS ABERTAS COM INSALUBRIDADE GRAU MÁXIMO			
MÃO-DE-OBRA	PRODUTIVIDADE	PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	( 1 / m² )	( R\$ )	(R\$ / m² )
	( 1 )	( 2 )	(3 = 1 x 2)
Encarregado	1 / (30** x 9000*)	-	-
Servente de Limpeza	1 / 9000*	-	-
TOTAL DA ÁREA INTERNA SEM INSALUBRIDADE			-

II - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS			
TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO	ÁREA	SUBTOTAL
	(R\$ / m²)	( m² )	(R\$)
Áreas Externas Abertas sem insalubridade	-	577.903,27	0,00
Áreas Externas Abertas com insalubridade	-	225.000,00	0,00
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS			-

Observação: Os valores do subtotal de cada categoria ( encarregado, servente, operador e motorista) deverá ter quatro casa decimais.

ANEXO V  
RESUMO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL:		CNPJ:	
ENDEREÇO:		UF	CEP
TELEFONE:		(    )	
EMAIL:			

TIPO DE ÁREA	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/M ESES (A)	QUANTD. M² MENSAL (B)	PREÇO UNITÁRIO POR M² (C )	PREÇO MENSAL (D) (D= BxC)	PREÇO GLOBAL (E) (E= Ax D)
AREA AJARDINADA	Serviço de jardinagem numa área de 103.329,423 m², com 10 (dez) Posto de jardineiro em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feiraa e aos sábados quatro horas.	12	103329,42	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL						R\$ -

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTIDADE DE PESSOAL	
Função	Quantidade
Jardineiro - CBO 6220-10	10
Encarregado - CBO 4101-05	1

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação
CONFORME PLANILHA DE INSUMOS ANEXO V - B		

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

## ANEXO V - A - 1

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo
Licitação nº

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar ( em função da unidade de medida)
Serviço de Encarregado para fiscalizar a execução dos serviços de áreas ajardinadas, para atender ao campus Recife da UFPE, exceto o Hospital das Clínicas, correspondendo a uma área total de 103.329,42 m² em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	1 encarregado para 30 serventes	1

**Nota 1:** Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Jardinagem
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	4101-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		R\$ -

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

**Nota 2:** O Módulo 1 Letra B, caso considerem gratificação para o Encarregado deve ser o percentual máximo de 40,12% como gratificação sobre os salários dos serventes de limpeza

## MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total</b>			

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	

F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor porempregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>R\$ -</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ -</b>

## ANEXO V - A - 2

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo
Licitação nº
Dia ____/____/____ às ____:____ horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviço de jardinagem numa área de 103.329,423 m <sup>2</sup> , com 10 (dez) jardineiros em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.	Posto	10

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Jardineiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	6220-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Jardineiro
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Outros (especificar)	R\$ -
Total de Remuneração		R\$ -

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

## MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.

## Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	

	<b>Total</b>	<b>R\$</b>	-
--	--------------	------------	---

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)



**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Materiais de Consumo	R\$ -
C	Materia de Média e Longa Duração	R\$ -
D	Equipamentos	R\$ -
E	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		<b>R\$ -</b>
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>R\$ -</b>

## ANEXO V - B

## RELAÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE JARDIM

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportado, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do jardineiro ( Anexo V - A -- 1 e 2) no **Módulo 5 - Insumos Diversos - A - Uniforme e EPI, B- Material de Consumo Mensal; C - Materiais de Média e Longa Duração; D - Equipamentos**

A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3		R\$ -	6	R\$ -
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2		R\$ -	6	R\$ -
3	BONE	Boné com aba e proteção traseira.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
4	MEIAS	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	UNIDADE	3		R\$ -	6	R\$ -
5	CAPA PARA CHUVA	Capa impermeável para chuva.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
6	BOTA	Botas de segurança em PVC cano longo.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
7	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
8	LUVA	Luvas de segurança com banho de látex natural sobre suporte têxtil 100% algodão, palma antiderrapante corrugada reforçada, comprimento mínimo de 30 cm, espessura mínima de 1,80 na palma.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
9	LUVA	Luvas de segurança em borracha nitrílica, com revestimento interno; antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, comprimento mínimo de 45 cm e espessura mínima de 50 mm.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
10	MASCARA	Máscara semi-facial PFF1 (Para poeiras).	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
11	MASCARA	Máscara com proteção antibacteriana.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
12	OCULOS	Óculos de segurança com lentes incolores.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
13	PERNEIRAS	Perneiras de proteção (Atividades com facão, foice e outros instrumentos cortantes).	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
14	PROTETOR AURICULAR	Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NEEsf maior que 15 db (operação dos equipamentos).	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
15	PROTETOR FACIAL	Protetor Facial (operação com cortador de grama).	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
Total do Custo mensal com Uniforme e EPI								R\$ -
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAL)								R\$ -

B - RELAÇÃO MENSAL DE MATERIAIS DE CONSUMO								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	SACO PARA LIXO	Biodegradável, 08 MICRAS, capacidade 100 l, acondicionados em fardos com 100 peças. cor PRETA.	Fardos	15		R\$ -	1	R\$ -

2	SACO PARA LIXO	Biodegradável, 08 MICRAS, capacidade 100 l, acondicionados em fardos com 100 peças. cor AZUL.	Fardos	5		R\$ -	1	R\$ -
3	ADUBO QUÍMICO	NPK 10 10 10. (sacos com 25 Kg)	Unidades	5		R\$ -	1	R\$ -
4	BARRO DE JARDIM	Barro preparado para jardim.	M³	10		R\$ -	1	R\$ -
Total do Custo mensal com materiais								R\$ -
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 10 PROFISSIONAIS)								R\$ -

C - RELAÇÃO DE MATERIAIS DE MÉDIA DURAÇÃO								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	TELA	De Proteção em Nylon, para serem utilizadas como barreiras protetoras durante o funcionamento de roçadeiras laterais e cortadores de grama.	Metro	30		R\$ -	6	R\$ -
2	MANGUEIRA	PVC flexível para jardim, na cor cristal, diâmetro ¾", resistente à pressão de 6 bar, espessura da parede 2,00mm. Rolos com 50 m.	Metro	400		R\$ -	6	R\$ -
3	ASPERSORES	De baixa vazão, com dispersores externos e pulverização a jato. Conector macho de ½". Jardim.	Unid.	100		R\$ -	12	R\$ -
4	EXTENSÕES ELÉTRICAS	2 cabos PP diâmetro de cada fio, sendo duas de 100m de comprimento e duas de 50m de comprimento, tomada triangular para ligar qualquer maquina domestica, semiprofissional ou profissional de 220 volts.	Metro	300		R\$ -	12	R\$ -
5	VASSOURA GARI	Para uso externo, base de plástico reciclado reta, medidas aproximadas de comprimento x largura x altura (40cm x 4,5cm x 3,5cm), com cerdas de plástico reciclado, altura de 8cm, com 41 tufo fixados na base, cabo de madeira 1,50 m com 22mm de espessura.	Unid.	10		R\$ -	3	R\$ -
6	ENXADA	Em aço carbono especial de alta qualidade, temperado e com pintura eletrostática a pó na cor preta, com cabo longo em madeira resistente (1,50 m). Dimensões do olho 42 x 32 mm e da lâmina 170 x 202 mm.	Unid.	10		R\$ -	12	R\$ -
7	VASSOURA REGULÁVEL	Para folhas, com 22 palhetas redondas em aço SAE 1070. Dimensões 445 x 374 mm e cabo em madeira revestido com plástico (1,20 m).	Unid.	10		R\$ -	6	R\$ -
8	PÁ QUADRADA	Material da Pá: aço. Material Cabo: madeira aparelhada. Referência: nº 04.	Unid.	10		R\$ -	12	R\$ -
9	SACHO	Coração em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor laranja. Dimensões 267 x 95 mm e cabo em madeira resistente (43 cm).	Unid.	10		R\$ -	12	R\$ -
10	FOICE RETA	Em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó na cor verniz. Diâmetro do olho 28 mm, dimensões 230x 75 mm e cabo em madeira resistente (50 cm).	Unid.	2		R\$ -	12	R\$ -
11	SERROTE PODADOR	De galhos altos (serrote) com os requisitos mínimos: serrote e guilhotina em aço temperado; cabo telescópico metálico extensível de 1,5 até 3 metros com fio de nylon incluso.	Unid.	2		R\$ -	12	R\$ -
12	ENXADECO	Forjado em aço carbono especial de alta qualidade; pintura eletrostática a pó, que tem uma melhor apresentação visual e maior proteção contra oxidação;Cabo de madeira de 150 cm.	Unid.	2		R\$ -	12	R\$ -
13	CARRO DE MÃO	Com estrutura de sustentação e braços metálicos, caçamba funda, medindo 181x120x122 cm, em ferro galvanizado 14, e pneus com câmara de ar.	Unid.	10		R\$ -	12	R\$ -
14	TESOURAS PARA JARDINAGEM	Lâmina em aço carbono, temperado, cabo produzido em nylon termoplástico. Comprimento total: 355,0mm. Comprimento da lâmina: 109,0 mm Altura: 105,0mm. Peso: 305 gramas.	Unid.	10		R\$ -	6	R\$ -
15	TESOURÃO DE PODA	Dentes travados com precisão, cabo em madeira pau-marfim tratada de fácil empunhadura, 6 dentes por polegada, espessura da lamina 0,9 mm , comprimento total da ponta do cabo até a ponta da lamina - 442 mm, Comprimento total somente da lamina - 302 mm.	Unid.	10		R\$ -	12	R\$ -

16	LONA AUTOMOTIVA	Dimensão 3m x 2m, m PVC tipo lonil/vinilona dupla face, bainha em costura dupla.	Unid.	4		R\$ -	6	R\$ -
Total do Custo mensal com materias de média e longa duração								R\$ -
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 10 PROFISSIONAIS)								R\$ -

D- RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	ROÇADEIRAS LATERAIS	Mecanismo Propulsor – Motor de 2 (dois) tempos monocilíndrico. Cilindradas – 35,2 cm³ a 39 cm³. Diâmetro do cilindro – 38 mm a 40 mm. Curso do Pistão – 31 mm. Potência – 1,7 kw a 2 kw. Número máximo de rotações – 12500 1/min. Número máximo de rotações na marcha lenta - 2800 1/min .Número máximo de rotações do eixo da transmissão (acionamento da ferramenta de corte) – 8930 1/min. Sistema de Ignição – Ignição magnética com módulo de ignição eletrônica (sem contato). Sistema de acionamento – Cordão de arranque com diâmetro de 3,0 x 850 mm. Medidas sem ferramentas de corte – 1850 mm Carburador – De diafragma multiposicionado com bomba de combustível incorporada. Capacidade do tanque de combustível – 580 cm³. Mistura do combustível – gasolina com óleo de dois tempos conforme recomendações dos fabricantes. Peso – 7,7 kg a 7,9 kg. Acessórios – Cabegotes de corte para fio de nylon, lâmina de metal para capinação, Proteção com bainha e faca para ferramentas de corte, encosto para lâminas metálicas, cinta dupla para ombro e óculos de proteção.OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, óleo de dois tempos, fio de nylon, lâminas de corte, manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada.	Unid.	5		R\$ -	60	R\$ -
2	CORTADORES DE GRAMA	Motor – A gasolina de 4 (quatro) tempos, com potência de 5,0 HP. Sistema de partida e aceleração – Manual. Cabo – Dobravel revestido em PVC flexível, altamente isolante. Rodas – Revestidas com pneus em PVC. Número de alturas de corte – 5 (cinco) Lâminas de corte – Em aço com tempera por indução de fio de corte. Inclinação máxima de trabalho – 15º. Consumo de gasolina – 1 l/hora Rotação por minuto – 3200. Tanque de combustível – 0,85 litros. Faixa de corte – 48 cm a 60cm. Sem recolhedor. OBSERVAÇÃO: O tempo de utilização dos equipamentos deve ser inferior a três anos e o custo com combustível, lâminas de corte, manutenções periódicas e eventuais recuperações, será por conta da contratada.	Unid.	5		R\$ -	60	R\$ -
3	APARADOR DE GRAMA ELÉTRICO	Recomendado para acabamento em jardins, borda de canteiros, rente a árvores, entre plantas e flores, calçadas, muros e demais obstáculos. Especificações: Motor Universal Monofásico, frequência 50/60 Hz, potência máxima 800 W, faixa de corte 25 cm, espessura do fio de nylon 1,8 mm. Também conhecido como máquina de canto.	Unid.	5		R\$ -	60	R\$ -
4	CARRO INDUSTRIAL TIPO PLATAFORMA	Para transporte de resíduos. Plataforma metálica com 4 pneus com câmara de ar (dimensões 1.500mm x 800mm), acompanhado de acessório com estrutura metálica telado (1.500mm x 800mm – altura 1000mm). Pintura eletrostática na cor cinza.	Unid.	4		R\$ -	60	R\$ -
5	ESCADA TESOURA	Degraus: 7 (6 degraus + Patamar) Altura fechada: 2,18m Altura quando aberta até plataforma: 1,56m Profundidade fechada: 0,11m Peso aprox.: 4,8 Kg, Carga máxima de 100 kg. Escada Tesoura com Duplo Acesso 1,95 Metros.	Unid.	4		R\$ -	60	R\$ -
6	CONTAINER DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	Piso antiderrapante, sem pontos de ferrugem, livre de infiltração ou vazamentos, com fechadura ou dispositivo para colocação de cadeado, com no mínimo as seguintes medidas: 6m de comprimento; 2,30m de largura e 2,40m de altura. Será usado para guarda dos materiais, ferramentas, utensílios e equipamentos da Contratada.	Unid.	1		R\$ -	60	R\$ -

8	BICICLETA CARGUEIRA	Usada para transporte para cargas leves até 80 kg. 2 Bagageiros reforçados na dianteira e na traseira. Aros aero nas duas rodas. Freios manuais a cabo Freio contra pedal. Roda 26 x 1,1/2 na traseira Roda 20 x 1,75 na dianteira. Suporte do guidão reforçado tipo bmx Selim anatômico. Será utilizada para o deslocamento dos encarregados.	Unid.	2		R\$ -	60	R\$ -
9	COMBUSTIVEL	Custo de combustível para equipamentos para funcionamento durante a execução do serviços.	Litros	197		R\$ -	1	R\$ -
10	ÓLEO	Custo com óleo para os equipamentos	Litros	13		R\$ -	1	R\$ -
11	MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	Custo com manutenção dos equipamentos	Unid.	1		R\$ -	1	R\$ -
Total do Custo mensal com equipamentos								R\$ -
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 10 PROFISSIONAIS)								R\$ -

## ANEXO V - C

## QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço		Valor Proposto por profissional	Quant. profissionais	Valor Proposto por Área (m²) ou Posto	Quant. de Área Total por Tipo de Serviço (m²) ou Posto	Valor Mensal por Tipo de Serviço
( A )		( B )	( C )	( D )	( E )	( F = D x E )
1	Serviços de Jardim - Encarregado	R\$ -	1	R\$ -	103.329,423	R\$ -
2	Serviços de Jardim - Jardineiro	R\$ -	10	R\$ -	103.329,423	R\$ -
Valor Mensal dos Serviços 1+2						R\$ -

## Observações:

- 1 - O Valor da coluna B é preenchida com os valores do Anexo V - A ( 1 a 2 ) de cada categoria.
- 2 - A coluna D é preenchida com a transferência dos valores do subtotal do Anexo V - D.
- 3 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço (coluna F) é obtido pela multiplicação do valor proposto por área (coluna D) pela quantidade de área por tipo de serviço (coluna E).
- 4 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço é o somatório das linhas da coluna F.
- 5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.

ANEXO V - D  
COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

I - PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR METRO QUADRADO (m²)

A - ÁREAS AJARDINADAS			
MÃO-DE-OBRA	PRODUTIVIDADE	PREÇO HOMEM-MÊS	SUBTOTAL
	( 1 / m² )	( R\$ )	(R\$ / m² )
	( 1 )	( 2 )	(3 = 1 x 2)
Encarregado	1 / (30** x 10000*)	-	-
Jardineiro	1 / 10000*	-	-
TOTAL DA ÁREA AJARDINADA			-

II - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO	ÁREA	SUBTOTAL
	(R\$ / m²)	( m² )	(R\$)
Áreas Ajardinadas	-	103.329,42	0,00
TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS			-

Observação: Os valores do subtotal de cada categoria ( encarregado, servente, operador e motorista) deverá ter quatro casa decimais.

ANEXO VI  
RESUMO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL:	CNPJ:		
ENDEREÇO:		UF	CEP
TELEFONE:	(    )		
EMAIL:			

TIPO DE ÁREA/POSTO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/M ESSES (A)	PREÇO MENSAL (B)	PREÇO GLOBAL (C) (C= AxB)
<b>Posto de Operador de Máquina Agrícola</b>	Serviço de operação de Máquinas Agrícolas para apoio às rotinas dos itens 1 e 2 desta contratação, composto por 2 operadores de máquinas agrícolas em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas. Incluindo Trator, insumos, combustível e manutenção	12	R\$ -	R\$ -
<b>Posto de Motorista de Caminhão Caçamba</b>	Serviço de Transporte de resíduos por caminhão caçamba para apoio às rotinas dos itens 1 e 2 desta contratação, composto por 1 motorista com habilitação "D" em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas. Incluindo Caminhão, insumos, combustível e manutenção	12	R\$ -	R\$ -
<b>CUSTOS DECORRENTES DA</b>				-

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTIDADE DE PESSOAL	
<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>
Operador de Maq. Agrícola CBO 6410-15	2
Motorista CBO 7825-10	1

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
<b>Material</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Especificação</b>
CONFORME PLANILHA DE INSUMOS ANEXO VI - B		

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES



## ANEXO VI - A - 1

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo
Licitação nº
Dia ____/____/____ às ____:____ horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviço de operação de Máquinas Agrícolas para apoio às rotinas dos itens 1 e 2 desta contratação, composto por 2 operadores de máquinas agrícolas em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas. Incluindo Trator, insumos, combustível e manutenção	Posto	2

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Operador de Máquina
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	6410-15
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Operador de Máquina
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
---	---------------------------	-------------

A	Salário Base	
B	Adicional de Insalubridade - Grau Médio ( 20% do salário Mínimo)	
C	Outros (especificar)	
<b>Total de Remuneração</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

## **MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.**

### **Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

### **Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou Sesi	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

### **Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Equipamentos	R\$ -
C	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
<b>Total</b>		<b>0,00%</b>	<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
	Subtotal (A + B +C+ D+E)	R\$ -
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
	Valor Total por Empregado	R\$ -

## ANEXO VI - A - 2

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº

## MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo
Licitação nº
Dia ____/____/____ às ____:____ horas

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

<b>A</b>	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
<b>B</b>	Município/UF	
<b>C</b>	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
<b>D</b>	Nº de meses de execução contratual	

## IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

TIPO DE SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Serviço de Transporte de resíduos por caminhão caçamba para apoio às rotinas dos itens 1 e 2 desta contratação, composto por 1 motorista com habilitação "D" em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas. Incluindo Caminhão, insumos, combustível e manutenção	Posto	1

**Nota 1:** esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

**Nota 2:** As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

## 1. MÓDULOS

## Mão de Obra.

## Mão de Obra vinculada à execução contratual.

Dados complementares para composição de custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Motorista
2	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	7825-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Motorista
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

**Nota 1:** Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

**Nota 2:** A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

## MÓDULO 1 : Composição da Remuneração.

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Outros (especificar)	

<b>Total de Remuneração</b>	<b>R\$</b>	<b>-</b>
-----------------------------	------------	----------

**Nota 1:** O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

## **MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário.**

### **Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e adicional de Férias.**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Nota 2:** O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

**Nota 3:** Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

### **Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
<b>Total</b>			<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2:** O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio e de 3% para risco grave.

**Nota 3:** Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

### **Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>R\$ -</b>

**Nota 1:** O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

**Nota 2:** Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios coletivos de trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

## **Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários.**

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		R\$ -

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	
Total		R\$ -

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente.**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura das Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura da Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
Total		R\$ -

**Módulo 5 - Insumos Diversos.**

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Equipamentos	R\$ -
C	Outros (especificar)	
Total		R\$ -

**Nota:** Valores mensais por empregado.

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.**

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total		0,00%	R\$ -

**Nota 1:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

**Nota 2:** O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO.**

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
--	---	-------------

A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	-
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	-
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$	-
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	-
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	-
<b>Subtotal (A + B +C+ D+E)</b>		R\$	-
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	-
<b>Valor Total por Empregado</b>		R\$	-



## ANEXO VI - B - 1

## RELAÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportado, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do operador de máquina ( Anexo VI - A 1) no Módulo 5 - Insumos Diversos - A - Uniforme e B - Equipamentos.

A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL	
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3		R\$ -	6	R\$ -
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2		R\$ -	6	R\$ -
3	BONÉ	Boné com aba e proteção traseira.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
4	MEIA	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	UNIDADE	3		R\$ -	6	R\$ -
5	CAPA PARA CHUVA	Capa impermeável para chuva.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
6	BOTA	Botas de segurança em PVC cano longo.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
7	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
8	PROTETOR AUDITIVO	Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NEEsf maior que 15 db.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
9	OCULOS DE SEGURANÇA	Oculos de segurança com lentes incolores.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
10	LUVA	Luvas de Vaqueta.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
11	MASCARA	Máscara semi-facial PFF1 (Para poeiras).	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
Total do Custo mensal com Uniforme e EPI								R\$ -
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAL)								R\$ -

B - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS								
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL	
1	TRATOR AGRÍCOLA	Potencia máxima: 55CV; Rotação máxima 2.400 rpm; Numero de Velocidades 9 x 3/ 12 x 4 com redutor; Engate de 3 pontos; direção hidrostática; tanque de combustível de 19,6L; comprimento: 4000 mm; largura máxima: 2050 mm; Altura 2510 mm, tração 4x4.	Unidade	1		R\$ -	60	R\$ -
2	ROÇADEIRA PARA TRATOR	Nº de facas: 2; Largura de corte 1300mm; Comprimento do cardan 750mm; Peso aproximado: 400 Kg; altura do corte: 50 - 200 mm; RPM das facas 1038	Unidade	1		R\$ -	60	R\$ -
2	TRATOR CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA 22 HP	Motor Briggs&Stratton: 22 hp - 724 cc - 4T, Capacidade cárter: 1,8 L, Transmissão: hidrostática automática, Facas: 2, Peso: 180 kg, Lubrificante: Óleo 5W30 Sintético, Combustível: Gasolina comum (s/ chumbo e aditivos), Cap. tanque combustível: 5,5 L, Regulagem altura de corte: 5 alturas: 3,0 cm a 9,5 cm, Pneus: Dianteiros: 15" x 6" - 6 NHS, Traseiros: 20" x 8" - 8 NHS, Medidas: (Comp. x Larg. x Alt.) 2 m x 1,15 m x 1,24 m	Unidade	1		R\$ -	60	R\$ -
3	COMBUSTIVEL	Custo de combustível para funcionamento durante a execução dos serviços.	Litros	179		R\$ -	1	R\$ -
4	MANUTENÇÃO DOS TRATORES	Custo MENSAL com manutenção	Mês	1		R\$ -	1	R\$ -
Total do Custo mensal com Equipamentos								R\$ -
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR 02 PROFISSIONAIS)								R\$ -

TRATOR CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA  
TRAPP LT4622 22HP

Os valores mensais, por empregado, encontrados nesta planilha devem ser transportado, obrigatoriamente, para os respectivos itens da Planilha de Custo e Formação de Preços do jardineiro ( Anexo VI - B 1) no Módulo 5 - Insumos Diversos - A - Uniforme e B - Equipamentos.

A - RELAÇÃO UNIFORME E EPI								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMISA COM MANGAS LONGAS	Camisa confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	3		R\$ -	6	R\$ -
2	CALÇA COMPRIDA	Calça confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2		R\$ -	6	R\$ -
3	MEIA	Meia confeccionada com tecido para as características do clima da Região Metropolitana do Recife.	Unidade	2		R\$ -	6	R\$ -
4	BOTA	Bota de segurança em couro.	Unidade	1		R\$ -	6	R\$ -
Total do Custo mensal com Uniforme e EPI								R\$ -
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAL )								R\$ -

B - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS								
ITEM		DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR TOTAL	VIDA ÚTIL (MESES)	CUSTO MENSAL
1	CAMINHÃO	Caminhão caçamba; cor branca; potência 250 cv; protetor de cárter; transmissão com 6 marchas; ar condicionado; freios ABS; direção regulável; Equipado com carroceria basculante, com capacidade mínima de 12,0 m³; direção hidráulica. No máximo com 5 anos de uso.	Unidade	1		R\$ -	60	R\$ -
2	COMBUSTIVEL	Custo de combustível para funcionamento durante a execução do serviços.	Litros	182		R\$ -	1	R\$ -
3	MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO	Custo Mensal com manutenção	Mês	1		R\$ -	1	R\$ -
Total do Custo mensal com Equipamentos								R\$ -
CUSTO MENSAL DOS MATERIAS DE CONSUMO POR PROFISSIONAL ( CUSTO MENSAL TOTAL DIVIDIDO POR PROFISSIONAL)								R\$ -

## ANEXO VI - C

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço		Valor Proposto por profissional	Quant. Profissionais	Valor Mensal por Tipo de Serviço
( A )		( B )	( C )	(D=B x C)
1	Posto de Operador de Máquina Agrícola	R\$ -	2	R\$ -
2	Posto de Motorista de Caminhão Caçamba	R\$ -	1	R\$ -
Valor Mensal dos Serviços				R\$ -

## Observações:

- 1 - O Valor da coluna B é preenchida com os valores do Anexo VI - A ( 1 a 2 ) de cada categoria.
- 2 - A coluna C é preenchida com a transferência dos valores da quantidade de profissionais por posto Anexo VI - A ( 1 a 2 ) de cada categoria.
- 3 - O Valor Mensal por Tipo de Serviço (coluna D) é obtido pela multiplicação das colunas B e C.
- 5 - O Valor da coluna D deverá ter quatro casas decimais.

**ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ORDEM DE SERVIÇO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2020**  
**PAPEL PERSONALIZADO DA UFPE**

**1**

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão:     /     /	Serviço:
Contrato nº:     /2020	Processo nº

**2**

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão social	CNPJ:
Endereço:	
Telefones: fixo:                      móvel (whatsApp):	E-mail:

**3**

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Nº	Serviço	Quantidade	Unidade de Medida

**4**

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS / REMUNERAÇÃO POR HORAS				
Nº Serviço (cf. qd. 3)	Metodologia*	Quantidade de horas	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
TOTAIS				

\*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017

**5**

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

**6**

DEMAIS DETALHAMENTOS

**7**

DATA OU PERÍODO PARA EXECUÇÃO

**8**

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

**9**

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Recife, ..... de ..... de 2020	Recife, ..... de ..... de 2020
Responsável pela solicitação do serviço	Responsável pela avaliação do serviço

**ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
Laudo Técnico para Licitações – SESST nº 06/2020



**LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº 006/2020**

Processo 23076.21840/2020-50

**EMPRESA**

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal de Pernambuco

ENDEREÇO: Avenida Prof. Moraes Rego, nº 1235 – Cidade Universitária – Recife/PE

CNPJ: 24.134.488/0001-08

LOCAL DA ATIVIDADE: Universidade Federal de Pernambuco – Campus Recife

**I. INTRODUÇÃO**

Por solicitação do Sr. Leonardo Carrera Campos Leal, Administrador, através do Despacho nº 33689/2020 – CAF/SINFRA, contendo informações sobre contratação de empresa para prestação de serviços continuados de **LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS EXTERNAS ABERTAS** do Campus Recife, exceto o Hospital das Clínicas, e prédios externos (Faculdade de Direito do Recife; Anexo I da Faculdade de Direito do Recife; Anexo II da Faculdade de Direito do Recife; Centro Cultural Benfica; Memorial de Medicina da UFPE e Núcleo de Tv e Rádio Universitária); e **MANUTENÇÃO DE ÁREAS AJARDINADAS**, Campus Recife exceto Hospital das Clínicas; foi elaborado o Laudo Técnico para Licitação nº 006/2020, em atendimento e conformidade com as normas de higiene, caracterização de riscos e identificação das atividades insalubres e/ou periculosidade nos termos do Capítulo V da CLT (Lei No. 6.514/77), Portaria Ministerial No. 3.214/78, Lei 8.666/93 e Decreto Federal 2.271/97, Instrução Normativa 5/2017 e suas alterações.

**II. PROFISSIONAIS A SER CONTRATADOS**

Conforme item 1.2 do Termo de Referência quadro de quantitativo de postos de trabalho:

CATEGORIA PROFISSIONAL	ÁREAS	QTDE.
1.1 Servente de Limpeza Áreas externas	Sem Insalubridade	53
	Lago e Riacho Cavouco	06
	Resíduos Diversos	19
1.2 Encarregados de Limpeza	Áreas externas	03
1.3 Operador de máquinas agrícolas	Áreas externas	02
1.4 Motorista (habilitação D)	Áreas externas	01
1.5 Jardineiro	Áreas Ajardinadas	10
1.6 Encarregado	Áreas Ajardinadas	01
<b>TOTAL</b>		<b>95</b>

**III. JORNADA DE TRABALHO**

Conforme item 7.1.2 do Termo de Referência:

Área	Jornada de Trabalho
Áreas externas abertas	Jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.
Áreas ajardinadas	Jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em turnos de oito horas, de segunda a sexta-feira e aos sábados quatro horas.

#### IV. RELAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS

As atividades a ser desenvolvidas pelos profissionais constam no Anexo V – Rotinas do Serviço.

#### V. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

De acordo com o artigo 192 da CLT, os trabalhadores enquadrados nas atividades insalubres fazem jus à percepção dos respectivos adicionais de insalubridade, desde que, no exercício de trabalho, se encontrem em condições de insalubridade.

Tomando como referência a NR-15 do MTE, são consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

- Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 11 e 12. Entende-se por "Limite de Tolerância", a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral;

- Nas atividades mencionadas nos Anexos 6, 13 e 14;

- Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes nos Anexos 7, 8, 9 e 10.

O exercício do trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a:

GRAU MÍNIMO: 10% (vinte por cento do salário mínimo regional)

GRAU MÉDIO: 20% (vinte por cento do salário mínimo regional)

GRAU MÁXIMO: 40% (vinte por cento do salário mínimo regional)

Ainda conforme a NR, a eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.

#### VI. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

Conforme a Norma Regulamentadora NR-16 – Atividades e operações perigosas do Ministério do Trabalho e Emprego, o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios/participação nos lucros da empresa. Vale ressaltar que, segundo a referida NR, o empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

#### VII. ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS – APR

Conforme atividades listadas no Anexo V – Rotinas do Serviço.

CARGO: 1.1 Servente de Limpeza - Ruas, Avenidas, Estacionamentos e Pátios (itens 01 a 10); Capinação (itens 34 a 38). Sem Insalubridade	Nº Expostos: 53
<p><b>Varrição</b> - Manual e mecânica, das áreas externas do campus Recife da UFPE, incluindo áreas ajardinadas, com separação dos resíduos em recicláveis orgânicos, recicláveis inorgânicos e rejeitos. (ex.: REICLÁVEIS ORGÂNICOS - Folhas, capim, sementes; REICLÁVEIS INORGÂNICOS - papel, plásticos etc.; REJEITOS: resíduos sem possibilidade de reaproveitamento.) A varrição deverá obedecer a critérios rígidos de frequência conforme o planejamento, para criar o hábito de colaboração na população, reduzindo a quantidade de detritos dispostos na via pública. Todos os resíduos ou detritos espalhados, não acondicionado em coletores ou sacos plásticos nas calçadas, sarjetas e canteiros, deverão ser removidos utilizando ferramentas adequadas, sendo o resultado acondicionado em coletores específicos ou carrinhos de coleta, quando for o caso.</p> <p><b>Remoção</b> - Total de areia e terra acumuladas nas linhas d'água e vias, bem como qualquer tipo de vegetação encontrada em calçadas, meios-fios e linhas d'água, das áreas externas do campus Recife, incluindo vias públicas, pátios e estacionamentos. Destinar a terra colhida para o local indicado pela fiscalização do contrato.</p> <p><b>Lavagem</b> - Utilizando lavadoras de alta pressão, de calçadas, pátios e acessos de edificações do campus Recife.</p> <p><b>Pintura</b> - Em meio fios, sinalização horizontal de tráfego, elementos demarcadores de estacionamentos e de acessibilidade, além de equipamentos urbanos diversos em todas as áreas do campus Recife.</p> <p><b>Eventos</b> - Apoio com serviços de limpeza e organização espacial em eventos institucionais da UFPE, incluindo instalação e retirada de material de divulgação.</p>	

**Coleta Seletiva Solidária** - Proceder à coleta seletiva de materiais recicláveis, nos termos da Instrução Normativa MARE n.º 06, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto 5.940/06.

**Coleta** - Em operação de limpeza ou varrição a coleta deverá ser efetuada no mínimo de tempo possível após encerrada a operação, para evitar o carreamento para a via pública, por ventos, animais ou mesmo vandalismo.

**Eventualmente** - Auxiliar a Comissão de Combate ao Abandono e Maus Tratos aos Animais da UFPE na instalação de gaiolas para capturar os animais abandonados para que a Comissão tome as medidas de castração e vacinação.

**Sanitização** - Realizar a pulverização dos ambientes de circulação com o Quaternário de Amônio de 5º Geração.

**Recomendação** - Os executores dos serviços acima descritos não poderão, em hipótese alguma, depositar resíduos das operações para dentro de caixas ou bocas de lobo.

**Gradil de Proteção e faixa de segurança** - Limpeza com retirada de vegetação do gradil de proteção do campus bem como área de circulação para segurança (L=1m), acompanhando o mesmo.

**Capinação** - Manual e mecânica das áreas não calçadas ou pavimentadas, seguida de varrição com ferramentas adequadas.

**Capinas de acabamento** - Efetuar pequenas capinas no itinerário, removendo vegetação nos contornos de sarjetas, caixas, árvores, postes e outros elementos por ventura encontrados.

**Coleta** - Os resíduos provenientes de capina (orgânicos vegetais), deverão ser recolhidos a cada jornada de trabalho evitando-se que sejam alvo de queimadas por terceiros, e dispostos em pontos de confinamento temporário estabelecidos pela fiscalização.

**Recomendação** - Remover antes das capinações mecânicas, em toda a área a ser capinada, materiais como pedras e ferragens, que possam provocar acidentes com funcionários ou transeuntes.

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos físicos: Ruído (capinação mecânica, Máquina de lavar de alta pressão) Radiações não ionizantes (ultravioletas/sol)	Proteção auditiva NNRsf > 15 dB Boné com capuz e uniforme com mangas compridas Óculos de segurança com lentes escuras
Riscos químicos: Tinta e Cal (pinta meio-fio, sinalizações horizontais) Quaternário de Amônio (pulverização dos ambientes de circulação) Poeiras vegetais (capinação mecânica)	Luvas de segurança nitrílica com palma antiderrapante, punho curto e espessura superior a 0,30mm Óculos de segurança Avental de PVC Máscara PFF1 em caso de poeiras intensas  Máscara facial completa com cartucho de gás K (amônia, verde). Filtro ABEKP Luvas de segurança tipo PVC Bota de segurança de PVC
Riscos de acidentes: Partículas volantes (capinação mecânica) Objetos cortantes Animais peçonhentos	Luvas de proteção a objetos cortantes Bota de segurança de couro Protetor facial Perneira

CARGO: 1.1 Servente de limpeza – Lago e Riacho Cavouco (itens 11 a 17)	Nº Expostos: 06
<p><b>Riacho Cavouco</b> - Limpeza constante do leito do riacho Cavouco (trecho dentro do campus Recife), com retirada total de entulhos e vegetação, incluindo suas margens. com separação dos resíduos em: recicláveis orgânicos, recicláveis inorgânicos e rejeitos. (ex.: REICLÁVEIS ORGÂNICOS - Folhas, capim, sementes; REICLÁVEIS INORGÂNICOS - papel, plásticos etc.; REJEITOS: resíduos sem possibilidade de reaproveitamento.)</p> <p><b>Riacho Cavouco</b> - Limpeza constante do leito do riacho Cavouco (trecho dentro do campus Recife), com retirada total de entulhos e vegetação, incluindo suas margens. com separação dos resíduos em: recicláveis orgânicos, recicláveis inorgânicos e rejeitos. (ex.: REICLÁVEIS ORGÂNICOS - Folhas, capim, sementes; REICLÁVEIS INORGÂNICOS - papel, plásticos etc.; REJEITOS: resíduos sem possibilidade de reaproveitamento.)</p> <p><b>Recomendação</b> - Os serviços de limpeza do Cavouco deverão ser efetuados em duas frentes de trabalho: Uma de roçagem das margens com equipamentos adequados, e outra no leito do riacho, removendo detritos e pequenas correções do curso d'água, utilizando ferramentas e equipamentos adequados, conforme o necessário. Todos os resíduos gerados devem ser removidos para ponto de coleta indicado pela fiscalização contratual.</p> <p><b>Bocas de lobo, sarjetas e caixas coletoras e de inspeção</b> - Limpeza incluindo remoção de resíduos sólidos de bocas de lobo, sarjetas e caixas coletoras e de inspeção da rede de drenagem do campus, bem como caixas de inspeção da rede de fibras óticas e assemelhadas, com separação dos resíduos em: recicláveis orgânicos, recicláveis inorgânicos e rejeitos. (ex.: REICLÁVEIS ORGÂNICOS - Folhas, capim,</p>	



sementes; RECICLÁVEIS INORGÂNICOS - papel, plásticos etc.; REJEITOS: resíduos sem possibilidade de reaproveitamento.) Os serviços de limpeza serão iniciados com a retirada da laje, usando-se 02 (duas) picaretas, deixando-a ao lado das caixas e no passeio, jamais sobre a guia ou mesmo via pública, o que além de propiciar eventual danificação, impede o caminhão de estacionar corretamente. Após a limpeza a tampa deverá ser recolocada no local de origem. Os resíduos gerados pela limpeza das bocas de lobo e poços de visita deverão ser recolhidos diariamente evitando-se seu retorno às caixas em eventuais chuvas.

**Segurança** - Todo pessoal trabalhará com equipamentos de proteção individual adequados e especificados em Laudo Técnico de insalubridade emitido pelo SEST/UFPE.

**Poda** - Em vegetação arbustiva e de pequeno e médio porte, com altura de até 6 (seis) m do campus Recife da UFPE, estando localizadas ou não em áreas ajardinadas. Execução dos serviços de topiaria ou poda arbustiva, quando adequado e necessário.

**Coleta** - Recolher após cada operação, utilizando-se ferramentas e equipamentos adequados, todos os resíduos produzidos no decorrer da limpeza do riacho (leito e margens), bem como nas embocaduras de galerias para a perfeita vazão de efluentes.

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos físicos: Radiações não ionizantes (ultravioletas/sol) Ruído (roçadeira lateral, motosserra)	Proteção auditiva NNRsf > 15 dB Boné com capuz e uniforme com mangas compridas Óculos de proteção lentes escuras
Riscos Biológicos: Resíduos diversos	Luva de segurança em borracha nitrílica Óculos de segurança Bota de segurança em couro Controle vacinal
Riscos Químicos: Poeiras intensas	Máscara PFF1 em caso de poeiras intensas
Riscos de acidentes: Afogamento Objetos cortantes (lixo nas margens do riacho) Manuseio de equipamentos cortantes (picareta) Partículas volantes Animais peçonhentos Queda em diferentes níveis (6 metros para poda)	Colete salva-vidas (uso no riacho) Bota de segurança de couro cano longo em PVC Luvas de segurança com proteção a objetos cortantes Proteção facial Trabalho acima de 2 metros: Utilizar cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo em Y e amortecedor, capacete de segurança com jugular e amarração para uso de escada

CARGO: 1.1 Servente de limpeza – Remoção de lixo e resíduo comum e infectante (Itens 18 a 33)	Nº Expostos: 19
<p><b>Resíduos Sólidos Orgânicos Vegetais</b> - Realizar coleta e destinação dos resíduos sólidos orgânicos vegetais gerados nos procedimentos de limpeza do Campus Recife da UFPE, com encaminhamento à BERSO/UFPE (Biorrefinaria Experimental de Resíduos Sólidos Orgânicos) para o Pátio de compostagem da UFPE. Executar, sob orientação técnica da BERSO, todos os procedimentos relativos à sua gestão e tratamento, retirando nestes processos todo o material inorgânico encontrado, destinando-os corretamente.</p> <p><b>Resíduos Sólidos Orgânicos Alimentares</b> - Realizar coleta, duas vezes ao dia, e destinar os resíduos sólidos alimentares gerados no preparo e pós consumo das unidades alimentares do Campus Recife, incluindo Restaurante Universitário, para a BERSO/UFPE ou Pátio de compostagem da UFPE. Executar sob orientação técnica da BERSO, todos os procedimentos relativos à sua gestão e tratamento, retirando neste processo todo o material inorgânico encontrado destinando-os corretamente.</p> <p><b>Resíduos Orgânicos Alimentares (Óleo de Fritura)</b> - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação do óleo de fritura gerado nas unidades alimentares do Campus Recife da UFPE, incluindo o Restaurante Universitário, bem como em todos os pontos de coleta do Campus Recife, com encaminhamento para a BERSO/UFPE. Executar sob orientação técnica da BERSO e fiscalização contratual, todos os procedimentos necessários à sua gestão ou tratamento, inclusive a sua filtragem e acondicionamento para posterior encaminhamento à Usina de geração de biodiesel ou como matéria prima para outros procedimentos.</p> <p><b>Biodigestão</b> - Apoiar os técnicos da BERSO no abastecimento, trituração e retirada de resíduos orgânicos de seu Biodigestor Anaeróbico, inclusive em procedimentos de limpeza.</p> <p><b>Horta Experimental Orgânica</b> - Executar sob orientação técnica da BERSO/UFPE, todos os procedimentos necessários à manutenção e expansão da horta experimental orgânica, como preparo de terreno, preparo de mudas, plantio, irrigação, limpeza e colheitas.</p> <p><b>Resíduos Recicláveis</b> - Executar ao longo de todas as atividades contratuais a separação dos resíduos sólidos recicláveis orgânicos ou inorgânicos dos rejeitos, encaminhando os recicláveis orgânicos para a BERSO/UFPE, inorgânicos para o abrigo central da coleta seletiva, acondicionados em sacos azuis, sempre sob orientação da fiscalização contratual.</p>	



**Rejeitos** - Executar ao longo de todas as atividades contratuais a separação dos resíduos sólidos recicláveis orgânicos ou inorgânicos dos rejeitos, encaminhando-os, acondicionados em sacos pretos, para compactadores mecânicos ou caçambas estacionárias instaladas no Campus Recife da UFPE, para posterior encaminhamento por empresa especializada contratada, para aterro sanitário, sempre sob orientação da fiscalização contratual.

**Resíduos de Pilhas e Baterias** - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação de pilhas e baterias dispostas em coletores específicos instalados no Campus Recife da UFPE, com encaminhamento para a Central de Resíduos da DGA (Diretoria de Gestão Ambiental), onde deverão ser pesados e acondicionados (embalados) para aguardar coleta em sistema de logística reversa.

**Resíduos de Medicamentos Vencidos** - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação de medicamentos vencidos, dispostos em coletores específicos instalados no Campus Recife da UFPE, com encaminhamento para a Central de Resíduos da DGA (Diretoria de Gestão Ambiental), onde deverão ser pesados, acondicionados (embalados) e encaminhados para incineração.

**Resíduos de Cartuchos e Tonners** - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação de cartuchos e tonners nas unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife, com encaminhamento para a Central de Resíduos da DGA (Diretoria de Gestão Ambiental), onde deverão ser pesados e acondicionados (embalados) para aguardar coleta em sistema de logística reversa.

**Resíduos de Vidraria contaminada** - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação de vidraria contaminada nos laboratórios geradores do Campus Recife da UFPE, com encaminhamento para a Central de Resíduos da DGA (Diretoria de Gestão Ambiental), onde deverão ser pesadas, acondicionados (embalados) e encaminhadas para incineração.

**Resíduos de Lâmpadas Inservíveis** - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação de lâmpadas inservíveis dispostas em coletores específicos instalados no Campus Recife da UFPE, com encaminhamento para a Central de Resíduos da DGA (Diretoria de Gestão Ambiental), onde deverão ser acondicionados para aguardar coleta através de contratação específica.

**Resíduos de Serviço de Saúde** - Realizar coleta externa e encaminhamento dos resíduos de serviço de saúde, gerados nas atividades de pesquisa da UFPE, para o abrigo central de Resíduos perigosos do Campus Recife. Executar sob orientação técnica da DGA, todos os procedimentos relativos a seu encaminhamento para a empresa especializada, responsável pela destinação final.

**Resíduos químicos** - Auxiliar na coleta dos resíduos químicos, gerados nas atividades de pesquisa da UFPE, sob orientação técnica da DGA e da empresa especializada responsável pela destinação final dos mesmos.

**Resíduos da Construção Civil** - Realizar conforme orientação da fiscalização a coleta de resíduos da construção civil eventualmente dispostos nas áreas externas do Campus Recife da UFPE para encaminhamento para destinação final ambientalmente adequada.

**Resíduos Eletroeletrônicos** - Auxiliar conforme agendamento da fiscalização contratual, no preparo da coleta e destinação de resíduos eletroeletrônicos dispostos em unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife da UFPE.

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos físicos: Radiações não ionizantes (ultravioletas/sol)	Boné com capuz e uniforme com mangas compridas Óculos de proteção escuros
Riscos biológicos: Resíduos diversos	Luva de segurança em borracha nitrílica Óculos de segurança escuros Bota de segurança em couro Controle vacinal
Riscos Químicos: Poeiras intensas	Máscara PFF1 em caso de poeiras intensas
Riscos de acidentes: Objetos cortantes	Luvas de proteção a objetos cortantes

<b>CARGO: 1.2</b> Encarregado de limpeza	<b>Nº Expostos:</b> <b>03</b>
Garantir o bom andamento dos serviços, permanecendo na área de trabalho abrangida por tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Reportar-se, quando houver necessidade, ao servidor da UFPE responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas	



IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos Físicos: Radiações não ionizantes (ultravioletas/sol) Ruído (proximidade a equipamentos)	Boné com capuz e uniforme com mangas compridas Óculos de proteção escuro Proteção auditiva NNRsf > 15 dB
Riscos de acidentes: Partículas volantes	Manter distância de segurança (mínima de 30 metros) de equipamentos (varredeira, trator etc.) Manter-se atrás da tela de proteção para aproximação nos postos de trabalho Para aproximação nos tratores, solicitar desligamento do equipamento e manter distância de segurança mínima de 10 metros. Menores distâncias somente devem ser permitidas se removida a chave de ignição com o veículo fora de marcha e em piso plano. Bota de segurança de couro

<b>CARGO: 1.3</b> Operador de máquinas agrícolas		<b>Nº Expostos:</b> <b>02</b>
Responsáveis por dirigir as máquinas agrícolas da UFPE para fazer a capinação dos gramados, campinas e áreas verdes		
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE	
Riscos físicos: Ruído (Trator agrícola, Roçadeira para trator, Trator cortador de grama a gasolina 22HP) Vibrações (Trator agrícola/Roçadeira para trator, Trator cortador de grama a gasolina 22HP) Radiações não ionizantes (ultravioletas/sol)	Proteção auditiva NNRsf > 15 dB Realizar pausas Boné com capuz Vestimentas com manga longa e calça comprida Óculos de segurança	
Riscos de acidentes: Queda de diferentes níveis Animais peçonhentos Esmagamento Partículas volantes (proximidade do outro trator)	Capacitação inicial e continuada na operação dos equipamentos Realizar inspeção de pré-uso nos equipamentos (aplicar lista de verificação) Cinto de segurança veicular se o trator possuir Arco de Segurança Luvas de vaqueta Manter distância de segurança (mínima de 30 metros) de outros tratores Bota de segurança de couro Para operação de atracamento ou outras atividades no equipamento, desligar, remover a chave e mantê-la consigo até o final da atividade Manter os faróis acesos nos cruzamentos com as vias de circulação de veículos	

<b>CARGO: 1.4</b> Motorista (Habilitação D) – Itens 51 a 56	<b>Nº Expostos:</b> <b>01</b>
Dirigir caminhão fornecido pela contratada. Transportar resíduos. Transportar materiais para a execução dos serviços. Transportar rejeitos. Transportar materiais recicláveis. Transportar resíduos da construção civil e sedimentos.	

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos físicos: Radiações não ionizantes (ultravioleta do sol)	Óculos de proteção com lentes escuras
Riscos ergonômicos: Postura estática - Trabalho sentado (inerente ao cargo)	Realizar Pausas
Riscos de Acidentes: Acidentes de trânsito - Caminhão caçamba	Carteira Nacional de Habilitação na categoria conforme veículo conduzido

CARGO: 1.5 Jardineiros – (Itens 39 a 50)	Nº Expostos: 10
<p><b>Aguação</b> - Em canteiros e gramados das áreas ajardinadas do Campus Recife da UFPE. A aguação deve ser realizada diariamente em períodos de estiagem.</p> <p><b>Limpeza</b> - Em áreas ajardinadas, canteiros, gramados, forrações, passeios, pátios e equipamentos urbanos por ventura existentes, com retirada de entulhos, folhas, galhos secos e toda espécie de resíduos encontrados, com separação em orgânicos e inorgânicos: <b>ORGÂNICOS</b> – Resíduos de origem vegetal, provenientes de varrição, capinação, poda, topiaria e limpeza de canteiros que devem ser encaminhados para pontos de coleta previamente estabelecidos pela fiscalização e <b>INORGÂNICOS</b> – Resíduos que podem ser recicláveis (papéis, papelões, plásticos, embalagens, metais, vidros e outros que serão encaminhados para a coleta seletiva solidária) ou rejeitos (todo resíduos que não puder ser reaproveitado).</p> <p>Os recicláveis devem ser acondicionados em sacos plásticos na cor azul e os rejeitos em sacos plásticos na cor preta. Devem ser disponibilizados para coleta em local indicado pela fiscalização.</p> <p><b>Corte da grama</b> - em áreas gramadas, sempre utilizando equipamentos adequados, incluindo restauro de áreas danificadas.</p> <p><b>Remoção</b> - De ervas daninhas e espécies ou folhagens mortas dos canteiros, gramados e limites das calçadas existentes, utilizando ferramentas adequadas. Também de qualquer tipo de resíduo, devidamente segregados, provenientes dos serviços, para áreas determinadas pela fiscalização, para fins de recolhimento pelas equipes de limpeza de áreas externas do Campus Recife da UFPE.</p> <p><b>Poda</b> - Em vegetação arbustiva e de pequeno e médio porte, com altura de até 6 (seis) m do campus Recife da UFPE, estando localizadas ou não em áreas ajardinadas. Execução dos serviços de topiaria ou poda arbustiva, quando adequado e necessário.</p> <p><b>Forrações</b> - Execução de limpeza ou corte de forrações, visando manutenção de alturas adequadas, além de restauro de áreas danificadas.</p> <p><b>Aeração</b> - Em terreno dos canteiros das áreas ajardinadas do Campus Recife, em periodicidade mensal, utilizando ferramentas adequadas.</p> <p><b>Cercas Vivas</b> - Limpeza e manutenção incluindo poda arbustiva quando necessária.</p> <p><b>Adubação</b> - Em áreas ajardinadas, utilizando adubo químicos e orgânicos (o orgânico produzido pela BERSO - (Biorrefinaria Experimental de Resíduos Sólidos Orgânicos), adequados as diversas espécies, fornecidos pela contratada, em quantidades especificadas em contrato e adequadas às necessidades das áreas objeto da licitação, em periodicidade semestral;</p> <p><b>Barro de jardim</b> - Utilização, sempre que necessário, de barro de jardim de primeira qualidade, fornecidos pela Contratante, em quantidades especificadas em contrato e adequadas as necessidades das áreas objeto da licitação.</p> <p>Substituição ou rotação de espécies - Quando necessária, por morte ou outros danos, com mudas fornecidas pela contratada conforme contrato, com supervisão da fiscalização;</p> <p><b>Segregação</b> - De resíduos em sacos específicos para rejeitos (sacos pretos) e recicláveis (sacos azuis), que deverão ser removidos para pontos de coleta específicos. Os orgânicos deverão ser transportados para os pontos de disposição temporária. Todos os pontos de coleta deverão ser indicados pela fiscalização.</p> <p><b>Observação</b> - Após a limpeza das áreas ajardinadas poderá ser implantada uma rotina diária da catação de resíduos orgânicos e inorgânicos.</p>	
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE
<b>FÍSICOS:</b> Ruído (roçadeira lateral, cortador de grama); Radiações não ionizantes (ultravioleta/sol).	Proteção auditiva NNRsf>15dB Boné com capuz e uniforme com mangas compridas. Óculos de proteção com lentes escuras
<b>QUÍMICOS:</b> Adubo químico (NPK 10); Poeiras vegetais.	Luvas nitrílicas Bota de segurança Máscara facial PFF1 contra poeiras Óculos de segurança ampla visão
<b>ERGONÔMICOS:</b> Trabalho em pé, com curvaturas do corpo; Esforço físico (carro industrial tipo plataforma e bicicleta cargueira)	Ginástica laboral Realizar pausas

<b>ACIDENTES:</b> Partículas volantes; Animais peçonhentos; Manuseio com equipamentos cortantes (roçadeiras laterais, estrovena, sacho, enxada, serrote, tesouras etc.); Quedas, contusões musculares, fraturas, entorses (carro industrial e bicicleta cargueira).	Capacitação inicial e continuada na operação dos equipamentos (roçadeira lateral, carro industrial e bicicleta cargueira) Tela de proteção em nylon Luvas de segurança (jardinagem) Máscara facial em caso de poeiras intensas Bota de segurança de couro Perneiras Capacitação inicial e continuada na operação dos equipamentos Capacete tipo alpinista
---	--

CARGO: 1.6 Encarregados de áreas ajardinadas		Nº Expostos: 01
Garantir o bom andamento dos serviços, permanecendo na área de trabalho abrangida por tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Reportar-se, quando houver necessidade, ao servidor da UFPE responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas		
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE	
<b>FÍSICOS:</b> Radiações não ionizantes (ultravioleta/sol). Ruído (proximidade a equipamentos)	Boné com capuz e uniforme com mangas compridas Óculos de proteção com lentes escuras Proteção auditiva NNRsf>15dB	
<b>ACIDENTES:</b> Partículas volantes; Animais peçonhentos.	Manter-se atrás da tela de proteção para aproximação nos postos de trabalho Bota de segurança de couro	

## VIII. MEDIDAS DE CONTROLE

### a) MEDIDAS DE PROTEÇÃO COLETIVA

Na hierarquia de controle de riscos, as medidas de proteção coletiva devem ser prioritariamente avaliadas para eliminação/redução/minimização dos riscos, podendo ser, por exemplo:

- Para trabalhos de jardinagem: utilizar tela de proteção.

### b) MEDIDAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esgotando-se as possibilidades de implantação de medidas proteção coletiva, medidas de organização do trabalho **devem ser avaliadas e discutidas junto ao Gestor do contrato**. Dentre as medidas, pode-se destacar:

- Pausas e revezamentos, redução do tempo de exposição, substituição de produtos nocivos, treinamentos/capacitações, realocação de postos de trabalho e/ou fontes geradoras de riscos, entre outros.

Para as áreas externas:

Com base na APR, para os profissionais de TRATORES/VARREDEIRAS:

- Capacitação inicial e continuada na operação dos equipamentos;
- Realizar inspeção de pré-uso nos equipamentos (aplicar lista de verificação);
- Realizar pausas (USO DOS TRATORES);
- Utilizar cinto de segurança se o trator possuir Arco de Segurança;
- Manter distância de segurança (mínima de 30 metros) de outros tratores E VEÍCULOS PESADOS;



- Para operação de atracamento ou outras atividades no equipamento, desligar, remover a chave e mantê-la consigo até o final da atividade, manter os faróis acesos nos cruzamentos com as vias de circulação de veículos.

SERVENTES exceto remoção de resíduos e Lago e Riacho Cavouco:

- Capacitação inicial e continuada na operação dos equipamentos (máquina de alta pressão);
- Realizar pausas (uso da máquina de alta pressão)

SERVENTES que trabalham na limpeza do Lago e Riacho Cavouco:

- Realizar pausas (uso do motosserra);
- Manter distância de segurança (mínima de 30 metros) de outros equipamentos;
- Amarração da escada para atividades com altura superior a 2(dois) metros;
- Capacitação inicial e continuada na operação dos equipamentos (motosserra);

SERVENTES que trabalham com a REMOÇÃO DE RESÍDUOS:

- Manter distância de segurança do caminhão de coleta
- Jamais tomar carona na carroceria do veículo

ENCARREGADO:

- Manter distância de segurança (mínima de 30 metros) de equipamentos (varredeira, trator etc.)
- Manter-se atrás da tela de proteção para aproximação nos postos de trabalho
- Para aproximação nos tratores, solicitar desligamento do equipamento e manter distância de segurança mínima de 10 metros.

Menores distâncias somente devem ser permitidas se removida a chave de ignição com o veículo fora de marcha e em piso plano.

Para as áreas ajardinadas:

JARDINEIRO:

- Realizar pausas;
- Amarração da escada quando utilizada;
- Capacitação inicial e continuada na operação dos equipamentos;
- Ginástica laboral.

ENCARREGADO:

- Manter-se atrás da tela de proteção para aproximação nos postos de trabalho.

#### b) EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs

Quando as medidas de organização do trabalho forem inviáveis ou estejam em implantação, devem ser especificados EPIs - Equipamentos de Proteção Individual

Conforme Cláusula 10, 13, os uniformes e seus complementos são de responsabilidade da contratada. É imprescindível que seja explicitado no Termo de Referência que a responsabilidade sobre os EPIs sejam da contratada e, conforme a NR-6 – Equipamento de Proteção Individual do MTE, esta é obrigada a fornecer os EPIs, **com Certificado de Aprovação (C.A)** válido, adequados aos riscos gratuitamente aos seus trabalhadores, exigindo e fiscalizando a sua utilização, orientando e treinando sobre o seu uso adequado, guarda e conservação; substituindo imediatamente, quando danificado ou extraviado e **registrando o seu fornecimento ao trabalhador**, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

A relação de EPIs a ser adquiridos, conforme levantamento de riscos ambientais, deverá contemplar, no mínimo:

<b>SERVENTE (exceto remoção de resíduos, Lago e Riacho Cavouco)</b>	
Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NRRsf maior que 15 dB	Operação dos equipamentos
Óculos de segurança com lentes escuras	Exposição ao sol
Protetor facial	Cortador de grama
Máscara facial completa com cartucho de gás K (amônia, verde). Filtro ABEKP	Pulverização dos ambientes de circulação
Avental de PVC	Pulverização dos ambientes de circulação
Luvas de segurança tipo PVC	Pulverização dos ambientes de circulação
Bota de segurança de PVC	Pulverização dos ambientes de circulação
Luva de segurança em borracha nitrílica, com revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Comprimento mínimo de 45 cm e espessura mínima 5mm	Produtos químicos
Luvas de segurança com banho de látex natural sobre suporte têxtil 100% algodão, palma antiderrapante corrugada reforçada, comprimento mínimo de 30cm, espessura mínima de 1,80mm na palma	Objetos cortantes
Bota de segurança de couro	Todas as atividades exceto pulverização dos ambientes de circulação
Perneira	Atividade com facão, foice etc.

<b>SERVENTE (Lago e Riacho Cavouco)</b>	
Óculos de segurança com lentes escuras	Exposição ao sol
Bota de segurança de PVC cano longo, impermeável	Todas as atividades
Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NRRsf maior que 15 dB	Uso de roçadeira lateral e motosserra
Proteção facial	Uso de roçadeira lateral e motosserra
Máscara de proteção PFF1	Poeiras intensas
Colete salva-vidas	Riacho Cavouco
Luva de segurança em borracha nitrílica, com revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Comprimento mínimo de 45 cm e espessura mínima 5mm.	Resíduos diversos
Luvas de segurança com banho de látex natural sobre suporte têxtil 100% algodão, palma antiderrapante corrugada reforçada, comprimento mínimo de 30cm, espessura mínima de 1,80mm na palma	Resíduos cortantes
Luvas de vaqueta	Poda
Cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte em Y e amortecedor	Trabalho acima de 2 metros
Capacete de segurança com jugular	Trabalho acima de 2 metros

<b>SERVENTE (Remoção de resíduos)</b>	
Óculos de segurança com lentes escuras	Todas as atividades
Calçado de segurança tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro, sem cadarço e sem biqueira	Todas as atividades
Luvas de segurança em borracha nitrílica, com revestimento interno, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Comprimento mínimo de 45 cm e espessura mínima 5mm.	Remoção de resíduos biológicos
Luvas de segurança com banho de látex natural sobre suporte têxtil 100% algodão, palma antiderrapante corrugada reforçada, comprimento mínimo de 30cm, espessura mínima de 1,80 na palma	Remoção de resíduos cortantes
Máscara semifacial PFF1	Poeiras intensas



ENCARREGADO (Áreas externas)	
Calçado de segurança tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro, sem cadarço e sem biqueira	Todas as atividades
Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NRRsf maior que 15 dB	

OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	
Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NRRsf maior que 15 dB	Operação do trator
Óculos de segurança com lentes escuras	Operação dos tratores
Luvas de vaqueta	Atracamento do trator
Calçado de segurança tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro, sem cadarço e sem biqueira	Todas as atividades
Máscara semifacial PFF1	Áreas de varrição com poeiras intensas

MOTORISTA	
Calçado de segurança tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro curtido ao cromo, sem cadarço e sem biqueira	Todas as atividades

JARDINEIROS	
Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NRRsf maior que 15 dB	Operação dos equipamentos
Protetor facial	Uso do cortador de grama
Óculos de segurança ampla visão com lentes escuras	Atividades de Jardinagem
Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, com revestimento interno; antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Comprimento de 30+2cm e espessura 0,35+0,2mm.	Adubo químico
Luvas de segurança com banho de látex natural sobre suporte têxtil 100% algodão, palma antiderrapante corrugada reforçada, comprimento mínimo de 30 cm, espessura mínima de 1,80mm na palma.	Jardinagem
Peça semifacial filtrante para partículas PFF1, poeiras e névoas	Jardinagem
Calçado de segurança tipo botina de couro com biqueira em polipropileno, com elástico, solado em poliuretano	jardinagem
Vestimenta de Segurança tipo Perneira, confeccionada em couro sintético	Atividade com estrovena, sacho, enxada etc.
Avental de segurança impermeável	Atividades de Jardinagem
Perneira	Atividade com facão, foice etc.
Capacete tipo alpinista	Uso da bicicleta cargueira

ENCARREGADOS (Áreas ajardinadas)	
Calçado de segurança tipo botina, com fechamento em elástico nas laterais, confeccionado em couro curtido ao cromo, sem cadarço e sem biqueira	Todas as atividades
Protetor auditivo tipo inserção ou concha com NRRsf maior que 15 dB	Proximidade com atividade de cortador de grama



Além dos EPIs fornecer para todas as atividades:

Uniforme com camisas de mangas longas e calças compridas	Exposição ao sol
Boné com capuz	Exposição ao sol
Protetor solar, no mínimo FPS 30 com repelente	Exposição ao sol
Capa impermeável para chuva	Exposição a chuva

## IX. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE

Para caracterização do adicional de insalubridade, foram analisadas as atividades constantes no Termo de referência, avaliada a fundamentação legal para concessão do referido, comparando as atividades e caracterização do contato – permanente *versus* eventual, com os critérios estabelecidos na NR-15, do MTE.

### - RISCOS FÍSICOS

PROFISSIONAL	AGENTES DE RISCO/ ATIVIDADES	FONTE GERADORAS	LIMITE DE TOLERÂNCIA NR-15	MEDIDA DE CONTROLE	GRAU DE INSALUBRIDADE
Serventes (áreas externas)	Todas realizadas nas proximidades das fontes geradoras de ruído	Utilização de equipamentos (máquinas de cortar grama, varredeira etc.)	Exposição ao ruído com dose de 1 (um) ou 100%. Anexo 1 da NR-15, MTE	Tornar obrigatório uso de protetor auditivo com NRRsf> 15dB junto aos equipamentos geradores de ruído	NÃO FAZ JUS
Operador de Máquinas agrícolas	Operação de máquinas	Utilização de tratores	Exposição a vibração Anexo 8 da NR-15, MTE	Pausas	FAZ JUS Grau MÉDIO
Jardineiros/ Encarregados	As realizadas nas proximidades das fontes geradoras de ruído	Utilização de equipamentos (roçadeiras laterais, cortadores de grama)	Exposição ao ruído com dose de 1 (um) ou 100%. Anexo 1 da NR-15, MTE	Tornar obrigatório uso de protetor auditivo com NRRsf>15dB junto aos equipamentos geradores de ruído	NÃO FAZ JUS

### - RISCOS BIOLÓGICOS

PROFISSIONAL	AGENTES DE RISCO/ ATIVIDADES	CARACTERIZAÇÃO	LIMITE DE TOLERÂNCIA NR-15	MEDIDA DE CONTROLE	GRAU DE INSALUBRIDADE
Servente de limpeza (Remoção de resíduos)	Remoção de lixo – similar a lixo urbano, incluindo resíduo infectante	Contato permanente em coleta de lixo urbano	MÁXIMO Anexo 14 da NR-15, MTE	Ver EPIs – Item VII	FAZ JUS Grau MÁXIMO
Servente de limpeza (Lago e Riacho Cavouco)	Remoção de lixo – similar a lixo urbano	Contato permanente em coleta de lixo urbano	MÉDIO Anexo 10 da NR-15, MTE	Ver EPIs – Item VII	FAZ JUS Grau MÁXIMO

## - RISCOS QUÍMICOS

PROFISSIONAL	AGENTES DE RISCO/ ATIVIDADES	FONTE GERADORAS	LIMITE DE TOLERÂNCIA NR-15	MEDIDA DE CONTROLE	GRAU DE INSALUBRIDADE
Serventes de Limpeza (exceto Remoção de resíduos, Lago e Riacho Cavouco)	pulverização dos ambientes de circulação	Utilização do produto químico Quaternário de Amônia ou biguanida	-	Ver EPIs – Item VII	NÃO FAZ JUS
Jardineiros (áreas ajardinadas)	Adubo químico (NPK 10)	-	Não se aplica	Tornar obrigatório uso de luvas e botas	NÃO FAZ JUS

## X. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO PARA PERICULOSIDADE

Não há atividades perigosas previstas no Termo de Referência.

## XI. RECOMENDAÇÕES/OBSERVAÇÕES

- **Fiscalizar** o fornecimento e utilização dos EPIs, observando as especificações dos fabricantes dos produtos químicos;
- A empresa fica obrigada a organizar e manter em funcionamento uma **CIPA** – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme requisitos da NR-05;
- Devem ser observados requisitos adicionais de biossegurança relacionadas ao enfrentamento do SARS-coV-2 por autoridade em vigilância sanitária e/ou Ministério da Saúde por meio de orientações técnicas vigentes e emitidas posteriormente a este Laudo;
- A empresa contratada deverá capacitar, inicialmente e de forma continuada: Manipulação de produtos químicos, operação de equipamentos mecanizados, Levantamento e transporte manual de peso, Utilização, guarda e conservação de EPIs, com destaque à utilização de cinto de segurança, trabalho em altura (ver requisitos na NR-35) e operação de motosserra (carga horária de 8 horas e conteúdo programático definido pelo fabricante (item 4.1 do Anexo V da NR-12). Tais treinamentos devem ser **registrados com lista de presença** e armazenados por 5 anos após o desligamento do empregado;
- A empresa contemplada deverá atender à exigência legal da NR-9, apresentando ao SESST/UFPE o documento que estabelece os requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, com as medidas de prevenção para os riscos ocupacionais, conforme Lei No. 6514/77 e Portaria 3214/78, apresentando as medidas de controle de riscos propostas e além da estrutura mínima prevista na NR, deverá conter:
  - Dosimetria de ruído (jornada completa) para as funções de “Operador de máquinas agrícolas”, “Servente” (exceto remoção de resíduos, Lago e Riacho Cavouco) e Jardineiro;
  - Inventário de todos os produtos químicos, com indicação daqueles que impliquem em riscos à segurança e saúde do trabalhador;
  - Cópias das FISPQs – Fichas de Informação de Segurança dos Produtos Químicos, prevendo riscos à segurança e saúde do trabalhador e ao meio ambiente, considerando as formas de utilização, recomendações prevendo as formas de utilização do produto; medidas de proteção coletiva, individual e controle médico da saúde dos trabalhadores; condições e local de estocagem e procedimentos em situações de emergência em caso de acidente ou vazamento do produto;
- Manter as referidas FISPQs – Fichas de Informação de Segurança dos Produtos Químicos atualizadas, disponíveis e acessíveis;
- Deve ser mantida a ROTULAGEM DO FABRICANTE na embalagem original dos produtos químicos utilizados;
- Todo recipiente contendo produto químico manipulado ou fracionado deve ser IDENTIFICADO, de forma legível por etiqueta com o nome do produto/composição química/concentração/data de envase/validade/nome do responsável pela manipulação ou fracionamento;
- É vedado o procedimento de REUTILIZAÇÃO das embalagens de produtos químicos;

- As áreas de armazenamento de produtos químicos devem ser VENTILADAS e SINALIZADAS;
- Para manipulação de quaternário de amônio: manipular em ambientes ventilados; não pulverizar em ambientes fechados;
- Apresentar procedimento operacional para aplicação do desinfetante quaternário de amônio e biguanida por meio de pulverização;
- Os Serventes responsáveis pela remoção de resíduos, Lago e Riacho Cavouco devem ser **vacinados** contra **tétano, difteria, hepatite B**, sendo obrigatório que a empresa informe a seus trabalhadores das vantagens e dos efeitos colaterais, assim como dos riscos a que estarão expostos por falta ou recusa de vacinação, devendo, nestes casos, guardar documento comprobatório e mantê-lo disponível à inspeção do trabalho. Para os demais empregados se faz necessária a vacinação contra **tétano**;
- Em caso de acidentes ou doenças ocupacionais devem ser emitidas CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho e 01 (uma) cópia deverá ser entregue ao SESST, no prazo de até 24h após o acidente;
- Devem ser verificados os requisitos de segurança para motosserras e tratores previstos pela **NR-12 – Máquinas e equipamentos** tais como, por exemplo:

**Motosserra:** Existência de dispositivos de segurança – freio manual ou automático de corrente, pino pega-corrente, protetor das mãos direita e esquerda, trava de segurança do acelerador; manuais de instruções com as especificações técnicas e informações relativas à segurança e saúde do trabalhador.

**Trator:** Comandos de partida ou acionamento das máquinas estacionárias com dispositivos que impeçam seu funcionamento automático ao serem energizadas; Chave de ignição para o bloqueio de seus dispositivos de acionamento por pessoas não autorizadas; As zonas de perigo das máquinas e implementos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, móveis e dispositivos de segurança interligados ou não; A adoção de sistemas de segurança, de modo a atingir o nível necessário de segurança previsto; manuais de instruções com as especificações técnicas e informações relativas à segurança e saúde do trabalhador;

- Motoristas manter porte obrigatório da CNH (Carteira nacional de Habilitação) nível D dentro da validade;
- Antes de realizar o basculamento da caçamba, garantir que não há proximidade à fiações aéreas/postes/instalações elétricas; Realizar a operação de basculamento com o veículo parado; Não permitir aproximação de pedestres à caçamba durante esta operação - manter distância de segurança de 10 (dez) metros; Proibir o destravamento manual da caçamba.
- É obrigatória a utilização de cinto de segurança com talabarte duplo em atividades acima de 2(dois) metros;
- É imprescindível observar as recomendações previstas no item VIII deste laudo;
- É vedado o transporte de pessoas em caminhões/caminhonetes e outros veículos no compartimento de carga (caçamba) não projetados para este fim.

## XII. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

---

- Portaria 3214, de 03/06/78 do Ministério do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras
- Lei nº 6514, de 22/12/77
- Lei nº 8112 de 11/11/90, Regime Jurídico Único
- Portaria No. 518 de 04/04/03, Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia
- Decreto-lei No. 5.452 de 1º./05/1943 (aprova a CLT)
- Lei 12.740 de 08/12/12

## XIII. CONCLUSÃO

---

As atividades desempenhadas pelos profissionais: **Encarregado área externas e ajardinadas; Servente áreas externas e ajardinadas (exceto remoção de resíduos, limpeza lago e Riacho Cavouco); Jardineiros NÃO** caracterizam **INSALUBRIDADE**, portanto, não fazem jus ao adicional, devido ao fato de que, em suas atribuições previstas no Projeto Básico, não possuem contato com agentes biológicos de forma permanente.

**SOMENTE** os profissionais listados abaixo desenvolvem as atividades que caracterizam insalubridade e farão jus ao adicional de insalubridade, conforme item IX. São eles:



CATEGORIA PROFISSIONAL	QTDE.	GRAU DE INSALUBRIDADE
Operador de máquinas agrícolas	02	MÉDIO
Servente (Remoção de resíduos similares a lixo urbano e resíduo infectante)	19	MÁXIMO
Servente (Limpeza Lago e Riacho Cavouco similares a lixo urbano)	06	MÁXIMO
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	-

Ressalto que este laudo **NÃO** substitui o Laudo técnico de insalubridade e periculosidade que deve ser emitido pela **empresa contratada**, portanto, empregadora, segundo estabelece a NR- 15 (15.4.1.1), bem como a NR-16 (16.3), visto que o propósito deste laudo se limita a avaliar de forma **preliminar** a concessão de adicionais ocupacionais para composição da Planilha de custo e formação de preços.

Além disso, do posto de vista do gerenciamento de riscos ocupacionais, neste laudo são prescritas preliminarmente as medidas de controle – organização do trabalho, equipamentos de proteção coletiva e individual – entretanto, podem sofrer alterações na ocasião do exercício efetivo das atividades da empresa contratada.

É de responsabilidade do **GESTOR DO CONTRATO** monitorar o cumprimento das recomendações propostas, no sentido de **GARANTIR** que as mesmas sejam efetuadas durante toda a vigência do contrato.

Recomendamos que a gestão e/ou fiscalização do contrato acompanhe a comprovação do pagamento dos adicionais ocupacionais aos trabalhadores que fazem jus ao recebimento ao longo da vigência do contrato; bem como a observação atenta daqueles que percebem o valor do adicional quando necessário realizar a relotação dos indivíduos entre os setores, redefinindo os adicionais segundo caracterização da insalubridade devida, se for o caso. Da mesma forma, no caso de férias e/ou substituições de curta duração, embora não se caracterize exposição permanente, deve-se preferencialmente observar a mesma orientação.

As atividades dos contratados serão **FISCALIZADAS PELO SESST**, com foco no cumprimento das recomendações propostas neste laudo, com o objetivo de verificar o cumprimento dos aspectos legais, visando a construção e o cultivo uma contínua preocupação com o adequado gerenciamento da saúde e da segurança na UFPE, de forma a tornar o desempenho das atividades mais seguro, em um ambiente satisfatório.

Recife, 11 de novembro de 2020.

---

Sandra Zarzar  
Engenheira de Segurança do Trabalho  
CREA PE 16020

---

Flávia Ataíde da Motta  
Engenheira de Segurança do Trabalho  
CREA PE 36333



---

*Emitido em 11/11/2020*

**LICITACAO Nº 2/2020 - NASS PROGEPE (11.07.01)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 11/11/2020 14:14 )*

**FLAVIA ATAIDE DA MOTTA**

**ENGENHEIRO DE SEG DO TRABALHO**

**2241911**

*(Assinado digitalmente em 11/11/2020 13:59 )*

**SANDRA TORRES ZARZAR**

**ENGENHEIRO DE SEG DO TRABALHO**

**2058447**

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **2**,  
ano: **2020**, tipo: **LICITACAO**, data de emissão: **11/11/2020** e o código de verificação: **1b421d03c9**



---

*Emitido em 11/11/2020*

**ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 40/2020 - CAF SINFRA (11.97.06)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 17/11/2020 08:12 )*

**LEONARDO CARRERA CAMPOS LEAL**

ADMINISTRADOR

3077813

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **40**  
, ano: **2020**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **13/11/2020** e o código de  
verificação: **94939b4802**

**ANEXO IX DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**IMR**

## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

### 1. DA DEFINIÇÃO

11. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

12. Este anexo é parte indissociável do Edital, do contrato e de seus demais anexos.

### 2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

21. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de sete indicadores de qualidade:

- Uso dos EPI's e uniformes;
- Tempo de resposta às solicitações da contratante;
- Atraso no pagamento de salários e outros benefícios;
- Falta de materiais previstos em contrato;
- Reposição de pessoal ausente;
- Falta de equipamento de limpeza; e
- Falta de limpeza.

22. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.2.3. Para os indicadores 1,4,6 e 7 existe a necessidade da presença do preposto da contratada durante a visita.

23. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 - USO DOS EPI'S E UNIFORMES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento as exigências específicas relacionadas a segurança do trabalho, fornecimento e uso dos uniformes.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. (Por ocorrência)
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos 1 ocorrência = 8 Pontos 2 ocorrências = 6 Pontos 3 ocorrências = 4 Pontos 4 ocorrências = 2 Ponto



	5 ou mais ocorrências = 0 Pontos
Sanções	Ver item 3.2
Observações	
<b>INDICADOR 2 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Manter as condições satisfatórias de execução do serviço
Meta a cumprir	Até dia útil posterior à solicitação
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros
Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atrasos = 10 Pontos 1 resposta com atraso = 8 Pontos 2 respostas com atraso = 6 Pontos 3 respostas com atraso = 4 Pontos 4 respostas com atraso = 2 Ponto 5 ou mais com atraso = 0 Pontos
Sanções	Ver item 3.2
Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas pela contratante o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.
<b>INDICADOR 3 - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamento
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal. Pelo fiscal administrativo contrato através de livro de registros
Periodicidade	Mensal, nos termos do Art. 459, § 1º, do Decreto-Lei 5452/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria.
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência

<i>Início de Vigência</i>	<i>A partir do início da prestação do serviço</i>
<i>Faixas de ajuste no pagamento</i>	<i>Sem ocorrências = 20 Pontos Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos</i>
<i>Sanções</i>	<i>Ver item 3.2</i>
<i>Observações</i>	<i>Atendendo ao disposto do Art. 459 § 1º da CLT.</i>
<b>INDICADOR 4 - FALTA DE MATERIAIS PREVISTOS EM CONTRATO</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<i>Finalidade</i>	<i>Garantir o nível de fornecimento e abastecimento dos materiais estimados necessários a execução do contrato conforme anexo III do contrato</i>
<i>Meta a cumprir</i>	<i>Nenhuma ocorrência no mês</i>
<i>Instrumento de medição</i>	<i>Constatação formal de ocorrências</i>
<i>Forma de acompanhamento</i>	<i>Pessoal. Pelo fiscal técnico e setorial do contrato através de livro de registros</i>
<i>Periodicidade</i>	<i>Por evento/constatação</i>
<i>Mecanismo de Cálculo</i>	<i>Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso ou não reposição no mês de referência</i>
<i>Início de Vigência</i>	<i>A partir do início da prestação do serviço</i>
<i>Faixas de ajuste no pagamento</i>	<i>Sem ocorrências = 20 Pontos Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos</i>
<i>Sanções</i>	<i>Ver item 3.2</i>
<i>Observações</i>	
<b>INDICADOR 5 – REPOSIÇÃO DE PESSOAL AUSENTE</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<i>Finalidade</i>	<i>Garantir a reposição das ausências</i>
<i>Meta a cumprir</i>	<i>Cobrir todas as ausências</i>
<i>Instrumento de medição</i>	<i>Cartões de ponto</i>
<i>Forma de acompanhamento</i>	<i>Conferência dos fiscais técnicos e setorial</i>
<i>Periodicidade</i>	<i>Diária</i>
<i>Mecanismo de Cálculo</i>	<i>Ocorrer ausência sem reposição</i>
<i>Início de Vigência</i>	<i>A partir do início da prestação do serviço</i>
<i>Faixas de ajuste no pagamento</i>	<i>Sem ocorrências = 10 Pontos Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos</i>
<i>Sanções</i>	<i>Ver item 3.2</i>

<b>INDICADOR 6 – FALTA DE EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<i>Finalidade</i>	<i>Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço</i>
<i>Meta a cumprir</i>	<i>Disponibilizar todos os equipamentos previsto no contrato</i>
<i>Instrumento de medição</i>	<i>Constatação formal da falta do equipamento</i>
<i>Forma de acompanhamento</i>	<i>Presencial. Pelo Fiscal técnico e setorial</i>
<i>Periodicidade</i>	<i>Mensal</i>
<i>Mecanismo de Cálculo</i>	<i>Verificação da quantidade de ocorrências no mês</i>
<i>Início de Vigência</i>	<i>A partir do início da prestação do serviço</i>
<i>Faixas de ajuste no pagamento</i>	<i>Sem ocorrências = 10 Pontos</i> <i>Uma ou mais ocorrências = 0 Pontos</i>
<i>Sanções</i>	<i>Ver item 3.2</i>
<b>INDICADOR 7 - FALTA DE LIMPEZA</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<i>Finalidade</i>	<i>Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço</i>
<i>Meta a cumprir</i>	<i>Manter a UFPE limpa sempre</i>
<i>Instrumento de medição</i>	<i>Constatação formal da falta de execução do serviço</i>
<i>Forma de acompanhamento</i>	<i>Presencial. Pelo Fiscal técnico e setorial</i>
<i>Periodicidade</i>	<i>Mensal</i>
<i>Mecanismo de Cálculo</i>	<i>Verificação da quantidade de ocorrências no mês</i>
<i>Início de Vigência</i>	<i>A partir do início da prestação do serviço</i>
<i>Faixas de ajuste no pagamento</i>	<i>Sem ocorrências = 20 Pontos</i> <i>1 ocorrências = 15 Pontos</i> <i>2 ocorrências = 10 Pontos</i> <i>3 ocorrências = 5 Pontos</i> <i>4 ou mais ocorrências = 0 Pontos</i>
<i>Sanções</i>	<i>Ver item 3.2</i>

### 3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

---

3.1 As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

$\text{Pontuação total do serviço} = \text{Pontos "Indicador 1"} + \text{Pontos "Indicador 2"} + \text{Pontos "Indicador 3"} + \text{Pontos "Indicador 4"} + \text{Pontos "Indicador 5"} + \text{Pontos "Indicador 6"} + \text{Pontos "Indicador 7"}.$
--

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

---

<i>Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço</i>	<i>Pagamento devido</i>	<i>Fator de Ajuste de nível de serviço</i>
<i>De 90 a 100 pontos</i>	<i>100% do valor previsto</i>	<i>1,00</i>
<i>De 80 a 89 pontos</i>	<i>97% do valor previsto</i>	<i>0,97</i>
<i>De 70 a 79 pontos</i>	<i>95% do valor previsto</i>	<i>0,95</i>
<i>De 60 a 69 pontos</i>	<i>93% do valor previsto</i>	<i>0,93</i>
<i>De 50 a 59 pontos</i>	<i>90% do valor previsto</i>	<i>0,90</i>
<i>Abaixo de 50 pontos</i>	<i>90% do valor previsto mais multa</i>	<i>0,90 + Avaliar necessidade de aplicação de multa contratual</i>

$\text{Valor devido por ordem de serviço} = [(\text{Valor mensal previsto}) \times (\text{Fator de ajuste de nível de serviço})]$
---

3.3 As avaliações abaixo de 50 pontos por três vezes poderão ensejar a rescisão do contrato.

#### 4. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

<i>Indicador</i>	<i>Critério (Faixas de Pontuação)</i>	<i>Pontos</i>	<i>Avaliação</i>
1 – Uso dos EPI's e uniformes	Sem ocorrências	10	
	1 ocorrência	8	
	2 ocorrências	6	
	3 ocorrências	4	
	4 ocorrências	2	
	5 ocorrências ou mais	0	
2 – Tempo de resposta às solicitações da contratante	Sem atrasos	10	
	1 resposta com atraso	8	
	2 respostas com atraso	6	
	3 respostas com atraso	4	
	4 respostas com atraso	2	
	5 respostas com atraso ou mais	0	
3 – Atraso no pagamento de salários e outros benefícios	Sem ocorrências	20	
	Uma ou mais ocorrências	0	
4 – Falta de materiais previstos em contrato	Sem ocorrências	20	
	Uma ou mais ocorrências	0	
5 – Reposição de pessoal ausente	Sem ocorrências	10	
	Uma ou mais ocorrências	0	
6 – Falta de Equipamento de limpeza	Sem ocorrências	10	
	Uma ou mais ocorrências	0	
7 – Falta de limpeza	Sem ocorrências	20	
	1 ocorrência	15	
	2 ocorrências	10	
	3 ocorrências	5	
	4 ou mais ocorrências	0	
<i>Pontuação Total do Serviço</i>			



**ANEXO X DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**PLANILHA DE CONTROLE DE TERCEIRIZADOS**

DADOS DA UNIDADE GESTORA			DADOS DA EMPRESA CONTRATADA			DADOS DO EMPREGADO TERCEIRIZADO						
Código da UG	Nome	Departamento/Setor	Nº contrato	CNPJ	Razão social	CPF	Nome completo	Categoria profissional	Escolaridade exigida	Jornada de trabalho	Salário mensal bruto R\$	Custo mensal de terceirizado R\$

## ANEXO XI DO TERMO DE REFERÊNCIA

### INSTRUÇÃO DE TRABALHO

<b>LOGO da EMPRESA</b>	<b>INSTRUÇÃO DE TRABALHO (I.T.) POR ATIVIDADE  SEGURANÇA DO TRABALHO</b>	<b>Data Elaboração</b> XXXXXXXXXX / 20__	
		<b>Data Última Revisão</b>  XXXXXXXXXXXXXXXXXX/ 20__	
<b>Função:</b> XXXXXXXXXXXXXXXXXX		<b>Contrato:</b> XXXXXXXXXXXX	<b>Setor/Posto:</b> XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
<b>1. Descrição da Função</b>			
<b>2. Riscos Associados às Atividades</b>			
<b>3. EPI'S de Uso Obrigatório</b>			
<b>4. Recomendações</b>			
<b>5. Procedimentos em caso de acidentes</b>			
<b>6. Observações</b>			



## ANEXO XII DO TERMO DE REFERÊNCIA

### MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

(em papel timbrado da licitante)

#### 1) OBJETO:

Grupo	Item	Serviço	CATSER	Unid	Qtd	Valor Máximo Unitário*	Valor Máximo Global
1	1	Limpeza e Conservação de áreas externas abertas, mensal, com diversos postos e respectivas áreas, conforme descritivo constante no quadro do item 1.2	25194	unid	12	R\$	R\$
	2	Manutenção de áreas ajardinadas, mensal, com diversos postos e respectivas áreas, conforme descritivo constante no quadro do item 1.2	24325	unid	12	R\$	R\$
	3	Motorista de Caminhão (habilitação D) e Máquinas Agrícolas, mensal, com diversos postos, conforme descritivo constante do quadro do item 1.2	15008	Unid	12	R\$	R\$
Valor Total						R\$	R\$

**2) PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA** (Soma dos preços totais dos itens, em algarismo e por extenso): **R\$ .....** (.....).

**3) VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura do Pregão.

**4) DECLARAMOS**, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS:

A inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de

estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

**5) REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G. e ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

**6) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

**7) DADOS DA EMPRESA:**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

TELEFONE:

(Local), ... de ..... de 20.. .

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, CPF e assinatura)

## **ANEXO XIII DO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

*(em papel timbrado da licitante)*

Atestamos, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ da UFPE, que a Licitante \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, representada por *(inserir nome e cpf do representante legal)*, tem pleno conhecimento do objeto, das condições da licitação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Edital e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

(Local), ... de ..... de 20.. .

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, CPF e assinatura)

**ANEXO XIV DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ROTINAS DO SERVIÇO**

**ROTINAS DO SERVIÇO**

**DISCRIMINAÇÃO DOS TIPOS E FREQUÊNCIA DOS SERVIÇOS**

Os serviços adiante discriminados são partes integrantes do Contrato firmado, cujas rotinas estabelecidas devem ser seguidas rigorosamente pela Contratada. Todas as rotinas devem ser comprovadas através de planilhas de trabalho com os dados da execução, como: material e equipamento utilizados e efetivo empregados. Modificações e alterações que vierem a ser propostas deverão ser submetidas à Administração, que examinará sua implementação mediante aditivos ao termo contratual. Alertamos que todos os equipamentos de segurança devem seguir especificamente as determinações contidas no Laudo SESST, parte integrante desta contratação. Devem ser observados também a necessidade de fardamentos com tratamento UV, considerando que as atividades são externas e os funcionários estarão expostos ao sol. Será necessário também considerar o a NR-35 para as atividades relacionadas a tarefa de nº 40.

ÁREAS INTERNAS E ÁREAS INTERNAS INSALUBRES						
ÁREAS	Nº	TAREFAS	D i a r i a m e n t e	S e m a n a l m e n t e	M e n s a l m e n t e	E v e n t u a l m e n t e
Ruas, avenidas, passeios, estacionamentos e pátios	1	<b>Varrição</b> - Manual e mecânica, das áreas externas do campus Recife da UFPE, incluindo áreas ajardinadas, com separação dos resíduos em recicláveis orgânicos, recicláveis inorgânicos e rejeitos. (ex.: REICLÁVEIS ORGÂNICOS - Folhas, capim, sementes; REICLÁVEIS INORGÂNICOS - papel, plásticos e etc; REJEITOS: resíduos sem possibilidade de reaproveitamento.) A varrição deverá obedecer critérios rígidos de frequência conforme o planejamento, para criar o hábito de colaboração na população, reduzindo a quantidade de detritos dispostos na via pública. Todos os resíduos ou detritos espalhados, não acondicionado em coletores ou sacos plásticos nas calçadas, sargetas e canteiros, deverão ser removidos utilizando ferramentas adequadas, sendo o resultado acondicionado em coletores específicos ou carrinhos de coleta, quando for o caso.	X			
	2	<b>Remoção</b> - Total de areia e terra acumuladas nas linhas d'agua e vias, bem como qualquer tipo de vegetação encontrada em calçadas, meios-fios e linhas d'água, das áreas externas do campus Recife, incluindo vias públicas, pátios e estacionamentos. Destinar a terra colhida para o local indicado pela fiscalização do contrato.	X			
	3	<b>Lavagem</b> - Utilizando lavadoras de alta pressão, de calçadas, pátios e acessos de edificações do campus Recife.				X
	4	<b>Pintura</b> - Em meio fios, sinalização horizontal de tráfego, elementos demarcadores de estacionamentos e de acessibilidade, além de equipamentos urbanos diversos em todas as áreas do campus Recife.				X
	5	<b>Eventos</b> - Apoio com serviços de limpeza e organização espacial em eventos institucionais da UFPE, incluindo instalação e retirada de material de divulgação				X
	6	<b>Coleta Seletiva Solidária</b> - Proceder à coleta seletiva de materiais recicláveis, nos termos da Instrução Normativa MARE n.º 06, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto 5.940/06;	X			
	7	<b>Coleta</b> - Em operação de limpeza ou varrição a coleta deverá ser efetuada no mínimo de tempo possível após encerrada a operação, para evitar o carreamento para a via pública, por ventos, animais ou mesmo vandalismo.	X			
	8	<b>Eventualmente</b> - Auxiliar a Comissão de Combate ao Abandono e Maus Tratos aos Animais da UFPE na instalação de gaiolas para capturar os animais abandonados para que a Comissão tome as medidas de castração e vacinação.				X
	9	<b>Sanitização</b> - Realizar a pulverização dos ambientes de circulação com o Quaternário de Amônio de 5º Geração.	X			
	10	<b>Recomendação</b> - Os executores dos serviços acima descritos não poderão, em hipótese alguma, depositar resíduos das operações para dentro de caixas ou bocas de lobo.	X			

Lago e Riacho Cavouco	11	<b>Riacho Cavouco</b> - Limpeza constante do leito do riacho Cavouco (trecho dentro do campus Recife), com retirada total de entulhos e vegetação, incluindo suas margens. com separação dos resíduos em: recicláveis orgânicos, recicláveis inorgânicos e rejeitos. (ex.: REICLÁVEIS ORGÂNICOS - Folhas, capim, sementes; REICLÁVEIS INORGÂNICOS - papel, plásticos e etc; REJEITOS: resíduos sem possibilidade de reaproveitamento.)	X			
	12	<b>Riacho Cavouco</b> - Limpeza constante do leito do riacho Cavouco (trecho dentro do campus Recife), com retirada total de entulhos e vegetação, incluindo suas margens. com separação dos resíduos em: recicláveis orgânicos, recicláveis inorgânicos e rejeitos. (ex.: REICLÁVEIS ORGÂNICOS - Folhas, capim, sementes; REICLÁVEIS INORGÂNICOS - papel, plásticos e etc; REJEITOS: resíduos sem possibilidade de reaproveitamento.)	X			
	13	<b>Recomendação</b> - Os serviços de limpeza do Cavouco deverão ser efetuados em duas frentes de trabalho: Uma de roçagem das margens com equipamentos adequados, e outra no leito do riacho, removendo detritos e pequenas correções do curso d'água, utilizando ferramentas e equipamentos adequados, conforme o necessário. Todos os resíduos gerados devem ser removidos para ponto de coleta indicado pela fiscalização contratual.	X			
	14	<b>Bocas de lobo, sargetas e caixas coletoras e de inspeção</b> - Limpeza incluindo remoção de resíduos sólidos de bocas de lobo, sargetas e caixas coletoras e de inspeção da rede de drenagem do campus, bem como caixas de inspeção da rede de fibras óticas e assemelhadas, com separação dos resíduos em: recicláveis orgânicos, recicláveis inorgânicos e rejeitos. (ex.: REICLÁVEIS ORGÂNICOS - Folhas, capim, sementes; REICLÁVEIS INORGÂNICOS - papel, plásticos e etc; REJEITOS: resíduos sem possibilidade de reaproveitamento.) Os serviços de limpeza serão iniciados com a retirada da laje, usando-se 02 (duas) picaretas, deixando-a ao lado das caixas e no passeio, jamais sobre a guia ou mesmo via pública, o que além de propiciar eventual danificação, impede o caminhão de estacionar corretamente. Após a limpeza a tampa deverá ser recolocada no local de origem. Os resíduos gerados pela limpeza das bocas de lobo e poços de visita deverão ser recolhidos diariamente evitando-se seu retorno às caixas em eventuais chuvas.	X			
	15	<b>Segurança</b> - Todo pessoal trabalhará com equipamentos de proteção individual adequados e especificados em Laudo Técnico de insalubridade emitido pelo SEST/UFPE.	X			
	16	<b>Poda</b> - Em vegetação arbustiva e de pequeno e médio porte, com altura de até 6 (seis) m do campus Recife da UFPE, estando localizadas ou não em áreas ajardinadas. Execução dos serviços de topiaria ou poda arbustiva, quando adequado e necessário.				X
	17	<b>Coleta</b> - Recolher após cada operação, utilizando-se ferramentas e equipamentos adequados, todos os resíduos produzidos no decorrer da limpeza do riacho (leito e margens), bem como nas embocaduras de galerias para a perfeita vazão de efluentes.	X			
Campus Recife da UFPE	18	<b>Resíduos Sólidos Orgânicos Vegetais</b> - Realizar coleta e destinação dos resíduos sólidos orgânicos vegetais gerados nos procedimentos de limpeza do Campus Recife da UFPE, com encaminhamento à BERSO/UFPE (Biorrefinaria Experimental de Resíduos Sólidos Orgânicos) para o Pátio de compostagem da UFPE. Executar, sob orientação técnica da BERSO, todos os procedimentos relativos à sua gestão e tratamento, retirando nestes processos todo o material inorgânico encontrado, destinando-os corretamente.	X			
	19	<b>Resíduos Sólidos Orgânicos Alimentares</b> - Realizar coleta, duas vezes ao dia, e destinar os resíduos sólidos alimentares gerados no preparo e pós consumo das unidades alimentares do Campus Recife, incluindo Restuarante Universitário, para a BERSO/UFPE ou Patio de compostagem da UFPE. Executar sob orientação técnica da BERSO, todos os procedimentos relativos a sua gestão e tratamento, retirando neste processo todo o material inorgânico encontrado destinando-os corretamente.	X			
	20	<b>Resíduos Orgânicos Alimentares (Óleo de Fritura)</b> - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação do óleo de fritura gerado nas unidades alimentares do Campus Recife da UFPE, incluindo o Restaurante Universitário, bem como em todos os pontos de coleta do Campus Recife, com encaminhamento para a BERSO/UFPE. Executar sob orientação técnica da BERSO e fiscalização contratual, todos os procedimentos necessários à sua gestão ou tratamento, inclusive a sua filtragem e acondicionamento para posterior encaminhamento à Usina de geração de biodiesel ou como materia prima para outros procedimentos.		X		
	21	<b>Biodigestão</b> - Apoiar os técnicos da BERSO no abastecimento, trituração e retirada de resíduos orgânicos de seu Biodigestor Anaeróbico, inclusive em procedimentos de limpeza.				X
	22	<b>Horta Experimental Orgânica</b> - Executar sob orientação técnica da BERSO/UFPE, todos os procedimentos necessários à manutenção e expansão da horta experimental orgânica, como preparo de terreno, preparo de mudas, plantio, irrigação, limpeza e colheitas.	X			

Coleta e Gerenciamento de Resíduos Sólidos gerados no Campus	23	<b>Resíduos Recicláveis</b> - Executar ao longo de todas as atividades contratuais a separação dos resíduos sólidos recicláveis orgânicos ou inorgânicos dos rejeitos, encaminhando os recicláveis orgânicos para a BERSO/UFPE, inorgânicos para o abrigo central da coleta seletiva, acondicionados em sacos azuis, sempre sob orientação da fiscalização contratual.	X			
	24	<b>Rejeitos</b> - Executar ao longo de todas as atividades contratuais a separação dos resíduos sólidos recicláveis orgânicos ou inorgânicos dos rejeitos, encaminhando-os, acondicionados em sacos pretos, para compactador mecânicos ou caçambas estacionárias instaladas no Campus Recife da UFPE, para posterior encaminhamento por empresa especializada contratada, para aterro sanitário, sempre sob orientação da fiscalização contratual.	X			
	25	<b>Resíduos de Pilhas e Baterias</b> - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação de pilhas e baterias dispostas em coletores específicos instalados no Campus Recife da UFPE, com encaminhamento para a Central de Resíduos da DGA (Diretoria de Gestão Ambiental), onde deverão ser pesados e acondicionados (embalados) para aguardar coleta em sistema de logística reversa.		X		
	26	<b>Resíduos de Medicamentos Vencidos</b> - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação de medicamentos vencidos, dispostos em coletores específicos instalados no Campus Recife da UFPE, com encaminhamento para a Central de Resíduos da DGA (Diretoria de Gestão Ambiental), onde deverão ser pesados, acondicionados (embalados) e encaminhados para incineração.		X		
	27	<b>Resíduos de Cartuchos e Tonners</b> - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação de cartuchos e tonners nas unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife, com encaminhamento para a Central de Resíduos da DGA (Diretoria de Gestão Ambiental), onde deverão ser pesados e acondicionados (embalados) para aguardar coleta em sistema de logística reversa.				X
	28	<b>Resíduos de Vidraria contaminada</b> - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação de vidraria contaminada nos laboratórios geradores do Campus Recife da UFPE, com encaminhamento para a Central de Resíduos da DGA (Diretoria de Gestão Ambiental), onde deverão ser pesadas, acondicionados (embalados) e encaminhadas para incineração.				X
	29	<b>Resíduos de Lâmpadas Inservíveis</b> - Realizar conforme agendamento da fiscalização contratual, a coleta e destinação de lâmpadas inservíveis dispostas em coletores específicos instalados no Campus Recife da UFPE, com encaminhamento para a Central de Resíduos da DGA (Diretoria de Gestão Ambiental), onde deverão ser acondicionados para aguardar coleta através de contratação específica.			X	
	30	<b>Resíduos de Serviço de Saúde</b> - Realizar coleta externa e encaminhamento dos resíduos de serviço de saúde, gerados nas atividades de pesquisa da UFPE, para o abrigo central de Resíduos perigosos do Campus Recife. Executar sob orientação técnica da DGA, todos os procedimentos relativos a seu encaminhamento para a empresa especializada, responsável pela destinação final.	X			
	31	<b>Resíduos químicos</b> - Auxiliar na coleta dos resíduos químicos, gerados nas atividades de pesquisa da UFPE, sob orientação técnica da DGA e da empresa especializada responsável pela destinação final dos mesmos.				X
	32	<b>Resíduos da Construção Civil</b> - Realizar conforme orientação da fiscalização a coleta de resíduos da construção civil eventualmente dispostos nas áreas externas do Campus Recife da UFPE para encaminhamento para destinação final ambientalmente adequada.		X		
Capinação	33	<b>Resíduos Eletroeletrônicos</b> - Auxiliar conforme agendamento da fiscalização contratual, no preparo da coleta e destinação de resíduos eletroeletrônicos dispostos em unidades acadêmicas e administrativas do Campus Recife da UFPE.				X
	34	<b>Gradil de Proteção e faixa de segurança</b> - Limpeza com retirada de vegetação do gradil de proteção do campus bem como área de circulação para segurança (L=1m), acompanhando o mesmo.			X	
	35	<b>Capinação</b> - Manual e mecânica das áreas não calçadas ou pavimentadas, seguida de varrição com ferramentas adequadas.	X			
	36	<b>Capinas de acabamento</b> - Efetuar pequenas capinas no itinerário, removendo vegetação nos contornos de sarjetas, caixas, árvores, postes e outros elementos por ventura encontrados.	X			
	37	<b>Coleta</b> - Os resíduos provenientes de capina (orgânicos vegetais), deverão ser recolhidos a cada jornada de trabalho evitando-se que sejam alvo de queimadas por terceiros, e dispostos em pontos de confinamento temporário estabelecidos pela fiscalização.	X			
	38	<b>Recomendação</b> - Remover antes das capinações mecânicas, em toda a área a ser capinada, materiais como pedras e ferragens, que possam provocar acidentes com funcionários ou transeuntes.	X			

Áreas Ajardinadas	39	<b>Aguação</b> - Em canteiros e gramados das áreas ajardinadas do Campus Recife da UFPE. A aguação deve ser realizada diariamente em períodos de estiagem.	X			
	40	<b>Limpeza</b> - Em áreas ajardinadas, canteiros, gramados, forrações, passeios, pátios e equipamentos urbanos por ventura existentes, com retirada de entulhos, folhas, galhos secos e toda espécie de resíduos encontrados, com separação em orgânicos e inorgânicos: <b>ORGÂNICOS</b> – Resíduos de origem vegetal, provenientes de varrição, capinação, poda, topiaria e limpeza de canteiros que devem ser encaminhados para pontos de coleta previamente estabelecidos pela fiscalização e <b>INORGÂNICOS</b> – Resíduos que podem ser recicláveis (papéis, papelões, plásticos, embalagens, metais, vidros e outros que serão encaminhados para a coleta seletiva solidária) ou rejeitos (todo resíduos que não puder ser reaproveitado). <b>Os recicláveis devem ser acondicionados em sacos plásticos na cor azul e os rejeitos em sacos plásticos na cor preta.</b> Devem ser disponibilizados para coleta em local indicado pela fiscalização.	X			
	41	<b>Corte da grama</b> - em áreas gramadas, sempre utilizando equipamentos adequados, incluindo restauro de áreas danificadas.	X			
	42	<b>Remoção</b> - De ervas daninhas e espécies ou folhagens mortas dos canteiros, gramados e limites das calçadas existentes, utilizando ferramentas adequadas. Também de qualquer tipo de resíduo, devidamente segregados, provenientes dos serviços, para áreas determinadas pela fiscalização, para	X			
	43	<b>Forrações</b> - Execução de limpeza ou corte de forrações, visando manutenção de alturas adequadas, além de restauro de áreas danificadas.	X			
	44	<b>Aeração</b> - Em terreno dos canteiros das áreas ajardinadas do Campus Recife, em periodicidade mensal, utilizando ferramentas adequadas.			X	
	45	<b>Cercas Vivas</b> - Limpeza e manutenção incluindo poda arbustiva quando necessária.				X
	46	<b>Adubação</b> - Em áreas ajardinadas, utilizando adubo químicos e orgânicos (o orgânico produzido pela BERSO - (Biorrefinaria Experimental de Resíduos Sólidos Orgânicos), adequados as diversas espécies, fornecidos pela contratada, em quantidades especificadas em contrato e adequadas às necessidades das áreas objeto da licitação, em periodicidade semestral;	X			
	47	<b>Barro de jardim</b> - Utilização, sempre que necessário, de barro de jardim de primeira qualidade, fornecidos pela Contratante, em quantidades especificadas em contrato e adequadas as necessidades das áreas objeto da licitação.	X			
	48	<b>Substituição ou rotação de espécies</b> - Quando necessária, por morte ou outros danos, com mudas fornecidas pela contratada conforme contrato, com supervisão da fiscalização;	X			
Motorista	49	<b>Segregação</b> - De resíduos em sacos específicos para rejeitos (sacos pretos) e recicláveis (sacos azuis), que deverão ser removidos para pontos de coleta específicos. Os orgânicos deverão ser transportados para os pontos de disposição temporária. Todos os pontos de coleta deverão ser indicados pela fiscalização.	X			
	50	<b>Observação</b> - Após a limpeza das áreas ajardinadas poderá ser implantada uma rotina diária da catação de resíduos orgânicos e inorgânicos,	X			
	51	Dirigir caminhão fornecido pela contratada	X			
	52	Transportar resíduos	X			
	53	Transportar materiais para a execução dos serviços	X			
	54	Transportar rejeitos	X			
	55	Transportar materiais recicláveis	X			
	56	Transportar resíduos da construção civil e sedimentos	X			
Operador de Máquinas	57	Operar trator agrícola fornecido pela contratada	X			
	58	Operar trator agrícola fornecido pela contratada	X			
	59	Operar trator agrícola fornecido pela contratante	X			
	60	Fazer aguação das plantas e arvores	X			
	61	Fazer aguação das plantas e arvores	X			
	62	Usar trator cortador de grama para área pequenas	X			





---

Emitido em 29/07/2021

**ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 39/2021 - CAF SINFRA (11.97.06)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 17:08 )*

**ALFREDO MACEDO GOMES**

*REITOR*

*1171268*

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 16:22 )*

**DANIELA LIRA TAVARES**

*COORDENADOR*

*2085433*

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 16:31 )*

**MANOEL HELENO DE CASTRO**

*DIRETOR*

*1748801*

*(Assinado digitalmente em 29/07/2021 16:24 )*

**REBECA CAMPOS CAVALCANTI**

*ASSESSOR*

*2572519*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **39**, ano: **2021**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **29/07/2021** e o código de verificação: **4564e92861**



---

*Emitido em 12/11/2021*

**CONTRATO Nº 1135/2021 - CGC PROGEST (12.69.11)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 12/11/2021 13:32 )*

**FELIPPE AUGUSTO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES**

*COORDENADOR*

*2177340*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:  
**1135**, ano: **2021**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **12/11/2021** e o código de verificação: **ec47aeafa8**